



# DOURO E PICO PAISAGENS CULTURAIS PATRIMÓNIO MUNDIAL

COORD.

GASPAR MARTINS PEREIRA  
MARIA NORBERTA AMORIM  
MARIA OTÍLIA PEREIRA LAGE



CITCEM  
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR  
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA



# DOURO E PICO PAISAGENS CULTURAIS PATRIMÓNIO MUNDIAL

COORD.

GASPAR MARTINS PEREIRA  
MARIA NORBERTA AMORIM  
MARIA OTÍLIA PEREIRA LAGE



CITCEM  
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR  
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

Título: ***Douro e Pico, Paisagens Culturais Património Mundial***

Coordenação: Gaspar Martins Pereira, Maria Norberta Amorim, Maria Otilia Pereira Lage

Design gráfico: Helena Lobo Design | [www.hldesign.pt](http://www.hldesign.pt)

Imagem da capa: Composição da imagem da capa de Marta Sofia Costa (CITCEM) a partir de duas fotografias:  
à esquerda, o Pico (Foto de SIARAM) e à direita, o Douro (Foto de Emanuel Costa).

Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória

Via Panorâmica, s/n | 4150-564 Porto | [www.citcem.org](http://www.citcem.org) | [citcem@letras.up.pt](mailto:citcem@letras.up.pt)

ISBN: 978-989-8970-16-9

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-8970-16-9/doupi>

Porto, dezembro de 2019

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto UID/HIS/04059/2019.

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	5
Maria Otília Pereira Lage	
<b>Muros de Basalto Negro: um repositório da geodiversidade, da biodiversidade e da História da ilha do Pico</b>	7
Manuel Paulino Soares Ribeiro da Costa	
<b>Alto Douro Vinhateiro Património da Humanidade — contributos para a sua valorização e sustentabilidade</b>	21
Helena Teles, Patrícia Soares	
<b>Prémio Arquitectura do Douro</b>	29
Filinto Girão Osório	
<b>De que é que se fala quando se fala de paisagem?</b>	41
Álvaro Domingues	
<b>Identificar para Conservar — um projeto de conservação na região do Douro</b>	53
Carlos Mota	
<b>Um almoço há 120 anos</b>	69
Paula Montes Leal	
<b>Trabalhos e trabalhadores na Quinta do Vesúvio em 1870</b>	91
Albano Augusto Veiga Viseu	
<b>A Primeira República na Região Duriense</b>	107
Carla Sequeira	
<b>A sobrevivência de gente sem terra: o caso de Santa Luzia no Pico</b>	119
Maria Norberta Amorim	
<b>Os marítimos do município da Madalena — Análise demográfica diferencial (séculos XVIII-XIX)</b>	137
Carlota Santos	
<b>Ecoturismo nas paisagens culturais vinhateiras do Pico e Alto Douro, Património Mundial: Valorização e desenvolvimento sustentável</b>	153
Lídia Gonçalves Aguiar	
<b>O Douro e o Pico de Raul Brandão: Aproximação dialógica</b>	165
Maria Otília Pereira Lage	



# APRESENTAÇÃO

MARIA OTÍLIA PEREIRA LAGE

*Não só a vinha que plantei me pagou generosamente  
em frutos como me ensinou muitas coisas.*

BRANDÃO, Raul (1933) — *Memórias*, vol. III

Em 4 de outubro de 2018, realizou-se na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, o *II Workshop Douro e Pico — paisagens culturais, património mundial: valorização e sustentabilidade* organizado pelo CITCEM: Grupo de Investigação (G.I.) «Valores de Transação/Valores em Transição», em colaboração com os G.I.: «Território e Paisagem», «Património Tangível e Intangível» e «Populações e Saúde».

Esta iniciativa integra-se na Linha Estratégica de Investigação «Mobilidades e Permeabilidades» do CITCEM e no subprojecto «DOURO e PICO, Paisagens culturais vitivinícolas históricas Património Mundial: Estudo e valorização do património histórico e cultural».

Este evento deu continuidade ao *I Workshop Alto Douro e Pico, paisagens culturais vinhateiras património mundial em perspectiva multifocal: experimentação comparada* (FLUP, 13 de outubro de 2017), cujas comunicações apresentadas e debatidas se encontram acessíveis no *e-book Alto Douro e Pico, paisagens culturais vinhateiras património mundial em perspectiva multifocal experimentação comparada* acessível em *open access* (<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/16359.pdf>).

Ambas as ações envolveram professores, estudantes, investigadores, especialistas e técnicos em especial das áreas do Património, Museologia, História, Geografia, Arquitetura e Turismo, e contaram com a colaboração da Comissão Nacional da UNESCO — MNE, ICOMOS, CCDRN — Unidade de Missão Douro (Vila Real), Museu do Douro e Parque Natural da Ilha do Pico — Gabinete Técnico da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, entidades representadas nos trabalhos e no público interveniente.

Este II Workshop, estruturado em painéis e eixos temáticos, onde foram apresentadas e debatidas dezasseis comunicações, congregou a colaboração e reflexão multidisciplinares de investigadores do CITCEM com a de estudiosos de outras instituições e centros de investigação, que têm vindo a trabalhar sobre estas temáticas. Procuraram-se respostas pluridisciplinares para o atual desafio de índole complementar: Como proteger e valorizar as duas paisagens vitícolas nacionais, património mundial? — no âmbito da história, património e cultura destas regiões vinhateiras, ativos de valor identitário e de recurso, com vista a estratégias de gestão sustentável destes dois territórios, na lógica de sua valorização pluridimensional e em perspetiva global-local.

Procurou-se privilegiar a análise das duas paisagens culturais, como «sistemas globais» — «bem comum» que emana de um contínuo trabalho coletivo, em complexa circulação na esfera do consumo —, refletindo sobre a multiplicidade de configurações ou «agenciamentos mercantis»<sup>1</sup>. Espera-se ter contribuído para o desenvolvimento sistemático de novos estudos sobre as paisagens culturais vinhateiras do Douro e do Pico — Património Mundial, nas diferentes dimensões da sua construção e valorização sustentável (território, trabalho, património, cultura e natureza).

A presente coletânea *Douro e Pico, Paisagens culturais Património Mundial*, publicação eletrónica do CITCEM (2019) reúne e publica em *open access* doze artigos com *peer review* (revisão científica por pares) resultantes das comunicações ao *II Workshop Douro e Pico — paisagens culturais, património mundial: valorização e sustentabilidade*, visando promover a partilha e debate de investigação recente em ciências sociais e humanas e a ampla divulgação de conhecimentos.

De interesse para especialistas e um público mais vasto, este conjunto de estudos técnicos e científicos está organizado em dois tópicos essenciais: a) abordagens interdisciplinares em perspectiva comparada; b) estratégias de valorização das Paisagens-Patrimónios Douro e Pico, com o objetivo de contribuir para a sua sustentabilidade, isto é: «satisfazer necessidades das atuais gerações sem comprometer a capacidade para as gerações futuras satisfazerem as suas, salvaguardando a capacidade do planeta para abrigar a vida em toda a sua diversidade»<sup>2</sup>.

## BIBLIOGRAFIA

- CALLON, M.; MÉADEL, C.; RABEHARISOA, V. (2013) — *L'économie des qualités*. In ALLON, M. et al., dir. — *Sociologie des agencements marchands – Textes choisis*. Paris: Presses de Mines, p. 143-70.
- ADAMS, W. M. (2006) — *The Future of Sustainability: Re-thinking Environment and Development in the Twenty-first Century*. Gland: IUCN. Report of the IUCN Renowned Thinkers Meeting, 29-31 January 2006.

---

<sup>1</sup> CALLON et al., 2013.

<sup>2</sup> ADAMS, 2006.

# MUROS DE BASALTO NEGRO: UM REPOSITÓRIO DA GEODIVERSIDADE, DA BIODIVERSIDADE E DA HISTÓRIA DA ILHA DO PICO

MANUEL PAULINO SOARES RIBEIRO DA COSTA\*

**Resumo:** Toda a Paisagem da Cultura da Vinha é marcada por reticulados de muros negros, construídos a partir de pedra seca solta, com o objetivo de proteger a vinha dos fortes ventos e do rossio do mar.

As vinhas que produzem o vinho do Pico, eram e são plantadas nas fendas das escoadas lávicas de basalto, o que confere à paisagem daí resultante um carácter único. Os muros de pedra negra, formam uma estrutura planeada para tirar o máximo proveito do terreno e para facilitar o transporte e armazenamento das colheitas, bem como o escoamento do produto final.

A grande propriedade está dividida em *jeirões*, separados pelos muros das veredas transversais, as *servidões*, onde desembocam as *canadas*. As *canadas* são o elemento estrutural da vinha, sendo interceptadas perpendicularmente por muros mais pequenos, os *traveses*, os quais formam uma sequência de retângulos, os característicos *currais*.

Nesta paisagem não houve uma alteração da morfologia do terreno, mas sim um moldar dos muros construídos no relevo esculpido pelas escoadas lávicas.

Ao olharmos para as rochas que formam estes muros de pedra negra, estamos também a fazer uma viagem pela história geológica do local, pois cada rocha é

---

\* Parque Natural do Pico — Direção Regional do Ambiente dos Açores, Lajido de Santa Luzia, 9940-108 São Roque do Pico. manuel.ps.costa@azores.gov.pt.

um fragmento das sucessivas escoadas lávicas que, uma após outra, foram construindo a ilha, erupção após erupção.

Para além da função de abrigo e de proteção das vinhas, os muros de pedra negra que muitas vezes se encontram revestidos por musgos e líquenes raros, servem ainda de proteção ao morcego endémico dos Açores, o *Nyctalus azoreum* e a aves marinhas como os cagarros (*Calonectris diomedea borealis*), que nidificam junto a eles ou em pequenas cavidades vulcânicas.

**Palavras-chave:** *Currais* do Pico; paisagem da cultura da vinha do Pico; biodiversidade da ilha do Pico; geodiversidade da ilha do Pico.

**Abstract:** The whole Landscape of the Vineyard Culture is marked by reticulated black walls, built from loose dry stone, with the purpose of protecting the vineyard from the strong winds and the sea rossio.

The vines that produce the Pico wine were planted in the crevices of the basaltic lava flows, which gives the landscape a unique character. The black stone walls form a structure designed to take full advantage of the terrain and to facilitate transport and storage of the crops as well as the flow of the final product.

The large property is divided into hamlets, separated by the walls of the transverse paths, the easements, where the canadas end. The canadas are the structural element of the vineyard, being intercepted perpendicularly by smaller walls, the crossings, which form a sequence of rectangles, the typical corrals.

In this landscape there was not a change in the morphology of the terrain, but rather a shaping of the walls built in the relief carved by the lava flows.

As we look at the rocks that form these black stone walls, we are also making a trip through the geological history of the place, as each rock is a fragment of the successive lava flows that, one after another, were building the island, eruption after eruption.

In addition to the shelter and protection function of the vineyards, black stone walls often covered with mosses and rare lichens also serve as protection for the bat endemic to the Azores, *Nyctalus azoreum* and seabirds, (*Calonectris diomedea borealis*), which nest near them or in small volcanic cavities.

**Keywords:** *Currais* do Pico; landscape of Pico vineyard culture; biodiversity of Pico island; geodiversity of Pico island.

A paisagem da ilha do Pico expressa a natureza vulcânica da ilha e a evolução histórico-cultural de cinco séculos de ocupação humana de um território isolado e repleto de constrangimentos físicos e naturais.

As populações desenvolveram processos de adaptação ao meio que se traduzem num zonamento dos usos do solo de acordo com as aptidões do território.



Fig. 1. Zonamento da paisagem  
Foto: Parque Natural do Pico

O padrão típico de ocupação da ilha do Pico consiste na existência, nas zonas mais próximas da costa, de culturas mediterrânicas, como a vinha e a figueira, associadas a adegas, isoladas ou em pequenos núcleos. À medida que se avança em altitude, surgem os povoados de maior dimensão, paralelos à linha de costa e dispersos por toda a ilha. Em redor destes povoados principais desenvolve-se um mosaico de agricultura, com milho, batata e hortícolas, bem como pomares. A montante dos povoados surgem pastagens permanentes e matas de produção e nas zonas mais altas e interiores da ilha ocorrem os matos e florestas naturais, alguns dos quais integrados em áreas protegidas.

A ocupação de extensas áreas para produções agrícolas e pecuárias traduziu-se numa sábia conciliação entre a rentabilização dos meios disponíveis e a melhoria das condições para a atividade preconizada — por exemplo, a construção de muros e currais não implicou um esforço acrescido de mobilização da pedra para longas distâncias, já que esta foi usada para proteger simultaneamente as culturas dos ventos e da água salgada.



**Fig. 2.** «Currais» de vinha  
Foto: Paulo Pereira/Parque Natural do Pico

Este processo tem a expressão máxima nas zonas de vinha por toda a costa do Pico, integradas na Paisagem Protegida da Cultura da Vinha da Ilha do Pico.

A salvaguarda dos valores naturais, paisagísticos e culturais nas áreas da cultura da vinha da ilha do Pico, bem como a promoção do desenvolvimento sustentado e da qualidade de vida das populações, motivou a adoção de políticas públicas e a implementação de diversas medidas nesta área, sobretudo ao longo das últimas duas décadas.

A Paisagem Protegida de Interesse Regional da Cultura da Vinha da Ilha do Pico foi criada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/96/A, de 27 de junho.

Os limites da área protegida foram ampliados em 2004 (Decreto Legislativo Regional n.º 1/2004/A, de 21 de janeiro), com base nas recomendações do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS) e no contexto da candidatura apresentada ao Comité do Património Mundial da UNESCO.

Em 2008, a Paisagem Protegida da Cultura da Vinha da Ilha do Pico foi reclassificada, abrangendo 5 áreas distintas na zona costeira da ilha, e integrada no Parque Natural da Ilha do Pico, criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2008/A, de 9 de julho, ocupando, atualmente, uma área total de 3.291,7 hectares.

O processo que conduziu à designação pela UNESCO da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico como Património Mundial foi desencadeado pelo Governo dos Açores nos últimos anos do século XX, sendo que no dia 2 de julho de 2004, a UNESCO aprovou a inscrição da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico na

estrita lista do Património Mundial, na categoria de paisagem cultural, com uma área núcleo de 987 hectares e a respetiva zona tampão com 1.924 hectares.

## OS MUROS NEGROS DE BASALTO

Toda a paisagem da vinha é marcada por reticulados de muros negros, construídos a partir de pedra solta.



Fig. 3. Muro de pedra negra  
Foto: Ivan Verdoodt/Parque Natural do Pico

Na impossibilidade de aproveitar o território para o cultivo de cereais, o homem do Pico dedicou-se à arrumação da pedra, construindo os currais, que têm a função de proteger as videiras dos ventos e do rossio do mar.

A retícula dos muros de pedra segue uma organização própria. As propriedades são delimitadas por paredes altas e dobradas e a vinha no interior está dividida em «jeirões», separados pelos muros dobrados das veredas, onde desembocam as «canadas». As «canadas» são os elementos estruturais da vinha, formadas por muros singelos e intercetadas perpendicularmente pelos «traveses», que podem ser muros singelos ou dobrados, dependendo da quantidade de pedra existente no terreno, e que formam os característicos «currais». A passagem de um curral para outro é feita através das «bocainas», que são passagens estreitas e, em regra, desencontradas, com o objetivo de evitar o encanamento do vento.



Fig. 4. Lajido da Criação Velha – Reticulado de «currais»  
Foto: Parque Natural do Pico

## A GEODIVERSIDADE

As ilhas dos Açores emergiram do oceano em resultado da atividade vulcânica iniciada há 36 milhões de anos e gerada pela complexidade geotectónica da Plataforma dos Açores. Santa Maria foi a primeira ilha a emergir, há cerca de 8 milhões de anos, e a última erupção subaérea que acrescentou território emerso aos Açores foi o Vulcão dos Capelinhos, na ilha do Faial, entre setembro de 1957 e outubro de 1958.

Neste contexto vulcânico-geológico, as ilhas apresentam um grande desenvolvimento vertical, com um interior montanhoso e um relevo acentuado e desigual, com poucas áreas planas, ao longo das encostas que se desenvolvem até ao nível do mar.

A ilha do Pico, a mais jovem do arquipélago com aproximadamente 300 000 anos, foi alvo de inúmeras erupções vulcânicas ao longo da sua formação, estendendo-se estas até à atualidade, tendo deixado marcas bem visíveis na cultura dos Picoenses.

Geologicamente a ilha do Pico pode ser dividida em 3 complexos vulcânicos, o complexo vulcânico Topo-Lajes, o mais antigo, dominado pelo vulcão em escudo do Topo, localizado no sul da ilha, que terá iniciado a sua atividade à cerca de 300 000 anos, com a emissão de várias centenas de metros de escoadas do tipo *pahoehoe*, tendo terminado a sua atividade à cerca de 5 000 anos; o complexo vulcânico S.Roque-Piedade, localizado na parte oriental da ilha, caracterizado por um vulcanismo do tipo fissural, formado por alinhamentos vulcânicos de orientação predominante WNW-ESSE, que terá tido o seu início à cerca de 230 000 anos, tendo terminado a sua atividade, com a erupção histórica do «Mistério da Prainha» entre 1562 e 1564; e o complexo vulcânico da Montanha, o mais recente, dominado por um magnífico

estratovulcão, o vulcão do Pico, com 2351m de altitude a partir do nível médio das águas do mar, mas que se ergue a cerca de 3500m a partir dos fundos oceânicos, o que o torna um dos maiores vulcões do Oceano Atlântico Norte. Estima-se que este vulcão terá levado cerca de 240 000 anos a se edificar.



Fig. 5. Campos de lava com micro relevos – lava encordoada  
Foto: SIARAM

Associados ao complexo vulcânico da Montanha do Pico, subsistem diversos campos de lava bem preservados, resultantes de erupções de natureza basáltica pouco explosiva que originaram, para além de diversos tipos de materiais piroclásticos, escoadas lávicas do tipo *a-a*, localmente designadas por «biscoitos» caracterizadas pela sua superfície áspera e cortante, bem como escoadas lávicas do tipo *pahoehoe*, vulgarmente designadas por «lajidos», caracterizadas pela sua superfície lisa e por possuírem um vasto conjunto de micro-relevos e estruturas de uma beleza extraordinária, tais como lavas encordoadas, *pahoehoe toes*, *tumuli*, cristas de pressão, tubos lávicos, entre outros.

Nos lajidos, as escoadas lávicas correspondem a extensos mantos de pequena espessura, cortados por inúmeras fraturas, através das quais as raízes da vinha penetram no solo à procura de nutrientes.

Ainda associado ao complexo vulcânico da Montanha estão incluídas as erupções históricas que originaram os «mistérios» de Sta. Luzia e de S. João em 1718 e o da Silveira em 1720.

Como nessa época os habitantes do Pico não sabiam explicar a origem das escoadas lávicas provenientes de diversas erupções, designaram-nas de «mistérios».

Devido à natureza vulcânica da ilha e à presença de escoadas lávicas do tipo basáltico, a sua paisagem apresenta um diversificado património espeleológico, através da presença de cavidades vulcânicas (grutas e algares vulcânicos).

## A BIODIVERSIDADE

As características geofísicas e climáticas da paisagem da vinha propiciam a existência de um elevado número de habitats que albergam uma grande diversidade de espécies, na sua maioria endémicas e com elevado valor natural.

Nas formações fissurais dos campos de lavas do litoral encontram-se diversas espécies de flora vascular endémica, como a *Spergularia azorica*, o brasel (*Festuca petraea*), a erva-leiteira (*Euphorbia azorica*) e o único género endémico — a vidália (*Azorina vidalii*). Nas formações florestais destacam-se os matos costeiros de urze (*Erica azorica*), de cedro (*Juniperus brevifolia*) e de pau-branco (*Picconia azorica*).



Fig. 6. Cagarro adulto com cria (*Calonectris diomedea borealis*)  
Foto: SIARAM

A diversidade de comunidades vegetais, favorece a ocorrência de avifauna terrestre, como o pombo-torcaz (*Columba palumbus azoricus*), o melro preto (*Turdus merula azorensis*), o tentilhão (*Fringila coelebs moreletti*) e o milhafre (*Buteo buteo rothschildi*). Quanto às aves marinhas, regista-se a presença do frulho (*Puffinus assimilis baroli*) e trata-se de uma zona privilegiada para a nidificação do cagarro (*Calonectris diomedea borealis*).

Ao nível dos mamíferos, regista-se a presença, em muros e fendas das rochas, de colónias de morcego-dos-Açores (*Nyctalus azoreum*), o único mamífero endémico dos Açores e do único morcego endémico português.

No interior das cavidades vulcânicas pode encontrar-se diversa fauna cavernícola, salientando-se as espécies *Rugathodes pico*, *Trechus picoensis*, *Trechus montanheirorum* e *Cixius azopicavus*, endémicas do Pico.

## A HISTÓRIA

Numa ilha com o solo petrificado por sucessivas erupções vulcânicas, os lajidos do Pico não permitiram aos primeiros povoadores o desenvolvimento das produções cerealíferas e tintureiras, dominantes da economia da época e principais culturas introduzidas nas ilhas que iam sendo colonizadas.

Por outro lado, os solos basálticos e as condições climáticas (clima mais quente e menos húmido do que nas outras ilhas) evidenciaram a vocação vitivinícola da ilha do Pico, desde os primórdios do seu povoamento. É atribuído ao primeiro vigário da ilha — Frei Pedro Álvares Gigante — o cultivo dos primeiros bacelos de verdelho.

Já no século XVI, Gaspar Frutuoso se referiu à quantidade e qualidade do vinho do Pico, ao escrever, em Saudades da Terra, que «em toda a terra há muitas vinhas, que dão bom vinho e melhor que em todas as ilhas», apesar da população do Pico, no final desse século, ser apenas de 3 432 habitantes.

Com a produção de vinho do Pico (cerca de 8.000 pipas no ano de 1649) a superar largamente as necessidades internas, houve necessidade, por volta de meados do século XVII, de levar este produto para mercados externos. A integração do porto da Horta, no Faial, nas escalas das novas rotas comerciais originadas pela colonização britânica da América do Norte e o progresso das rotas com o Brasil foram a oportunidade perfeita para a internacionalização do vinho do Pico. Os principais mercados externos foram as Índias Ocidentais, Inglaterra, América, Brasil e Rússia.

Estava aberto um novo ciclo económico que, durante duas centenas de anos, foi o sustentáculo da população da ilha do Pico e o luzimento dos morgados e da alta burguesia faialense, proprietários das vinhas.

Na primeira metade do século XIX, a produção média anual de vinho do Pico terá oscilado entre as 12.000 e 15.000 pipas, maioritariamente destinada à exportação. O vinho do Pico chegava ao Mundo, passando a integrar as escolhas mais seletivas, como os banquetes do Grão-Mestre da Ordem de Malta e as mesas dos Czars da Rússia.

Na segunda metade do século XIX, as pragas do oídio e da filoxera que atacaram as vinhas trouxeram o declínio da atividade vitivinícola na ilha do Pico.

Primeiro foi o oídio que, a partir de 1852, fez baixar drasticamente a produção, que passou dos milhares de pipas para parcas centenas. Em 1866 foram produzidas apenas cerca de 100 pipas de vinho do Pico.

Com a crise veio o abandono das vinhas e uma debandada da população, traduzida na primeira grande leva de emigração.

A crise trouxe, também, alterações nas castas de vinhedos utilizadas, tendo-se difundido, por volta de 1870, uma variedade americana — a «Isabela» (*Vitis labrusca*). A resistência da «Isabela» ao oídio e a sua maior capacidade de produção com menores custos fizeram com que «vinho de cheiro» fosse substituindo o verdelho.

E quando as coisas pareciam recompor-se, eis que, com as variedades americanas, chega a filoxera, em 1873.

Foi o que se pode chamar «morrer da cura». Intensificou-se o abandono das vinhas e a emigração passou a ser o destino de muitos.

Em consequência da crise económica e social vivida na época, muitos proprietários faialenses desfizeram-se das terras, dos solares e das adegas e armazéns que detinham no Pico. Os compradores foram os locais, entre feitores (caseiros) e alguns trabalhadores mais abonados, o que provocou o fracionamento da propriedade.

O verdelho praticamente deixou de existir e, no século XX, o vinho do Pico passou a ser o «vinho de cheiro».

Mesmo assim, o potencial vitícola do Pico levou a Junta Nacional do Vinho a edificar uma adega na vila da Madalena, com o objetivo de resgatar a produção do tradicional vinho licoroso branco. A adega da Cooperativa Vitivinícola da Ilha do Pico começou a funcionar em 1961, abrangendo 51 cooperantes e laborando 36 toneladas de uvas das castas tradicionais — verdelho, arinto e terrantez. Perante a inevitabilidade do insucesso, a adega cooperativa abriu as portas à receção e vinificação de uvas americanas, passando a produzir, também, o «vinho de cheiro». Não obstante, a Cooperativa Vitivinícola teve um papel crucial na manutenção da produção das castas tradicionais na ilha do Pico.

Em 1994, foi criada a Região Demarcada do Pico, mas os sistemas tradicionais de uso do solo continuavam a desaparecer, constituindo uma ameaça à identidade de uma paisagem única, mas cada vez mais degradada.

A classificação da Paisagem Protegida da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, em 1996, veio evidenciar a preocupação dos órgãos de governo próprio dos Açores para com a salvaguarda dos valores naturais, paisagísticos e culturais em presença e constituiu o ponto de partida de um processo que — sobretudo, desde 2004, com a criação dos sistemas de incentivo e a designação como Património Mundial da UNESCO — reverteu o abandono das vinhas e a degradação da paisagem e promoveu uma recuperação assinalável, ao ponto de hoje estar consolidada uma paisagem vitícola viva, com características únicas e uma crescente relevância económica e social.

## SERVIÇOS EDUCATIVOS

O Governo dos Açores, através do Parque Natural da Ilha do Pico, desenvolve um trabalho regular na promoção de condutas ambientalmente sustentáveis na Paisagem Protegida da Cultura da Vinha da Ilha do Pico.

O programa Parque Escola, direcionado para o público escolar, contempla uma vasta oferta de atividades para as escolas, organizada em dois projetos: *O Parque vai à Escola* (ações desenvolvidas nas escolas) e *A Escola vai ao Parque* (ações que decorrem nas áreas protegidas e nos centros ambientais).



Fig. 7. Atividade do Programa Parque Escola do Parque Natural do Pico  
Foto: Paulo Pereira/Parque Natural do Pico

O Parque Aberto é um programa que agrega as atividades dirigidas para a população em geral, promovidas pelo Parque Natural e respetivos parceiros, nas áreas protegidas e nos centros ambientais, com a finalidade de divulgar e promover o património natural junto da população em geral.

Em ambos os programas foi delineada uma estratégia no sentido de transmitir aos visitantes e à população local, os valores culturais e naturais presentes na Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, utilizando os muros de basalto negro, como elemento estruturante e integrador de toda a Paisagem. Ao visitarmos esses muros, podemos contar três histórias em simultâneo, a geodiversidade, a partir de cada uma das rochas que formam os muros, podemos descobrir os seus minerais e explorar os diferentes episódios geológicos da formação da ilha; a biodiversidade, através dos líquenes e musgos que colonizaram as rochas, ou através dos cagarros ou dos morcegos que habitam os seus espaços vazios; e a História do povoamento da ilha, bem como do aparecimento da cultura da vinha e da estrutura que foi criada para proteger e suportar toda esta atividade.



Fig. 8. Geodiversidade, Biodiversidade e História do Pico representados num muro de pedra negra  
Foto: SIARAM

## BIBLIOGRAFIA

- BORGES, Paulo (1999) — *Artrópodes Endémicos dos Açores Presentes nas Cavidades Vulcânicas*. [S.l.]: Universidade dos Açores.
- COSTA, Susana Goulart (1997) — *Pico. Século XV-XVIII*. Ilha do Pico: Associação de Municípios da Ilha do Pico.
- DIAS, Eduardo (1996) — *Vegetação Natural dos Açores: Ecologia e Sintaxonomia das Florestas Naturais*. [S.l.]: Universidade dos Açores. Tese de Doutoramento.
- DIREÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE (2014) — *Alteração do Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida da Cultura da Vinha da Ilha do Pico*. [S.l.]: Direção Regional do Ambiente. Relatório de Ponderação da Discussão Pública.
- DUARTE JR., Tomaz (2001) — *O Vinho do Pico*. Ribeira Grande: Coingra, Lda.
- FRANÇA, Zilda (2002) — *Origem e Evolução Petrológica e Geoquímica do Vulcanismo da Ilha do Pico, Açores*. São Roque do Pico: Câmara Municipal.
- FRUTUOSO, Gaspar (1981a) — *Saudades da Terra, Livro IV*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- (1981b) — *Saudades da Terra, Livro VI*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- LARANJO, João Augusto (1927) — *O Pico*. «Brotéria», p. 33-53.
- MEDEIROS, Carlos Alberto (1994) — *Contribuição para o estudo da vinha e do vinho nos Açores*. «Finisterra», vol. 29, n.º 58, p. 199-229.
- MENESES, Avelino de Freitas (2010) — *O Vinho na História dos Açores: a introdução, a cultura e a exportação*. «Revista da Universidade dos Açores — Arquipélago», História, 2.ª série, vol. 14-15, p. 177-186.

- MONTEIRO, Luís da Rocha, *et al.* (2000) — *Status and distribution of Fea's petrel, Bulwer's petrel, Manx shearwater, Little shearwater and Bandrumped storm petrel in the Azores archipelago*. «Waterbirds», vol. 22, n.º 3, p. 358-366.
- NUNES, João Carlos (1999) — *A Actividade Vulcânica na Ilha do Pico do Plistocénico Superior ao Holocénico: Mecanismo Eruptivo e Hazard Vulcânico*. Universidade dos Açores. Tese de Doutoramento.
- SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR (2005) — *Livro das Paisagens dos Açores: Contributos para a Identificação das Paisagens dos Açores*. [S.l.]: Secretaria Regional do Ambiente e do Mar.
- SILVA, Manuel Ribeiro da (1951) — *A Ilha do Pico sob o ponto de vista vitivinícola*. «Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores», n.º XIV, p. 45-58.
- VELOSO, Ana (1988) — *A Ilha do Pico e a Paisagem dos Muros Negros*. [S.l.]: Direção Regional do Turismo.



# ALTO DOURO VINHATEIRO PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE — CONTRIBUTOS PARA A SUA VALORIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

HELENA TELES\*  
PATRÍCIA SOARES\*\*

**Resumo:** O Gabinete Técnico Missão Douro, criado pelo Despacho interno n.º 17/2014, de 14 de maio, integrado na dependência da Estrutura Sub-regional de Vila Real, pelas funções que lhe estão cometidas integra as Comissão de Avaliação Ambiental e participa nos processos de Avaliação de Impactes Ambientais, dando enfoque à salvaguarda dos atributos do Bem, que conjuntamente com a Avaliação de Impacte em Património contribuem desta forma para a valorização e sustentabilidade do Alto Douro Vinhateiro enquanto paisagem cultural, evolutiva e viva.

**Palavras-chave:** Alto Douro Vinhateiro; CCDR-N; valorização e sustentabilidade; Avaliação de Impacte Ambiental; Avaliação de Impacte em Património.

**Abstrat:** The Douro Mission Technical Office, created by the Internal Order n. 17/2014, 14th May, integrated and depending on Vila Real Sub-regional Structure, integrate the Environment Assessment Commission in order to accomplish its attributions and takes part in the Environment Impact Assessment processes, focused in the heritage attributes safe guarding. This procedure along with Heritage

---

\* Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte — Estrutura Sub-regional de Vila Real/Missão Douro — [helena.teles@ccdr-n.pt](mailto:helena.teles@ccdr-n.pt).

\*\* Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte — Estrutura Sub-regional de Vila Real/Missão Douro — [patricia.soares@ccdr-n.pt](mailto:patricia.soares@ccdr-n.pt).

Impact Assessment helps to ensure improve the valorisation and the sustainability of Alto Douro Wine Region as a cultural, evolving and living landscape.

**Keywords:** Alto Douro Wine Region; CCDR-N; improvement and sustainability; Environment Impact Assessment; Heritage Impact Assessment.

## INTRODUÇÃO

Em 2017, visando uma abordagem comparada às duas paisagens vinhateiras classificadas como Património Mundial, a Ilha do Pico e o Alto Douro, enquanto testemunhos de duas realidades distintas, entendemos pertinente apresentar o sistema de gestão e monitorização adotadas para esta área classificada. Assim, de forma sintética, adotámos, numa primeira fase, as características biofísicas e os aspetos históricos traduzidos na singularidade da paisagem, que conferem Valor Universal Excecional ao Alto Douro Vinhateiro, depois, numa segunda fase, o enquadramento institucional do sistema de gestão e monitorização e a forma adaptativa, integrada e efetiva como acompanhamos as dinâmicas territoriais deste Bem.

O tema proposto para este segundo *workshop* convida a uma abordagem mais prática, pelo que se propôs a apresentação de um caso particular que, no contexto das boas práticas, se pode assumir como um contributo importante para a valorização e sustentabilidade do Alto Douro Vinhateiro enquanto paisagem cultural, evolutiva e viva, a Avaliação de Impacte em Património.

## 1. TERRITÓRIO

O ADV, com 24.600ha, é um dos 15 sítios nacionais Património da Humanidade e constitui a mancha mais representativa e bem preservada da Região Demarcada do Douro (RDD), a mais antiga região vinhateira delimitada e regulamentada do mundo, que se estende pela bacia hidrográfica do rio Douro, ocupando uma área total de 250.000ha que corresponde à Zona Especial de Proteção (ZEP).

Salienta-se que a área classificada a 14 de dezembro de 2001 abrange 13 municípios, passando a 19 se considerarmos toda a zona tampão, que levou à conceção de um Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro (PIOTADV), compromisso assumido pelo Estado Português, em sede de classificação, tendo em vista a sua salvaguarda e valorização.

Os primeiros indícios de cultura da vinha surgiram no período da ocupação romana. O desenvolvimento da viticultura no vale do Douro data do século XII, expandindo-se nos séculos XIII e XIV, com a produção dos primeiros vinhos destinados à comercialização e exportação.

Este incremento na qualidade do vinho durante a idade média deveu-se, em grande parte, à fixação e ao trabalho das ordens religiosas, em particular a ordem monástica de Cister.

Em 1756, Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, ministro do rei D. José, criou a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, procedendo à delimitação e regulamentação da RDD.

Posteriormente, a organização do território do Douro foi condicionado pelo aparecimento das doenças fitossanitárias, como o oídio e a filoxera, com efeito devastador.

A filoxera foi um dos principais agentes de transformação da paisagem e da socioeconomia, causando enormes perdas aos viticultores que se viram forçados a vender e abandonar as suas propriedades, dando lugar aos conhecidos mortórios e a novas formas de surriba, plantação e armação dos vinhedos, com a construção de socalcos mais largos, com muros mais sólidos e retilíneos, ao mesmo tempo que se transformou o património biológico da viticultura regional, com a introdução de videiras americanas, enxertadas com as castas regionais de melhor qualidade e mais adaptadas a cada situação.

A antiguidade da cultura da vinha e as componentes únicas e identitárias representativas desta atividade sustentaram a sua inscrição na Lista do Património Mundial da UNESCO, em 14 de dezembro de 2001, com a categoria de Paisagem Cultural Evolutiva e Viva, encerrando uma herança coletiva multissecular associada à cultura da vinha e do vinho, cujos critérios de classificação são os seguintes:

- Critério iii — O ADV produz vinho desde há cerca de dois mil anos e a sua paisagem foi moldada pelas atividades humanas;
- Critério iv — As componentes da paisagem do ADV são representativas do completo leque de atividades associadas à produção vitivinícola — socalcos, quintas, aglomerados, capelas e vias de comunicação;
- Critério v — A paisagem cultural do ADV constitui um excepcional exemplo de uma região vitivinícola tradicional europeia, refletindo a evolução desta atividade humana através do tempo.

Assim, as características biofísicas deste território, o seu património histórico, cultural, juntamente com o património natural, com toda a sua biodiversidade, conferem ao ADV Valor Universal Excepcional.

## **2. COMPETÊNCIAS DE GESTÃO E MONITORIZAÇÃO**

Dando cumprimento ao compromisso assumido pelo Estado Português foi elaborado o Plano Intermunicipal do Alto Douro Vinhateiro — PIOTADV publicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 150/03, de 22 de setembro, com o intuito de proteger o bem classificado pela UNESCO e de garantir a manutenção das condições que lhe conferem o valor excepcional.

Numa fase posterior e em sede de avaliação e reporte sobre o estado de conservação do Bem, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2014, de 10 de

janeiro, estabeleceu o Sistema de Gestão do Alto Douro Vinhateiro Património da Humanidade, determinando que a missão de proteger, conservar e valorizar, bem como divulgar e promover a Paisagem Cultural Evolutiva e Viva do Alto Douro Vinhateiro, passaria a ser diretamente prosseguida pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), tendo sido criado o Gabinete Técnico Missão Douro, integrado e na dependência da Estrutura Sub-Regional de Vila Real (ESRVR), competindo-lhe prestar apoio técnico ao Presidente da CCDR-N e Gestor do Bem.

Neste contexto, lembramos que o papel Gabinete Técnico Missão Douro, corpo operacional no terreno que, para além de assegurar a prossecução dessa missão, assegura a gestão efetiva do território, tendo em conta as competências conjuntas da Estrutura Sub-regional de Vila Real, unidade orgânica da CCDR-N, no âmbito do Ordenamento do Território, Ambiente, Desenvolvimento Regional, Fiscalização e Monitorização.

O sistema de gestão contempla ainda a existência de dois órgãos consultivos: o grupo coordenador permanente, que integra entidades públicas com responsabilidade na gestão do território, e o conselho consultivo, que dá voz a cerca de 50 entidades públicas e privadas representativas dos diferentes setores de atividade.

O modelo de monitorização teve em linha de conta as 4 dimensões propostas pelo Estudo de Avaliação do Bem (2012) para 10 paisagens de referência, bem como a metodologia definida para uma avaliação quantitativa (magnitude) e qualitativa (sentido de mudança), tendo por base indicadores específicos para cada uma das quatro componentes específicas, sendo estes a monitorização da paisagem, das atividades económicas, comunicação e processos da tutela.

Este trabalho é sustentado por uma base de dados geográficos, onde os processos em gestão são georreferenciados, permitindo mapear as alterações à ocupação do solo, informação complementada e validada através de visitas de campo regulares. Por outro lado, a análise comparativa desta informação, conjugada com os dados de natureza estatística, obtidos juntos das entidades parceiras e INE, resultam numa visão integrada sobre as dinâmicas do território.

### **3. AVALIAÇÃO DE IMPACTE EM PATRIMÓNIO COMO CONTRIBUTO PARA A VALORIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DO SÍTIO CLASSIFICADO**

No momento da inscrição de um Bem na lista do Património Mundial da UNESCO, este e a sua respetiva zona especial de proteção ficam protegidos pela legislação portuguesa, adquirindo de imediato o estatuto de Monumento Nacional, sob a tutela do Ministério da Cultura, sendo que a Lei n.º 107/01, de 8 de setembro, estabelece as bases da política e do sistema de proteção e promoção do património

cultural. Ao nível do território cada município assegura a aplicação dos respetivos regulamentos municipais que incorporam regras específicas nesta matéria, já como caso concreto do Alto Douro Vinhateiro, existe um Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território que estabelece normas orientadoras fundamentais para a preservação e salvaguarda da paisagem classificada, agregando os 13 municípios inscritos na área delimitada.

Destaca-se neste contexto o Regime Jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), o Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, com as alterações efetuadas pelo Decreto-Lei n.º 47/2014, de 24 de março, e pelo Decreto-Lei n.º 179/2015, de 27 de agosto, bem como o documento que orienta a Avaliação de Impactes em Património publicado em 2011 pelo ICOMOS — Orientações para a Avaliação de Impactes no Património destinadas a ser aplicadas aos projetos que pudessem ter impactes significativos nos Bens inscritos na lista do Património Mundial.

Reportamo-nos mais uma vez ao papel do Gabinete Técnico Missão Douro que, pelas funções que lhe estão cometidas, integra a Comissão de Avaliação Ambiental e participa nos processos de Avaliação de Impactes Ambientais, dando enfoque à salvaguarda dos atributos do Bem, equacionando sempre as alternativas e soluções menos lesivas dos valores em presença, avaliando ainda os efeitos cumulativos dos projetos.

A AIA possibilita a

*Identificação e previsão dos efeitos ambientais de determinados projetos, bem como a identificação e proposta de medidas que evitem, minimizem ou compensem esses efeitos, tendo em vista uma decisão sobre a viabilidade da execução de tais projetos e respetiva pós-avaliação<sup>1</sup>.*

Implicando por isso a análise de fatores ambientais como o clima; geologia, geomorfologia e recursos minerais; recursos hídricos superficiais e subterrâneos; qualidade do ar; ambiente sonoro; fauna, flora, vegetação, habitats e biodiversidade; solo e uso do solo; território; socio-economia; património cultural; paisagem; análise de risco.

Já a Avaliação de Impacte em Património (AIP) incide sobre o Bem como um todo, onde para além dos atributos referidos se incluem outras componentes patrimoniais, como a imaterial e o contexto histórico e demais atributos que conferem Valor Universal Excecional ao Bem.

A AIP pode decorrer de forma integrada no procedimento de AIA ou de forma autónoma, sempre que se entenda pertinente e necessário, sobretudo para projetos

---

<sup>1</sup> APA, [s.d.].

que por lei não estejam sujeitos a AIA e corresponde um exercício desenvolvido por uma equipa inter e pluridisciplinar.

O Guia do ICOMOS é uma importante ferramenta de trabalho na medida em que propõe uma metodologia ajustável aos diferentes objetos de estudo, assumindo como ponto de partida para o conhecimento e compreensão do Bem a própria Declaração de Valor Universal, os atributos, a evolução histórica e o contexto socioeconómico em que se desenvolve o processo. A gestão e recolha de informação são assim determinantes para uma análise, o mais abrangente possível, da inter-relação entre os diferentes «patrimónios» em presença e as suas singularidades, como fator determinante para a correta avaliação da vulnerabilidade à mudança. Um relatório de AIP terá que evidenciar a avaliação para cada atributo do VUE, e demonstrar para cada atributo patrimonial individual ou coletivo, como foram os resultados obtidos. Isto deve incluir a avaliação qualitativa, bem como a quantitativa.

A magnitude ou a severidade de impactes ou modificações pode ser classificada como sem modificação, modificação negligenciável, modificação menor, modificação moderada e modificação maior.

Dado que os impactes ou modificações podem ser adversos ou benéficos apresenta-se uma escala de nove níveis com «neutral» no seu nível central.

Neste momento, temos em curso 13 processos de AIA e 8 processos pós-AIA em acompanhamento, de diferentes tipologias, desde infraestruturais, como redes elétricas aéreas de muito alta tensão, parques eólicos, gasodutos e barragens; equipamentos, nomeadamente estabelecimentos hoteleiros e parques temáticos; assim como a indústria extrativa, como minas e pedreiras.

Resumindo um pouco da nossa metodologia de trabalho, procede-se inicialmente ao estudo da documentação enviada pelo promotor do projeto, onde é feita uma análise e georreferenciação do local de uma forma holística e integrada, sempre com uma equipa multidisciplinar. É obrigatória a verificação e uma visita ao local. Para uma análise mais completa e sempre que se justifique, recorreremos a ferramentas informáticas de modo a nos permitir efetuar uma simulação, com representações virtuais tridimensionais do projeto. É feita ainda uma análise e discussão do projeto e eventuais impactes juntamente com o Grupo Coordenador Permanente e o Conselho Consultivo da Missão Douro. Por fim, é elaborada uma informação para tomada de decisão e a integração das comissões de avaliação ambiental e acompanhamento das diferentes fases do processo, articulado com a Comissão Nacional da UNESCO, Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS) e UNESCO.

A Avaliação de Impacte em Património tem sido uma boa prática assumida na gestão do ADV, com resultados muito positivos para a salvaguarda e sustentabilidade da paisagem classificada. Além do mais, vai ao encontro da «Declaração de

Sintra», documento orientador saído da Conferencia sobre avaliação de Impactes em Património, realizada em Sintra nos dias 8 e 9 de novembro de 2017.

Fruto desta boa prática estivemos também presentes na 7.<sup>a</sup> Conferência sobre a Avaliação de Impactes no Património Mundial, realizada na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

A AIP, conjuntamente com os AIA, é um instrumento que nos permite trabalhar a sustentabilidade do Território e, conseqüentemente, a manutenção da classificação do Bem.

Não obstante a importância de se preservarem os atributos de autenticidade e integridade do ADV, é igualmente imprescindível implementar medidas e boas práticas que contribuam para a sua valorização, conforme o exemplo prático apresentado relativo ao Prémio Arquitetura do Douro, duas abordagens que se complementam no contributo que se pretende válido para os objetivos do presente *workshop*.

## BIBLIOGRAFIA

- APA: AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE [s.d.] — *Avaliação de Impacte Ambiental (AIA)*. Disponível em <<https://apambiente.pt/index.php?ref=17&subref=146>>.
- APA: AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE. Disponível em <<https://www.apambiente.pt/>>.
- AGUIAR, Fernando Bianchi de *et al.*, coord. (2002) — *Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro*. Vila Real: UTAD.
- CCDR-N. Disponível em <<http://www.ccdr-n.pt/>>.
- DECRETO-LEI n.º 151-B/2013. «D. R. I Série», 211 (2013-10-31), 6328-(6) – 6328-(31).
- DECRETO-LEI n.º 47/2014. «D. R. I Série», 48 (2014-03-24), 2161-2163.
- DECRETO-LEI n.º 179/2015. «D. R. I Série», 167 (2015-08-27), 6429-6434.
- ICOMOS (2017) — *Orientações para Avaliação de Impactes sobre o Património para Bens do Património Cultural Mundial*. [S.l.: s.n.].
- UNESCO. Disponível em <<https://en.unesco.org/>>
- UNESCO. UNESCO Portugal. Comissão Nacional da UNESCO. Disponível em <<https://www.unesco-portugal.mne.pt/pt/a-cnu>>.



# PRÉMIO ARQUITECTURA DO DOURO

FILINTO GIRÃO OSÓRIO\*

**Resumo:** A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) é a única entidade da administração regional do Continente que detém nas suas competências a atribuição de gestão de um bem cultural Património Mundial, competindo-lhe a sua salvaguarda, nomeadamente quanto à manutenção da integridade e autenticidade, e a sua valorização territorial e social.

Neste contexto a CCDR-N promove o Prémio Arquitectura do Douro. Lançada em 2006 por ocasião das comemorações dos 250 anos da Região Demarcada do Douro (RDD), com periodicidade bienal, esta iniciativa destina-se a promover a cultura arquitectónica e as boas práticas do exercício da arquitectura realizadas na região do Alto Douro após a inscrição do Alto Douro Vinhateiro (ADV) na Lista do Património Mundial da UNESCO (14 de Dezembro de 2001) e concretizadas obras de construção, conservação ou reabilitação de edifícios ou conjuntos arquitectónicos construídos, bem como em intervenções de desenho urbano em espaço público.

Após cinco edições e já com cinco prémios entregues e nove menções honrosas atribuídas, ao perfazer dez anos de existência, o Prémio Arquitectura do Douro está palmilhando um caminho consistente, confirmando o papel funda-

---

\* Arquitecto — Estrutura de Missão do Douro (EMD) da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N). Por opção do autor, a redacção deste artigo não segue o Acordo Ortográfico de 1990.

mental da arquitectura contemporânea de qualidade na valorização dos sítios Património Mundial, sendo reconhecido como uma boa prática para incentivo e promoção da cultura arquitectónica na região do Alto Douro enquanto paisagem cultural evolutiva e viva.

**Palavras-chave:** Alto Douro Vinhateiro; Arquitectura; Património Mundial; Paisagem Cultural.

**Abstract:** The North of Portugal Regional Coordination and Development Commission (CCDR-N) is the only public entity of the regional administration of the Portuguese Continent that is responsible for the management of a World Heritage cultural property, being responsible for its safeguard, for its territorial and social value enhancement and also for maintaining its integrity, authenticity. In this context, CCDR-N promotes the Douro Architecture Prize. Launched in 2006 to commemorate 250 years of the Douro Demarcated Region (RDD) on a biennial basis, this initiative intends to promote best practices and architectural culture in Alto Douro Region after its inscription in the UNESCO World Heritage List (December 14, 2001) implemented in constructions, conservation and rehabilitation of buildings and architectural ensembles, as well as in urban design interventions for public space.

After five editions, with five prizes awarded and nine honorable mentions, the Douro Architecture Prize is trailing a very consistent pathway, stating the fundamental role of contemporary quality architecture in the enhancement of World Heritage sites, recognized as a good practice in encouraging and promoting architectural culture in Alto Douro Region as an evolving and alive cultural landscape.

**Keywords:** Alto Douro Wine Region; Architecture; World Heritage; Cultural Landscape.

Na oportunidade da participação neste encontro, que agradecemos, abordámos o Prémio Arquitectura do Douro, uma iniciativa da Comissão de Coordenação, através da Missão do Douro, que se realiza com alguma regularidade desde há mais de 10 anos.

A apresentação foi acompanhada por um grande número de imagens, soltas, de várias das obras que foram concorrentes ao Prémio ao longo destes anos.

São cinco edições do Prémio Arquitectura do Douro já concretizadas, nos anos de 2006, 2008, em 2010-2011, em 2013-2014 e em 2016-2017.

Espera-se que, em respeito pela periodicidade estabelecida, muito em breve seja feito o lançamento de uma 6.<sup>a</sup> edição.

O Alto Douro Vinhateiro é o único sítio declarado Património da Humanidade pela UNESCO cuja gestão é da responsabilidade dum organismo da Administração Central desconcentrada do Continente.

As Competências da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte no âmbito do ADV e da RDD, tal como definido na Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 4/2014, comportam «a missão de proteger, conservar e valorizar, bem como divulgar e promover a “Paisagem Cultural Evolutiva e Viva do Alto Douro Vinhateiro”» [alínea a) do n.º 2].

A CCDR-N é pois a «entidade gestora do bem Alto Douro Vinhateiro», e «o seu âmbito de intervenção compreende a área classificada como património mundial e a respectiva zona tampão, a qual corresponde ao conjunto dos municípios abrangidos pela Região Demarcada do Douro» [alínea b) do n.º 2 da mesma RCM].

Compete-lhe «zelar pela manutenção dos atributos que conferem integridade e autenticidade à Paisagem Cultural como património mundial, com vista a salvaguardar os valores paisagísticos, ambientais e culturais em presença, em articulação com os municípios e com as demais entidades públicas territorialmente competentes».

O Prémio Arquitectura do Douro é um prémio temático, dedicado a distinguir e a premiar projectos concretizados em obra com elevada qualidade arquitectónica. Obras que podem ser da iniciativa de organismos da administração central e local ou de promotores privados, empresas e particulares.

Pretende reconhecer a boa arquitectura e constituir-se como um incentivo ao surgimento de mais e melhor qualidade nas construções que necessariamente vão sendo realizadas na Região do Alto Douro. Ambiciona fazer também e cada vez mais da grande arquitectura uma das componentes distintivas que contribuem para a excelência da paisagem evolutiva e viva, reforçando o seu carácter, ao serviço da atratividade desta região.

Neste contexto, encara-se a arquitectura como um recurso estratégico, de que importa continuar a tirar partido, nomeadamente em termos de recreação e turísticos.

A quem se destina este Prémio? Destina-se, desde logo, às obras de arquitectura, aos arquitectos projectistas e aos donos de obras. Destina-se a premiar as obras e os autores pelos seus exercícios de concepção, bem assim como os proprietários que resolvem concretizá-las, com gosto e com vontade de fazer bem, cada vez melhor.

É um concurso regional, com incidência num território bem definido, o Alto Douro, coincidente com a Região Demarcada do Douro, ou melhor: com os concelhos que integram a Comunidade Intermunicipal do Douro.

A primeira edição do Prémio foi lançada em 2006, no contexto das celebrações dos 250 anos da criação da Região Demarcada do Douro e da instituição da Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro. O que aconteceu, como é sabido, em 1756, durante o reinado de D. José I e sendo Ministro do Reino D. Sebastião José de Carvalho e Melo, que viria a ser, como é sabido, a partir de 1770, Marquês de Pombal.

Decorridos dois anos após essa primeira edição do Prémio, em 2008 desencana-deámos os procedimentos para a organização da segunda edição.

Havia então sido recentemente criada uma nova estrutura, a Estrutura de Missão para a Região Demarcada do Douro (EMD), dentro da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.

Nos termos da RCM que a estabeleceu a EMD, o presidente da CCDR-N era, por inerência, o encarregado de Missão; para chefe de projecto da EMD foi então designado o Eng. Ricardo Magalhães. A Estrutura de Missão estava dotada de cinco técnicos, de variadas áreas — Geografia, Economia, Arquitectura, Engenharia e Gestão turística. Fui um desses técnicos.

Logo que integrámos a equipa da Estrutura de Missão do Douro, em Outubro de 2008, fomos encarregados de providenciar ao lançamento da segunda edição, desde logo com o encargo de preparar as condições para a selecção das obras a distinguir. E para uma decisão do júri a tempo de ser anunciada, e as distinções entregues, no dia 14 de Dezembro desse ano, dia comemorativo do Alto Douro Vinhateiro (decorriam então sete anos desde a sua inscrição como bem Património Mundial na Lista da UNESCO).

Assim se fez.

Nesse dia 14 de Dezembro de 2008 foi também inaugurada oficialmente a nova sede do Museu do Douro, na antiga Casa da Companhia em Peso da Régua. No final das cerimónias da inauguração, que contaram com o então Primeiro-ministro de Portugal, fez-se o anúncio dos resultados do Prémio Arquitectura do Douro e foram entregues as distinções aos premiados.

O Prémio dessa edição foi atribuído ao Arq. António Belém Lima pela sua obra Museu da Vila Velha, em Vila Real. Foi também entregue uma Menção Honrosa ao Arq. Paulo Moura pela sua obra de requalificação da Capela das Sete Esquinas e respectivo espaço público envolvente, em Peso da Régua.

A entrega do Prémio Arquitectura do Douro constituiu pois acto breve, a culminar uma jornada muito intensa em dia festivo para o Alto Douro Vinhateiro.

Desde a segunda edição, em 2008, e até à mais recente, de 2016-17, temos sido responsáveis por todo o processo de organização do Prémio Arquitectura do Douro.

É bem sabido que a arquitectura desempenha um papel social. É algo que tem que trazer valor, que tem que dar às populações residentes um contributo sensível também para o seu bem-estar e para o reforço do seu sentido de pertença a um dado território.

A arquitectura tem, além disso, uma importante função pedagógica. Através da qual transmite valores, que se concretizam e fazem visíveis através do respeito pelos modos tradicionais de construir, pela implantação correcta das construções face às exigências e especificidades de cada sítio, pela adequada integração na paisagem. Mas também pelas suas características de modernidade, inovação e originalidade.

Os bons exemplos existentes num certo local, as soluções harmoniosas para determinados problemas, são por si só, e elas próprias, indutoras de outras boas concretizações na proximidade.

Há todo um conjunto de influências que não devem ser descuradas, inclusivamente em termos de sentimentos de orgulho e de posse experimentados pelas pessoas, quando estão cientes da qualidade do aglomerado em que vivem, se conscientes da existência na sua terra de edificações emblemáticas, qualificadas e reconhecidas, as quais são também apreciadas pelos de fora.

A arquitectura nasce da necessidade de resolver problemas. Constitui o conjunto de respostas que é preciso encontrar para as necessidades decorrentes das variadas actividades humanas.

Desenhar uma adega de vinificação, por exemplo, implica conhecer e reflectir os processos da feitura do vinho; conhecer e reflectir sobre como se organiza a produção: a chegada das uvas, os tempos e as temperaturas de fermentação, o modo de selecção das castas e os loteamentos dos vinhos; prever os espaços adequados à movimentação dos lotes, os percursos das massas e dos mostos, as áreas para o engarrafamento e para o armazenamento, a rotulagem.

Mas é também ter a capacidade de criar espaços um pouco mais recatados, um pouco mais intimistas, espaços fundamentais para que a criatividade plenamente se manifeste na elaboração de grandes vinhos que o produtor-enólogo pacientemente cria e constrói. E ainda, hoje em dia, desenhar áreas para as provas de vinhos e a sua venda, e, em certos casos, espaço para expor aos visitantes os prémios conseguidos por algumas das melhores produções da quinta.

Cinco edições do Prémio Arquitectura do Douro tiveram lugar até ao presente. Nestas, foram já entregues as seguintes distinções: cinco obras premiadas e nove obras distinguidas com Menção Honrosa, que se poderão discriminar. Em 2006 o premiado foi a Adega da Quinta da Touriga Chã, de António Leitão Barbosa; as Menções Honrosas foram para: 1) Reabilitação da Casa do Poço, de Manuel Botelho; 2) Conservatório Regional de Música de Vila Real, de António Belém Lima.



Fig. 1. Adega da Quinta da Touriga Chã, Vila Nova de Foz Côa – Arq. António Leitão Barbosa – Premiado 2006

Na edição de 2008, foi, como acima referido, premiado o Museu da Vila Velha, da autoria de António Belém Lima, e a Capela das Sete Esquinas, de Paulo Moura, obteve a única Menção Honrosa que nesta edição o júri resolveu atribuir.



**Fig. 2.** Museu da Vila Velha, Vila Real – Arq. António Belém Lima  
Premiado 2008

O prémio da terceira edição (2010-2011) foi entregue no Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, 18 de Abril, em cerimónia realizada no Museu da Vila Velha, em Vila Real. Foi premiada a obra Armazém de Vinhos da Quinta do Portal, projectada por Álvaro Siza Vieira, e foram distinguidas com Menção Honrosa a Adega da Quinta do Valado, de Francisco Vieira de Campos, e a Capela Travassos, em Canelas, Peso da Régua, projecto de Paulo Moura.



**Fig. 3.** Armazém de Vinhos da Quinta do Portal, Sabrosa – Arq. Álvaro Siza Vieira  
Premiado 2010-2011

Em 2013-2014 os resultados do concurso foram igualmente anunciados no Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, a 18 de Abril de 2014, no auditório do Armazém de vinhos da Quinta do Portal, tendo o prémio sido entregue ao Museu do

Côa, desenhado pelos arquitectos Camilo Rebelo e Tiago Pimentel, e as duas menções honrosas à Adega de Presandães, da empresa Porto Cruz, da autoria de Alexandre Burmester, e ao Hotel Vínico da Quinta do Valado, de Francisco Vieira de Campos.



**Fig. 4.** Museu do Côa, Vila Nova de Foz Côa – Arq. Camilo Rebelo e Arq. Tiago Pimentel  
Premiado 2013-2014

O anúncio dos resultados da edição mais recente, de 2016-2017, lançada no Pinhão, teve também lugar no Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, de 2017, no Centro Interpretativo do Mosteiro de São João de Tarouca. O júri desta edição resolveu premiar o Centro de Alto Rendimento do Pocinho, de Álvaro Fernandes Andrade, e atribuir duas menções honrosas, uma à Adega da Quinta da Gaivosa, situada em Cumieira, no concelho de Santa Marta de Penaguião, projectada pelo arquitecto António Belém Lima, e outra ao Espaço Miguel Torga, localizado em São Martinho de Anta, em Sabrosa, da autoria de Eduardo Souto de Moura.



**Fig. 5.** Centro de Alto Rendimento, Vila Nova de Foz Côa – Arq. Álvaro Fernandes Andrade  
Premiado 2016-2017

Um edifício deve ser resistente ao tempo e ao clima; tem que responder racional, económica e adequadamente às funções que nele irão decorrer. Tem que integrar-se bem no meio em que se implanta e na paisagem. Tem, finalmente, que agradar aos seus donos, e aos seus utilizadores. A quem chega e a quem o visita, mas principalmente a quem o vive.

O processo de organização de uma edição do Prémio Arquitectura do Douro comporta diversos passos. Desde logo, a constituição do júri; o estabelecimento de um calendário, bem como o lançamento e a divulgação, anunciando-se prazos e publicitando o regulamento.

Normalmente, na divulgação faz-se um folheto, que se distribui amplamente; faz-se anúncio na página digital da CCDR-N, assim como anúncios em periódicos da imprensa regional e local, destacando-se os prazos.

O regulamento veio diferindo e evoluindo um pouco a cada nova edição. Inicialmente tinha uma configuração, diríamos, quase inspirada num concurso público. Por exemplo, no regulamento de 2006, julgou dever-se preservar a autoria das obras concorrentes prevendo uma regra de confidencialidade. Ora, isso não faz qualquer sentido, tratando-se de obras existentes, licenciadas e construídas, e que são do conhecimento público. Por isso, nas edições posteriores, essa disposição foi naturalmente retirada do regulamento.

De modo idêntico, foram clarificadas algumas disposições, nomeadamente as relativas às peças a entregar, para mais eficaz trabalho de apreciação pelo júri das obras concorrentes. Passou a pedir-se a entrega de painéis, no mínimo 1 e no máximo 3, em que se apresentasse graficamente cada obra. Estes painéis, além de facilitarem a avaliação pelo júri, servem ainda para serem expostos, nomeadamente por ocasião do acto de anúncio do resultado e entrega das distinções.

Essa exposição nem sempre tem sido concretizada, tal como sucedeu na última edição, em 18 de Abril de 2017, dado que, por um lado, tendo-se apresentado a concurso 20 obras, os numerosos painéis exigiriam uma área expositiva que o espaço onde se realizou a cerimónia não comportava, e, por outro lado, nesse dia fez-se também a inauguração formal do Centro Interpretativo do Mosteiro de São João de Tarouca, espaço que já tinha ali a sua própria exposição permanente. Ao que julgamos saber, também a primeira edição não teve uma exposição.

A composição do júri tem diferido um pouco ao longo dos anos, embora com algumas invariantes: a CCDR-N, que preside, a Direcção Regional de Cultura do Norte, o Turismo de Portugal (ou mais recentemente, um representante da Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte), a Ordem dos Arquitectos; o arquitecto premiado na edição anterior.

No termo do prazo para recepção das propostas, o júri reúne e verifica se cada uma é efectivamente de qualidade e se cumpre os requisitos do regulamento, que

são: i) a obra ter sido concluída após 2001, ano da inscrição do ADV na Lista do PM da UNESCO; ii) a obra ter sido licenciada; iii) o processo conter um documento de conhecimento mútuo e anuência das partes (autor do projecto e dono da obra) para a sua apresentação como concorrente; iv) conter os elementos, peças desenhadas e escritas, requeridos no regulamento.

É então que verdadeiramente começa o trabalho do júri.

A visita aos locais de todas as obras é fundamental. É sempre realizada, porque a observação *in loco* constitui um dos passos indispensáveis para completa e correcta avaliação da arquitectura.

A tarefa de escolha e selecção pelo júri não é, na maioria das vezes, nada fácil.

O júri pode, nos termos do regulamento, além do prémio, atribuir até duas menções honrosas.

Refira-se que, por exemplo, na última edição, em que, como já referido, concorreram vinte obras e muitas delas de altíssima qualidade, o júri teve grande dificuldade na selecção. Houve até alguma vontade em atribuir mais que duas menções honrosas, o que o regulamento não permite. Ponderou-se então criar uma nova figura, algo do género *menção especial do júri*. Mas isso seria difícil de justificar e podia criar um precedente que, no futuro, poderia trazer outras dificuldades.

As decisões do júri são, nos termos regulamentares, tomadas por unanimidade. O que muitas vezes não é fácil de alcançar. Por vezes, houve lugar a grande confronto de opiniões, mas os consensos têm sempre sido efectivamente conseguidos.

Alguns números:

5 edições (concorrentes): em 2006	14
em 2008	6
em 2010-2011	14
em 2013-2014	10
em 2016-2017	20
Total	64

No somatório das cinco competições do concurso já realizadas, há uma grande diversidade de tipologias, inúmeras autorias, bem como uma assinalável dispersão territorial. Dos 21 concelhos abrangidos pela Região Demarcada do Douro (em que se incluem Figueira de Castelo Rodrigo e Meda, situados na Região Centro), já houve obras candidatas em quase todos. Mesmo no que toca aos concelhos da NUT III — Douro, somente em Carrazeda de Ansiães, Moimenta da Beira, Penedono, Tarouca e Vila Flor, não houve ainda uma obra concorrente.

Em contrapartida, o júri já apreciou um candidato em Mogadouro, concelho que não faz parte do Alto Douro.

Verifica-se também uma assinalável diversidade de tipologias de uso das edificações. Mais de 13 utilizações diferentes, desde a adega ou centro de vinificação (com ou sem acolhimento de público de forma organizada e em grande escala), ao auditório, ao centro cultural, ao museu, até hotéis e unidades de turismo no espaço rural (tanto recuperações e adaptações de construções existentes como criação de novas edificações de raiz). Para citar alguns apenas.

Na terceira edição, por exemplo, foi notado pelo júri que havia ainda algumas tipologias em falta, nomeadamente a habitação uni ou multi-familiar. O júri assinalou também que são ainda escassas as obras de autoria feminina.

Em que consiste o Prémio? O prémio, que é entregue ao arquitecto e ao dono da obra pela concepção e execução da obra de arquitectura distinguida, é, normalmente, uma pequena peça de arte, de valor não muito elevado. Geralmente uma escultura ou uma gravura.

Trata-se mais de algo com valor simbólico ou de prestígio do que propriamente de algo que possa ser considerado de grande valor pecuniário.

Além disso, a CCDR-N, entidade responsável pela organização do concurso, entrega também a cada obra distinguida uma placa metálica, especificamente desenhada no contexto do Prémio Arquitectura do Douro, para afixação no edifício, a qual contém: identificação da obra, designação da distinção (Prémio ou Menção Honrosa) e identificação do autor e do dono da obra.

Em termos de resultados visíveis no território, em consequência do Prémio Arquitectura do Douro, não é em boa verdade possível afirmar que do Prémio Arquitectura do Douro resulta realmente uma melhor produção arquitectónica na região do Alto Douro.

Contudo, estamos certos de que o facto da sua existência, de ser organizado como um concurso com regularidade e de serem entregues distinções a determinadas obras seleccionadas, ajuda, sem dúvida, à maior visibilidade daquilo que de melhor por aqui se está fazendo. E a sua atribuição contribui para aumentar o amor-próprio dos proprietários, dos promotores, dos autores, e, quem sabe, das pessoas das próprias comunidades dos lugares.

No Alto Douro, como em tantas outras zonas da nossa Região Norte, há ainda um longo trabalho a fazer — em termos de ordenamento do território, reforço da concentração de aglomerados e contenção das extensões ao longo das vias de comunicação. Importa contrariar as tendências para a dispersão das edificações pela paisagem.

Importa continuar os esforços para restaurar, aproveitar, reutilizar (quando seja caso disso) o edificado tradicional de qualidade, mormente alguns antigos equipamentos públicos: Escolas primárias (quanto a estes antigos equipamentos, vão surgindo já alguns exemplos de recuperação e adaptação a outros usos); Casas da antiga Junta Autónoma de Estradas, Casas florestais, entre outros.

E há todo um conjunto de edifícios da antiga Casa do Douro, edifícios dispersos pela Região, que se encontram, hoje, sem utilização ou ao abandono. Trata-se dum património que, até pela sua qualidade arquitectónica, é merecedor de um olhar atento e a que é preciso acorrer o mais breve possível.

No final do ano passado, no completar dos dez anos de existência do Prémio Arquitectura do Douro, a CCDR-N resolveu assinalar o facto, em jeito de um breve balanço do que têm sido estas cinco edições da iniciativa. Para isso, revisitaram-se todas as obras distinguidas e os autores premiados e, com a ajuda do olhar do fotógrafo Miguel Coelho, compilou-se um novo conjunto de imagens dessas nove notáveis peças de arquitectura, que foi apresentado na publicação *10 anos — Prémio Arquitectura do Douro*.



Fig. 6. Capa e contracapa da publicação *10 anos – Prémio Arquitectura do Douro*

A concluir, resta reafirmar que o Prémio Arquitectura do Douro é uma boa prática de valorização do território, que dá maior visibilidade às intervenções na paisagem e no panorama edificado do Alto Douro.

Uma boa prática já anteriormente apresentada em alguns outros fóruns e que tem sido reconhecida e valorizada, nomeadamente no contexto de plataformas de colaboração em que temos estado envolvidos, como, por exemplo, a rede VITOUR, onde foi muito apreciada e encarada como podendo ser replicada para outras paisagens vinhateiras Património Mundial da Europa.



# DE QUE É QUE SE FALA QUANDO SE FALA DE PAISAGEM?\*

ÁLVARO DOMINGUES\*\*

**Resumo:** O conceito de paisagem tornou-se de tal forma vago e genérico que já não se sabe muito bem o que é que denomina e para o que é que serve. Paisagem torna-se assim um dispositivo de inteligibilidade do real de uma extrema voracidade — é omnívoro. Alimenta-se praticamente de tudo, com a vantagem de tornar visível (dar a ver ou representar enquanto estratégia de objectivação) qualquer problemática sujeita a um processo de «paisagificação» (*mis en paysage*). Os recursos usados nestas manobras de produção de sentido percorrem um imenso espectro que vai desde a «estetização» à diversidade dos discursos de «cientificação», desde a geografia ao paisagismo ou à ecologia da paisagem. Na literatura, a geopoética veio expandir outras dimensões de sentir o mundo através da escrita sobre a paisagem.

Para além disso, o carácter necessariamente mutável das paisagens confere-lhes conteúdos instáveis, contraditórios, dotados de um elevado poder de dramatização. O conflito permanente entre a preservação/destruição; estabilidade/ameaça; prazer/descontentamento; aceitação/negação; incerteza, etc. produz uma tensão constante que encontra na própria diversidade e contradição so-

---

\* A escrita do texto não obedece às normas do Acordo Ortográfico de 1990.

\*\* Professor Associado da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

ciais, uma fonte permanente de consciência e racionalidade agónicas, ávidas de confronto, negociação, normatividade, imposições, penalizações... de modo a regular a conflitualidade.

É por esta razão que a paisagem enquanto dispositivo de partilha e discussão sobre territórios/sociedades se revela de uma extrema utilidade para se perceber de que se fala realmente quando se fala de paisagem, quem usa a palavra, que argumentos defende, que estratégias de legitimação suportam a autoridade de quem fala e do que fala, enfim, quais são e o que revelam as polémicas políticas sobre a paisagem, os lugares comuns dos colectivos que se envolvem nessas polémicas.

**Palavras-chave:** Paisagem e mutabilidade; «Paisagificação»; discursos e polémicas sobre a paisagem.

**Abstract:** The concept of landscape has become so vague and generic that we no longer know very well what it is that it names and what it is for. Landscape becomes thus a device of real intelligibility of an extreme voracity — it is omnivorous. It feeds on practically everything, with the advantage of making visible (seeing or representing as strategy of objectification) any problematic subject to a process of «paisagificación» (*my en paysage*). The resources used in these sense-producing maneuvers span an immense spectrum ranging from «aestheticization» to the diversity of «scientific» discourses, from geography, landscaping, or landscape ecology. In literature, geopoetics came to expand other dimensions of feeling the world through writing on the landscape.

Moreover, the necessarily changeable character of landscapes gives them unstable, contradictory contents with a high dramatization power. The permanent conflict between preservation/destruction; stability/threat; pleasure/discontent; acceptance/denial; uncertainty, etc. produces a constant tension that finds in its own social diversity and contradiction a permanent source of agonizing consciousness and rationality, eager for confrontation, negotiation, normativity, impositions, penalties... in order to regulate conflict.

It is for this reason that the landscape as a device of sharing and discussion about territories/societies proves to be extremely useful to realize that one really speaks when talking about landscape, who uses the word, what arguments it defends, what strategies of legitimation support the authority of those who speak and speak, and finally, what are and what reveal the political controversies about the landscape, the common places of the collectives that are involved in these controversies.

**Keywords:** Landscape and mutability; «Landscaping»; speeches and controversies about the landscape.

## 1. OS ALPES

*Que espécie de paisagem temos em comum? Abordada enquanto bem comum, a paisagem implica definir um perímetro e não apenas um sítio, mas, acerca do comum: que colectivo? Qual a escala? Que valores comuns? Que legitimidade ao afirmar esses valores comuns? Que projecto? Que formas de regulação (governance)? O bem comum corresponde a uma categoria a ser preenchida pelo uso, pela negociação, pelo conflito. A paisagem permite (em alguns casos, obriga) sair das malhas administrativas e dos recortes políticos institucionais para procurar outras lógicas de intervenção<sup>1</sup>.*

Esta sequência de questões colocadas por Anne Sgard a propósito da paisagem emerge da questão complicada da legitimação: da necessidade de definir um «*património*» ou um «*bem comum*» a partir da identificação do colectivo social implícito nessa partilha, e dos valores, direitos e deveres realmente partilhados.

O ofício implica uma maquinaria política, um processo de tomada de decisão, uma plataforma de negociação de conflitos e de construção de consensos, a definição de um jogo claro sobre como reconhecer as partes em presença, a sua representatividade, os argumentos, a justeza dos interesses e valores colocados na mesa.

Quando a Convenção Europeia da Paisagem (Florença, 2000), no seu Artigo 1.º refere que «“Paisagem” designa uma parte do “território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da interacção de factores naturais e/ou humanos», está a clarificar uma questão e a complicar outra.

A clarificação tem que ver com um distanciamento claro face a uma legitimação de paisagem resultante de um processo do topo para a base, em que alguém — os chamados «especialistas», numa visão tecnocrática — chamou a si a hegemonia da legitimidade para dizer onde, porquê e como uma parcela de território se transforma em «paisagem».

A complicação deriva do vazio político da expressão «populações». À partida, *Populações* designa um vínculo entre um grupo e um território, mas não é nada clara a natureza desse vínculo, porque as *populações* contêm muita diversidade, contradição e conflito, porque a sociedade é diversa, como diferentes são os interesses, as visões do mundo ou a distribuição do poder e da capacidade de determinado indivíduo ou grupo se tornar socialmente visível, tomar a palavra, exercer o seu papel activo dentro de um colectivo onde se reconheça e que o reconhece. É aqui que termina a visão contemplativa da paisagem, o seu entendimento como um objecto ou qualquer coisa exterior à vida de cada um como se a paisagem fosse uma espécie de *pano de fundo*.

---

<sup>1</sup> SGARD, 2018.

O conjunto de reflexões sobre a *construção do comum* — que define a própria colectividade, os seus valores, os vínculos, os modos de regulação desses conjuntos — enquadra-se no texto de A. Sgard, numa reflexão sobre os Alpes, ou melhor, a paisagem alpina — *impossível bem comum da Suíça e dos Suíços*, como questiona Bernard Debarbieux<sup>2</sup>, autor e obra citados por A. Sgard.

A retórica nacionalista durante e após o século XIX produziu uma vinculação individual e colectiva muito forte entre a Suíça, os Suíços e os Alpes. Entretanto, foram-se perdendo outros vínculos, alguns muito antigos, nomeadamente os que regulavam a relação dos pastores com o uso das *alpapes* (pastos de montanha) ou com a partilha das águas<sup>3</sup>.

No entanto, quer a intensificação do pastoreio quer o seu abandono, a florestação promovida pelo Estado, a emergência do turismo, a produção de novos regimes legais acerca dos territórios da montanha, das águas, da floresta... conheceram derivas contraditórias e muito diferentes dos regimes tradicionais pastoris. Foram-se assim construindo valores de propriedade, de uso, ou de imaginários totalmente distintos e, por vezes, altamente problemáticos. A tradução da paisagem em imagens — e a facilidade com que essas imagens circulam — foi criando também outras vinculações entre essas paisagens e os diversos actores sociais que, sendo ou não residentes nesses territórios, se acham com legitimidade para serem chamados a opinar, a serem consultados, a votar, a decidir... sobre assuntos respeitantes às *suas* paisagens.

Em 1920, a publicação *L'Écho des Alpes*, a revista do clube alpino suíço, prossegue a construção pitoresca dos Alpes, as curiosidades das levadas (*bisses*) como «ornamentos da paisagem», as mitologias heróicas do montanhês lutando contra os rigores dos Alpes e, sobretudo, a produção de uma iconografia abundante sobre caminhos, passeios, picos e toda uma variedade de experiências sensoriais para o *touriste*. Da pura contemplação à escalada, estavam a mudar radicalmente os modos de ver e usar a montanha. Essa «paisagificação» das montanhas envolvia os grupos sociais mais proeminentes na produção e na legitimação dos discursos, das representações... muito longe dos Alpes de sempre, dos seus habitantes e de uma economia pastoril tradicional em desagregação.

Desde a instituição dos Alpes como destino do *Grand Tour* ainda no século XVIII<sup>4</sup>, a explosão da economia turística fez dos Alpes, antes ou depois de outra qualquer coisa, uma paisagem:

<sup>2</sup> DEBARBIEUX, 2013.

<sup>3</sup> Como no caso dos baldios em Portugal ou dos sistemas comunitários de partilha das levadas de rega, esta «história dos comuns», da constituição de direitos de posse e de uso de espaços e recursos comuns (das freguesias ou de juntas de compartes ou outras formas de gestão colectiva) enquadrados por modos de vida pré-modernos permaneceram bastante estáveis no tempo.

<sup>4</sup> «Haller avec son poème *Les Alpes* (1729), Rousseau avec *La Nouvelle Héloïse* (1761) et bien d'autres artistes vont ainsi inspirer plusieurs générations. Le voyage prend alors l'aspect d'une redécouverte de lieux connus à travers les

*Esteja-se ou não satisfeito, a paisagem alpina adquiriu neste país (Suíça) um valor incrível, tanto afectivo como nacional, estético e patrimonial, o que torna a sua conservação uma fonte de orgulho colectivo e bem-estar individual, e a sua transformação, uma fonte de ansiedade e motivo de protesto. Assim sendo, a paisagem é quase separada da realidade territorial da qual é a representação, uma imagem cujo consumo in situ vale quase tanto quanto a impressão em livros e a circulação nos media electrónicos<sup>5</sup>.*

Mais recentemente, por ocasião de um referendo sobre a paisagem alpina que propunha a limitação drástica da construção de residências secundárias na montanha (a chamada «*iniciativa Weber*», promovida pelo ecologista Franz Weber, 2012), a questão paisagística tomou rumos diversos e contraditórios ao nível do Parlamento Federal, dos Cantões e das Comunas.



Fig. 1. Carta da urbanização suíça – Parallel Sprawl

<http://www.kunikdemorsier.ch/parallel-sprawl/>



Fig. 2. Comunas suíças com mais de 20 % de residências secundárias (cinza-escuro)

<https://journals.openedition.org/rga/1866?lang=en>

Como se pode verificar na cartografia, existe uma total descoincidência geográfica entre a Suíça mais intensamente urbanizada — a norte — e a concentração de residências secundárias e estâncias turísticas na montanha — a sul. Além das residências secundárias, há ainda a considerar a importância do mercado turístico relacionado com as estâncias de desportos de Inverno. Ficou assim aberto um tema de

---

représentations picturales et littéraires et se transforme en voyage intérieur, voir en quête spirituelle. Progressivement, l'imaginaire va se cristalliser autour de motifs proprement helvétiques — chalets, monts, cascade — qui, grâce aux arts industriels, connaîtront une large diffusion. Le succès de Heidi s'inscrit dans ce mouvement et illustre cette vogue pastorale». In *Regards sur la Suisse: Voyage du XVIème au XXème siècle*, EXPOSITION, 2015. Ver também SAUSSURE, 1779-1796; ENGELMANN, 1823-1832.

<sup>5</sup> DEBARBIEUX, 2013.

contornos bastante complexos entre diversos actores e interesses (proprietários de residências secundárias, a maioria fora do mercado turístico e com residência habitual nos cantões do Norte, os hoteleiros e outros operadores turísticos no Sul, os interesses dos suíços que aí residem e trabalham) e a legitimidade da aplicação das leis federais a um nível cantonal e comunal<sup>6</sup>.

Está assim colocada uma questão básica em matéria daquilo que em filosofia política se chama um «bem comum» e quais os vínculos que, de facto, relacionam bens comuns e colectividades ou, de outro modo, como é que o enunciado dos bens comuns produz novos vínculos e novas colectividades. A paisagem alpina transformada em bem comum (património colectivo) dos Suíços e do seu imaginário identitário vai evoluindo para valores, formas de uso e de apropriação muito diversos; provocou movimentações de capital ao nível mundial, de grandes investimentos turísticos; de movimentos ambientalistas, etc.

*Si l'attention pour le paysage devait continuer de s'imposer comme modalité principale de l'attention aux Alpes, les débats politiques risqueraient de s'installer dans une confusion durable, tant est grande la diversité des significations et des valeurs qui lui sont attachées au sein de la population suisse<sup>7</sup>.*

Parece não haver nenhuma relação entre a paisagem dos Alpes e do Alto Douro Vinhateiro, mas o que aqui nos interessa é a questão da construção política de um bem comum — a paisagem — e o teor das polémicas que o assunto suscita. Passemos, pois, ao Douro.

## 2. O DOURO VINHATEIRO

O Douro é uma paisagem tirada a ferros das pedras cascalhentas do xisto, a mesma pedra de que se fazem os socalcos — os geios — e os caminhos, e que guarda o calor do sol para os frios da noite. Para lá do Marão e do Montemuro, o rio Douro cavou uma paisagem de encostas quase sempre íngremes, e a muralha das serranias faz com que a humidade do Atlântico chegue escassa por

estas bandas e os verões sejam escaldantes e luminosos para que a uva amadureça doce e os sabores se revelem na bebida incomparável que são os vinhos aqui nascidos; como escreveu Villa Maior:

*Estas duas montanhas (Marão e Monte Muro), em meio das quaes atravessa o Douro, contêm até certo ponto os ventos frios e húmidos do mar; abrigam o paiz*

<sup>6</sup> Cf. CLIVAZ, 2013.

<sup>7</sup> DEBARBIEUX, 2013.

*vinhateiro, tornando-o apropriado a esta produção, e esta circunstancia, junto á natureza das suas rochas, dá aos seus fructos um sainete, que não se encontra nas outras regiões*<sup>8</sup>.

O Douro é uma terra com excesso de identidade. Uma identidade que se dá a ver pela grandiosidade da paisagem em socalcos onde medram a uva para o vinho fino, os ingleses e as histórias mirabolantes de naufrágios nos cachões, quintas, solhos, rabelos, negócios, filoxera ou comboios. Desde as gravuras e aquarelas dos ingleses à banalização da fotografia e, hoje, da circulação torrencial de imagens nas redes sociais, o Douro confunde-se cada vez mais com as representações de si próprio.

Tamanho recurso de produção de imagens e imaginários teria de espicaçar relatos mais ou menos poéticos, pitorescos, realistas ou trágicos. Das gravuras, da cartografia de Forrester, da literatura de viagens, *o Douro Illustrado* de Villa Maior (1876), *O Douro — principaes quintas, navegação, culturas, paisagens e costumes* de Manuel Monteiro (1911), da fotografia — como Emílio Biel ou Domingos Alvão —, do cinema de Manoel de Oliveira, dos romances poderosos de Agustina Bessa-Luís... o Douro desdobra-se num caleidoscópio infinito de imagens.

Excesso de identidade resulta da abundância das narrativas e desta oscilação entre o genérico ou o postal — a escadaria gigantesca dos socalcos, o espelho da água preso entre barragens, a transparência de certa luz do Outono ou as neblinas misturadas com as fogueiras das vides, as amendoeiras em flor, o verde seco das oliveiras, a pose majestática das velhas quintas com pomares de laranjeiras e silhuetas de ciprestes, os lagares, um rabelo falso e um cálice de porto.

A necessidade de manter traços de uma identidade como quem quer ver na paisagem uma foto de Domingos Alvão ao vivo e a cores (e com o selo patrimonial e universal da UNESCO desde 2001); a mágoa dos muitos que acham que a mudança é estrago e predação; as vinhas a trepar «ao alto» ou ao longo da geometria caprichosa dos novos patamares sem muros; as terras que se despovoam; as auto-estradas e as linhas de alta tensão; as casas pela estrada fora... tudo isso constitui um repertório de imagens e experiências que não se podem filtrar pelas representações que mais circulam e que são simplificações grosseiras sobre supostos tipicismos e traços característicos de paisagem.

A estetização demasiada da paisagem só aumenta tensões e ansiedades, insistindo na construção de identidades julgadas perpétuas mas que, afinal, nem saíram dos tempos bíblicos, nem de tempos serenos e metabolismos lentos que hoje não existem. As paisagens não são mortórios parados, e as identidades são construções em progresso.

---

<sup>8</sup> VILLA MAIOR, 1876.

O Douro extravasou há muito a sua geografia confinada. Depois das barragens, o rio que lhe dá o nome é um gigantesco escadório de águas turbinadas, espelhos sulcados por barcos de recreio. A paisagem da *xistolândia*, como lhe chamou António Barreto, é a retaguarda das famílias e dos capitais que já no século XIX estavam no Porto ou em Londres e geriam a adega por telégrafo. Controlada pelo autoritarismo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, constituída em 1756, a demarcação bastante aleatória da região foi fonte de repetidas e violentas devassas que arruinaram muitos lavradores. O argumento era o da manutenção da qualidade do vinho e a ganância dos grandes comerciantes que operavam no mercado londrino. Tudo o que se passava ao nível local era decidido noutras geografias por interesses conhecidos<sup>9</sup>.

Em 2001 o Alto Douro Vinhateiro foi classificado como Paisagem Património da Humanidade. *Paisagificar* é a forma mais eficaz de esquecer as misérias que por aqui passaram, as sezões, a filoxera, os vindimadores das rogas que dormiam nos cardenhos, os galegos que construía os socalcos. Que importa? O Douro é uma paisagem extraordinária, uma colónia de grandes empresas transnacionais e cerca de 30 mil pequenos produtores delas dependentes. Ano após ano, renovam-se e acrescentam-se mais uns hectares de paisagem vitivinícola que já vai acima da cota dos 600 metros. Nas vindimas, os trabalhadores das antigas rogas constituem agora uma diversidade que vai do imigrante ocasional da Tailândia, do Vietname, da Roménia, Moldávia, da Ucrânia ou do Nepal. Também há a vindima estética feita pelo turista que paga para vindimar. Tudo muito diferente daquilo que escreveu Orlando Ribeiro mas, socialmente, a mesma polarização social hoje mais contrastada e, definitivamente, global:

*Se, como mostrou Roger Dion “les grands crus” nascem das cidades, como os arrabaldes, o Douro, isto é, a mancha de xisto atravessada pelo rio, em cujos geios (socalcos) se produz o vinho fino, é como um subúrbio disjunto do Porto, com as suas quintas confortavelmente mobiladas para receber durante a vindima uma “sociedade” presumida e altiva, a sua adega e a cardenha, onde se albergavam as rogas que desciam da Terra Fria ao som do bombo e dos ferrinhos, que continuavam a animar o duro trabalho da vindima e do lagar. Dormiam num duro enxergão, cobertos pela própria manta, aos dois em cada tarimba, mas homens com homens e mulheres com mulheres, mesmo os casados*<sup>10</sup>.

<sup>9</sup> Veja-se em AGUIAR & DIAS, 2000 os autores envolvidos a propósito da história mais antiga ou recente da região e suas paisagens (História e Património Vernacular e Estudo de Caracterização Paisagística) e a bibliografia (p.106-110). Destaca-se ainda a obra de MACEDO, 2012.

<sup>10</sup> RIBEIRO, 1987: 5-11.

Descolada da realidade e transformada em representação identitária para circular nas imagens e narrativas para turistas, ou nos discursos da «autenticidade», a paisagem «Port Wine» como que fica em estado permanente de ansiedade. Uma certa nostalgia do «velho Douro» verá como crime ou ofensa uma plantação de vinha «ao alto», sem a poética do socalco construído pelos quase-escravos de outrora. A mesma nostalgia não descobrirá prazer estético nas novas plantações sem a escadaria ciclópica dos muros de xisto, e o discurso sobre a paisagem pode transformar-se rapidamente num manifesto sobre a perda e a injúria. Levantam-se questões e conflitos pela construção de novas barragens no Tua e no Sabor, emergem as polémicas e os actores que as sustentam. Invocam-se leis, classificações, valores, direitos. Como dispositivo político, a paisagem também continua viva.

Nas brochuras de propaganda turística, nos sítios electrónicos das casas de turismo, das quintas, das adegas e dos hotéis, voltam as imagens poderosas de Emílio Biel ou de Domingos Alvão, para que, a preto e branco, volte a paz e a quietude das paisagens perfeitas.

Hoje o mundo do vinho é um planeta alucinante que move milhões. A estetização suprema da bebida formou um universo de negócios, especialistas, adegas, concursos, enólogos, revistas, críticos, provas, *wine resorts*, aromas complexos, notas de frutos maduros, framboesa, resina, mentol, especiarias, laivos de baunilha, toque balsâmico, madeira, mineralidade, pão torrado, frescura, taninos, violetas, eucalipto e até com nuances de alcatrão com final de boca longo (não sei se Baco sabe do alcatrão). O Alto Douro Vinhateiro está a flutuar nesta agitação alcoólica. Foi sempre terra mal dividida entre senhores e escravos do trabalho, dúvidas, dívidas e sobressaltos por via de preços e colheitas más, glórias alcançadas ou verdadeiras pragas bíblicas como as enchentes que o rio tinha, a filoxera que arrasou a vinha e as sezões que matavam em Verões escaldantes, a gente mal confortada de corpo e de espírito.

Dizer que o Douro é a relação íntima entre a actividade humana e a natureza — como é comum dizer-se para explicar a paisagem de singular beleza — parece muito pouco para acertar com o que realmente nos deixa perplexos em terra de tantas contradições. Afinal, é uma terra entalada entre o lento desfazer dos povoados, que se espalhavam pelos altos arejados dos vales, e a irrupção continuada do efeito das dinâmicas globais dos negócios do vinho e do turismo. Nunca o local e o global estiveram tão intensamente colados como aqui, desde os velhos tratados com a Inglaterra até aos de hoje que já não são tratados entre países mas negócios entre empresas.

Voltamos às questões postas por Anne Sgard no início a propósito das paisagens alpinas, transpostas agora para o Douro: *Que espécie de paisagem temos em comum?*

*Abordada enquanto bem comum, a paisagem implica definir um perímetro e não apenas um sítio, mas, acerca do comum: que colectivo? Qual a escala? Que valores comuns? Que legitimidade ao afirmar esses valores comuns? Que projecto?*

A patrimonialização da paisagem ou qualquer outra manobra de inscrição da paisagem no discurso e nas práticas sociais acarretam sempre um risco de *fetichização* nostálgica do território e do passado — é no passado que se articula a génese e a evolução do processo de *paisagificação*; e é no presente que se listam as ameaças de «descaracterização» da dita paisagem — bem como certas tendências para alimentar lógicas ilusórias que confiam demasiado na capacidade de se regular os múltiplos processos e agentes (públicos e privados) de produção de paisagem. Existem outras fontes de conflito: estranho seria se atrás dos argumentos sobre a «autenticidade» e os «traços identitários» da dita paisagem não estivessem também interesses, poderes, valores que se querem trazer do passado para o presente.

O Douro sempre foi uma terra de desigualdades e injustiças sociais profundas, e as quintas hoje consideradas marcas preciosas constituíram-se também sobre formas extremas de exploração do trabalho. Do que se sabe, a tendência para a concentração da propriedade é ainda hoje maior e faz-se acompanhar de uma mobilização de capital à escala da globalização.

Por outro lado, a *paisagificação* do Douro estimulou o turismo e, por sua vez, as retóricas do turismo em matéria de paisagem têm uma influência cada vez maior na própria transformação da paisagem ou na hierarquização dos temas considerados mais importantes para a própria competitividade do sector.

São então já dois os principais mecanismos de construção de paisagem: os interesses dos produtores de vinho e os interesses do sector turístico. Ambos detêm uma influência enorme na definição das políticas públicas pela natureza dos argumentos que esgrimam: investimento, emprego, competitividade. Esses argumentos são inseparáveis da retórica actual sobre a trilogia da sustentabilidade, embora nada garantam em termos de justiça social — vejam-se os níveis salariais praticados no sector do turismo ou a drenagem de mais-valias da região para o exterior — ou de equilíbrio ambiental (seja lá o que isso for). Este jogo de elásticos facilmente se enreda em si próprio: um novo empreendimento hidroeléctrico pode ser, ao mesmo tempo, uma prática recomendável no capítulo dos argumentos acerca da energia renovável e uma aberração em termos paisagísticos (apesar de o rio Douro ser mais um sistema de albufeiras do que um rio); os novos processos de plantio da vinha patamares de um ou dois bardos constituem, para uns, uma solução boa em termos da economia da produção, para outros, um enorme risco de erosão, para outros, a produção de uma paisagem dissonante com os tradicionais socacos e muros em xisto, etc., etc.

Mobilizar a paisagem para a arena pública enquanto património e, por isso, bem comum (local ou da humanidade, como é o caso) é, por isso, um jogo que não tem nada de trivial ou consensual. A categoria património comum ou bem comum é indefinível à partida; na verdade constitui um desafio constante que depende do jogo dos actores, dos poderes, dos interesses e, por isso, se (re)constrói incessantemente através dos processos sociopolíticos que envolvem as partes interessadas e aquilo que estão dispostas a acordar e a cumprir. O nível de conflito será variável. Por sua vez, constituir-se como parte interessada e expor, argumentar e legitimar interesses é a própria matéria da política e da democracia: a construção do comum e a arbitragem desse processo nunca terminado.



Fig. 3. Baco  
Foto: Álvaro Domingues

*Vinde à terra do vinho, deuses novos!  
Vinde, porque é de mosto  
O sorriso dos deuses e dos povos  
Quando a verdade lhes deslumbra o rosto<sup>11</sup>.*

<sup>11</sup> TORGA, 1944.

## BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, F. Bianchi de; DIAS, J., coord. (2000) — *Candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial*. Porto: Fundação Rei Afonso Henriques.
- CLIVAZ, Christophe (2013) — *Acceptation de l'initiative sur les résidences secondaires*. «Journal of Alpine Research, Revue de Géographie Alpine», Hors-Série. Disponível em <<http://journals.openedition.org/rga/1866>>.
- DEBARBIEUX, Bernard (2013) — *Le paysage alpin, impossible bien commun de la Suisse et des Suisses?* «Journal of Alpine Research | Revue de géographie alpine», Hors-Série. Disponível em <<http://journals.openedition.org/rga/2285>>.
- ENGELMANN, Godefroy (1823-1832) — *Lettres sur la Suisse*. Paris: Engelmann, 5 partes.
- MACEDO, Marta (2012) — *Projetar e construir a Nação. Engenheiros, Ciência e Território no Século XIX*. Lisboa: ICS.
- REGARDS *sur la Suisse: Voyage du XVIème au XXème siècle, EXPOSITION*. Mulhouse: Bibliothèque Grand'rue, 2015.
- RIBEIRO, Orlando (1987) — *Entre-Douro-e-Minho*. «Revista da Faculdade de Letras, Geografia», I série, vol. III. Porto: Faculdade de Letras.
- SAUSSURE, Horace-Bénédict de (1779-1796) — *Voyages dans les Alpes*. Neuchâtel: Fauche, 4 tomos.
- SGARD, Anne (2018) — *En montagne avec le paysage, un laboratoire du bien commun?* «Les carnets du paysage», vol. 33, p. 106-119. Disponível em <<https://archiveouverte.unige.ch/unige:106020>>.
- TORGA, Miguel (1944) — *Libertação*. Coimbra: Coimbra Editora.
- VILLA MAIOR, Visconde de (1876) — *O Douro Ilustrado*. Porto: Livraria Universal de Magalhães & Moniz, Editores.

# IDENTIFICAR PARA CONSERVAR — UM PROJETO DE CONSERVAÇÃO NA REGIÃO DO DOURO

CARLOS MOTA\*

**Resumo:** O Museu do Douro (MD), enquanto museu de território, inclui na sua missão a preservação dos bens culturais da Região Demarcada do Douro (RDD). Considerando que os bens culturais móveis à guarda das instituições públicas e privadas da RDD são «*documentos vivos*», desenvolveu-se um projeto de conservação-restauro com o objetivo de sensibilizar e fomentar a preservação ativa desses mesmos bens.

O projeto plurianual *Identificar para Conservar*, iniciado em 2016, desenvolve-se juntamente com os municípios da RDD, que identificam e selecionam bens cuja conservação é prioritária, ficando a cargo do MD a intervenção.

Todo o processo de conservação considerou o envolvimento das comunidades locais e da tutela responsável pelos bens identificados, além do conhecimento prévio das peças a intervencionar através do estudo histórico-artístico, do registo fotográfico documental e do estudo analítico. As intervenções têm por base uma metodologia curativa sustentável, privilegiando-se o uso de materiais de origem natural, ecológicos e economicamente viáveis. No decurso do projeto são também levadas a cabo ações de divulgação e sensibilização junto da comu-

---

\* Fundação Museu do Douro F.P./CITCEM. Técnico Superior de Conservação e Restauro/Investigador. Senior Technician in Conservation and Restoration/Researcher. carlos.mota@museudodouro.pt.

nidade, nomeadamente através de oficinas de formação em cuidados preventivos, promovendo-se as boas práticas de preservação das peças *in situ*, de forma a prolongar a sua existência.

O objetivo deste artigo é, além de dar a conhecer uma outra forma de relacionamento entre o MD e as suas comunidades, estimular os participantes a refletir sobre técnicas e procedimentos implementados e a implementar neste projeto.

**Palavras-chave:** Conservação-restauro; educação; salvaguarda patrimonial; sustentabilidade.

**Abstract:** As a territory museum, the Museu do Douro (MD) carries out the mission of preserving the cultural assets of the Douro Demarcated Region (RDD). Considering that the portable cultural assets entrusted to public and private institutions of the RDD are «*living documents*», a conservation-restoration project was developed to raise awareness and foster their active preservation.

*Identify to Conserve* is a multi-annual project, initiated in 2016 and developed jointly with the municipalities of the RDD, that identify and select the assets whose conservation is a priority, carried out by the MD.

The whole conservation project considered the engagement of the local communities and the tutelage of the identified assets, as well as a prior knowledge about the assets for intervention through an artistic and historical study, documented photo record and the analytical study. The interventions are based on a sustainable curative methodology, emphasizing the use of materials of natural origin, ecological and economically viable. In the course of the project, diffusion and awareness-raising actions are also carried out in the community, in particular through training workshops on preventive care, promoting good practices for the preservation of assets *in situ*, in order to prolong their existence.

**Keywords:** Conservation-restoration; education; patrimonial protection; sustainability.

## DA QUESTÃO AO PROJETO

A conservação-restauro num museu como o MD, de território, tem uma amplitude de ação que ultrapassa a fronteira do acervo exposto ou acondicionado em reserva na sua sede, devendo naturalmente contribuir para a preservação do vasto património disperso pelo seu território, que neste caso é o da RDD. Existem, grosso modo, perto de uma centena de estações arqueológicas que registam e documentam a presença humana neste território, desde cerca de 10.000 a. C. até ao período Romano; coleções privadas que integram cerca de três centenas de quintas inseridas na Paisagem do Alto Douro Vinhateiro, classificada pela UNESCO em 2001 como Património da Humanidade; um território com mais de uma centena de igrejas e

locais de culto inseridos na paisagem, que testemunham a importância do património religioso, desde a Época Medieval até à atualidade<sup>1</sup>; contam-se ainda 48 instituições museológicas e de âmbito cultural, públicas e privadas, que integram a Rede de Museus do Douro (MuD). Cada instituição apresenta uma coleção distinta e de notável importância para a consolidação da memória coletiva das gerações durienses.

No quadro conceptual do Museu do Douro, as boas práticas de conservação preventiva assumem-se como princípio norteador da atividade museológica<sup>2</sup>. Atualmente, os grandes museus europeus apostam na prática direta da conservação preventiva sobre os bens culturais. Tal facto, deve-se, sobretudo, ao bom estado de conservação das suas coleções, alcançado através do investimento permanente na salvaguarda e educação patrimonial. O sucesso da conservação preventiva implica que os cuidados necessários sejam compreendidos, considerados e postos em prática não só pelos zeladores dos bens culturais, mas por todos os cidadãos que com esses mesmos bens contactem<sup>3</sup>.

No caso da RDD, muito há a fazer ao nível da sensibilização para a preservação e defesa do vasto património cultural. Face à degradação e à falta de uma política de conservação preventiva, há ainda, certamente, um grande número de intervenções de conservação curativa a executar. Tal acarreta um maior investimento por parte das entidades responsáveis, sejam públicas ou privadas.

Da reflexão sobre este amplo campo de ação surgiu a questão de partida que nos levou ao desenvolvimento do projeto *Identificar para Conservar*: Como pode um conservador-restaurador melhor contribuir para a preservação do património móvel de um território tão extenso?

Com base nestes pressupostos, o projeto *Identificar para Conservar* pretende alcançar os seguintes objetivos gerais:

- 1) Incentivar boas práticas na área da preservação do património cultural móvel através de dinâmicas territoriais e cooperação institucional, fomentando a conservação do património e a gestão eficiente de recursos;
- 2) Valorizar e promover o património histórico-cultural móvel da RDD;
- 3) Promover a investigação científica e estimular o intercâmbio de conhecimento entre as diferentes instituições museais, de ensino técnico e superior, o sector público e privado, comunidades e turismo, articulando cooperação estratégica com diversos laboratórios e centros de investigação, favorecendo o conhecimento especializado de técnicas e materiais;
- 4) Contribuir com intervenções tendo como base o código de ética e normas profissionais definidos pelo International Council of Museums — Conservation

<sup>1</sup> MUSEU DO DOURO, [s.d.].

<sup>2</sup> PEREIRA, 2004: 89.

<sup>3</sup> Lei n.º 107/2001. «D. R. I Série-A», 209 (2001-09-08) 5810; SERUYA, 2001: 3-42.

Committee (ICOM-CC) e pela European Confederation of Conservator-Restorer's Organisations (ECCO);

- 5) Difundir o intercâmbio de conhecimento entre os diversos profissionais, a comunidade duriense e os turistas;
- 6) Promover mostras expositivas, colóquios e outras atividades de carácter semelhante, como formas de aprofundamento e divulgação do conhecimento sobre o património móvel do território.

O projeto *Identificar para Conservar* pretende desenvolver atividades que não se circunscrevem às ações técnico-científicas de conservar ou restaurar bens culturais de relevância patrimonial para a RDD, pois consideramos tão ou mais importante realizar atividades que podem sensibilizar as comunidades para a preservação do património.

## METODOLOGIA

Tendo como objetivo a implementação de uma estratégia de boas práticas de conservação-restauro dos bens culturais móveis de especial interesse para o território, a primeira questão foi a da construção de um cronograma. Foi necessário definir quais os bens prioritários a intervir, matéria central na gestão de riscos em bens culturais<sup>4</sup>. Neste projeto, a definição das prioridades interventivas é acrescida por uma peculiar dificuldade: os bens que se encontram em risco de conservação não integram apenas a coleção de uma instituição.

A estratégia para vencer este obstáculo resultou da resposta a outras duas questões derivadas da anterior: 1) Quem no território conhece melhor os bens culturais por contacto direto? 2) Quem poderá indicar os bens que se encontram em risco de conservação, em especial os que mais significado/valor agregam para as comunidades?

Confiou-se que as principais divisões administrativas da região, os municípios, através dos pelouros da cultura, se encontrariam melhor posicionadas para nos ajudar, uma vez que «as coisas só são conservadas por apresentarem um valor no sentido mais lato, mas esta valorização pode ser apenas individual ou então ser reconhecida ao nível de um grupo social mais ou menos vasto»<sup>5</sup>. Com efeito, lançou-se o desafio às 21 autarquias da RDD para participarem no projeto, através de ofício remetido por correio. O MD propunha restaurar um objeto, identificado pelo município, de especial interesse e em risco de conservação. Paralelamente, propunha partilhar/incentivar boas práticas de preservação através da *Oficina de Cuidados Preventivos*, uma ação de formação/sensibilização.

---

<sup>4</sup> PEREIRA, 2010: 71-75.

<sup>5</sup> GUILLAUME, 2003: 53.

A expectativa inicial era de que todos os municípios manifestassem interesse em colaborar no projeto. No entanto, apenas metade assim se mostrou, como se pode conferir na figura 1. Mais tarde, já em 2017, aquando da primeira mostra pública do resultado de intervenção de restauro de dois objetos (uma pintura e um sacrário), o município de Alijó manifestou também interesse em participar.



**Fig. 1.** Mapa da Região Demarcada do Douro. Autarquias participantes do *Projeto Identificar para Conservar*: 1 Resende | 2 Armamar | 3 Tabuaço | 4 São João da Pesqueira | 5 Figueira de Castelo Rodrigo | 6 Freixo de Espada à Cinta | 7 Torre de Moncorvo | 8 Mirandela | 9 Vila Flor | 10 Carraceda de Ansiães | 11 Peso da Régua  
Maria João Centenário, 2018, MD ©

Intervir no património cultural móvel seguindo os conceitos da conservação-restauro contemporânea implica uma conjugação global e sistemática entre diferentes fatores. Por um lado, entre recursos humanos especializados em articulação com a tutela, zeladores e comunidades que desses bens usufruem. Por outro, utilizando materiais ecológicos e recursos económicos de forma sustentável, como defendem Salvador Muñoz Viñas ou May Cassar<sup>6</sup>.

Assentando no princípio da sustentabilidade interventiva, as intervenções de conservação-restauro realizadas no MD privilegiam o emprego de materiais de origem natural, ecológicos, com custos e operacionalidade viáveis. Ao mesmo tempo, os

<sup>6</sup> MUÑOZ VINÁS, 2005: 183-197; CASSAR, 2009: 3-12.

processos interventivos são acompanhados de mecanismos de divulgação e de educação para a salvaguarda dos bens patrimoniais, procurando criar uma estratégia de educação patrimonial que tenha efeitos no futuro<sup>7</sup>. A seleção da metodologia assenta por isso na seguinte estratégia de gestão:

**Investigar.** A par da investigação histórico-artística, desenvolver metodologias de investigação laboratoriais com o objetivo de realizar o levantamento histórico-documental, o estudo dos materiais constituintes, o levantamento das intervenções anteriores e o diagnóstico do estado de conservação, dados centrais na definição da metodologia e, por conseguinte, para o desenvolvimento de cada intervenção. Neste contexto, merece destaque o protocolo com o Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro (CHTAD) que, quando necessário, tem permitido conseguir imagens radiográficas de alguns bens culturais, bem como o protocolo com o Laboratório HERCULES (Universidade de Évora), que possibilita obter algumas informações sobre a composição química dos bens culturais, através das técnicas de microscopia ótica (MO), microespectroscopia de infravermelho com transformada de Fourier ( $\mu$ -FTIR) e microscopia eletrónica de varrimento acoplada com espectrometria de raios X por dispersão de energias (SEM-EDS). Estes exames e análises permitem dissipar dúvidas que muitas vezes surgem e cujo esclarecimento é importante para algumas decisões metodológicas;

**Intervir.** A intervenção é realizada em função da avaliação dos resultados da investigação científica desenvolvida no projeto e respeitando os princípios éticos e deontológicos<sup>8</sup> de procura pela estabilização dos materiais, emprego de produtos e de «*técnicas compatíveis*», cujas escolhas são sempre ponderadas com a noção de custo benefício. Opta-se preferencialmente por materiais não tóxicos, ecológicos, pela «*ação mínima*» para que resulte a «*máxima preservação*» do original. Cesare Brandi defende que o restauro deve permitir o restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, sem produzir um falso histórico ou um falso artístico e sem anular os traços da passagem da obra de arte pelo tempo<sup>9</sup>; Comunicar e sensibilizar. Desenvolver um programa integrado de sensibilização e valorização de um património cultural comum, promovendo iniciativas de cooperação institucional. Em várias ocasiões, o espaço de trabalho abre-se às comunidades, tutelas e zeladores dos objetos, para que as intervenções sejam compreendidas e discutidas. O diálogo destes atores com o domínio científico-tecnológico contribui para veicular uma atitude necessariamente comum pela

---

<sup>7</sup> Carta de Atenas, 1931.

<sup>8</sup> E.C.C.O., 2004; E.C.C.O., 2008; ICOM, 1984; ICOM-CC, 2008.

<sup>9</sup> BRANDI, 1999: 33.

salvaguarda patrimonial<sup>10</sup>, sendo mais fácil em contexto laboratorial divulgar/transmitir/sensibilizar noções de boas práticas de restauro, bem como de cuidados preventivos a ter. Este trabalho é desenvolvido com a *Oficina de Cuidados Preventivos*, uma formação dirigida para profissionais que tutelam, administram ou zelam os bens patrimoniais intervencionados neste projeto. O objetivo é facultar ferramentas básicas para retardar/evitar ações que necessitam de recursos mais dispendiosos, como nos casos das intervenções de restauro. Assim, a *Oficina* articula uma parte teórica e uma prática, onde é discutida e facultada informação atual sobre: 1) normas e instrumentos legais enquadrados na temática; 2) a distinção entre os vários conceitos da conservação-restauro: conservação preventiva, conservação curativa, restauro e conservação-restauro; 3) exposição de exemplos dos principais fatores de deterioração: físicos, antrópicos, fogo, luz, temperatura, água, pragas, poluentes; 4) noções básicas de monitorização com vista ao controlo ambiental e de pragas; 5) apresentação de exemplos de equipamento para combate primário de incêndios em situações onde possam estar em perigo bens culturais; 6) apresentação de uma seleção de tipos de materiais recomendáveis para manusear, acondicionar e expor bens culturais.

No decurso da sessão são dados exemplos de soluções práticas para abrandar os mecanismos de deterioração dos bens culturais, equacionados de acordo com o edifício, a coleção, o público, tendo, também, sempre em conta, o contexto institucional particular de cada entidade, relativamente aos recursos financeiros e humanos disponíveis.

## OS RESULTADOS

O projeto apresenta uma estrutura multidisciplinar, contando com um conjunto de profissionais cujo trabalho tem permitido responder às diversas questões histórico-artísticas, materiais e tecnológicas, documentais e analíticas, de conservação e societais. Com efeito, a equipa vai sendo construída de modo a reunir valências e perfis adequados ao trabalho, articulando as competências dos recursos humanos do MD<sup>11</sup> com os recursos disponíveis nas tutelas de cada bem, mas também na região. Conta ainda com especialistas e equipamentos disponíveis através dos já mencionados protocolos de colaboração.

Desde o segundo semestre de 2016 até à atualidade foram já executadas as seguintes intervenções de conservação-restauro:

---

<sup>10</sup> GUICHEN, 1995: 4-6.

<sup>11</sup> O Museu do Douro, além do seu quadro de pessoal permanente, conta também com a colaboração de estagiários e voluntários especializados.

- Pano de retábulo com representação de *Pietà*, uma pintura sobre tela, do século XIX (?), da igreja matriz de Aricera, Armamar. Encontra-se ainda no MD, em exposição, a par com o registo fotográfico do seu estado antes da intervenção e com pequeno documentário vídeo que sintetiza o processo de restauro deste bem devocional (Fig. 2);
- Tear, objeto etnográfico, de madeira de castanho, do século XX. Encontra-se já integrado na exposição do Museu de Memória Rural de Vilarinho da Castanheira, Carrazeda de Ansiães. Produziu-se uma síntese do processo de restauro em formato de documentário vídeo, apresentada ao público no fim da intervenção, na sede do MD. De salientar que a tutela, após a intervenção, promoveu a sua introdução/montagem no espaço museológico, com colaboração da tecelã que doou o objeto à unidade, documentando a sua utilização também em formato vídeo, atualmente disponível no sítio daquele museu, o processo de tecelagem da lã (Figs. 3 e 4);
- Sacrário, em talha dourada e policromada, provavelmente dos finais do século XVIII. Este objeto está novamente ao culto na Capela de Caldas de Moledo, Peso da Régua. Neste processo, a comunidade participou ativamente, em concreto ao longo de três sessões de discussão durante o desenvolvimento da intervenção. Na conclusão do processo, foi possível exibir o desenvolvimento do trabalho e o resultado do restauro. Além do objeto, apresentou-se no formato vídeo e fotografia documental o estado de conservação anterior ao restauro, e a evolução do mesmo. Esta mostra teve uma duração muito curta, cerca de uma semana, uma vez que não podíamos continuar a privar a comunidade da utilização litúrgica deste seu bem devocional (Figs. 5 e 6);
- Escultura de madeira policromada, provavelmente representando Santiago, datável do século XVI-XVII (?). A imagem integra atualmente o espólio da igreja matriz de São João da Pesqueira, estando muito degradada. A intervenção procurou estabilizar os materiais e a sua apresentação pública (Fig. 7);
- Rabeca chuleira, instrumento musical de cordas, provavelmente do século XX, pertencente ao acervo do Museu da Seda e do Território de Freixo de Espada à Cinta. Este instrumento assumia posição de destaque nos grupos de música popular do Douro, tendo caído em desuso. O seu restauro, além dos aspectos físicos e estéticos, implicava a recuperação sonora. Tal facto, impôs que a intervenção tivesse sido executada pelo *luthier* António Santos Silva, de Britiande, com o qual se discutiu, acompanhou e documentou todo o processo, a disponibilizar brevemente ao público em formato de documentário vídeo (Figs. 8 e 9);
- Ex-voto, pintura devota popular «PREMETIDO A SN RA DA LAPA» sobre madeira, de 1781. Após a intervenção regressou à exposição permanente do Museu Municipal de Resende (Figs. 10 e 11);

- Escultura, gesso patinado, denominado *Mulher com árvore*, da autoria de João Duarte, datada de 1982, pertence ao acervo do Museu Municipal Armindo Teixeira Lopes de Mirandela. Encontra-se exposto no MD, juntamente com um pequeno documentário vídeo que sintetiza o processo de intervenção na obra (Figs. 12 e 13);
- Pintura sobre madeira com representação da passagem bíblica «Deixai vir a mim os pequeninos», do século XVI (?), da coleção do Museu Municipal Dra. Berta Cabral, Vila Flor. Esta intervenção está em curso, encontrando-se a obra em processo de desinfestação por anóxia com azoto, procedimento que será também brevemente divulgado ao público, através de um pequeno documentário vídeo que se acabou de editar (Figs. 14 e 15).



**Fig. 2.** Pintura Pietá, Aricera, Armamar, vista sob luz rasante antes da intervenção. José Pessoa, 2017, MD ©; Resultado final da intervenção na pintura, no MD. Artur Matos, 2017, MD ©



**Fig. 3.** Tear, Vilarinho da Castanheira, Carrazeda, antes da intervenção. Carlos Mota, 2017, MD ©  
**Fig. 4.** Resultado final da intervenção do tear já integrado na exposição do Museu de Memória Rural José Pessoa, 2018, MD ©



Fig. 5. Sacrário, Caldas de Moledo, Peso da Régua, antes da intervenção. José Pessoa, 2017, MD ©  
Fig. 6. Sessão de discussão com a comunidade e resultado final da intervenção do sacrário já integrado na capela. Carlos Mota, 2017, MD ©



Fig. 7. Escultura, São João da Pesqueira, antes e depois da intervenção José Pessoa, 2018, MD ©



Fig. 8. Rabeca chuleira, Freixo de Espada à Cinta, antes da intervenção. José Pessoa, 2017, MD ©

Fig. 9. Rabeca depois da intervenção, ensaio do luthier António Santos Silva

José Pessoa, Artur Matos, 2018, MD ©

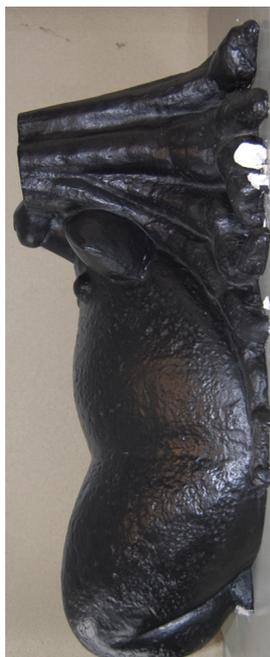


Fig. 10. Ex-voto, Resende, antes e durante o processo de desinfestação por anóxia com azoto

Carlos Mota, 2017, MD ©

Fig. 11. Ex-voto depois da intervenção, no verso do objeto destaca-se o adicionado sistema de suspensão

com mecanismo retardador de roubo. Carlos Mota, 2017, MD ©



**Fig. 12.** Escultura, Mirandela, antes da intervenção. Carlos Mota, 2017, MD ©

**Fig. 13.** Escultura depois da intervenção. José Pessoa, 2018, MD ©



**Fig. 14.** Pintura, Vila Flor, antes da intervenção José Pessoa, 2018, MD ©

**Fig. 15.** Pintura durante o processo de desinfestação por anóxia com azoto Carlos Mota, 2017, MD ©

Por outro lado, as intervenções nos seguintes bens culturais encontram-se suspensas por falta de transporte dos mesmos para o laboratório-oficina de conservação-restauro do MD:

- Pintura sobre tela com representação do «Milagre da Bilocação de Santo António», do segundo quartel do século XVII, pertencente a uma capela de quinta transmontana e que se encontra em depósito na Biblioteca Municipal de Torre de Moncorvo;
- Relógio, denominado Rijomax, da autoria de Amândio José Ribeiro, produzido na segunda metade do século XX, propriedade da Câmara Municipal de Tabuaço, e que se encontra na loja do Turismo;
- Carro de bebé, objeto etnográfico, do século XX, do acervo do Museu de Artes e Ofícios Francisco Távora de Escalhão, Figueira de Castelo Rodrigo.

Paralelamente a este trabalho em laboratório-oficina, realizou-se um trabalho de divulgação dos resultados. Desde finais de 2017, foi introduzida no circuito de visita do público à sede do MD a apresentação dinâmica de conteúdos reunidos ao longo de cada processo, no formato de pequenos documentários vídeo com cerca de 2 minutos, a par dos bens culturais intervencionados ou em intervenção. Ao mesmo tempo, desde 2015, levou-se a cabo o já mencionado programa de oficinas de sensibilização e comunicação, a *Oficina de Cuidados Preventivos*. A primeira edição realizou-se no contexto do processo de musealização do Museu da Oliveira e do Azeite, de Mirandela, com o objetivo de preservar os bens etnográficos selecionados para a sua exposição permanente. A *Oficina*, dirigida aos quatro profissionais do Município do futuro Museu, teve lugar no MD ao longo de uma semana, desenvolvendo-se em torno dos objetos a ser expostos. Desta ação, além da informação/sensibilização transmitida aos profissionais, resultaram 30 objetos preservados para o referido museu.

Realizou-se uma segunda *Oficina* no Museu Municipal de Resende, que contou com participantes de várias entidades culturais, nomeadamente dos Museus Municipais de Resende e Baião, da Casa do Lavrador de Baião e da Fundação Eça de Queirós. A última oficina aconteceu na Biblioteca Municipal de Torre de Moncorvo, contando com a participação de técnicos da autarquia.

As principais dificuldades encontradas na implementação do projeto *Identificar para Conservar* no território verificaram-se ao nível da falta de adesão por parte dos municípios da RDD. Apenas onze aderiram ao projeto (mesmo sem ser necessária comparticipação financeira) e verificaram-se vários casos de falta de proatividade, isto é, lentidão no envio dos bens para intervenção no laboratório-oficina de conservação-restauro do MD. Por outro lado, a dimensão, a quantidade e o mau estado de conservação dos objetos justificam o reforço de recursos profissionais no futuro, sendo desejável constituir uma equipa que consiga ultrapassar as dificuldades e executar

as intervenções de forma mais célere, como é desejável. Desta forma, o projeto pode tornar-se mais acessível às comunidades locais, científica e turística através da realização de visitas guiadas, ações de sensibilização, encontros científicos, ações de divulgação de processos de investigação e conservação-restauro, de forma a assegurar a implementação dos necessários cuidados preventivos que garantam a salvaguarda dos bens culturais da região.

A par desta atividade, desenvolveu-se a produção de conteúdos para divulgação do projeto no domínio das boas práticas de conservação-restauro. Até ao momento foram produzidos seis documentários vídeo de curta duração (cerca de 2 minutos), que mostram o passo-a-passo de cada intervenção. Encontra-se em produção um documentário geral de divulgação do projeto, que será acessível a três línguas: português, inglês e língua gestual portuguesa. O objetivo deste último documentário é tornar o projeto acessível a todas as comunidades que com ele contactem e/ou que com ele queiram colaborar.



Fig. 16. Oficina de Cuidados Preventivos no Museu Municipal de Resende. João Duarte, 2017, MD ©

## NOTAS FINAIS

É ainda de referir que se tem sentido dificuldade na aquisição de materiais/produtos/técnicas ecológicas, essenciais para garantir as opções sustentáveis defendidas pelo projeto. A comercialização de produtos ecológicos, bem como a investigação associada à sua utilização, ainda não se encontram suficientemente desenvolvidas e acessíveis para a sua implementação nos processos de conservação-restauro dos bens culturais.

Pretendemos que o projeto *Identificar para Conservar* atinja padrões de qualidade e eficácia quer ao nível da conservação-restauro de bens culturais, de relevante importância para a RDD, quer ao nível do contacto das comunidades com este domínio científico-tecnológico. Os conceitos aqui subjacentes ultrapassam os de restaurar para recuperar e apenas deixar em legado às gerações futuras bens culturais

conservados. Procura-se, antes de mais, atuar de forma interativa com as comunidades, contribuindo para a sensibilização e educação para salvaguarda patrimonial, pois só se preserva o que de forma consciente se conhece.

## AGRADECIMENTOS

São devidos agradecimentos a Abílio Evaristo, Andreia Magalhães, António Candeias, António Santos Silva, Armando Graça, Artur Matos, Artur Mergulhão, Bárbara Amaro, Carla Vicente, Cláudia Damião, Diogo Fonseca, Enara Teixeira, Ermelinda Gonçalves, Fátima Ermida, Fernando Seara, Francisco Costa, Helena Maltez, Helena Pontes, Inês Marques, Isabel Lopes, Joana Silva, João Duarte, Jorge Cardoso Duarte, José Carlos, José Pessoa, Luís Carvalho, Marco Barradas, Maria dos Anjos Tulha, Maria João Centenário, Maria José Osório, Maria Oliveira, Marisa Adegas, Natália Fauvrelle, Rogério Fernandes, Samuel Guimarães, Sandra José, Susana Pereira.

## REFERÊNCIAS

- BRANDI, Cesar (1999) — *Teoría de la restauración*. Madrid: Alianza Editorial.
- CASSAR, May (2009) — *Sustainable heritage: challenges and strategies for the twenty-first century*. «APT Bulletin: The Journal of Preservation Technology», vol. 40, n.º 1. Springfield: The Journal of Preservation Technology, p. 3-11. Disponível em <<http://discovery.ucl.ac.uk/18790/1/18790.pdf>>. [Consulta realizada em 20/01/2018].
- E.C.C.O.: Confederação Europeia das Organizações Profissionais de Conservadores-restauradores (2004) — *Directrizes Profissionais, I, II e III*. «E.C.C.O. Directrizes Profissionais». Disponível em <<http://www.arp.org.pt/images/site/profissao/2004-ECCO-directrizes.pdf>>. [Consulta realizada em 28/02/2019].
- (2008) — *Draft of European Recommendation for the Conservation and Restoration of Cultural Heritage*. Disponível em <[http://www.arp.org.pt/images/site/profissao/2008\\_-\\_Recomendations-CR-ECCO\\_EN.pdf](http://www.arp.org.pt/images/site/profissao/2008_-_Recomendations-CR-ECCO_EN.pdf)>. [Consulta realizada em 28/02/2019].
- FIGUEIRA, Francisca; PAIS, Alexandre (2007) — *Terminologia para a definição da conservação-restauro do património cultural material. Resolução aprovada pelos membros do ICOM-CC durante o 15.º Encontro Trienal, Nova Dehli, 22-26 de Setembro de 2008*. «Conservar Património», n.º 6. Lisboa: Associação Profissional de Conservadores-Restauradores de Portugal, p. 55-56.
- GUICHEN, Gâel de (1995) — *La conservation préventive : un changement profond de mentalité*. «Cahiers d'étude: Comité de conservation (ICOM-CC)», n.º 1. Bruxelas: ICOM-CC, p. 4-6.
- GUILLAUME, Marc (2003) — *A Política do Património*. Porto: Campo das Letras.
- ICOM: International Council of Museums (1984) — *The Conservator-Restorer: a Definition of the Profession*. «The Code of Ethics». Disponível em <<http://www.arp.org.pt/images/site/profissao/1984-ICOM-codigo-etica.pdf>>. [Consulta realizada em 28/02/2019].
- ICOM-CC: International Council of Museums – Committee for Conservation (2008) — *ICOM-CC By-Laws revised in 2006 and ratified at the 15th Triennial Conference in New Delhi, India, September 2008*. Disponível em <<http://www2.icom-cc.org/54/document/icom-cc-by-laws-2008/?id=1363#XUGZ3C1Oob0>>. [Consulta realizada em 28/02/2019].

- MUÑOZ VIÑAS, Salvador (2005) — *Contemporary Theory of Conservation*. Oxford: Elsevier Butterworth-Heinemann.
- MUSEU DO DOURO [s.d.] — *Região demarcada do Douro*. Disponível em <<http://www.museudodouro.pt/regiao-demarcada-do-douro>>. [Consulta realizada em 01/01/2019].
- PEREIRA, Gaspar Martins (2004) — *Museu do Douro, Relatório de Missão, 2002-2004*. Peso da Régua: Museu do Douro.
- PEREIRA, Luís Filipe Raposo (2010) — *Avaliação e Gestão de Riscos, reflexão: nova lógica conservativa e enquadramento nos modelos de Gestão das Organizações*. «Conservar Património», n.º 11. Lisboa: Associação Profissional de Conservadores-Restauradores de Portugal, p. 71-75.
- SERUYA, Ana Isabel (2001) — *Cadernos Conservação e Restauro*. «Cadernos do Instituto Português de Conservação e Restauro», n.º 1. Lisboa: Instituto Português de Conservação e Restauro, p. 3-42.

## LEGISLAÇÃO E CARTAS INTERNACIONAIS

- CARTA DE ATENAS, Conclusões da Conferência Internacional de Atenas sobre o restauro dos Monumentos*. Atenas: Serviço Internacional de Museus. Disponível em <<http://www.arp.org.pt/images/site/profissao/1931-ATENAS-carta.pdf>>. [Consulta realizada em 20/01/2019].
- LEI N.º 107/2001. «D. R. I Série-A», 209 (2001-09-08) 5810.

# UM ALMOÇO HÁ 120 ANOS

PAULA MONTES LEAL\*

**Resumo:** No dia 4 de Outubro de 1898, António Bernardo Ferreira III, filho de D. Antónia, recebia na sua quinta do Vesúvio, os participantes no 5.º Congresso Internacional da Imprensa que se realizou em Lisboa entre 26 e 29 de Setembro e que contou com a presença de 323 jornalistas de diferentes países do mundo. Após o fim dos trabalhos, houve um extenso programa social que movimentou mais de quatrocentas pessoas e que terminou com a visita à região vinhateira do Douro.

O congresso, por várias razões — entre as quais a falta de liberdade de imprensa denunciada pelos jornais republicanos —, causou algum impacto no país, o que é bem demonstrado pelo que certamente terá sido o enorme esforço logístico e financeiro (mesmo sob os padrões actuais) de trazer esse grande número de convidados desde a capital até ao norte do país.

Numa época em que as quintas do Douro não tinham fins turísticos, há uma grande modernidade neste empreendimento de António Bernardo Ferreira que tem, certamente, como objectivo divulgar os produtos da sua casa de vinhos. Mas de notar, também, o seu enorme potencial — social e financeiro — ao conseguir levar a cabo este evento na quinta do Vesúvio.

**Palavras-chave:** Arquivos; jornais; comboios; Vesúvio.

---

\* CITCEM/FLUP. A autora não segue o Acordo Ortográfico de 1990.

**Abstract:** On October 4, 1898, António Bernardo Ferreira III, son of D. Antónia, would welcome in his quinta do Vesúvio, the participants in the 5th International Press Conference that had been held in Lisbon from September 26 to 29, with the presence of 323 journalists from different countries. After the end of the works, there was an extensive social program that displaced more than four hundred people and ended with the visit to the Douro wine region.

The Congress, for various reasons — including the lack of press freedom reported by Republican newspapers — had quite an impact in the country which is well demonstrated by what has certainly been the enormous logistical and financial effort (even under current standards) to bring this large number of guests from the capital to the north of the country.

At a time when the Douro ‘quintas’ were not intended for touristic purposes, there is a great modernity in this enterprise of António Bernardo Ferreira, which certainly has the objective of promoting the products of its wine house. But also to note its enormous potential — both social and financial — in being able to carry out this event at the quinta do Vesúvio.

**Keywords:** Archives; newspapers; trains; Vesúvio.

## INTRODUÇÃO

No dia 4 de Outubro de 1898, por volta do meio-dia, chegava à quinta do Vesúvio o comboio especial transportando os congressistas que haviam participado no 5.º Congresso Internacional da Imprensa que se realizou em Lisboa entre 26 e 29 de Setembro. Neste evento, organizado pelo Bureau Central Directeur des Associations de Press e pela Associação da Imprensa Portuguesa, debateram-se temas quentes para o jornalismo da época, como o ensino do jornalismo, os direitos de propriedade intelectual, o direito (e a liberdade) de imprensa, a criação de carteiras de identidade dos jornalistas, as tarifas telegráficas internacionais e a criação de um tribunal arbitral internacional.

## O 5.º CONGRESSO INTERNACIONAL DA IMPRENSA

Segundo o jornal «O Ocidente» de 10 de Outubro de 1898, «para o congresso, inscreveram-se em tempo oportuno, além de 47 damas de diferentes países, os seguintes jornalistas: 102 franceses, 27 alemães, 14 ingleses, 26 austríacos, 13 belgas, 8 dinamarqueses, 6 holandeses, 1 espanhol, 7 americanos, 5 finlandeses, 24 húngaros, 37 italianos, 3 noruegueses, 2 russos, 13 suecos, 1 representante do Transval, 44 portugueses. [...] Para a comissão local executiva portuguesa, na grande reunião da imprensa realizada em 11 de Julho de 1898, na Sociedade de Geografia foram eleitos os seguintes jornalistas: Presidente — Conselheiro António Enes; Vice-presidentes — Sr. A. J. Ferreira da Silva, conselheiro Luciano Cordeiro, P. W. de Brito Aranha,

Z. Consiglieri Pedroso; Secretários — J. d'Oliveira Ramos, Jaime Victor, D. Luís de Castro, Mariano Pina; Tesoureiro — Dr. Alfredo da Cunha; Delegado do Bureau — Dr. Magalhães Lima; Vogais — Abel Botelho, conselheiro A. M. Pereira Carrilho, A. X. Silva Pereira, Dr. Eduardo Burnay, Dr. Fernando Pedroso, F. Gomes da Silva, F. Teixeira Bastos, conselheiro J. d'Azevedo Castelo Branco, J. Fernandes Costa, J. J. Silva Graça, J. V. Andrade Neves, L. Mendonça e Costa, Lourenço Cayolla, Rafael Bordalo Pinheiro».



Fig. 1. «O Ocidente. Revista ilustrada de Portugal e estrangeiro». 21.º ano, 21.º volume, n.º 712 (10 Out. 1898)

Tendo reunido centenas de jornalistas de todo o mundo, tornou-se num acontecimento nacional noticiado em todos os jornais. Os relatos são bastante pormenorizados e, independentemente da orientação política do jornal que os publica, bastante coincidentes. Concordando ou não com o que se vai passando nas sessões plenárias, os jornalistas, talvez por uma questão de respeito pelos seus colegas, não se indispõem com os congressistas. Vão expondo os seus pontos de vista, principalmente os republicanos que se queixam da censura ou das «passagens pelo Limoeiro» e, em caso de crítica, fazem-na aos organizadores do congresso, em especial ao comité organizador português. Como referia «A Voz Pública», de 28 de Setembro, que não enviou jornalistas porque sobre ele pendiam inúmeros processos: «Nós é que não podemos, por dignidade e coerência, nós, republicanos perseguidos pela monarquia, comparecer no congresso». Mas não deixou por isso este jornal de fazer uma cobertura diária do congresso e do seu programa social.



Fig. 2. «Marselheza. Semanário de caricaturas». Ano 2, 2.ª série, n.º 46 (2 Out. 1898)

No geral, os congressistas serão muito bem recebidos, dentro das possibilidades do país, e, na verdade, será ao programa social que os órgãos de comunicação irão dar mais destaque.

## TRABALHOS E PROGRAMA SOCIAL DO CONGRESSO

Dizia o jornal «Vanguarda», de 26 de Setembro: «O congresso internacional da imprensa cujos trabalhos são hoje solenemente inaugurados em Lisboa, nas salas da benemérita Sociedade de Geografia, é o brilhante e condigno fecho das manifestações comemorativas do 4.º centenário da descoberta da Índia». [...] «Para a sessão inaugural foram convidados os membros do governo, do conselho de estado, das mesas dos corpos legislativos, e os corpos diplomáticos e consular, a câmara municipal, os secretários e directores gerais das secretarias de estado, os generais comandantes das diversas armas, das guardas municipais e do corpo de marinheiros, os directores das escolas superiores, as direcções das sociedades e associações científicas, comerciais e industriais, os redactores e correspondentes dos jornais nacionais e estrangeiros, a comissão do centenário, Sociedade de Geografia, etc. Os oficiais de terra e mar apresentando-se uniformizados têm entrada franca». Nota particular referia que: «Cada bilhete de convite ou de identidade (de congressista ou de sócio da Sociedade de Geografia) dá entrada até 3 senhoras da família do portador do bilhete que as acompanhem».

E «O Ocidente», de 30 de Setembro, contava como tudo se tinha passado: «À sessão de abertura assistiram todos os altos funcionários do estado e um número

considerável de jornalistas e homens de letras de todos os países civilizados. Era deslumbrante o aspecto da sala Portugal». [...] «Eram pouco mais de quatro horas quando El-Rei, ao som do hino real executado pela orquestra, deu entrada no edifício da Sociedade de Geografia». Neste pormenor, o jornal «Vanguarda», de 27 de Setembro, vai um pouco além e diz que o rei chegou «com uma pontualidade verdadeiramente inglesa, às 4 horas da tarde, como estava anunciado».

No discurso de abertura, disse o rei: «Abri, há pouco, neste mesmo local, o congresso de medicina; abro agora o da imprensa. Isto honra-me e regozija-me, porque se aquele procurava tratar do corpo, vem este agora tratar do espírito»<sup>1</sup>.



**Fig. 3.** «O Ocidente. Revista ilustrada de Portugal e estrangeiro». 21.º ano, 21.º volume, n.º 712 (10 Out. 1898)

«A Voz Pública», de 28 de Setembro, do Porto, comentava: «O Snr. D. Carlos pronunciou, em francês, um discurso felicitando os estrangeiros e dizendo que, assim como tinha estimado muito presidir a um congresso de medicina que tratava da saúde do corpo, exultava agora por presidir a um congresso de imprensa, que tratava da saúde do espírito». [...] «Desta vez, o rei D. Carlos não se felicitou “pelo estado de asseio em que se encontravam os jornalistas” mas também não disse coisa que pudessem atormentar os espíritos dominados pela eloquência real. Antes assim».

<sup>1</sup> «O Ocidente. Revista ilustrada de Portugal e estrangeiro». 21.º ano, 21.º volume, n.º 711 (30 Set. 1898).

Como as sessões plenárias decorriam unicamente durante as manhãs, a presença dos jornalistas foi muito notada na capital, onde «grande quantidade de tipos exóticos passeiam pelas ruas atraindo as vistas, uns de grandes cabeleiras, outros com fatos excêntricos, estes de casaca, sem paletó, mas de chapéu de chuva debaixo do braço, aqueles de gravata branca e chapéu de palha...»<sup>2</sup>.

Achavam os lisboetas que «pena foi que tantos estrangeiros não pudessem admirar Lisboa em época menos tristonha que esta que vem correndo. Nem o Sol tem querido tomar parte nos festejos, esse Sol de Outono sempre tão lindo, que era a melhor coisa que cá tínhamos para oferecer a esses homens, pela maior parte nascidos entre as brumas pesadas dos países do norte»<sup>3</sup>.

Mas não se pouparam a esforços para lhes proporcionar os melhores divertimentos, a começar pela recepção na Câmara Municipal na noite de 26: «À noite, uma bátega de água não afugentou o grande número de curiosos que se apinhavam na praça do Pelourinho ansiosos por ver o trabalho dos nossos bombeiros num simulacro de incêndio, espectáculo com que a câmara municipal de Lisboa brindou os nossos hóspedes, à falta de tragédias nos nossos teatros». [...] «O sarau começou às dez horas. Tocavam em diferentes salas uma orquestra... e as bandas dos bombeiros e da guarda municipal». [...] «No simulacro de incêndio não faltaram apitos aflitivos, nem pessoas salvas, nem água a valer nas bombas. O material era servido por quarenta bombeiros e cento e sessenta condutores». [...] «O que foi deveras, deveras a valer, foi uma sopaparia entre polícias e alguns bombeiros voluntários que quiseram entrar na representação, apesar das ordens em contrário que a polícia havia recebido»<sup>4</sup>.

Mas nem tudo foi mau e o «serviço de bufete foi profuso, abundante e delicado, fazendo honra à casa Ferrari, que dele estava encarregada». [...] «Os cartões contendo o menu, impressos na conhecida casa Estevão Nunes, eram de bom gosto e elegantes». [...] «Esta mimosa e delicada festa terminou depois da uma hora da noite»<sup>5</sup>.

No dia seguinte, dia 27, após a primeira sessão plenária do congresso, «ao meio dia e um quarto, partia da gare do Rocio o comboio que levava os congressistas a Sintra», onde passeariam e lhes seria oferecido o almoço. «A caminho da Pena era estonteante o aspecto da extensa fila de cerca de cem carruagens»<sup>6</sup>.

<sup>2</sup> «O Ocidente. Revista ilustrada de Portugal e estrangeiro». 21.º ano, 21.º volume, n.º 711 (30 Set. 1898).

<sup>3</sup> «O Ocidente. Revista ilustrada de Portugal e estrangeiro». 21.º ano, 21.º volume, n.º 711 (30 Set. 1898).

<sup>4</sup> «O Ocidente. Revista ilustrada de Portugal e estrangeiro». 21.º ano, 21.º volume, n.º 711 (30 Set. 1898).

<sup>5</sup> «Vanguarda. Diário republicano da manhã». Ano III, n.º 675 (27 Set. 1898).

<sup>6</sup> «O Ocidente. Revista ilustrada de Portugal e estrangeiro». 21.º ano, 21.º volume, n.º 712 (10 Out. 1898).



Fig. 4. «O Ocidente. Revista ilustrada de Portugal e estrangeiro». 21.º ano, 21.º volume, n.º 712 (10 Out. 1898)

Foi no recinto do *lawn tennis* do castelo da Pena que se serviu o *lunch* oferecido pela Associação de Jornalistas<sup>7</sup>, com serviço da casa Ferrari<sup>8</sup>.

Na quarta-feira, dia 28, teve lugar a segunda sessão do congresso, «realizando-se depois o passeio a Belém, a ver a Torre e os Jerónimos, seguindo os congressistas depois para o palácio da Ajuda, onde as majestades deram recepção. À noite realizaram-se as iluminações em Cascais, a que foram assistir os congressistas, excursão que muito agradou. Na esplanada fronteira à cidadela foi servida uma abundante ceia»<sup>9</sup>.

No dia seguinte (quinta-feira, 29) realizou-se a sessão de encerramento do congresso e, de tarde, a corrida de touros no Campo Pequeno que «dedicada aos congressistas mereceu lisonjeiro apreço»<sup>10</sup>. Os congressistas «gostaram geralmente do espectáculo, e aqueles que já viram as corridas de touros em Espanha, dizem que as nossas são muito superiores, pois aqui há a menos o espectáculo nojento do extripamento dos cavalos!»<sup>11</sup>.

<sup>7</sup> «A Voz Pública». Ano 9, n.º 2.610 (28 Set. 1898).

<sup>8</sup> «Vanguarda. Diário republicano da manhã». Ano III, n.º 676 (28 Set. 1898).

<sup>9</sup> «O Ocidente. Revista ilustrada de Portugal e estrangeiro». 21.º ano, 21.º volume, n.º 712 (10 Out. 1898).

<sup>10</sup> «O Ocidente. Revista ilustrada de Portugal e estrangeiro». 21.º ano, 21.º volume, n.º 712 (10 Out. 1898).

<sup>11</sup> «Vanguarda. Diário republicano da manhã». Ano III, n.º 674 (26 Set. 1898).

Segundo «O Ocidente», de 10 de Outubro, «sexta feira 30 foi o dia destinado à excursão a Tomar, onde no claustro do convento de Cristo se realizou um delicado almoço<sup>12</sup>, visitando depois os congressistas a grande fábrica de fição» [...] «À noite teve lugar a récita de gala no teatro D. Amélia, a que concorreram grande número de congressistas». E o jornal «Vanguarda», de 27 de Setembro, dizia: «Está escolhida para essa noite de festa a brilhante comédia de Gervásio Lobato “O comissário de polícia”, desempenhado por um dos nossos primeiros artistas, o notável cómico Vale».

Também nesse teatro estive em exposição «a jarra Beethoven»<sup>13</sup>, que tão ariscadamente fez viagem desde a fábrica das Caldas da Rainha, até ao *foyer* do teatro D. Amélia, e pode felizmente ser admirada pela maior parte dos congressistas.

<sup>12</sup> Neste almoço se dará um desacato só referido no dia em que os jornalistas chegam ao Porto e que nos vai dar a conhecer a que será, talvez, a personagem mais inesperada deste congresso: Mme. Sorgue. A primeira notícia é dada por «A Voz Pública», a 4 de Outubro, que, de forma incrédula, conta que, «conjuntamente com outros congressistas, chegou ontem a esta cidade, no comboio da manhã, a talentosa escritora e dedicadíssima socialista, Mademoiselle Sorghe [sic], acompanhada do socialista lisbonense snr. Azedo Gneco» e que ao chegar a Campanhã foi convidada pelo cabo Lebreiro a acompanhá-lo ao comissariado da polícia, onde ficou detida no gabinete do inspector Feijó, protestando sempre, sem conhecer os motivos da sua detenção. Horas depois, o comissário geral da polícia informou-a que seria libertada desde que se seguisse para Lisboa ou para França. Foi aconselhada por vários a ir para Lisboa, o que acabou por aceitar. Ao fim da tarde foi levada à estação das Devesas onde apanhou o comboio para Lisboa, em 1.ª classe, sempre acompanhada por um guarda. Quem era então Mme. Sorgue? De seu nome Antoinette Cauvin (de solteira, Durand de Gros), também conhecida por Madame Sorgue ou cidadã Sorgue (1864-1924), era conhecida pela polícia como «Madame Sarilhos», «A mulher mais perigosa da Europa», ou «A bela anarquista». Foi uma activista socialista revolucionária e feminista que teve um papel importante na Europa. Veio ao Congresso a convite de Magalhães Lima, que havia entrevistado em Paris e cujos ideais socialistas lhe tinham agradado. Em Lisboa, a sua presença foi noticiada nos jornais, tendo sido recebida sem problemas no Centro Socialista de Lisboa e na Associação dos Condutores e Cocheiros de Viação Lisbonense. Conta «A Voz Pública», de 5 de Outubro, que, contudo, durante o congresso ficou desiludida — tal como outros jornalistas independentes — pela submissão dos congressistas ao bureau e a «enfadonha série de brindes e discursos em honra do chefe de Estado»... Chegou mesmo parecer-lhe ver Magalhães Lima a aplaudir o discurso do rei. E ficou muito irritada porque não foi aceite apresentar um voto de simpatia pelos jornalistas italianos presos. No almoço de Tomar, quando Magalhães Lima agradeceu aos industriais, Mme. Sorgue sugeriu que ele brindasse também aos operários e aos socialistas portugueses... Não se sabe o que ele disse mas o «facto é que Mme. Sorgue, dirigindo-lhe, a propósito várias censuras, arremessou-lhe o copo de champanhe, que deu levemente, no braço de uma senhora bastante nutrida, cremos que Mme. Bataille, esposa do sr. Bataille, do Figaro». De regresso a Lisboa, Mme. Sorgue recolheu-se ao hotel. O Bureau resolveu riscá-la da lista dos congressistas e proibir a sua entrada na Sociedade de Geografia. Contudo, o secretário-geral da sociedade, Luciano Cordeiro, fez saber que, em sua casa, quem dava ordens era ele e «que Mme. Sorgue poderia entrar quando quisesse nas salas da Sociedade». O juiz Veiga chamou «Madame Sarilhos» ao Governo Civil mas não teve motivo para a prender pois tinha todos os documentos em ordem. Deixou, portanto, o odioso da questão para a cidade do Porto dando ordem para a sua prisão, à chegada, sob suspeita de poder vir a causar desacatos. Diz o jornalista da «Voz Pública»: «Vergonha de um congresso de imprensa terminar com a prisão de um jornalista!».

<sup>13</sup> A jarra Beethoven foi encomendada em 1895 por José Relvas a Bordalo Pinheiro para decorar a sala de música de sua quinta dos Patudos, em Alpiarça. Sabendo que Relvas era violinista amador, fã de Beethoven e colecionador de arte, Bordalo Pinheiro tentou criar um objecto de arte para embelezar um ambiente de salão. Mas a jarra concebida é um monstro de 2,6 metros de altura e não cabe na sala... Assim ficou sem lugar, começando o seu percurso até encontrar um local que a acolhesse como arte decorativa. Bordalo tentou expô-la ao público para conseguir um comprador e por isso o jardim de Inverno do Teatro D. Amélia se torna no espaço onde a jarra pode ser admirada, coincidindo com as festividades do 5.º Congresso. Apesar dos elogios da imprensa portuguesa, não foi vendida. Passou a ser considerada maldita e designada por «a criatura». Em 1899, foi para o Brasil. Foi rifada, mas não houve sorteado. Perante a dificuldade do transporte, Bordalo preferiu deixá-la com o Dr. João do Rego Barros que acabou por a doar ao Estado brasileiro. Actualmente encontra-se no Museu Nacional de Belas Artes, quase esquecida num canto.

«Devem esses estrangeiros ter levado de Portugal a opinião de um alto grau de adiantamento das artes entre nós». [...] «É que raras coisas tão formosas nos tem dados aos olhos para seu encanto a arte portuguesa»<sup>14</sup>.



Fig. 5. MALTA, 2010: 135-150

No sábado, 1 de Outubro, ainda se realizou o passeio fluvial no Tejo «a bordo do transporte África. O embarque foi no Arsenal da Marinha às 2 da tarde em número superior a 400, conduzidos nos rebocadores Operário e Trafaria». [...] «O passeio durou até às 5h da tarde sendo servido champanhe e doces»<sup>15</sup>.

À noite teve lugar o banquete em S. Carlos que foi «o digno remate das festas de Lisboa em honra dos congressistas». [...] «Os camarotes regurgitavam de famílias que desejavam assistir àquela festa, embora não podendo acompanhá-la senão com a vista». As mesas «ocupavam toda a extensão do palco e da plateia. O número total de lugares era de 376, não chegando a preencher-se todos em consequência de se terem retirado já alguns jornalistas»<sup>16</sup>.

O jantar foi «fornecido pela casa Isidro. O menu para o jantar achava-se impresso nuns elegantes cartões, sendo este trabalho executado pela acreditada casa Libânio da Silva. O desenho que serve de tarja ao menu é característico e de bom efeito, recordando o velho estilo arquitectónico dos nossos mais notáveis monumentos históricos»<sup>17</sup>.

<sup>14</sup> «O Ocidente. Revista ilustrada de Portugal e estrangeiro». 21.º ano, 21.º volume, n.º 713 (20 Out. 1898).

<sup>15</sup> «A Voz Pública». Ano 9, n.º 2.614 (2 Out. 1898).

<sup>16</sup> «O Ocidente. Revista ilustrada de Portugal e estrangeiro». 21.º ano, 21.º volume, n.º 712 (10 Out. 1898).

<sup>17</sup> «Vanguarda. Diário republicano da manhã». Ano III, n.º 680 (2 Out. 1898).

No domingo, dia 2, deu-se a partida para o Porto, «servindo-se o almoço na gare da estação da Pampilhosa, artisticamente ornamentada para esse fim»<sup>18</sup>. O serviço deste almoço foi «adjudicado ao conhecido e hábil e industrial [sic] mr. Paul Bergamin, proprietário dos *restaurants* [sic] do Bussaco e Pampilhosa»<sup>19</sup>. «A mesa, circundando a estação, tinha a forma de C. Havia lugar para 300 talheres; almoçaram porém só 193 pessoas»<sup>20</sup>.

O jornal «Vanguarda» comentava: «Na Pampilhosa tiveram o ensejo de admirar a cordura<sup>21</sup> do nosso povo. Um grandessíssimo número de pessoas estiveram ali assistindo com toda a placidez ao almoço... Muitas senhoras estiveram assistindo ao espectáculo de dentro de carruagens ali postadas». [...] «Diante de tanto sossego e cordura muitos dos congressistas não puderam deixar de confessar que lá fora, em igualdade de circunstâncias, seria preciso uma grande força de polícia para conter o povo que, ao ver tanta gente junta a comer não se resignaria a ser simples espectador...»<sup>22</sup>.

Ao contrário do que estava anunciado, a maior parte dos congressistas chegou a Campanhã às 4h30 da tarde, tendo sido recebidos por «João de Oliveira Ramos, presidente da Associação de Jornalistas Portuenses; Lima Júnior, presidente da Câmara Municipal; conselheiro Venceslau de Lima<sup>23</sup>, representante da casa Ferreirinha; Pedro de Araújo; Justino Teixeira, diretor dos caminhos de ferro do Minho e Douro; conselheiro Ferreira de Lina, governador civil substituto...»<sup>24</sup>. Ao que é relatado, o comboio chegou antes do previsto, que era às 6 horas, altura em que chegaram a banda e outros convidados.

«Um carro americano e alguns trens alugados pelos congressistas conduziram estes aos hotéis. A pouca concorrência causou desapontamento», referia o jornal «Vanguarda», de 3 de Outubro.

<sup>18</sup> «O Ocidente. Revista ilustrada de Portugal e estrangeiro». 21.º ano, 21.º volume, n.º 712 (10 Out. 1898).

<sup>19</sup> «Vanguarda. Diário republicano da manhã». Ano III, n.º 676 (28 Set. 1898).

<sup>20</sup> «Vanguarda. Diário republicano da manhã». Ano III, n.º 681 (3 Out. 1898).

<sup>21</sup> Tolerante; cordato ou cordo.

<sup>22</sup> «Vanguarda. Diário republicano da manhã». Ano III, n.º 682 (4 Out. 1898).

<sup>23</sup> Venceslau de Lima era casado com uma neta homónima de D. Antónia (Antónia Adelaide Ferreira), filha de António Bernardo Ferreira III (o dono da quinta do Vesúvio). Era Doutorado em Filosofia Natural pela Universidade de Coimbra (1882) e especialista em Geologia e Paleontologia e lente da Academia Politécnica do Porto (desde 1882). Foi deputado pelo Partido Regenerador (1882-1893 e 1896-1897), Par do Reino (1901-1910), Governador Civil dos distritos de Vila Real (1884-1885), Coimbra (1891-1892) e Porto (1900-1910), Presidente da Câmara Municipal do Porto (1896-1898; 1900-1901), Ministro dos Negócios Estrangeiros (1903-1904, 1906 e 1908-1909) e Presidente do Conselho de Ministros (1909). Venceslau de Lima era um dos homens mais influentes do seu tempo, tanto no Porto como na capital, sendo íntimo da Casa Real. Provavelmente a ele se deve a escolha da quinta do Vesúvio para a visita dos congressistas. À data do congresso estava fora da presidência da câmara, ocupando o lugar de director da recém-criada Companhia Agrícola e Comercial dos Vinhos do Porto (antiga Casa Ferreirinha), lugar que só abandonaria em 1909, quando chamado por D. Manuel II para presidir ao governo (cf. PEREIRA, 2016).

<sup>24</sup> «A Nação». Ano LII, n.º 12.790 (4 Out. 1898).

Os congressistas ficaram «assim distribuídos: — Grande Hotel do Porto, 43; — Grande Hotel de Paris, 20; — Francfort, 39; — Novo Lisbonense, 5; — Central, 9; — Cyrne, 2; — Universal, 4; — Continental, 20; — América, 21; — e Reimão, 14. Os restantes hospedaram-se em casas particulares»<sup>25</sup>.

No dia seguinte, dia 3 de Outubro, «às 10 e meia os congressistas visitaram o palácio da Bolsa, onde houve recepção muito concorrida e animada, vendo-se ali grande número de damas»<sup>26</sup>. Também compareceram «autoridades militares e civis, presidente da câmara e alguns vereadores, representantes das associações União dos Industriais do Norte, Centro Comercial, Ateneu, Associação Comercial, Associação Industrial e muitos jornalistas portuenses. No pátio interior tocava a banda do regimento de infantaria n.º 18»<sup>27</sup>.

Terminada a recepção na Bolsa, «dirigiu-se a numerosa comitiva para Vila Nova de Gaia, visitando os armazéns do snr. Andresen, bem como as tanoarias do mesmo senhor. Em um dos compartimentos de um dos armazéns foram servidos aos congressistas vinhos velhos, entre outros das seguintes marcas: *Lacrima Christi*, *Seco doce*, *Velho seco*, *Moscatel rico*, *Velhíssimo 'non plus ultra'*, *Bastardo*, etc.»<sup>28</sup>.

Depois desta visita, os congressistas seguiram para os armazéns da «Companhia Vinícola». [...] «Ali, no andar superior dos grandes armazéns foi servido um profuso *lunch* fornecido pela confeitaria Oliveira, da praça Carlos Alberto»<sup>29</sup>. «O *menu* foi escolhido, tendo um verdadeiro sucesso os vinhos da Companhia, em especial o champagne e vinho de 1800»<sup>30</sup>.

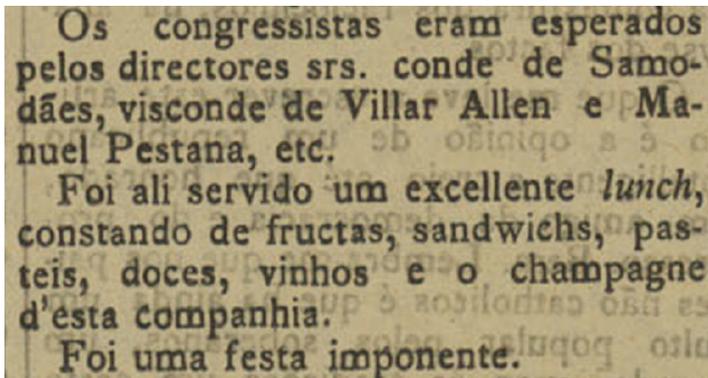


Fig. 6. «A nação». Ano LII, n.º 12.791 (5 Out. 1898)

<sup>25</sup> «A Voz Pública». Ano 9, n.º 2.616 (4 Out. 1898).

<sup>26</sup> «Vanguarda. Diário republicano da manhã». Ano III, n.º 682 (4 Out. 1898).

<sup>27</sup> «A Voz Pública». Ano 9, n.º 2.616 (4 Out. 1898).

<sup>28</sup> «A Voz Pública». Ano 9, n.º 2.616 (4 Out. 1898).

<sup>29</sup> «A Voz Pública». Ano 9, n.º 2.616 (4 Out. 1898).

<sup>30</sup> «Vanguarda. Diário republicano da manhã». Ano III, n.º 682 (4 Out. 1898).

Relata «A Nação», de 5 de Outubro: «Findo o *lunch* a que assistiram mais de 500 pessoas, visitaram os congressistas todos os armazéns, a garrafeira, as oficinas de encaixotamento e engarrafamento, o grande túnel onde se fabrica o Champanhe, e que estava todo iluminado a velas, produzindo um efeito fantástico». [...] «Depois da visita, que foi demorada, a todas as dependências dos armazéns, seguiram na maior parte os congressistas, cerca das 3 horas da tarde, para a margem esquerda do Douro, embarcando ali cerca de 200 pessoas, em frente à lingueta da Cruz». [...] «Às 4 horas menos 5 minutos largou da margem de Gaia o vapor *Tritão*, e 10 minutos mais tarde o *Mariano de Carvalho*» que ficou à espera de congressistas atrasados.

Grande número de congressistas e outros convidados foram, assim, conduzidos até Leixões, «gastando a viagem 40 minutos. A travessia fez-se sem novidade, pois que o mar estava calmo e a tarde magnífica. Às 5 horas menos 10 minutos, desembarcaram os congressistas e mais convidados no posto de serviço, tomando em seguida os trens que os estavam esperando em Leça e Matosinhos»<sup>31</sup>.

Os congressistas chegaram às 18 horas aos hotéis «para fazer a toilette para a noite»<sup>32</sup>.

E, assim, no dia 3 de Outubro, «às 8 horas e alguns minutos da noite começou o banquete dado em honra dos congressistas»<sup>33</sup>.

A 30 de Setembro, dizia «A Voz Pública»: «A mesa que está sendo montada na nave central do Palácio de Cristal para o banquete de homenagem aos congressistas» [...] «é sub-dividida em três longas mesas que começam junto ao palco, estendendo-se paralelamente até defronte das escadas de acesso para as galerias, e são ligadas na cabeceira superior por uma quarta mesa». [...] «Nas galerias da nave terão ingresso as pessoas que desejem assistir ao banquete, sendo os bilhetes de admissão do preço de 200 réis cada».

No dia da festa, «as mesas não estavam com todos os lugares ocupados, em razão de não chegar ao Porto senão um número limitado de congressistas. Além destes e dos representantes da imprensa da capital do Porto [sic], eram convivas os vereadores do município, os membros das associações Comercial e Industrial, autoridades civis, etc., vendo-se também no recinto onde se realizava o banquete alguns oficiais do exército de terra e mar. No palco da nave central uma banda de música executou trechos de várias operetas e zarzuelas conhecidas». [...] «As galerias estavam repletas de senhoras, vendo-se na nave central muitas pessoas que aí assistiram à festa»<sup>34</sup>.

«Mas onde toda esta série de festas teve o seu termo primoroso foi na excursão à região vinícola do Alto Douro, e no almoço na quinta do Vesúvio, oferecido pelo Sr. António Bernardo Ferreira, opulentíssimo proprietário daquela região», afirmava «O Ocidente», de 10 de Outubro.

<sup>31</sup> «A Voz Pública». Ano 9, n.º 2.616 (4 Out. 1898).

<sup>32</sup> «A Nação». Ano LII, n.º 12.791 (5 Out. 1898).

<sup>33</sup> «A Voz Pública». Ano 9, n.º 2.616 (4 Out. 1898).

<sup>34</sup> «A Voz Pública». Ano 9, n.º 2.616 (4 Out. 1898).



Fig. 7. A nave do Palácio de Cristal montada para o jantar oferecido aos congressistas  
Foto de Aurélio Pais dos Reis. Centro Português de Fotografia, PT/CPF/APR/001-001/001010

## VISITA AO ALTO DOURO E ALMOÇO NA QUINTA DO VESÚVIO

A partida para a quinta do Vesúvio realizou-se às 7 horas da manhã. «A direcção dos caminhos de ferro teve a amabilidade de pôr à disposição dos excursionistas 7 salões de luxo, 7 carruagens de 1.<sup>a</sup> classe e uma de 2.<sup>a</sup>. Tocava a banda de Infantaria 6. Acompanharam os congressistas os presidentes da câmara e associações, indo também damas e cavalheiros portugueses». Houve paragens em algumas estações. No Moledo, o comboio especial passou às 10 da manhã. «Não houve paragem; todavia os hóspedes do hotel Gomes fizeram entusiástica ovação e deitaram-lhes flores. Todo o prédio e quintal do hotel estavam embandeirados»<sup>35</sup>.

O comboio dos congressistas e convidados, levando cerca de quatrocentas pessoas, «chegou à quinta do Vesúvio depois do meio dia, tendo os excursionistas recepção festiva não só por parte do Sr. António Bernardo Ferreira, filhos e genro, como pelos aldeões que ali apareceram, com suas festas características». [...] «Após a troca de cumprimentos cordiais, os congressistas e convidados inscreveram os seus nomes em folhas soltas, que constituem uma recordação da visita dos membros do congresso internacional da imprensa»<sup>36</sup>.

<sup>35</sup> «Vanguarda. Diário republicano da manhã». Ano III, n.º 683 (5 Out. 1898).

<sup>36</sup> «O Ocidente. Revista ilustrada de Portugal e estrangeiro». 21.º ano, 21.º volume, n.º 712 (10 Out. 1898).



**Fig. 8.** *Aspecto da recepção aos congressistas, à chegada à Quinta do Vesúvio*  
Fotografia de Aurélio Pais dos Reis. Centro Português de Fotografia, PT/CPF/APR/001-001/000655

Também «D. Antónia Ferreirinha<sup>37</sup> brindou aos congressistas e à imprensa portuguesa, e António Bernardo Ferreira deu as boas vindas aos congressistas, regozijando-se pela sua presença em nome do Douro. Consiglieri Pedroso saudou Bernardo Ferreira pelo acolhimento feito e pela compreensão que revela nitidamente das vantagens da vinda dos congressistas. Simões Marziochi falou dos vinhos do Porto que os congressistas apreciaram, pedindo aos jornais estrangeiros que defendam o estatuto nas convenções internacionais sobre as marcas dos vinhos, para não haver contrafacções pois nós éramos tão correctos que não chamávamos champanhes aos vinhos espumosos»<sup>38</sup>.



**Figs. 9 e 10.** *Os convidados junto à capela da quinta do Vesúvio.* Fotografias de Aurélio Pais dos Reis. Centro Português de Fotografia, PT/CPF/APR/001-001/008832 e PT/CPF/APR/001-001/000654

<sup>37</sup> O jornalista está a referir-se à neta de D. Antónia, com quem era casado Venceslau de Lima (D. Antónia tinha morrido em 1896).

<sup>38</sup> «Vanguarda. Diário republicano da manhã». Ano III, n.º 683 (5 Out. 1898).

A descrição que se segue é do jornal «Vanguarda», de 6 de Outubro:

*Finda a recepção seguiram todos os visitantes para o vasto armazém dos lagares, onde foi servido o lunch. O arruamento que conduz para ali achava-se ornamentado com mastros e bandeiras e no átrio desse armazém, que também estava embandeirado, viam-se, formando colunatas, pipas ornamentadas com instrumentos da viticultura. As paredes exteriores apresentavam, entre coroas de verdura, os nomes das diversas nações.*

À passagem dos convivas para o armazém, um grupo de aldeãos e aldeãs, ao som de guitarras e de outros instrumentos dos seus característicos lugares, dançava alegremente e a banda de infantaria 6 rompeu com o hino nacional.

*Para o amplo salão, onde se acham instalados os lagares, dá ingresso uma escada, partindo da adega que lhes fica adjunta, em pavimento inferior e onde estão 20 tonéis de 26 a 30 pipas cada um.*



**Fig. 11.** Os lagares decorados, antes da chegada dos convidados. Sentado à mesa parece estar António Bernardo Ferreira IV, filho do anfitrião. Autor desconhecido. Arquivo da Quinta do Vallado

**Fig. 12.** O almoço nos lagares. Fotografia de Aurélio Pais dos Reis. Centro Português de Fotografia, PT/CPF/APR/001-001/000660

*Já há dias fizemos uma referência à ornamentação da casa dos lagares. De novo dela nos ocuparemos. Esse amplo salão foi magnificamente disposto para o lunch, ligando-se os lagares por meio de estrados de madeira, com escadas. As mesas estavam formadas dentro desses enormes recintos, a todo o comprimento da casa e em duas filas. O tecto e as paredes revestiam-se de heras, parreiras e palmas, e espalhados artística e vistosamente viam-se diversos instrumentos de viticultura e aparelhos para combater os flagelos da videira, tais como: pulverizadores, enxofreadoras, injectores de sulfureto, e bem assim muitas marmitas dos trabalhadores. As mesas distintamente dispostas e ornamentadas com palmeiras, contribuíam também para o realce de todo o conjunto.*



Sobre o almoço, houve diversos comentários:

— «Era 1 da tarde quando principiou o *lunch*...»<sup>39</sup>.

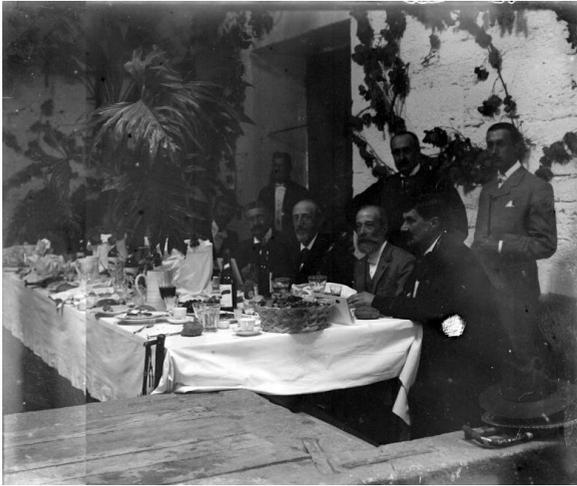


Fig. 16. Mesa principal do almoço, vendo-se Venceslau de Lima, em pé, atrás de António Bernardo Ferreira III, sentado. Fotografia de Aurélio Pais dos Reis. Centro Português de Fotografia, PT/CPF/APR/001-001/000663

— «Foi bom o *lunch*, servido pelo hotel Paris<sup>40</sup>, do Porto. Os vinhos, finíssimos, eram de 1815 a 1875»<sup>41</sup>.



Fig. 17. Rótulos dos vinhos servidos no almoço de 4 de Outubro. Arquivo Histórico da Casa Ferreirinha

<sup>39</sup> «Vanguarda. Diário republicano da manhã». Ano III, n.º 684 (6 Out. 1898).

<sup>40</sup> O menu refere mais concretamente que «O almoço foi servido sob a direcção do Sr. Aufrère, proprietário do Hotel Paris, no Porto». Com efeito, o Joseph Aufrère é, desde 1888, o dono do Hotel de Paris. O Grande Hotel de Paris tem uma história muito interessante e no seu livro de hóspedes há nomes como Eça de Queirós, Camilo Castelo Branco, Guerra Junqueiro e Bordalo Pinheiro. Neste momento, é o mais antigo estabelecimento hoteleiro ainda em funcionamento da cidade do Porto, tendo sido inaugurado em 27 de Novembro de 1877. Fica na Rua da Fábrica, uma rua recatada mas central, estreita e inclinada, que parte da Praça da Liberdade e chega até à Praça de Carlos Alberto. Antigamente, era uma rua das mais movimentadas da Baixa, com livrarias, tipografias, bazares e cafés. Da rua, passa completamente despercebido, tendo unicamente uma discreta placa com a inscrição do seu nome. Em 2017 foi comprado pela Stay Hotels mas mantém as suas características centenárias. Até ao final dos anos 80 do século XX, o seu restaurante era famoso, tradição que ficou, talvez, por herança do Sr. Aufrère.

<sup>41</sup> «Vanguarda. Diário republicano da manhã». Ano III, n.º 683 (5 Out. 1898).

Também o menu foi amplamente descrito: «O *menu* achava-se em um distinto e vistoso *carnet*, no rosto do qual avultava uma cromotipogravura do palacete da quinta e o brasão da família; no verso, via-se um trecho de uma referência feita à quinta do Vesúvio pelo Visconde de Villa Maior, no seu *Douro Ilustrado*; a página seguinte tinha como ornamentação uma parreira e cachos de uvas, com o *menu* do *lunch* impresso ao centro, e na última página via-se em fotografatura uma vista de grande parte desta importante quinta. Este trabalho foi executado nas oficinas de cromotipia do Comércio do Porto»<sup>42</sup>.



Fig. 18. Menu do almoço oferecido por António Bernardo Ferreira III aos participantes no 5.º Congresso Internacional da Imprensa, na quinta do Vesúvio, a 4 de Outubro de 1898. Arquivo da Quinta do Vallado

Finda a recepção, comenta «O Ocidente», de 10 de Outubro: «Diversão encantadora a todos os respeito, coroou ela devidamente a requintada hospitalidade de que Portugal deu provas incontestes. Às festas em honra dos congressistas associaram-se brilhantemente o comércio e a indústria demonstrando a sua activa vitalidade».

Chegada a hora de partir, «Às 3 e 30 os estrangeiros seguiram para Salamanca em carruagens de 1.ª classe. Às 4 e 20 foi a partida para o Porto, em carruagens salões»<sup>43</sup>.

<sup>42</sup> «Vanguarda. Diário republicano da manhã». Ano III, n.º 684 (6 Out. 1898).

<sup>43</sup> «Vanguarda. Diário republicano da manhã». Ano III, n.º 683 (5 Out. 1898).

Neste pormenor podemos aperceber-nos do impacto que o caminho-de-ferro tinha causado, alterando «o conceito de viagem no País, acelerando-o, contribuindo nesta medida para uma mudança nos hábitos comerciais, culturais e de lazer dos portugueses e nas suas próprias mentalidades. Simultaneamente, a ferrovia daria outras conotações ao conceito a nível político, militar e das relações com o estrangeiro». Apesar do receio inicial, «Com o passar dos tempos, iam-se desacreditando as notícias que diziam que *quem não viajasse à janela dos compartimentos morderia abafado e quem viajasse mais de meia hora ficaria em estado sonâmbulo*» (PEREIRA, 2010: 25-40). «Em 1896, com o grosso da rede já construído, a maior velocidade média que se atingia era de 30 km/h na Linha do Norte e na Linha do Minho». Contudo, embora não fosse grande a velocidade (havia notícias de caminhos-de-ferro no estrangeiro que viajavam à estonteante velocidade de 60 km/h) a verdade é que, como refere Hugo Silveira Pereira, «de facto as viagens a longa distância deixaram de ser medidas em dias, para passarem a ser medidas em horas». Relativamente ao congresso de 1898, apesar das queixas de alguns dos estrangeiros por atrasos sofridos quer nas viagens, quer na entrega do correio,

Os discursos haviam encerrado com «o ilustre escritor Jules Claretie», que terminou dizendo: «O congresso fez com que a Europa descobrisse Portugal e Portugal conquistasse a Europa»<sup>44</sup>.



Fig. 19. Casa da quinta do Vesúvio vista da linha do caminho-de-ferro.  
Foto de Alberto Cerqueira, s/d  
Arquivo Histórico da Casa Ferreirinha, Álbum 5 – Quintas, Foto 147

## CONCLUSÃO

Quando nos deparámos com este documento, no decurso da organização do arquivo da quinta do Vallado, foi a casualidade da data coincidir com a realização do nosso *workshop* que nos levou a escolhê-lo como tema para a comunicação. O documento, em si, era suficientemente motivante para início de pesquisa pelo seu *design*, pela apresentação descritiva dos pratos e dos vinhos servidos... Contudo, despertou-nos imediatamente o interesse por maior conhecimento do V Congresso e pelo Hotel Paris e por aí enveredámos o trabalho. Não esperávamos, porém, encontrar tanta informação detalhada que nos permitisse acompanhar os congressistas no seu percurso até à quinta do Vesúvio, nem a descoberta de histórias associadas como a de Mme. Sorgue ou da jarra Beethoven, nem a necessidade de procurar a história do caminho-de-ferro para perceber que, afinal, tinha sido mais simples a viagem em 1898 do que seria actualmente.

---

o fantástico é que uma coisa impensável hoje em dia aconteceu: 400 pessoas viajaram, sem problemas, do Porto para o Vesúvio, em menos de 5 horas e daí seguiram, descansadamente, para os seus países na Europa.

<sup>44</sup> «Vanguarda. Diário republicano da manhã». Ano III, n.º 683 (5 Out. 1898).

Mas foi um exercício interessante constatar como um simples documento pôde levar à descoberta de tanta informação sobre vários assuntos e conseguiu estabelecer relações entre diferentes arquivos — Vesúvio, Ferreira, Vallado, Symington e, mesmo, Centro Português de Fotografia — onde se foi recuperar documentação complementar.

Assim, partimos, enquanto arquivista, desse inspirador documento inicial que nos impeliu, na perspectiva histórica, a explorar as inúmeras possibilidades reveladas do seu cruzamento com outras fontes, designadamente, fotografias e imprensa da época. Este processo de utilização sucessiva e articulada das diversas fontes e documentos encontrados levou-nos para o campo da micro-história, com as suas propostas de redução da escala de análise, descrição da realidade social mais detalhada e maior exploração do objeto de estudo, que permitem que as experiências individuais, concretas e locais ganhem relevo e relação com o global<sup>45</sup>. Prosseguindo nesta muito breve incursão no campo da micro-história (dando particular relevo aos historiadores Carlo Ginzburg, Giovanni Levi e Edoardo Grendi), poderemos considerar termo-nos assim aproximado do que Grendi designou como «excecional normal», um conceito com dois significados: «o primeiro refere-se ao documento que é aparentemente excepcional, mas que se constitui como uma prática comum no cotidiano social; e o segundo é o documento que é, por si, excepcional, o que pode dar conta de uma norma do cotidiano social»<sup>46</sup>.

## FONTES HEMEROGRÁFICAS

«A CORJA! Semanário de caricaturas». Ano 1, n.º 15 (29 Set. 1898).

«A CORJA! Semanário de caricaturas». Ano 1, n.º 16 (9 Out. 1898).

«A NAÇÃO». Ano LII, n.º 12.784 (27 Set. 1898).

«A NAÇÃO ». Ano LII, n.º 12.785 (28 Set. 1898).

«A NAÇÃO ». Ano LII, n.º 12.786 (29 Set. 1898).

«A NAÇÃO ». Ano LII, n.º 12.787 (30 Set 1898).

«A NAÇÃO ». Ano LII, n.º 12.788 (1 Out. 1898).

«A NAÇÃO ». Ano LII, n.º 12.789 (2 Out. 1898).

«A NAÇÃO ». Ano LII, n.º 12.790 (4 Out. 1898).

«A NAÇÃO ». Ano LII, n.º 12.791 (5 Out. 1898).

«A NAÇÃO ». Ano LII, n.º 12.792 (6 Out. 1898).

«A NAÇÃO ». Ano LII, n.º 12.793 (7 Out. 1898).

«A VOZ PÚBLICA». Ano 9, n.º 2.610 (28 Set. 1898).

«A VOZ PÚBLICA ». Ano 9, n.º 2.612 (30 Set. 1898).

«A VOZ PÚBLICA ». Ano 9, n.º 2.614 (2 Out. 1898).

«A VOZ PÚBLICA ». Ano 9, n.º 2.615 (3 Out. 1898).

«A VOZ PÚBLICA ». Ano 9, n.º 2.616 (4 Out. 1898).

---

<sup>45</sup> REVEL, *org.*, 1998.

<sup>46</sup> CARDOSO, 2010: 31-46.

- «MARSELHESA. Supplemento de caricaturas». Ano 2, 2.<sup>a</sup> série, n.º 46 (2 Out. 1898).
- «MARSELHESA. Supplemento de caricaturas». Ano 2, 2.<sup>a</sup> série, n.º 47 (9 Out. 1898).
- «O TIRO CIVIL. O órgão do sport nacional». Ano IV, n.º 147 (1 Out. 1898).
- «O OCIDENTE. Revista ilustrada de Portugal e estrangeiro». 21.º ano, 21.º volume, n.º 711 (30 Set. 1898).
- «O OCIDENTE. Revista ilustrada de Portugal e estrangeiro». 21.º ano, 21.º volume, n.º 712 (10 Out. 1898).
- «O OCIDENTE. Revista ilustrada de Portugal e estrangeiro». 21.º ano, 21.º volume, n.º 713 (20 Out. 1898).
- «VANGUARDA. Diário republicano da manhã». Ano III, n.º 674 (26 Set. 1898).
- «VANGUARDA. Diário republicano da manhã». Ano III, n.º 675 (27 Set. 1898).
- «VANGUARDA. Diário republicano da manhã». Ano III, n.º 676 (28 Set. 1898).
- «VANGUARDA. Diário republicano da manhã». Ano III, n.º 677 (29 Set. 1898).
- «VANGUARDA. Diário republicano da manhã». Ano III, n.º 678 (30 Set. 1898).
- «VANGUARDA. Diário republicano da manhã». Ano III, n.º 679 (1 Out. 1898).
- «VANGUARDA. Diário republicano da manhã». Ano III, n.º 680 (2 Out. 1898).
- «VANGUARDA. Diário republicano da manhã». Ano III, n.º 681 (3 Out. 1898).
- «VANGUARDA. Diário republicano da manhã». Ano III, n.º 682 (4 Out. 1898).
- «VANGUARDA. Diário republicano da manhã». Ano III, n.º 683 (5 Out. 1898).
- «VANGUARDA. Diário republicano da manhã». Ano III, n.º 684 (6 Out. 1898).

## BIBLIOGRAFIA

- BALLESCARRED (2011) — *Cauvin (nee Durand de Gros), Antoinette aka Madame Sorgue 1864-1924*. Disponível em <<https://libcom.org/history/cauvin-nee-durand-de-gros-antoinette-aka-madame-sorgue-1864-1924>>. [Consulta realizada em 01/10/2018].
- BESSA, Alberto (1898) — *A Associação da Imprensa Portuguesa no 2.º ano da sua existência*. Lisboa: Associação da Imprensa Portuguesa/Tipografia de «O Expresso».
- CARDOSO, José Carlos da Silva (2010) — *Reflexões sobre a abordagem macro e micro na História*. «MNEME – Revista de Humanidades», vol. 11, n.º 28 (Ago.-Dez.), p. 31-46. Disponível em <<https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/1045>>. [Consulta realizada em 01/10/2018].
- CUNHA, Alfredo da (1941) — *Jornalismo nacional: das malogradas associações de imprensa à alvitrada Ordem dos Jornalistas Portugueses*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Jornalistas, 1941. Separata do «Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas», n.º 2 (Jun.).
- FÉLIX, Octávio M. (2011) — *Grande Hotel de Paris. Uma história no Porto*. Porto: Edições Afrontamento.
- LEAL, Paula Montes (2018) — *Entre o Arquivo Histórico da Casa Ferreirinha e os Symington Family Archives: Os documentos da Quinta do Vesúvio*. In LAGE, Otilia, coord. — *Alto Douro e Ilha do Pico, paisagens vinhateiras culturais património mundial em perspectiva multifocal: experimentação comparada*. Porto: CITCEM.
- MALTA, Marize (2010) — *Jarra Beethoven e a incrível história de uma imagem-problema*. «ArtCultura, Uberlândia», vol. 12, n.º 20 (Jan.-Jun.), p. 135-150.
- PEREIRA, Gaspar Martins; OLAZABAL, Maria Luísa (1996) — *Dona Antónia*. Porto: A. A. Ferreira/BPI.
- PEREIRA, Gaspar Martins (2009) — *Os caminhos-de-ferro do Douro: história e património*. Texto escrito para a exposição de fotografia «Le train au Portugal» de Dario Silva e Alberto Aroso, patente no Espace Jacques 1<sup>er</sup> d'Aragon (Montpellier, França) entre 25 de Abril e 7 de Maio de 2009. Disponível em <<http://www.ocomboio.net/pages/expofotografia.html>> ou pdf em <<http://www.ocomboio.net/PDF/montpellier/portugais/gasparmartinspereira.pdf>>. [Consulta realizada em 01/10/2018].

- PEREIRA, Gaspar Martins (2016) — *Quinta do Vallado – 300 anos no coração do Douro*. [S. l.]: Quinta do Vallado.
- PEREIRA, Hugo Silveira (2010) — *As viagens ferroviárias em Portugal (1846-1896)*. «CEM – Cultura, Espaço & Memória», n.º 1, p. 25-40.
- RAYMOND, Justinien (2018) — *SORGUE (citoyenne) (CAUVIN Antoinette dite)*. Disponível em <[http://maitron-en-ligne.univ-paris1.fr/spip.php?article85695&id\\_mot=44](http://maitron-en-ligne.univ-paris1.fr/spip.php?article85695&id_mot=44)>. Versão disponibilizada em 30 de Março de 2010 e revista a 4 de Abril de 2018. [Consulta realizada em 01/10/2018].
- REVEL, Jacques, org. (1998) — *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.
- SOUSA, Fernando de, coord. (2013) — *Os presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2013)*. Porto: CEPSE.

# TRABALHOS E TRABALHADORES NA QUINTA DO VESÚVIO EM 1870

ALBANO AUGUSTO VEIGA VISEU\*

**Resumo:** A quinta do Vesúvio beneficiou de vias de comunicação que, para além de lhe levarem a mão-de-obra, géneros alimentares e produtos necessários à vinha, às oficinas vinárias e aos armazéns, também serviram para conseguir escoar a produção. Os trabalhos de reconversão de vinhedos, construção de muros e socalcos, granjeio da vinha, colheita das uvas e tratamentos dos vinhos obtidos envolveram não só trabalhadores de concelhos próximos da quinta, mas também jornaleiros, empreiteiros, feitores e artistas de vários officios de concelhos mais distantes, e da Galiza, que deram origem a movimentos sistemáticos que, ano após ano, se foram estabelecendo em busca de trabalho.

O presente estudo visa analisar o movimento populacional que se constituiu ao longo de 1870 para reforçar a mão-de-obra local nos trabalhos e tarefas oferecidos pela quinta, tendo desempenhado uma função específica e cumprido um contrato a troco de um salário.

Na dimensão estabelecida entre o território e a envolvente social, houve um cenário que aclimatou uma vivência e que proporcionou uma revolução na configuração da paisagem, num processo que se estabeleceu em torno da cultura da vinha e do vinho e em que a colaboração humana se tornou impulsionadora e essencial.

**Palavras-chave:** Quinta; trabalhador; jorna; empreitada.

---

\* Investigador integrado no CITCEM (Grupo de Investigação Populações e Saúde), professor aposentado, doutor em História pela FLUP. albanoviseu@gmail.com. O autor não segue o Acordo Ortográfico de 1990.

**Abstract:** The Farm of Vesúvio benefited from communication routes which, in addition to bringing to it the labor force, foodstuffs and products needed for the vineyard, wineries and warehouses, also served to drain the production. The work of vineyard conversion, construction of walls and terraces, vineyard grazing, grapes harvesting and treatments of the wines obtained involved not only workers from nearby municipalities, but also day laborers, contractors, factories and artists from several municipal offices, and from Galicia, which gave rise to systematic movements that, year after year, were established in search of work. The present study aims to analyze the population movement that was constituted throughout 1870 to reinforce the local labor in the works and tasks offered by the farm, having performed a specific function and fulfilled a contract in exchange for a salary.

In the dimension established between the territory and the social surroundings, there was a scenario that acclimated an experience and that provided a revolution in the configuration of the landscape, in a process that was established around the culture of the vine and wine and in which human collaboration became driving force and essential.

**Keywords:** Farm; worker; day-work; contracting.

## INTRODUÇÃO

O Alto Douro atraiu, desde o século XVII, movimentos de trabalhadores que a troco de um salário, capaz de apoiar o orçamento familiar, e muitas vezes apenas a troco de alimentação, procuraram reforçar a mão-de-obra local na execução de várias tarefas da vinha e do vinho.

O recurso à mão-de-obra externa<sup>1</sup> tornou-se essencial, sobretudo em épocas de actividades mais intensas, como nas vindimas, na construção de socalcos, paredes, escadarias, oficinas vinárias, casas de apoio e de residência, arroteamentos, implantação de vinhedos, trabalhos específicos da competência de artistas especializados e, ainda, na apanha da azeitona.

As pessoas de aldeias próximas da quinta e outras de regiões mais distantes criaram o hábito de nela buscar trabalho, procurando na época ajustada colaborar na engenharia da construção, da produção, da extracção e da transformação<sup>2</sup>.

As quintas marcaram a História da região do Douro, não só pela concentração de economias e de elementos sociais, mas também pela revolução que produziram no gosto e no paladar, em consequência dos vinhos excepcionais que produziram<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> SOUSA, 2007: 20.

<sup>2</sup> VISEU, 2018: 40.

<sup>3</sup> VISEU, 2007: 56.

Minhotos, beirões, transmontanos, durienses e galegos<sup>4</sup>, entre outros, ajudaram a moldar a paisagem da região duriense, construindo quintas<sup>5</sup>, lançando culturas, dando assistência à terra, à vinha e às árvores e combatendo doenças e flagelos. Na época em análise, houve trabalhadores que contribuíram para que se tivesse registado na Quinta do Vesúvio uma produção de «300 pipas de vinho fino, de 30 a 40 de azeite e 200 arrobas de amêndoa»<sup>6</sup>.

A generalidade dos trabalhadores ganhava à jorna, mas os trabalhadores diferenciados auferiam um vencimento mensal.

As vias fluvial e terrestre mantiveram a sua função de elos de ligação, não só entre as quintas e as localidades de abrangência e de recrutamento da mão-de-obra, mas também entre aquelas e as margens do rio, onde se fazia o carregamento da produção.

Os produtos foram obtidos em 1870 por uma massa laboral cujas terras de proveniência tentaremos descortinar no presente trabalho.

## OS VINHEDOS DO DOURO SUPERIOR

Em 1865, o estabelecimento do regime de liberdade comercial proporcionou a abertura da linha de demarcação, permitindo a expansão de vinhedos no Douro Superior, onde o ataque da filoxera foi mais tardio e menos violento.

Dona Antónia começou o combate a esta praga em 1867, tendo mobilizado milhares de trabalhadores para a tarefa de enxertar e de tornar a plantar milhões de cepas com o apoio de especialistas em enxertos que contratou no sul do país<sup>7</sup>.

Os estragos da filoxera fizeram-se sentir no Vesúvio e na maior parte das suas vinhas, sobretudo a partir de 1879, mas, apesar das dificuldades enfrentadas não esmoreceu, vindo a tomar as medidas mais ajustadas para solucionar os problemas<sup>8</sup>.

Abandonou a plantação de videiras nacionais e investiu em grandes plantios de videiras americanas, apesar da resistência dos caseiros em adotar as novas formas de cultura da vinha<sup>9</sup>.

---

<sup>4</sup> Os galegos, em 1870, eram à volta de cinco mil na região do Douro, segundo o *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a emigração portuguesa...*, 1873: 508-511. Eles realizavam os trabalhos de plantação de vinhas, construção de socalcos, geios, muros de suporte, e outros, empregando a sua «aptidão, força e assiduidade no trabalho» (VILA MAIOR, 1865: 50).

<sup>5</sup> VISEU & LAGE, 2015: 352.

<sup>6</sup> VILA MAIOR, 1876: 96.

<sup>7</sup> PEREIRA & OLAZABAL, 2011: 136.

<sup>8</sup> Em 1879, a filoxera estendeu-se pelos concelhos de Armamar, Vila Real, Lamego, Tabuaço, Carrazeda de Ansiães, Foz Côa, Figueira de Castelo Rodrigo e Mirandela e invadiu os concelhos de Vinhais e de Macedo de Cavaleiros. Sobre este assunto, consultar MARTINS, 1991: 658.

<sup>9</sup> VISEU & LAGE, 2015: 361; PEREIRA & OLAZABAL, 2011: 134.

Os vinhedos do Douro Superior resistiram e retardaram os ataques da filoxera, porque a grande maioria dos solos não estavam esgotados, apesar de acabarem por ser atingidos e por conhecer o fenómeno com mais intensidade entre 1884 e 1888<sup>10</sup>.

As vinhas novas e dispersas permitiram que sobrevivessem as cepas e, quando afectadas, foram mais facilmente recuperadas.

A componente social aliou-se à sustentação dos projectos de combate a esta e a outras pragas, à replantação da vinha, à colheita das uvas e ao tratamento do néctar feito vinho de qualidade, atributo reconhecido pelo mercado inglês e reafirmado em 1868<sup>11</sup>.

Em épocas do ano em que os trabalhos eram mais intensos, os trabalhadores locais não foram suficientes e teve de se recorrer a trabalhadores de outras regiões.

Os dados recolhidos<sup>12</sup> para o ano de 1870 ajudarão a reconstituir um determinado universo de referência dos trabalhadores com a sua proveniência e com os serviços executados.

### **Trabalhos da vinha, do vinho e da colheita da azeitona**

Os trabalhos da vinha, do vinho e da apanha da azeitona foram realizados nas seguintes datas:

- de 28 de Outubro de 1869 a 18 de Janeiro de 1870 – colheita da azeitona;
- de 2 de Novembro de 1869 a 21 de Janeiro de 1870 – a poda e a escava da vinha;
- de 20 de Dezembro de 1869 a 21 de Janeiro de 1870 – o rebusco da azeitona;
- de 22 de Janeiro a 21 de Fevereiro de 1870 – a poda e enxertia da vinha, corte e poda de bacelo e barbados;
- de 19 a 25 de Agosto de 1870 – a vindima das uvas moscatel e bastardo;
- de 11 a 28 de Setembro de 1870 – a vindima geral.

Todos os serviços anteriormente referidos necessitaram de um determinado número de trabalhadores e de jornas para serem concretizados:

- 307 a vindima geral (25 feitores, 145 operários, 124 vindimadeiras, 13 paquetes) e 4.525 jornas;
- 103 a apanha da azeitona (4 feitores, 37 varejadores, 53 apanhadeiras, 6 apanhadeiras de rebusco, 2 paquetes e 1 guardador) e 2306 jornas;

<sup>10</sup> PEREIRA, 1915: 199. Pipas de vinho tratado da Quinta do Vesúvio nos «anos de 1866 (319); 1876 (201); 1886 (112) e 1896 (106)» (PEREIRA & OLAZABAL, 2011: 135).

<sup>11</sup> «O gosto para os vinhos adamados já não existe: o gosto e o tipo de vinho do Vesúvio aproxima mais o que se quer hoje nos vinhos do Porto». Excerto da carta de Clode & Baker, de Londres, para o escritório da A. A. Ferreira, no Porto, a 30 de Julho de 1868 (PEREIRA & OLAZABAL, 2011: 89).

<sup>12</sup> Fonte: Arquivo da Quinta do Vesúvio (1869-1870).

- 93 a poda e escava da vinha (3 feitores, 74 podadores, 14 escavadores e 2 paquetes) e 3191 jornas;
- 92 a vindima de uvas moscatel e bastardo 92 (3 feitores, 41 operários, 41 vindimadeiras e 7 paquetes) e 353 jornas;
- 40 a poda e enxertia de vides, corte e poda de bacelo e os barbados (2 feitores, 37 operários e 1 pacote) e 224 jornas;
- 6 a medição de aguardente e o carregamento de vinhos e 38 jornas.

Os trabalhadores das várias actividades eram provenientes das localidades a seguir referidas:

- na colheita e rebusco da azeitona, as localidades com maior representatividade foram Ferronha, Seixas, Seixo e Murça, como se comprova pelo quadro:

**Quadro 1.** Trabalhadores contratados para a colheita e rebusco da azeitona, por local de residência, 1869-1870

Localidades de residência	Colheita	Rebusco
Ferronha	20	
Seixas	17	2
Seixo	14	
Murça	10	4
Fiarresga	8	
Valongo	6	
Adobispo 4, Mós 4	8	
Barqueiros	3	
Freixo de Espada à Cinta 2, Pereiros 2, Terranho 2	6	
Barrô, Coleja, Lavandeira, Mesão Frio, Santa Marta	5	
Total	97	6

Fonte: Arquivo da Quinta do Vesúvio (1869-1870)

- a poda, a escava da vinha e a enxertia mobilizaram trabalhadores de várias localidades e aquelas que tiveram maior representatividade foram Barrô, Vilar de Fonte Arcada, Ferreirim, Pereiros, Penajóia e Seixas:

**Quadro 2.** Trabalhadores recrutados para a poda, escava e enxertia da vinha, por locais de residência, 1869-1870

Localidades de residência	Poda e escava	Poda e enxertia
Vilar de Fonte Arcada	13	1
Barrô	12	10
Seixas	7	1
Pereiros	7	3
Barqueiros	5	1
Penajóia	4	4
Mesão Frio	3	3
Cidadelhe	2	1
Alvações	2	1
Ferronha	1	2
Nogueira	1	2
Arnozelo, Caldas, Favaios, Mós, Murça, Nagozelo, Poiars, Tabuaço	8	8
Ferreirim	16	
Fonte Arcada	3	
Amieiro	2	
Alganhafres	1	
Castanheiro, Castelo, Oliveira, Ruas, Tralhariz, Vale	6	
Freixo		2
Fiarresga		1
Total	93	40

Fonte: Arquivo da Quinta do Vesúvio (1869-1870)

A análise dos dados do quadro anterior demonstra que houve uma continuidade de trabalhadores que se mantiveram ao serviço da quinta, entre 2 de Novembro de 1869 e 21 de Fevereiro de 1870.

- a vindima atraiu um leque alargado de trabalhadores (399) e de localidades (44), tendo-se destacado pela sua representatividade, Seixas, Seixo, Mós, Ferronha, Coleja, Murça e Galiza, como se comprova no seguinte quadro:

**Quadro 3.** Trabalhadores recrutados para a vindima, por localidade de residência, 1870

Localidades de residência	Vindima moscatel e bastardo	Vindima geral
Seixas	29	24
Mós	13	20
Coleja	24	8
Murça	16	7
Galiza	14	5
Medrões	1	3
Jugueiros	11	2
Sebadelhe	1	2
Barqueiros	8	1
Mesão Frio	8	1
Touça	1	1
Vila Marim	1	1
Santo Amaro	3	
Pai Penela		1
Seixo	33	16
Ferronha	31	
Cancêlos	17	
Barrô 14, Castelo Melhor 14	28	
Cunha 13, Penajóia 13	26	
Almofala	7	
Valbom	4	
Numão 3, Pinhal 3	6	
Foz Côa 2, Rio Torto 2, Samodães 2, Santa Marta 2, São Martinho 2, Vimioso 2	12	
Arnozelo, Beira Grande, Castanheiro, Cedovim, Cotas, Custóias, Ervedosa, Fontelonga, Freixo, Paredes, Resende, Riodades, Sedielos	13	
Total	307	92

Fonte: Arquivo da Quinta do Vesúvio (1870)

- a medição de aguardente e o carregamento de vinhos ocupou 6 operários, sendo 3 de Barqueiros, 1 de Mesão Frio, 1 de Barrô e 1 de Poiares<sup>13</sup>.

<sup>13</sup> Fonte: Arquivo da Quinta do Vesúvio (1869-1870).

## Trabalhos de apoio à quinta

Os trabalhos de apoio à quinta foram realizados nas seguintes datas:

- Janeiro de 1870 – arrancar amendoeiras e fazer espeques e madeira;
- de 21 de Janeiro e 28 de Fevereiro de 1870 – escolher canas para bardos, plantar vimes, limpar as amoreiras de rama e pedras e outros serviços;
- Fevereiro de 1870 – cortar semente de vide para enxertos;
- de 22 de Fevereiro a 30 de Março de 1870 – erguer os bardos, sachar o alfobre de vides e erguê-lo, sachar hortas e batatas, semear painço e milho, tapar o pomar, limpar oliveiras, tratar as amoreiras e pequenos serviços;
- de 1 de Março a 9 de Abril de 1870 – aguçar madeiras para erguer as vides;
- de 1 de Junho a 7 de Setembro de 1870 – consertar as azenhas do rio, forrar a sala pequena e outros pequenos serviços;
- de 21 de Julho a 10 de Setembro de 1870 – serviços de Verão;
- de 3 a 26 de Outubro de 1870 – abrir covas para amoreiras, semear centeio e cevada e pequenos serviços;
- de 6 a 28 de Outubro de 1870 – semear tremoços, cevada e favas e outros serviços;
- 11 de Outubro de 1870 – conclusão da britagem da amêndoa.

Todos os serviços de apoio necessitaram de um determinado número de trabalhadores e de jornas para serem concretizados:

- 47 semearam tremoços, cevada e favas e pequenos serviços (1 feitor e 46 operários) e 210,5 jornas;
- 45 abriram covas para amoreiras, semearam centeio e cevada e outros serviços (2 feitores, 41 operários e 2 paquetes) e 274 jornas;
- 42 arrancaram amendoeiras e fizeram espeques e madeira das mesmas (3 feitores, 36 operários e 3 paquetes) e 465 jornas;
- 33 cortaram e escolheram canas para bardos, plantaram vimes, limparam as amoreiras e realizaram outros serviços (2 feitores, 30 operários e 1 paquete) e 244,5 jornas;
- 29 realizaram serviços de Verão (1 feitor, 23 operários, 4 guardas e 1 paquete) e 456 jornas;
- 22 ergueram os bardos, sacharam o alfobre de vides e ergueram-no, sacharam hortas e batatas, semearam painço e milho, taparam o pomar, limparam oliveiras, trataram as amoreiras e outros serviços (1 feitor, 20 operários e 1 paquete) e 810,5 jornas.
- 17 aguçaram madeiras para erguer as vides (2 feitores, 14 operários e 1 paquete) e 221,5 jornas;

- 14 britaram amêndoas, durante 6 dias (1 feitor, 13 operárias) e britaram 17 arrobas e 28 arráteis;
- 7 cortaram semente de vide para enxertos (3 mestres, 3 podadores e 1 paquete) e 9 dias de trabalho;
- 3 consertaram as azenhas do rio, forraram a sala pequena e pequenos serviços (1 mestre carpinteiro e 2 oficiais) e 73,5 jornas.

Os trabalhadores que realizaram serviços de apoio à quinta eram provenientes das localidades a seguir referidas:

- nas actividades relacionadas com semear, sachar, limpar e tratar de árvores, destacaram-se os trabalhadores provenientes de Barrô, Penajóia, Mesão Frio, Barqueiros e Galiza, como se pode verificar pela observação dos dados do quadro:

**Quadro 4.** Trabalhadores recrutados para semear, sachar e tratar das árvores, por local de residência, 1870

<b>Localidades de residência</b>	<b>Semear tremoços, cevada e favas</b>	<b>Semear centeio e cevada e abrir covas</b>	<b>Semear painço e milho, erguer bardos, sachar, limpar árvores</b>
Penajóia	12	4	2
Barrô	9	9	4
Mesão Frio	7	3	2
Jugueiros	6		
Vila Marim	4		
Barqueiros	3	8	3
Samodães	2		
Sedielos, Resende, Santa Marta e São Martinho	4		
Nogueira, Caldas, Guiães, Vilar, Cidadelhe, Medrões, Seixas e Ferronha			8
Alvações, Favaio, Poiares		3	3
Castanheiro, Numão, Pereiros, Ranhados, Sebadelhe, Seixas, Urrôs e Vila Pouca		8	
Galiza		8	
Cidadelhe		2	
Total	47	45	22

Fonte: Arquivo da Quinta do Vesúvio (1870)

- nas actividades relacionadas com os suportes da vinha (espeques, madeira, canas), a plantação de vimes e o corte de semente de vide para enxertos, destacaram-se os trabalhadores provenientes de Barqueiros, Godim, Barrô, Mesão Frio, Penajóia, Freixo e Vilar de Fonte Arcada:

**Quadro 5.** Trabalhadores recrutados para arranjar suportes de videiras e semente de vide, por local de residência, 1870

Localidades de residência	Fazer espeques	Aguçar madeiras	Escolher canas, plantar vimes	Cortar semente para enxertos
Barqueiros	9	3	2	
Mesão Frio	3		2	
Favaços	1	1	1	
Poiares	1	1	2	
Alvações	2	1		
Murça	1		1	
Numão		1	1	
Penajóia	2		2	
Freixo	2	1	2	
Barrô	2	2	3	
Godim			1	7
Vilar de Fonte Arcada		1	3	
Vila Marim, Nagozelo, Caldas, Nogueira		4	4	
Seixas	3			
Castanheiro 2, Cidadelhe 2, Seixo 2	6			
Alganhafres, Almofala, Arnozelo, Campelos, Coleja, Fontelas, Oliveira, Resende, Santa Marta, Vila Pouca	10			
Chosendo (Sernancelhe), Guiães (Vila Real)		2		
Ferronha 2, Pereiros 2			4	
Burga, Fiarresga, Medrões, Mós, Rua			5	
Total	42	17	33	7

Fonte: Arquivo da Quinta do Vesúvio (1870)

• na concretização de trabalhos variados (serviços de Verão, serviço da britagem de amêndoas e serviços de carpintaria), houve maior representatividade de trabalhadores provenientes de Seixas, Galiza. Murça, Mós e Barqueiros, como se constata pelos dados do seguinte quadro:

**Quadro 6.** Trabalhadores recrutados para semear e sachar e tratar das árvores, por local de residência, 1870

Localidades de residência	Serviços de Verão	Serviço de britar a amêndoa	Serviços de carpintaria
Galiza	7		
Barqueiros	3		1
Jugueiros 2, Mesão Frio 2, Nogueira 2, Sebadelhe 2	8		
Coleja		1	
Murça	1	5	
Mós	2	2	
Seixas	2	5	
Jugueiros 2, Mesão Frio 2, Nogueira 2, Sebadelhe 2	8		
Freixo, Medrões, Numão, Paredes, São Martinho e Vila Marim	6		
Alganhafres, Beira Grande			2
Feitor		1	
Total	29	14	3

Fonte: Arquivo da Quinta do Vesúvio (1870)

### Serviços de transportes de barco, através do rio Douro

O rio Douro serviu de via de comunicação<sup>14</sup> para a proprietária da Quinta do Vesúvio, as visitas, os administradores, caseiros e trabalhadores, através da qual se deslocavam, quer para passear, quer para transportar géneros alimentícios, produtos de suporte à produção, ao tratamento da produção, ao seu armazenamento e ao seu escoamento para o mercado.

Em Janeiro de 1870, D. Antónia e seus visitantes realizaram uma viagem pelo rio Douro, desde a Quinta do Vesúvio até às Quintas de Arnozelo e de Vargelas. A tripulação que os acompanhou era composta por um feitor (Barqueiros), e quatro operários (Barqueiros 3 e Barrô 1) que gastaram um total de 13 jornas.

<sup>14</sup> Fonte: Arquivo da Quinta do Vesúvio (1869-1870).

No mesmo mês, foram efectuadas duas viagens, entre o Vesúvio e Barca de Alva, a fim de transportarem junco para os trabalhos agrícolas. Este serviço ocupou um feitor (Barqueiros) e 7 marinheiros (Barrô 2, Penajóia 2, Barqueiros 2 e Cidadelhe 1), durante 67 jornas. Entre o fim de Setembro e o início de Outubro de 1870 estiveram ocupados no transporte de vinho, da Quinta do Síbio e da Quinta de Arnozelo para a Quinta do Vesúvio, 1 feitor (Barqueiros) e 6 marinheiros (Barqueiros 3, Barrô 3), tendo gastado um total de 43 jornas. Na mesma data, acompanharam o administrador do Porto, Claro da Fonseca, até à Régua, de onde trouxeram géneros para as quintas, 6 trabalhadores (1 feitor de Barqueiros e 6 marinheiros, 3 de Barqueiros e 3 de Barrô) que gastaram 57 jornas na prestação deste serviço.

### **Análise comparativa dos dados recolhidos**

Em 1870, os labores da Quinta do Vesúvio ocuparam 900 trabalhadores e aqueles que mais os ocuparam foram a vindima (399), a poda, escava e enxertia (133) e a apanha da azeitona (97).

A agregação destes dados, relativos ao movimento populacional verificado por lugares de proveniência da força de trabalho concentrada na Quinta do Vesúvio para realizar os serviços anteriormente referidos, ilustra-se no seguinte quadro:

**Quadro 7.** Concelhos de proveniência dos trabalhadores das vinhas e da colheita da azeitona

<b>N.º de trabalhadores</b>	<b>Concelhos e região da Galiza</b>
1 a 10	Alijó, Figueira de Castelo Rodrigo, Pinhel, Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Tabuaço, Vila Real e Vimioso
11 a 30	Galiza, Lamego, Meda, Moimenta da Beira e Peso da Régua
mais de 31	Carraceda de Ansiães, Foz Côa, Mesão Frio, Penedono, Sernancelhe e Resende

Na época das vindimas, os trabalhadores de concelhos localizados perto da quinta compareceram em maior quantidade do que os de outras regiões. A abundância de trabalho nesta época em concelhos vinhateiros como Peso da Régua, Moimenta da Beira, Alijó, Lamego, Santa Marta de Penaguião e São João da Pesqueira fez diminuir a oferta de mão-de-obra advinda destes concelhos para a Quinta do Vesúvio.

Em 1870, estiveram ocupados nesta quinta 35 galegos que concretizaram diversas actividades: 7 diferentes serviços de Verão; 5 vindima das uvas moscatel e bas-tardo; 14 vindima geral; 8 abertura de covas de amoreiras e sementeira de centeio e cevada; 1 em serviços de pedreiro<sup>15</sup>.

<sup>15</sup> Fonte: Arquivo da Quinta do Vesúvio (1869-1870).

A falta de trabalho numa agricultura pouco produtiva em concelhos do interior do país fez com que a sua mão-de-obra se sentisse liberta para partir à procura de trabalhos mais lucrativos e compensadores.

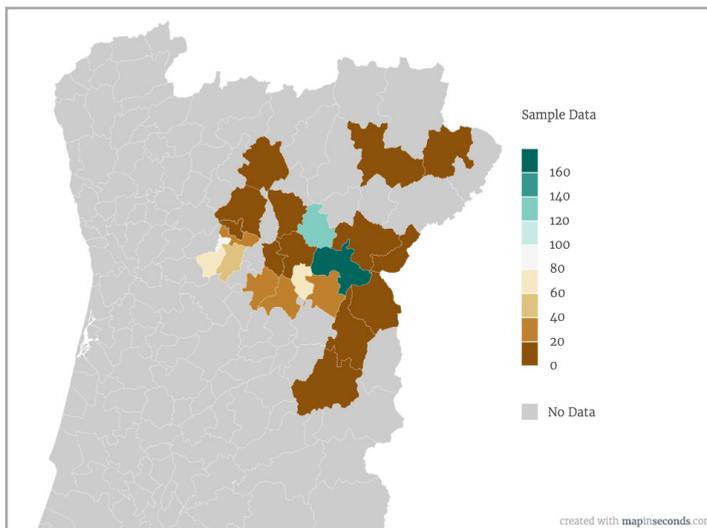
A deslocação era feita a pé, por atalhos e caminhos estreitos e pedregosos, o que dificultava o acesso mais rápido à quinta e aos seus trabalhos.

Os restantes dados, relacionados com os serviços de apoio à quinta prestados por 271 trabalhadores, configuram igualmente três resultados diferentes, em relação aos seus concelhos de proveniência, como ilustra o seguinte quadro:

**Quadro 8.** Concelhos de proveniência de trabalhadores ocupados em serviços de apoio

N.º de trabalhadores	Concelhos e região da Galiza
1 a 10	Alijó, Figueira de Castelo Rodrigo, Freixo de Espada à Cinta, Galiza, Guarda, Macedo de Cavaleiros, Meda, Moimenta da Beira, Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Torre de Moncorvo, Vila Pouca de Aguiar e Vila Real
11 a 30	Lamego e Peso da Régua
mais de 31	Carrazeda de Ansiães, Foz Côa, Mesão Frio, Penedono e Resende

A proximidade dos concelhos de Foz Côa e Carrazeda de Ansiães proporcionou que a mão-de-obra disponível se dirigisse para esta quinta à procura de trabalho, ao longo do ano agrícola. Apesar desta constatação, tornou-se igualmente atractiva para terras de concelhos mais distantes, como Mesão Frio, Penedono, Resende, Lamego, Peso da Régua, Moimenta da Beira e Sernancelhe (Fig. 1).



**Fig. 1.** Mapa dos concelhos e sua representatividade na Quinta do Vesúvio (1870)  
 Fonte: CHEN, Eugen.  
 Mapinseconds.com

## CONCLUSÃO

As quintas como a do Vesúvio deram origem a entidades de representação e de actuação de vários elementos sociais: o dono da quinta, os administradores, os caseiros, os feitores, os empreiteiros, os guardadores, os capatazes, os artistas (pedreiros, ferreiros, carpinteiros, cesteiros), os jornaleiros e jornaleiras, os prestadores de outros serviços (moleiro, cozinheiro, queijeira, pastor, lavrador, criado, etc) e compradores de vinhos.

Os movimentos de trabalhadores que se dirigiram para a Quinta do Vesúvio em 1870 dão-nos conta de que muitos eram provenientes de regiões com uma agricultura pobre e de subsistência e de que o dinheiro apurado teria constituído um apoio importante para a sua economia familiar<sup>16</sup>.

A procura de trabalho nesta quinta representou uma prática que se formalizou e se manteve constante ao longo dos tempos, o que tornou numa referência entre as quintas do Douro.

As aldeias que forneceram mais trabalhadores foram: Seixas, Seixo de Ansiães, Barrô, Barqueiros, Penajóia, Mós, Murça do Douro, Coleja e Ferronha. As entrevistas realizadas em algumas delas comprovaram a atracção que a quinta exerceu sobre as suas populações.

Os trabalhadores cumpriram com a sua função, auferiram um salário<sup>17</sup>, partilharam valores, assimilaram conhecimentos e saberes e foram a mola impulsadora e de valorização de plantações, castas seleccionadas e vinhos produzidos.

Nas vindimas houve maior oferta de trabalho<sup>18</sup> e esse factor fez aumentar a mão-de-obra necessária e o leque mais alargado de localidades que se fizeram representar.

Outros serviços foram realizados na Quinta do Vesúvio (fazer o azeite; medir a aguardente; carregar e transportar os vinhos produzidos; moer o cereal; escolher a semente de vide; realizar trabalhos de carpintaria, de pedreiro, da forja, dos lagares e armazéns), o que é demonstrativo da sua intensa actividade e da sua estruturada organização.

## FONTES

### Symington Family Archives

SFA — *Arquivo da Quinta do Vesúvio*, 1852-1895, N.º R.º 10192; *fundo QV*; designação n.º 38; cx. 3059.

<sup>16</sup> VISEU, 2007: 305.

<sup>17</sup> Importância paga em 1870 por cada jorna aos feitores (entre 180 e 220 réis), aos feitores de transporte fluvial (300 réis), aos marinheiros e mestres de ofícios (200 réis), ajudantes (160 réis), podadores, escavadores e guardadores (140 e 160 réis), varejadores (140 réis), operários (de 80 a 160 réis), operárias/apanhadeiras/vindimadeiras (de 60 a 80 réis), paquetes (de 60 a 100 réis). Fonte: Arquivo da Quinta do Vesúvio (1869-1870).

<sup>18</sup> VISEU, 2007: 64.

CHEN, Eugene — *Darkhorse Analytics*. Mapinseconds.com. Portugal (by municipality). Disponível em <<http://mapinseconds.com/>>. [Mapa elaborado em 27/11/2018].

PRIMEIRO INQUÉRITO Parlamentar sobre a emigração portuguesa pela Comissão da Câmara dos Senhores Deputados. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873.

## BIBLIOGRAFIA

MARTINS, Conceição Andrade (1991) — *A filoxera na viticultura nacional*. «Análise Social», vol. XXVI (112-113), p. 653-688.

PEREIRA, José Campos (1915) — *A Propriedade Rústica em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional.

PEREIRA, Gaspar Martins; OLAZABAL, Maria Luísa N. A. de (2011) — *Dona Antónia*. Alfragide: Casa das Letras.

SOUSA, Fernando de (2007) — *O Alto Douro: da demarcação pombalina à classificação de Património Mundial*. «Revista População e Sociedade», n.º 13. Porto: CEPSE, p. 19-30.

VILA MAIOR; Visconde de (1865) — *Preliminares da ampelografia e oenologia do Paiz Vinhateiro do Douro*. Lisboa: Imprensa Nacional.

\_\_\_\_ (1876) — *O Douro Ilustrado*. Porto: Livraria Universal de Magalhães & Moniz.

WISEU, Albano Augusto Veiga (2007) — *Memórias históricas de um espaço rural: três aldeias de Trás-os-Montes (Coleja, Cachão e Romeu) ao tempo do Estado Novo*. Porto: FLUP. Tese de Doutoramento.

\_\_\_\_ (2018) — *Alto Douro e Pico – territórios de pedra, territórios de vinha: como o relevo pode condicionar ou definir a cultura vínica (1850-1970)*. In LAGE, Otilia coord. — *Alto Douro e Pico. Paisagens culturais vinhateiras Património mundial em perspectiva multifocal: experimentação comparada*. Porto: CITCEM.

WISEU, Albano Augusto Veiga; LAGE, Otilia (2015) — *As Quintas do Douro: unidades estruturantes da região de origem do vinho do Porto*. «Revista CEPIHS (Centro de Estudos e Promoção da Investigação Histórica e Social)», n.º 5. Torre de Moncorvo: CEPIHS.



# A PRIMEIRA REPÚBLICA NA REGIÃO DURIENSE\*

CARLA SEQUEIRA\*\*

**Resumo:** A realidade política e partidária do Alto Douro acompanhou, ao longo da Primeira República, o panorama nacional. Foram ensaiadas várias estratégias no sentido da consolidação do regime republicano face a desafios conjunturais como, por exemplo, a cisão do Partido Republicano, em 1912, ou a Monarquia do Norte, em 1919, reflectindo a capacidade de mobilização dos republicanos face à permanência de uma forte influência monárquica no Douro. Contudo, seria a «questão duriense» o factor determinante no posicionamento político das elites regionais que, servindo-se das redes de sociabilidades políticas que foram construindo, procuraram constituir um grupo de pressão sobre o poder central.

**Palavras-chave:** Alto Douro; Republicanismo; Primeira República; elites.

**Abstract:** The political and partisan reality of the Upper Douro accompanied, throughout the First Republic, the national panorama. Several strategies have been rehearsed to consolidate the Republican regime in the face of conjunctural challenges such as the division of the Republican Party, in 1912, or the «Monarquia do Norte», in 1919, reflecting the ability to mobilize on the part of Republicans alongside a strong monarchical influence in the Douro Region.

---

\* O presente texto retoma e completa o artigo publicado em SEQUEIRA, 2015b. A autora não segue o Acordo Ortográfico de 1990.

\*\* Investigadora doutorada contratada CITCEM/FLUP. cferreira@letras.up.pt.

However, it would be the «Douro issue» the determinant factor in the political positioning of the regional elites, that by using the networks of political socialities that have been building, sought to constitute a group of pressure on the central power.

**Keywords:** Upper Douro; Republicanism; First Republic; elites.

## INTRODUÇÃO

Com a presente comunicação pretendemos reflectir sobre a evolução do regime republicano na Região Duriense, desde a implantação da República (1910) até à instauração da Ditadura Militar (1926).

Com base em imprensa da época e em bibliografia especializada, procuramos compreender os mecanismos de estabelecimento e evolução do republicanismo na Região Duriense, bem como caracterizar a evolução política e partidária do Alto Douro, identificando as estratégias e as redes políticas republicanas em diversos concelhos da Região, em confronto, quer com a prevalência de redes caciquistas monárquicas, quer perante os desafios colocados à manutenção do predomínio do Partido Republicano Português, a partir da divisão partidária ocorrida em 1912. Teremos igualmente em consideração a influência da «questão duriense» e da defesa dos interesses ligados ao sector vitícola na evolução político-partidária das elites regionais ao longo do período em análise. Por fim, abordaremos as novas configurações político-partidárias surgidas a partir da «República Nova» (1918).

### 1. O TEMPO DA PROPAGANDA

Segundo afirmam alguns autores, o republicanismo português caracterizou-se por uma «dinâmica de crescimento»<sup>1</sup>, de modo particular nas vésperas da implantação da República, em 1910.

Contudo, outros historiadores<sup>2</sup> sugerem que o processo de republicanização ficou marcado por acrescidas dificuldades de penetração nas zonas rurais, de modo particular no interior do país.

No caso da Região Duriense, a implantação do republicanismo ficaria a dever-se à acção de notáveis locais e proprietários vitícolas, alguns dos quais pertencentes à «geração do *Ultimatum*». Era o caso de Antão de Carvalho, Vítor Macedo Pinto, Carlos Richter e António Cândido Pires de Vasconcelos, entre outros, cujas ligações às cúpulas do Partido Republicano Português (PRP) permitiriam construir uma rede de influências sócio-políticas que se revelaria de importância fundamental, não apenas na fase da propaganda, mas também na consolidação da República.

---

<sup>1</sup> SAMARA, 2010: 74.

<sup>2</sup> Cf., por exemplo, MARQUES, 1978.

Cada um destes notáveis desenvolvia a sua acção política numa área de influência específica contribuindo, dessa forma, para a cristalização de uma rede de sociabilidades políticas que extravasava largamente as fronteiras dos seus concelhos de origem.

Além disso, estes notáveis ficariam também intimamente ligados à «questão vitícola» cuja influência sobre a política se evidenciaria desde finais do século XIX.

Em 1897, Carlos Richter defendeu, no Congresso Agrícola do Porto, a escolha de individualidades durienses como candidatos a deputados. Ainda nesse ano, surgia a primeira candidatura republicana duriense, com a apresentação de Vítor Macedo Pinto pelo círculo de Armamar<sup>3</sup>. Já em 1900, surgiriam as candidaturas de Antão de Carvalho (pelo círculo de Peso da Régua) e de Carlos Richter (pelo círculo de Alijó). No ano seguinte, num momento em que se discutia no Parlamento um novo projecto de fomento vinícola que fizera crescer a conflitualidade vivida no sector<sup>4</sup>, Carlos Richter defendia a criação do «Partido Agrário», por entender que o Douro não estava competentemente representado em Cortes.

Em simultâneo, assistia-se aos primeiros esforços de organização partidária republicana no Alto Douro, através da fundação de Centros Republicanos, constituição de comissões republicanas (formadas por profissionais liberais, comerciantes e proprietários) e conferências de doutrinação, proferidas pelo líder político local ou por um membro do Directório do PRP. Este tipo de acções revestia-se de grande importância em virtude da forte influência caciquista que se fazia sentir em Trás-os-Montes e Alto Douro, e intensificar-se-ia nos anos finais da Monarquia, procurando fazer crescer a rede de influências do Partido Republicano na Região Duriense.

A partir de 1906, a estratégia de afirmação republicana no Alto Douro passaria, em grande medida, por uma aproximação à «questão duriense», num momento de crise aguda, económica e social, assistindo-se a um movimento de carácter regionalista, sucedendo-se as reivindicações populares e institucionais pela intervenção do Estado no sentido do regresso a um regime proteccionista para a Região Demarcada do Douro.

Em 1906, Antão de Carvalho foi integrado na lista de candidatos republicanos pelo círculo do Porto, nas eleições de deputados desse ano. Tratava-se de um estratagem de penetração do republicanismo no interior do país, rentabilizando o facto de ser conhecido em toda a região duriense como advogado e membro activo do movimento vitícola.

Nesse ano ainda, o movimento regional de defesa da marca avolumava-se e a «questão duriense» começaria a ser encarada de forma prática pelo Governo, com a

---

<sup>3</sup> Cf. SEQUEIRA, 2012: 139.

<sup>4</sup> Cf. SEQUEIRA, 2011: 198-206.

apresentação de um projecto que visava a restrição da barra do Douro e a criação da marca *Porto* exclusiva para os vinhos durienses.

Como refere Gaspar Martins Pereira, «nesses tempos finais da Monarquia, os comícios vinhateiros eram aproveitados pelos republicanos, que utilizavam “a questão duriense” como arma de propaganda política»<sup>5</sup>. Procurando capitalizar a questão em termos políticos, Antão de Carvalho, Macedo Pinto e Carlos Richter aproveitaram a ocasião para se afirmarem, publicamente, republicanos, num comício ocorrido em Vila Real, em Outubro de 1906.

Por outro lado, procuravam também explorar politicamente a divisão existente «desde há séculos» entre viticultores do Baixo Corgo e do Cima Corgo, «estes últimos desfavorecidos pelas demarcações» pombalinas<sup>6</sup>. Com as demarcações subsidiárias, de finais do século XVIII, passou a assistir-se à «valorização crescente dos vinhos do Cima Corgo, correspondendo à preferência inglesa por vinhos cada vez mais fortes»<sup>7</sup>, o que acarretaria um extremar da rivalidade entre as duas sub-regiões, apontando para a existência de «dois Douros bastante distintos em termos económicos, sociais, políticos e de mentalidades», com o Cima Corgo a representar «um Douro mais empreendedor e em plena expansão, constituindo uma área de mercado activismo liberal»<sup>8</sup>.

Esta cisão intra-regional voltava a ter, nos anos finais da Monarquia, expressão no Parlamento a propósito do modelo de demarcação incluído no projecto, espezinhando uma divisão política entre regeneradores<sup>9</sup> (Cima Corgo, representados por Teixeira de Sousa<sup>10</sup>) e regeneradores liberais<sup>11</sup> (Baixo Corgo); Antão de Carvalho colocar-se-ia ao lado dos regeneradores liberais, representados pelo deputado Júlio Vasques, médico, proprietário e chefe do partido na Régua.

Os primeiros resultados desta orientação manifestar-se-iam nas eleições municipais de Novembro de 1908, com a vitória republicana numa lista de coligação com o líder do partido regenerador local, no concelho de Peso da Régua. Nas eleições legislativas, ocorridas em Abril do mesmo ano, o Partido Republicano vira também aumentada a sua votação, segundo a imprensa regional, motivando a constituição

<sup>5</sup> PEREIRA, 2014: 376.

<sup>6</sup> PEREIRA, 2014: 387-388.

<sup>7</sup> PEREIRA, 2010: 26.

<sup>8</sup> CARDOSO, 2007: 120.

<sup>9</sup> O Partido Regenerador, fundado na década de 1850 (em pleno período da Regeneração), foi um dos partidos do rotativismo da Monarquia Constitucional portuguesa, alternando no poder com o Partido Progressista (fruto da fusão entre o Partido Histórico e o Partido Reformista, operada com o Pacto da Granja, celebrado em 7 de Setembro de 1876).

<sup>10</sup> Líder do Partido Regenerador desde Dezembro de 1909 e presidente do último governo da Monarquia Constitucional (26 de Julho a 5 de Outubro de 1910). Foi o principal chefe partidário de Trás-os-Montes durante a Monarquia, mantendo a sua influência após a implantação da República.

<sup>11</sup> O Partido Regenerador Liberal surgiu em 1901, em consequência da desavença entre João Franco e o líder do Partido Regenerador.

de novas comissões municipais republicanas. Estes acontecimentos conduziram ao reforço da actividade de promoção do ideário político republicano. Assistir-se-ia, em diversos concelhos, à realização de comícios políticos.

## 2. A IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA E AS ESTRATÉGIAS DE CONSOLIDAÇÃO DO REGIME

Com a implantação da República, em 5 de Outubro de 1910, aumentou o esforço de enraizamento da ideologia republicana através do investimento na fundação de Comissões e Centros Republicanos. Em 1911 as agremiações republicanas reconhecidas pelo Directório do PRP cobriam quase todo o território da Região Demarcada do Douro.

A organização partidária fazia-se notar, principalmente, ao nível das sedes de concelho. A principal dificuldade residia na constituição de comissões paroquiais, que eram em muito menor número, (com excepção dos concelhos de Foz Côa e Peso da Régua).

O processo de consolidação da República no Alto Douro passaria ainda por uma activa «política de atracção», a que não era alheia a prevalência dos antigos caciques, cuja maioria «apressou-se a ingressar nas hostes republicanas, apostando na estratégia do “adesivismo” para preservar a sua influência tradicional»<sup>12</sup>. Logo a seguir à instauração da República, assistiu-se à inscrição no PRP por parte de antigos líderes e militantes de partidos monárquicos. Se em alguns casos se tratava de oportunismo político, em outras situações os factos ocorriam com o conhecimento e consentimento dos dirigentes do PRP.

Esta estratégia permitiu a expansão e consolidação de estruturas partidárias republicanas, aproveitando os antigos partidos monárquicos, ao mesmo tempo que servia os intuítos de manutenção do poder por parte dos líderes do anterior regime. Por exemplo, em Mesão Frio, continuaria a manifestar-se a influência de José de Alpoim<sup>13</sup>, patente na adesão do partido por si chefiado à República. Em Alijó, a política concelhia continuou a ser dominada pelo regenerador Teixeira de Sousa, último primeiro-ministro da Monarquia, que mantinha contactos com Afonso Costa, ministro da Justiça no Governo Provisório e líder do PRP.

<sup>12</sup> PEREIRA, 2014: 378.

<sup>13</sup> Um dos principais influentes de Mesão Frio (de onde era natural), foi Deputado, Conselheiro e Par do Reino e uma das principais figuras do Partido Progressista. Integrou várias legislaturas, entre 1887 e 1904. Entre Outubro de 1904 e Maio de 1905 foi Ministro dos Negócios Eclesiásticos e Justiça dos governos chefiados por José Luciano de Castro, com quem entraria em ruptura, devido à questão do monopólio dos tabacos, acabando por abandonar o Governo e fundar uma nova facção política, a Dissidência Progressista.

No entanto, a política de atracção e/ou o «adesivismo» viriam a ser contestados por diversas comissões concelhias, que exigiam que a política local fosse orientada pelas comissões municipais, sem a influência do Directório do PRP.

### 3. A FRAGMENTAÇÃO PARTIDÁRIA E OS DESAFIOS À PREDOMINÂNCIA DO PRP

As cisões partidárias, a partir de 1912, viriam mudar o panorama político no Alto Douro. Embora os novos partidos não se tenham conseguido implantar de forma estável, constituíram um desafio à preponderância do Partido Republicano Português.

Numa primeira fase, o Partido Evolucionista<sup>14</sup> foi, dos partidos da oposição, aquele que registou maior implantação na Região Duriense. Entre 1913 e 1919, foram constituídas dez comissões municipais. Foram ainda instaladas comissões paroquiais em alguns concelhos de Cima Corgo e do Douro Superior, bem como três Centros Evolucionistas.

Quanto ao Partido Unionista<sup>15</sup>, teria escassa presença na Região Demarcada do Douro, embora a sua influência tenha sido bastante notória em Sabrosa, traduzindo-se na ocupação de cargos administrativos a partir de 1912.

O PRP continuaria a ser dominante em termos de estruturas partidárias. A par de algumas perdas em alguns concelhos, em outros era visível um certo crescimento, em coexistência com os novos partidos. Em Armamar e Lamego, por exemplo.

### 4. A «QUESTÃO DURIENSE» E A EVOLUÇÃO POLÍTICA REGIONAL

A defesa da denominação de origem *Porto* mostrar-se-ia um factor preponderante na evolução político-partidária das elites regionais.

Em primeiro lugar, a cisão do PRP relançou, no contexto das eleições suplementares de 1913, a questão da escolha de deputados regionalistas, defendida por republicanos de Cima Corgo, confirmando a supremacia dos interesses durienses em relação à política. Contudo, mais uma vez se faria sentir o diferendo entre representantes das sub-regiões do Baixo Corgo e do Cima Corgo, acabando por ser escolhido o candidato proposto pelo Directório do PRP, obedecendo-se, dessa forma, às cúpulas partidárias.

---

<sup>14</sup> Fundado em Fevereiro de 1912 por António José de Almeida (Ministro do Interior do Governo Provisório da República). Seria dissolvido em 1919, em consequência da eleição do seu líder e fundador para presidente da República Portuguesa.

<sup>15</sup> Também denominado Partido da União Republicana ou União Republicana, foi fundado em Fevereiro de 1912 e liderado por Brito Camacho (Ministro do Fomento entre 1910 e 1911). Em 1919, fundiu-se com o Partido Evolucionista, dando origem ao Partido Republicano Liberal.

A importância da questão vitícola na evolução política regional evidenciar-se-ia na questão do artigo 6.º do tratado luso-britânico de Agosto de 1914, que considerava como «vinho do Porto» o vinho procedente de Portugal e não da sua legítima e legal região produtora. Imediatamente se desenvolveu um forte movimento regionalista de contestação junto do Governo, caracterizado por uma empenhada intervenção das elites regionais (que asseguravam a liderança do movimento) e uma forte mobilização popular.

Este movimento em defesa da denominação de origem, a que aderiram municipalidades durienses de diversas cores partidárias, tinha contornos semelhantes aos que haviam ocorrido, com as mesmas motivações de defesa da denominação de origem, em 1907 e 1911 na região do Midi francês e de Champagne<sup>16</sup>, e que eram conhecidas no Alto Douro, através da imprensa.

A par de uma vaga de agitação popular, com tumultos em várias localidades, os líderes regionais exigiam a garantia da marca regional *Porto*, conseguindo, em Janeiro de 1915, uma aclaração ao referido artigo, determinando como «vinho do Porto» o vinho produzido na região duriense. Mas o *lobby* dos vinhateiros do Sul manobrava de modo a impedir que não fosse incluída no texto do Tratado; o poder central hesitava «entre os conflitos de interesses regionais, numa altura em que lhe interessava reforçar, a qualquer preço, a aliança luso-britânica no contexto da guerra europeia»<sup>17</sup>. Por outro lado, a instabilidade política então vivida, com a Ditadura de Pimenta de Castro<sup>18</sup>, fazia tardar o atendimento das reivindicações regionais.

O protesto ganharia novo fôlego a partir de inícios de Junho. No intuito de pressionar os poderes públicos, foram mobilizadas todas as municipalidades para um boicote às eleições legislativas que se realizariam a 13 desse mês.

Perante a ameaça de abstenção eleitoral (com a qual não concordavam os evolucionistas), o candidato do PRP, Afonso Costa, comprometia-se a patrocinar a causa duriense no Parlamento desde que pudesse contar com o apoio ao Partido Democrático. Tratava-se, pois, de um jogo político ambivalente: influenciar os resultados eleitorais em função dos benefícios para a causa duriense. O protesto seria suspenso nas vésperas das eleições, e o Partido Democrático obteria as maiorias em todos os círculos eleitorais do Douro, à excepção de Sabrosa (maioria unionista) e Tabuaço (maioria evolucionista). É, no entanto, de realçar que em Santa Marta de Penaguião, Raul Lelo Portela, candidato evolucionista, ficou muito bem classificado, obtendo 700 votos, em virtude de se ter declarado candidato independente por questões regionais.

---

<sup>16</sup> Cf. GUY, 2003; LACHIVER, 1988; PEREIRA & SEQUEIRA, 2004; PEREIRA, 2015.

<sup>17</sup> PEREIRA, 2014: 379.

<sup>18</sup> Surgida na sequência do «movimento das espadas», a 21 de Janeiro de 1915, que levaria à demissão do Governo e à formação do ministério chefiado pelo general Pimenta de Castro, de pendor ditatorial, na tentativa de apurar os republicanos do Partido Democrático do poder. Ver, a este respeito, NAVARRO, 2011.

Os notáveis durienses empenharam-se, então, no sentido de que os deputados eleitos pelos concelhos que formavam a Região estabelecessem uma estratégia capaz de fazer vingar as reclamações regionais, prometendo apoio regional à acção parlamentar. Esse apoio, sob a forma de protesto, ocorreria em breves semanas, quando o compromisso assumido pelo Partido Democrático em período eleitoral não foi respeitado. Cedendo maioritariamente aos interesses da viticultura do Sul, o Parlamento acabaria por votar contra a aclaração ao artigo 6.º do tratado, contrariando a resolução parlamentar de Janeiro de 1915. Em consequência, suceder-se-ia nova vaga de agitação popular, com tumultos em várias localidades, que teria o seu auge no «Motim de Lamego», em 20 de Julho de 1915.

As entidades oficiais procuraram atribuir um cunho político aos acontecimentos, afirmando que os manifestantes se haviam deixado aliciar por elementos monárquicos, que pretendiam derrubar a República.

Na verdade, a questão assumira contornos políticos com a interferência, junto do poder central, dos vinhateiros do Sul, representados por José Relvas, intérprete de uma facção do Partido Republicano, com forte influência sobre o Governo. Em consequência, todas as iniciativas regionais no sentido da defesa da marca *Porto* se mostravam difíceis de concretizar.

Ainda assim, o predomínio do Partido Democrático continuou a marcar a vida política e partidária no Alto Douro até à revolução de 5 de Dezembro de 1917. Para tal teria contribuído a manutenção de uma política de adesivismo por parte dos antigos líderes monárquicos, ainda interessados em manterem a sua influência política.

Porém, nas eleições municipais de Novembro de 1917, assistir-se-ia à formação de alianças na tentativa de retirar espaço político ao Partido Democrático. Foi o que aconteceu em Mesão Frio, onde evolucionistas se uniram a independentes e unionistas e, em Sabrosa, onde foi apresentada uma lista de coligação entre unionistas e monárquicos. Em alguns concelhos, esta estratégia revelar-se-ia eficaz. Em Sabrosa, venceu em todo o concelho a lista de coligação. Em Armamar e S. João da Pesqueira, a maioria foi conquistada pelo partido evolucionista. Contudo, na maior parte dos concelhos, o poder local continuou nas mãos dos democráticos: na Régua e Santa Marta de Penaguião, em Mesão Frio, Armamar, Alijó e Tabuaço venceu a lista democrática, sem oposição.

## 5. DA REPÚBLICA NOVA AO FIM DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Entre 5 e 8 de Dezembro de 1917, assistiu-se ao golpe de Estado chefiado por Sidónio Pais, iniciando um novo período político. Sidónio Pais queria uma «República Nova», onde os democráticos não tivessem espaço. Para isso, derrubou o Governo, encerrou o Parlamento, expulsou o Presidente da República e dissolveu as Câmaras Municipais, substituindo-as por delegados nomeados pelo poder central.

O golpe de Estado protagonizado por Sidónio Pais foi recebido, em alguns concelhos da Região Duriense, com «regozijo» devido ao seu carácter anti-democrático. Porém, rapidamente se geraria o confronto político, dada a oposição democrática e evolucionista à nova situação política nacional.

Num primeiro momento, as autoridades municipais foram substituídas por comissões administrativas, compostas por monárquicos e membros do partido unionista que, procuravam dessa forma, conquistar espaço político. Foi o caso de Lamego, Régua, Mesão Frio ou Santa Marta de Penaguião. Mas, a partir de Março de 1918, a ruptura entre Sidónio e os unionistas acarretou o reforço dos elementos monárquicos nas autoridades locais. Por isso, se assistiria também ao confronto político entre monárquicos e republicanos.

Se o advento «da República Nova» evidenciou a existência de uma rede política monárquica, tornou-se também patente a presença e manutenção de uma rede de influências republicana, activa e bem organizada em defesa da República e procurando opor-se à influência dos monárquicos. As estratégias ensaiadas face à nova conjuntura política revelar-se-iam fundamentais para conseguir o regresso ao poder municipal, através de comissões de conjugação republicana, de coligação entre diversas cores políticas.

Após a restauração da República, na sequência da efémera Monarquia do Norte (19 de Janeiro a 13 de Fevereiro de 1919), assistir-se-ia à organização de novos núcleos partidários, desde os Partidos Popular, Liberal, até ao Nacionalista, acompanhando o panorama nacional. Verificava-se grande empenho a nível local na criação de estruturas que, na maior parte das vezes, consistiam tão-somente na transição de programa, como se verificou em Vila Real, Penaguião, Sabrosa ou Régua. Até os membros das novas formações partidárias eram os mesmos, que transitavam sucessivamente de partido em partido. Na maior parte dos casos, os novos partidos, apesar de registarem grande número de adesões e pretenderem tomar espaço político aos democráticos, acabavam por não ter grande expressão em período eleitoral, optando por concorrer em coligação com outras forças oposicionistas. A grande excepção terá sido o Partido Republicano Nacionalista, fundado em 1923 e que tinha no distrito de Vila Real um dos maiores números de comissões municipais, o que lhe permitiu «ameaçar», ainda que temporariamente, o domínio dos democráticos.

Em 1925, reaparecia a apresentação de candidaturas regionalistas. No âmbito das eleições de deputados, Amâncio de Queirós (viticultor de Mesão Frio e Inspector de Fiscalização do Douro em Gaia<sup>19</sup>) propunha a criação de um «Partido Regionalista», no sentido de se elegerem notáveis do Douro, conhecedores dos seus problemas, que dessem garantias de defesa dos interesses regionais. Nesse sentido, entendia que se

---

<sup>19</sup> Cf. SEQUEIRA, 2000: 82-89, 143-145.

devia conseguir dos directórios dos partidos a apresentação de candidatos indicados pela própria Região, sugerindo os nomes de Vítor Macedo Pinto, Pina de Moraes, Júlio Vasques, Raul Lelo Portela, Alfredo de Sousa, Antão de Carvalho, Torcato Luís de Magalhães, Lobo Alves e Jerónimo de Matos. Mas, mais uma vez, a ideia não colheu boa aceitação por parte dos notáveis, que entendiam ser mais viável procurar um entendimento com os políticos em maior evidência de modo a assegurar o maior número de senadores e deputados de carácter regionalista, que formassem bloco e apresentassem a questão do Douro como uma questão nacional. Com esse intuito se viria a realizar o jantar de homenagem a Cunha Leal, em Março de 1926, poucos dias após a fundação da União Liberal Republicana, da qual era presidente.

Pouco tempo depois, o golpe de Estado de 28 de Maio de 1926 punha fim à Primeira República. Começava a Ditadura Militar que trouxe, desde logo, mudanças à realidade política da Região Duriense, a primeira das quais a dissolução dos corpos administrativos. Assistir-se-ia, a partir de então, à fragmentação da elite política regional e a uma crescente clarificação entre Situacionistas e Opositores, embora os interesses regionais e do sector do vinho do Porto tenham continuado a ser factor de unidade, como sucederia, por diversas vezes, até à constituição da «Casa do Douro», em 1932.

## CONCLUSÕES

Com vista a uma completa implantação do regime republicano no Alto Douro foram ensaiadas várias estratégias. Em primeiro lugar, a disseminação de comissões municipais e paroquiais, iniciada logo a seguir à implantação da República terá contribuído, em grande medida, para a consolidação do Partido Republicano Português no Alto Douro. Esta realidade foi perceptível, em particular, nos concelhos onde já se fazia notar a presença republicana.

A realização de conferências políticas, quer na fase da propaganda quer após o 5 de Outubro, organizadas por diversas comissões municipais, revestiu-se também de importância fundamental como veículo de doutrinação, numa região ainda grandemente influenciada pelos antigos caciques.

Além disso, foi posta em prática uma activa «política de atracção» que, apesar de contestada e motivo de confronto político, contribuiu para a recomposição das oligarquias locais na República. A permanência dos fenómenos de correligionismo e de caciquismo indiciam que não se tratou só de adesões «oportunistas» ao novo regime mas também do resultado da acção mobilizadora dos republicanos, visando alargar a sua base social de suporte político.

A articulação destes vectores com as fortes ligações de diversos notáveis locais às estruturas nacionais do PRP facilitou o seu progressivo fortalecimento ao longo da Primeira República no Alto Douro, principalmente no contexto da fragmentação

partidária ocorrida a partir de 1912. A divisão do velho PRP em unionistas, evolucionistas e democráticos, com predominância destes últimos, a par do «adesivismo», facilitou a recomposição, mas também a divisão, das forças políticas locais no novo regime. Neste contexto, com vista à manutenção do seu domínio, viriam a ser ensaiadas, até 1926, novas estratégias por parte do Partido Democrático, de ligação com outras forças políticas, nem sempre de pendor republicano. Apontando para uma aparente partilha do poder, esta estratégia serviu, de modo particular, os propósitos do Partido Democrático, permitindo-lhe a manutenção da sua liderança política, que seria apenas quebrada com a Ditadura Militar.

Além disso, ao longo do período em análise foi igualmente notória a circulação das elites políticas, com a transferência sucessiva para as novas formações partidárias que iam surgindo, acompanhada de uma renovação de gerações, em particular na fase final da Primeira República.

Por outro lado, numa região caracterizada pela falta de unidade política e administrativa e pela divisão partidária das suas elites, a defesa da «questão duriense» constituiu o factor de unidade dos líderes regionais, sendo condição determinante no processo de republicanização do Alto Douro. A defesa dos interesses regionais sobre pôs-se aos diferentes percursos políticos, contribuindo mesmo, em momentos-chave, para ditar a orientação partidária das elites regionais.

Na Região Duriense, assistiu-se, desde finais do século XIX, à construção de uma rede de influências informal, liderada pelos notáveis locais, que detinham forte poder de mobilização e de organização em situações concretas, acabando por exercer uma forte influência sobre a Região e sobre o poder central.

Tirando partido da rede de sociabilidades políticas construída ao longo do tempo e com ligações ao mais alto nível, procuraram constituir-se num grupo de pressão sobre os poderes instituídos ao serviço do movimento regional contribuindo, dessa forma, para a republicanização do interior do país.

## BIBLIOGRAFIA

- AIRES, Joaquim Ribeiro (2010) — *A República no distrito de Vila Real (1873-1933)*. Vila Real: Maronesa, Comunicação Social, Lda.
- ANDRADE, António Júlio (2010) — *História política de Torre de Moncorvo, 1890-1926*. Lisboa: Âncora Editora.
- BAIÃO, Manuel (2015) — *O Partido Republicano Nacionalista (1923-1935): «uma república para todos os portugueses»*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- CARDOSO, António Monteiro (2007) — *A revolução liberal em Trás-os-Montes (1820-1834). O povo e as elites*. Porto: Edições Afrontamento.
- COIXÃO, António N. Sá; TRABULO, António A. Rodrigues (1993) — *A Primeira República no concelho de Vila Nova de Foz Côa*. Foz Côa: Câmara Municipal de Foz Côa.
- FERNANDES, Adília (2010) — *História da Primeira República em Torre de Moncorvo, 1910-1926*. Coimbra: Palimage.

- GUY, Kolleen M. (2003) — *When Champagne became French: wine and the making of a national identity*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- LACHIVER, Marcel (1988) — *Vins, vignes et vigneronns. Histoire du vignoble français*. Paris: Fayard.
- LEAL, Ernesto Castro (2008) — *Partidos e programas: o campo partidário republicano português (1910-1926)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- LOPES, Fernando Farello (1994) — *Poder político e caciquismo na 1.ª República Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero (2009) — *Vem aí a República! 1906-1910*. Coimbra: Edições Almedina.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1978) — *História da 1.ª República Portuguesa. As estruturas de base*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- NAVARRO, Bruno J. (2011) — *Governo de Pimenta de Castro: um general no labirinto político da I República*. Lisboa: Assembleia da República.
- PEREIRA, Gaspar Martins; SEQUEIRA, Carla (2004) — *Da «missão de Alijó» ao «motim de Lamego». Crise e revolta no Douro vinhateiro em inícios do século XX*. «Revista de História da Faculdade de Letras do Porto», 3.ª série, vol. 5. Porto: Faculdade de Letras do Porto, p. 59-77.
- PEREIRA, Gaspar Martins (2010) — *A evolução do espaço regional. Das demarcações pombalinas ao Douro pós-filoxérico*. In PEREIRA, Gaspar Martins, coord. — *Crise e reconstrução. O Douro e o vinho do Porto no século XIX. História do Douro e do vinho do Porto*. Porto: Edições Afrontamento, vol. 4, p. 10-49.
- (2014) — *Vindima de Sangue: movimentações populares no Douro no final da Monarquia e no início da República*. In GODINHO, Paula; REDOL, António Mota, coord. — *Alves Redol - O olhar das ciências sociais*, Lisboa: Edições Colibri, p. 371-392.
- (2015) — *O motim de Lamego, um momento histórico de consagração da denominação de origem «Porto» para os vinhos generosos da Região Demarcada do Douro*. In SEBASTIÁN, Luís; FALCÃO, Alexandra Isabel, coord. — *Actas das 3.ª Conferências Museu de Lamego/CITCEM 2015. Movimentos políticos e sociais no Douro, entre o liberalismo e a democracia (nos 100 anos do Motim de Lamego)*. Lamego: Museu de Lamego – Direcção Regional de Cultura do Norte, p. 75-82. Disponível em <[http://www.museudelamego.pt/wp-content/uploads/2016/01/Atas\\_3Conferencias.MuseuLamego-CITCEM.2015.pdf](http://www.museudelamego.pt/wp-content/uploads/2016/01/Atas_3Conferencias.MuseuLamego-CITCEM.2015.pdf)>. [Consulta realizada em 17/05/2018].
- SAMARA, Maria Alice (2010) — *O republicanismo*. In ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda, coord. — *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Tinta-da-China.
- SEQUEIRA, Carla (2000) — *A questão duriense e o movimento dos Paladinos, 1907-1932. Da Comissão de Viticultura Duriense à Casa do Douro*. Porto: GEHVID/CIRDD.
- (2011) — *O Alto Douro entre o livre-cambismo e o protecçãoismo. A questão duriense na economia nacional*. Porto: CITCEM/Edições Afrontamento.
- (2012) — *Vitor José de Deus Macedo Pinto*. In SOUSA, Fernando de; PEREIRA, Conceição Meireles, coord. — *Os Presidentes do Parlamento Português*. Lisboa: Assembleia da República, p. 135-149. Vol. II: *I República (1910-1926)*.
- (2014) — *Antão Fernandes de Carvalho e a República no Douro*. Porto: CITCEM.
- (2015a) — *A «República Velha» no Alto Douro (1910-1917)*. In ROLLO, Maria Fernanda; AMARO, António Rafael, coord. — *República e Republicanismo*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, p. 169-175.
- (2015b) — *República e Republicanismo na Região Duriense, 1910-1926: contributos para a sua caracterização política e partidária*. «CEM - Cultura, Espaço & Memória», n.º 6, p. 359-370.
- SILVA, Armando Malheiro da (2006) — *Sidónio e Sidonismo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2 vols.

# A SOBREVIVÊNCIA DE GENTE SEM TERRA: O CASO DE SANTA LUZIA NO PICO

MARIA NORBERTA AMORIM\*

**Resumo:** A construção de uma base de dados demográfico-genealógica que se vai estendendo às quatro ilhas do ex-distrito da Horta, Pico, Faial, Fores e Corvo, em cruzamento com as matrizes prediais de finais do século XIX, vem evidenciando, na longa duração, nos planos demográfico e social, notórias diferenças entre ilhas e mesmo dentro de uma mesma ilha.

A Ilha do Pico, na sua parte oriental, de formação mais antiga, onde os povoadores primeiro se fixaram, dispõe de alguns bons terrenos de cultivo, em contraste com a parte ocidental, de terra ardida, mas onde a vinha, as figueiras e os frutos de caroço lograram frutificar.

As diferenças na evolução dos comportamentos demográficos ao longo de mais de três séculos entre duas freguesias do Pico, uma pertencente à zona oriental, a Prainha, e outra à ocidental, Santa Luzia, e entre a comunidade corvina, que dispunha de uma maior área fértil, faz-nos refletir sobre a capacidade de sobrevivência das gentes da terra ardida. Uma alta esperança de vida, particularmente nas freguesias picoenses, condicionava um crescimento acelerado da população, que foi contido na Prainha, desde os finais do século XVII, por casamento muito tardio e celibato definitivo frequente. Em Santa Luzia, sem que tais freios tenham atingido os mesmos níveis, o crescimento foi muito expressivo até à

---

\* CITCEM/GIHPS.

década de 1830. A emigração massiva que se seguiu foi reduzindo os efetivos populacionais, particularmente depois de 1852, com a crise das vinhas. Os que ficaram em vez de vinhas plantaram figueiras e vendeu-se aguardente, mas ao longo do século XIX os terrenos de vinhas ou figueiras continuaram a pertencer na sua maioria aos grandes proprietários da cidade da Horta. Além do trabalho assalariado, para suportar a sua difícil sobrevivência, a população arredava pedras, formando maroiços, para plantar algum pé de milho, batatas ou cebolinho, procurando extrair da terra tudo o que ela pudesse dar para alimentação humana ou animal.

**Palavras-chave:** Comportamentos demográficos e sociais; ilha do Pico; ilha do Corvo; análise comparativa.

**Abstract:** The construction of a demographic-genealogical database that extends to the four islands of the former district of Horta, Pico, Faial, Fores and Corvo, in crossroads with the building matrices of the late nineteenth century, has been showing, in the long term, in the demographic and social planes, notorious differences between islands and even within the same island. The Pico Island, in its eastern part, of an older formation, where the settlers first settled, has some good cultivation land, in contrast to the western part, of burning land, but where the vine, the fig trees and the fruits of fruit succeeded in fruiting. The differences in the evolution of demographic behavior over more than three centuries between two parishes of Pico, one belonging to the eastern zone, Prainha, and another to the western one, Santa Luzia, and among the Corvina community, which had a larger fertile area, makes us reflect on the survival capacity of the people of the burning land. A high life expectancy, particularly in the peasants' parishes, conditioned an accelerated growth of the population, which was contained in Prainha since the end of the seventeenth century by very late marriage and frequent definitive celibacy. In Santa Luzia, without such brakes reaching the same levels, growth was very expressive until the 1830s. The massive emigration that followed was reducing population numbers, particularly after 1852, with the crisis of the vineyards. Those who stayed instead of vines planted figs and sold brandy, but throughout the nineteenth century the land of vines or fig trees continued to belong mostly to the great owners of the city of Horta. In addition to wage labor, to withstand its difficult survival, the population would remove stones, forming *maroiços*, to plant some foot of maize, potatoes or chives, seeking to extract from the earth all that it could give for human or animal feeding.

**Keywords:** Demographic and social behavior; Pico island; Corvo island; comparative analysis.

Com um primeiro objetivo de estudo de comportamentos demográficos desde há 30 anos que vou explorando os registos paroquiais da ilha do Pico.

Foi sobre uma freguesia da ilha, S. João, que em 1986, em colaboração com Luís Lima, desenvolvi um primeiro ensaio de aplicação da Informática à reconstituição de famílias.

Os tempos foram evoluindo e as técnicas informáticas também e hoje dispomos de uma base de dados integrada com todas as freguesias do Pico, cruzadas, de forma sistemática, entre si e algumas delas já cruzadas com as três freguesias da cidade da Horta. Polo urbano mais próximo, ia-se para a Horta para escoar produtos, encontrar trabalho, ou procurar apoio hospitalar, mas também para conseguir um passaporte legal para o Brasil e, mais tarde, para os Estados Unidos ou Canadá.

Essa base de dados integrada usando uma aplicação informática desenvolvida por Fernanda Faria em 2004, está agora preparada para vir enriquecer o Repositório Genealógico, uma *base central* a sedear em Guimarães na Casa de Sarmento, com ambição de integrar a informação organizada dos registos paroquiais portugueses, mas sem fronteiras políticas, e especial abertura à diáspora ([www.genealog.uminho.pt](http://www.genealog.uminho.pt)).

No início deste século, descobrindo a riqueza informativa das matrizes prediais oitocentistas, fui desafiada a penetrar mais profundamente nas vivências das populações da ilha do Pico cruzando essas e outras fontes sobre a base de dados demográfico-genealógica de que dispunha com objetivo de perseguir os estudos de comunidade.

É um projeto que se encontra em curso sobre o Pico, mas que já alarguei ao Corvo e tento agora alargar às Flores usando a mesma metodologia.

Sendo as primeiras matrizes prediais que chegaram até nós datadas de meados da década de 1880, escolhi o dia 1 de janeiro do ano de 1883 para *visitar*, uma a uma, todas as famílias residentes em cada freguesia, acompanhando o seu percurso vital por identificação dos ascendentes do chefe de família até aos bisavós e acompanhamento do percurso de vida do próprio e de todos os dependentes referidos. Enriqueci depois esse percurso com a identificação das propriedades que cada família possuía e todas as informações que um cuidadoso trabalho de campo me podia propiciar.

O projeto em relação ao Pico sustenta-se num grande desafio científico e emocional: aproximação à força reprodutiva dessas gentes que se fixaram numa terra ora frágil ora promissora aprendendo a conhecê-la na sua grande diversidade e a explorar de cada recanto tudo aquilo que as condições de momento permitiam.

No caso do Corvo, não chegaram até nós as matrizes oitocentistas, mas dispomos de um mapa impresso pelo Imprensa Nacional, retirado dessas matrizes, com a nomeação dos proprietários e o rendimento coletável respetivo.



Fig. 1. Montanha do Pico, vista de Santa Luzia



Fig. 2. Paisagem de lajido em Santa Luzia

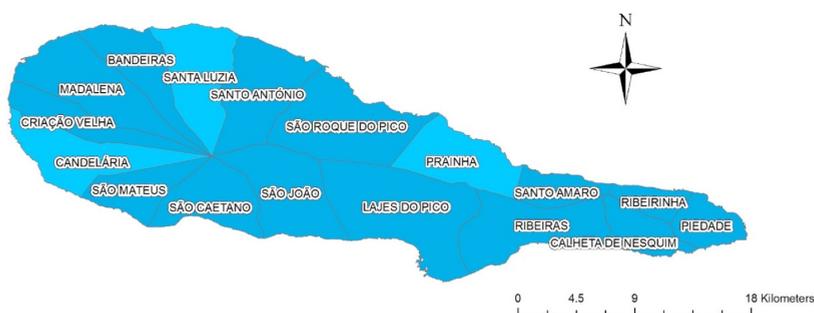


Fig. 3. As freguesias do Pico

Depois de um primeiro trabalho sobre as Famílias de São João, publicado em 2004, seguiu-se Santo Amaro (2005), São Caetano (2006), Lajes (1ª Parte) (2007), São Mateus (2008), Lajes (2ª Parte) (2009), Prainha (2009), Candelária (2011) e Santa Luzia (2016), Corvo (no prelo), preparando agora o Lajedo (Flores).

A cada trabalho concluído sobre o Pico a minha admiração cresce pela pluralidade de soluções para um espaço tão diversificado: a parte oriental da ilha, mais antiga, com alguns pequenos espaços de boa produção cerealífera; e a parte ocidental, mais recente, de terra ardida, onde da pedra se logrou extrair sustento.

Embora os primeiros povoadores tenham escolhido as zonas de melhor produção cerealífera dos atuais concelhos das Lajes e de São Roque, o aumento de população impôs o aproveitamento da zona ardida que cobre o atual concelho da Madalena desde São Mateus e se prolonga pela primeira freguesia do concelho de São Roque, Santa Luzia. É precisamente na zona antiga do concelho de São Roque que se situa a freguesia da Prainha, onde os povoadores encontraram melhores condições para produzir pão, em contraste com Santa Luzia, onde só as vinhas, as figueiras e os frutos de caroço tinham melhores condições de frutificar.

Escolhi colocar em paralelo a pequena comunidade da ilha do Corvo e as duas freguesias do Pico que encontrei mais contrastantes em termos de recursos naturais, Prainha e Santa Luzia, para realçar a capacidade de sobrevivência das gentes da terra ardida.

Comecei por avaliar, através das matrizes prediais da década de 1880, o rendimento coletável global de cada uma das freguesias, a percentagem desse rendimento que cabia aos residentes e o rendimento médio por fogo.

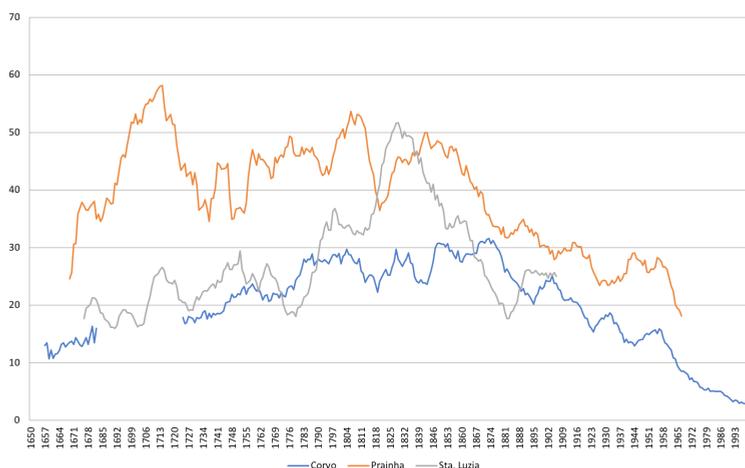
Tabela 1. Rendimentos coletáveis (réis), 1884

Freguesias	Rendimento global	% Correspondente a não residentes	Rendimento médio por fogo
Corvo	3906\$991	0,2	20\$966
Prainha	3719\$512	3,0	6\$992
Santa Luzia	2233\$708	31,2	5\$911

O espaço produtivo do Corvo pertencia, tendencialmente, aos residentes. Na Prainha também era residual o valor da propriedade de não residentes, o que não acontecia em Santa Luzia, com mais de 30% do valor da propriedade detido por pessoas de fora da freguesia (o valor coletável das vinhas de Santa Luzia pertencentes a não residentes era de 91% do total e o dos terrenos de figueiras de 70%). Verificamos depois que o rendimento coletável por habitante do Corvo era em 1884 sensivelmente o dobro do da Prainha e o triplo do de Santa Luzia.

Partimos assim para uma análise dos comportamentos demográficos com a consciência das maiores dificuldades de sobrevivência, a partir de recursos endógenos, das freguesias picoenses, particularmente no caso de Santa Luzia.

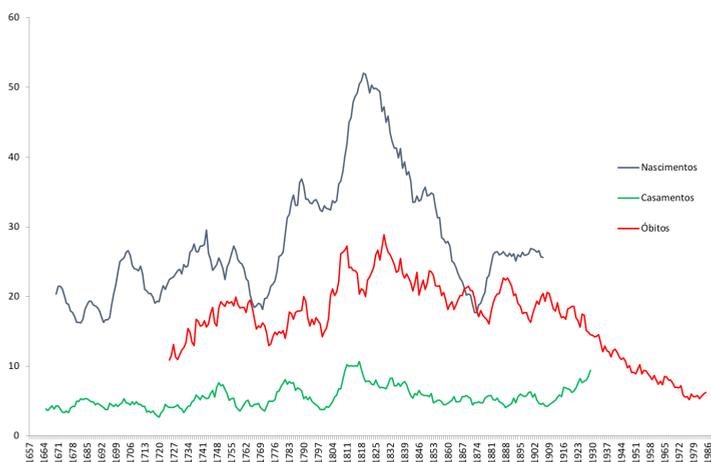
Gráfico 1. Evolução dos batizados (média móvel de 9 anos)



O gráfico evidencia profundas diferenças na evolução dos batizados nas três paróquias, o que nos traz alguma perplexidade. Constatamos que o volume de nascimentos na Prainha atingiu o seu máximo histórico na transição do século XVII para o XVIII, com valores a aproximarem-se dos 60 nascimentos por ano, conhecendo o seu segundo período mais favorável no início do século XIX, com valores mais modestos, mas ainda acima dos 50 nascimentos por ano. Ao invés, Santa Luzia parte de um século XVII com menos de 20 nascimentos anuais, oscila ao longo de quase todo o século XVIII entre os 20 e os 30 nascimentos, mas no final deste século e até à década de 30 do século seguinte sobe notoriamente, atingindo no final deste período mais de 50 nascimentos por ano, acima das médias então encontradas para a Prainha. No entanto, depois de 1830, a descida dos nascimentos em Santa Luzia é muito pronunciada, antecedendo de uma década a descida correspondente na outra paróquia picoense. No Corvo, a curva é mais regular. Partindo-se de menos de 20 nascimentos por ano, tende entre 1780 e 1880 para os 30 nascimentos anuais, só entrando em queda persistente depois desta última data, em desfase claro relativamente às paróquias picoenses. As diferenças encontradas em 1884 no número de habitantes por fogo, 4,6 no Corvo contra 3,9 em Santa Luzia e 3,1 na Prainha terão alguma justificação nessa entrada desfasada na fase regressiva da paróquia corvina.

Considerando o registo tendencialmente sistemático de todos os falecidos em Santa Luzia a partir de 1720 (o que aconteceu mais tardiamente nas outras duas freguesias), comparei a evolução dos nascimentos, com óbitos e casamentos ao longo dos dois séculos seguintes.

**Gráfico 2.** Evolução comparada de nascimentos, casamentos e óbitos (médias móveis de 9 anos) – Santa Luzia

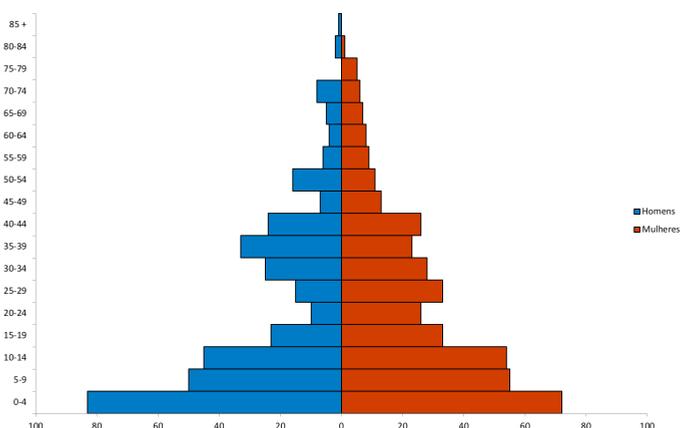


A curva das médias móveis de batizados, casamentos e óbitos para Santa Luzia evidencia claramente a suavidade da morte e a capacidade de crescimento que a freguesia terá tido na maior parte da sua história. Os saldos fisiológicos são tendencialmente positivos em toda a observação. Um momento particularmente gravoso deteta-se em meados do século XVIII, a decorrer de uma crise de alimentos generalizada em 1745-1746, a que sobreveio uma grave epidemia em 1746, detetada tanto no Pico como no Faial, e que terá impelido às saídas para as outras ilhas e para o Brasil<sup>1</sup>. Na década de 1820 entra-se num meio século de profunda regressão. Apesar de não se detetar mortalidade de crise, as duas curvas de nascimentos e óbitos vão tocar-se na década de 1870, condicionadas por uma emigração massiva de gente jovem, que a crise das vinhas do início da década de 1850 viria a intensificar. A retoma, dentro do período da nossa observação, entre a década de 1870 e 1911, é depois bem mais modesta.

Repare-se que a curva de casamentos se alteia nas primeiras décadas do século XIX e um século mais tarde, nas primeiras décadas do século XX. No primeiro caso, esse crescimento está em relação com a própria curva de batizados. No segundo caso terá uma explicação mais complexa, que se prende não só com alguma recuperação de nascimentos, sendo mais frequente a emigração de casais logo após o casamento, mas também com a restrição do número de filhos em cada casal, limitação voluntária de nascimentos relativamente precoce, há tempo já detetada nas freguesias do Sul do Pico<sup>2</sup>.

As pirâmides de idades da década de 1830 para Corvo, Prainha e Santa Luzia expressam bem as afeções no estado da população trazidas pela mobilidade e alertam para comportamentos de fecundidade e mortalidade diferenciados.

Gráfico 3. Pirâmide de idades de 1835 – Corvo



<sup>1</sup> AMORIM, Maria Norberta (2019) — *A Gripe Espanhola no quadro das epidemias históricas da ilha do Faial*. Comunicação apresentada nas Jornadas da Casa de Sarmento, Guimarães.

<sup>2</sup> AMORIM, 1992.

Gráfico 4. Pirâmide de idades de 1838 – Prainha

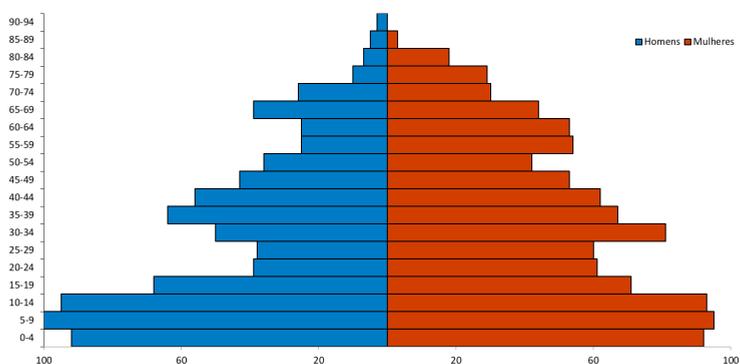
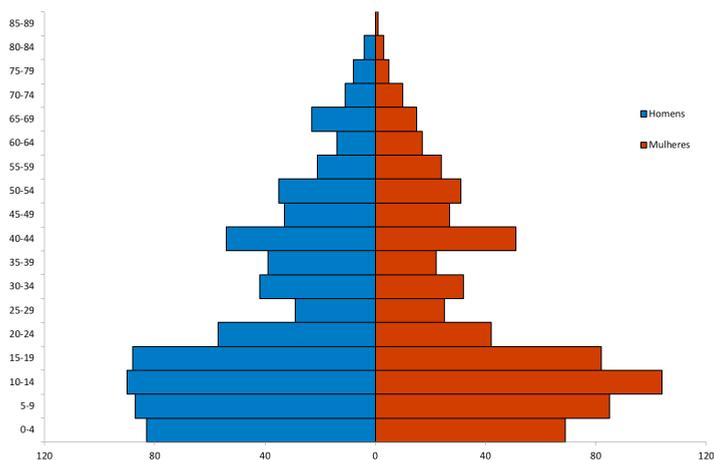


Gráfico 5. Pirâmide de idades de 1838 – Santa Luzia



No caso do Corvo, o contraste entre a base da pirâmide alargada e o afunilamento no topo fazem antever taxas de fecundidade favoráveis e esperança de vida menos favorável para os mais idosos. Reparámos depois na reentrância pronunciada para os jovens do sexo masculino entre os 15 e os 30 anos. A fuga ao serviço militar era corrente, não sendo difícil para os jovens em risco de recrutamento embarcar nos barcos que vinham *fazer aguada* na ilha. Nas gerações anteriores o retorno parece ter sido corrente.

No caso da Prainha, a pirâmide alarga-se tanto na base como no topo, evidenciando uma esperança de vida favorável, particularmente no caso das mulheres. Não deixa, contudo, de notar-se reentrância na pirâmide, para os jovens entre os

20 e os 30 anos, bem mais acentuada no sexo masculino e a fortaleza da população feminina relativamente à masculina.

Em Santa Luzia já se nota em 1838 a redução na base da pirâmide a apontar para o declínio do volume de nascimentos. Contrariamente ao que se passava nas outras duas comunidades, as mulheres jovens parecem mais afetadas pela mobilidade do que os homens, mas não sabemos até que ponto se trataria de uma mobilidade temporária à procura de algum trabalho nas vilas próximas ou na Horta, a permitir a sobrevivência.

Na generalidade, a mobilidade diferencial afeta o celibato e condiciona os níveis de fecundidade fora do casamento sem que se possa excluir do fenómeno fatores de ordem económica e cultural.

Começemos por comparar os nascimentos fora do casamento nas três comunidades em observação.

**Tabela 2.** Comparativo dos nascimentos fora do casamento (%) – Corvo, Prainha e Santa Luzia

Período	Corvo		Prainha		Santa Luzia	
	Ilegítimos	Expostos	Ilegítimos	Expostos	Ilegítimos	Expostos
1650-99	1,2	0,4	4	0,1	7,38	0,13
1700-49	3	0	5,8	0,4	4,90	4,53
1750-99	5,6	0	10,8	1,9	4,93	9,63
1800-49	5,1	0	11,2	1,4	5,26	10,00
1850-99	5,5	0,1	6,8	0,5	9,27	4,99
1900-49	0,8	0	5,8	0		
1950-99	0,9	0				

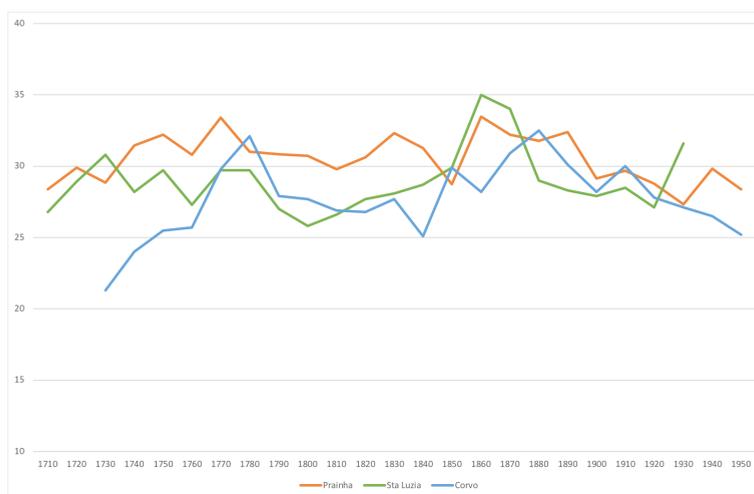
Como se verifica no quadro, o fenómeno do abandono de crianças no Corvo não teve expressão. Apenas duas crianças foram abandonadas nesse larguíssimo período: uma na década de 1660, da qual não sabemos o destino, e outra falecida na década de 1850 com 6 dias de idade e que tinha sido abandonada à porta de casa de uma família. Também na Prainha o fenómeno teve uma expressão reduzida sem nunca atingir os 2% dos batizados. O mesmo não aconteceu em Santa Luzia onde, entre 1750 e 1850, tendeu para 10% o volume de crianças abandonadas relativamente às batizadas. Repare-se que esses cem anos coincidem com o crescimento acelerado do volume de nascimentos e o posterior desequilíbrio provocado pela mobilidade de jovens. Não sabemos, no entanto, até que ponto se batizavam em Santa Luzia crianças de outras freguesias que aí eram expostas para que as mulheres pobres da freguesia as recolhessem e viessem a alimentar com o apoio do respetivo município.

Os filhos nascidos fora do casamento de mãe conhecida não chegaram a atingir 6% dos batizados no Corvo e parte deles eram filhos de noivos com algum grau de

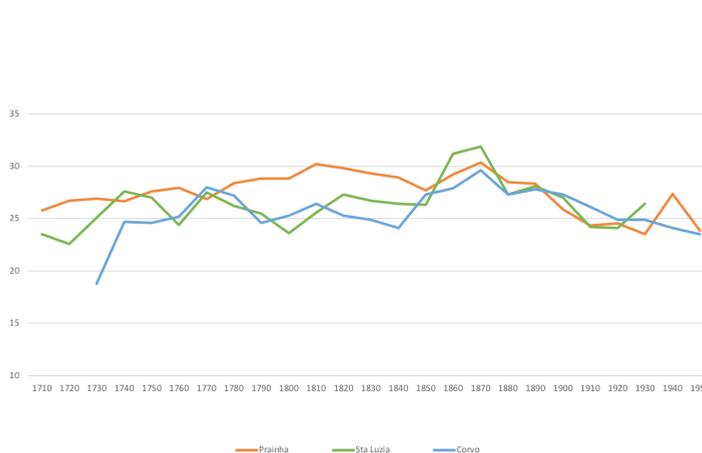
parentesco que aguardavam dispensas das autoridades eclesiásticas para realizarem o casamento. Se subtraíssemos o volume de crianças com pai conhecido, ao total de ilegítimos, teríamos valores diferentes, sem nunca atingir os 5%. A freguesia onde os chamados ilegítimos tiveram mais expressão foi na Prainha, particularmente entre 1750 e 1850, a ultrapassar os 10% das crianças batizadas. Os casamentos tardios, a mobilidade diferencial e a pouca expressão do abandono podem ser fatores justificativos. Repare-se que em Santa Luzia, quando o abandono decresce, na segunda metade do século XIX, os níveis de ilegitimidade atingem o valor mais alto da observação, acima dos 9%.

Comparemos agora a idade média ao primeiro casamento nas três comunidades.

**Gráfico 6.** Comparativo da idade média ao 1.º casamento dos homens



**Gráfico 7.** Comparativo da idade média ao 1.º casamento das mulheres



O gráfico da evolução da idade média ao primeiro casamento masculino, por décadas, nas três comunidades, mostra diferenças significativas. Na Prainha, os homens casavam entre os 30 e os 35 anos, só baixando dos 30 anos, de forma mais sustentada, à entrada do século XX. Em Santa Luzia os homens casavam entre os 25 e os 30, mas na fase aguda de desequilíbrio da população com os recursos, nas décadas de 1860 e 1870, os valores sobrepuseram-se aos da Prainha atingindo em 1860 os 35 anos. No Corvo a curva é irregular oscilando entre os 25 e os 32 anos. Em todos os casos, contudo, trata-se de casamento tardio.

As mulheres na Prainha casaram predominantemente acima dos 27 anos, ultrapassando mesmo os 30 no início do século XIX; só nos finais desse mesmo século os valores baixam dos 25 anos. As mulheres de Santa Luzia casaram à volta dos 25 anos, mas na década de 1860 e 1870, tal como acontecia com os homens, atingiram valores superiores a 30 anos, acima mesmo dos encontrados para a Prainha. Se não considerarmos a primeira metade do século XVIII, com casamentos mais precoces, a evolução da idade média ao primeiro casamento no Corvo aproxima-se dos valores encontrados para Santa Luzia, mas sem nunca atingir os 30 anos.

O casamento muito tardio na Prainha foi arma poderosa contra o crescimento acelerado da população. Recorde-se que o volume mais elevado de nascimentos na Prainha se verificou nos finais do século XVII e não na primeira década do século XIX como aconteceu em Santa Luzia ou nas outras comunidades picoenses já estudadas. O celibato definitivo foi outra arma redutora.

Tabela 3. Celibato definitivo: comparação Santa Luzia, Prainha e Corvo

Período	Corvo		Santa Luzia		Prainha	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1780-1819	6	14	7	14	5	11
1820-1859	4	9	7	7	14	26
1860-1899	8	21	12	28	15	31
1900-1939	13	30	18	40	18	36
1940-1959	8	33	16	26	16	31

Verificamos que o celibato definitivo afetou mais persistentemente a freguesia da Prainha. Já entre 1820 e 1859 a percentagem de indivíduos a falecer solteiros, relativamente ao conjunto dos falecidos desse grupo etário, foi, para os homens, da ordem dos 14% e para as mulheres da ordem dos 26%, enquanto nas outras duas freguesias os valores foram bem mais modestos. Para os falecidos entre 1860 e 1899, ainda a Prainha sobressai neste comportamento acima das outras comunidades, mas para os falecidos entre 1900 e 1939, é Santa Luzia que se sobrepõe no que respeita ao celibato definitivo feminino, atingindo 40% de mulheres que faleceram com 50 e mais

anos sem terem chegado a casar. Essas gerações terão atingido a idade núbil a partir de década de 1830 sendo afetadas pelos desequilíbrios na estrutura da população decorrentes da emigração massiva.

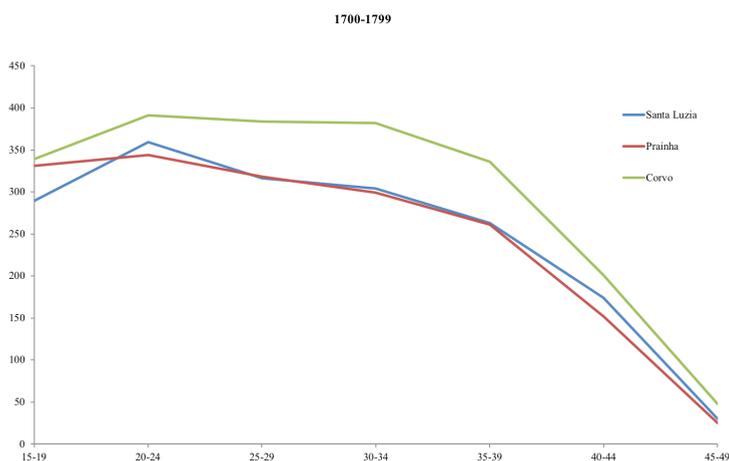
Comparemos depois as três comunidades no que respeita aos nascimentos dentro do casamento usando como indicador as taxas de fecundidade por grupos de idades da mulher.

**Tabela 4.** Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades da mulher – Santa Luzia, Prainha e Corvo

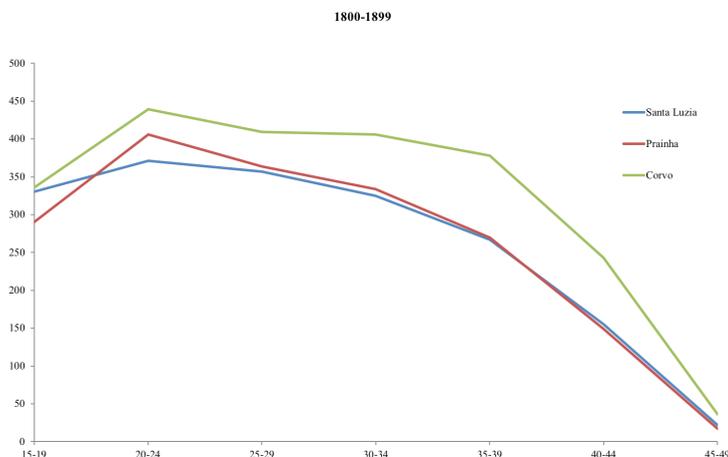
Santa Luzia									
Período	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	OBS	DT
1700-1799	289	359	316	304	263	174	30	240	8,7
1800-1899	330	371	357	325	267	155	22	317	9,1
Prainha									
1700-1799	331	344	318	299	261	152	25	602	8,7
1800-1899	290	406	364	334	270	149	17	668	9,2
Corvo									
1700-1799	339	391	384	382	336	201	48	172	10,4
1800-1899	336	439	409	406	378	243	36	378	11,2

O quadro e os gráficos respetivos salientam a proximidade de comportamento entre as paróquias picoenses e as diferenças em relação ao Corvo, que a pirâmide de idades de 1835 já fazia antever. Se as mulheres do Corvo convivessem conjugalmente entre os 15 e os 49 anos teriam sensivelmente mais dois filhos do que as picoenses.

**Gráfico 8.** Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades da mulher – Corvo, Santa Luzia e Prainha, 1700-1799



**Gráfico 9.** Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades da mulher – Corvo, Santa Luzia e Prainha, 1800-1899



As taxas de fecundidade legítima permitem comparar capacidades procriativas, mas não nos dão conta do número de filhos que realmente os casais tiveram. Os casamentos mais ou menos tardios e as ruturas conjugais mais ou menos precoces podem fazer reduzir consideravelmente o número de filhos nascidos. No século XVIII, em Santa Luzia, nasceram de facto 3,9 filhos por família fecunda, tantos como no Corvo, enquanto na Prainha, com as restrições maiores de acesso ao casamento, foram 3,6 filhos por família fecunda. Para o século XIX, o Corvo sobressai mais, tendendo para 4,6 filhos por família fecunda, seguido por Santa Luzia com 4,4 e Prainha apenas com 3,8.

Em Santa Luzia, pelo gráfico comparativo entre os nascimentos e os óbitos, verificamos que antes do último quartel do século XIX, as mortes não equilibravam os nascimentos e o incremento acelerado da população era inevitável, a obrigar às saídas. A suavidade da morte expressava-se tanto na ausência de crises frequentes e intensas, como na morte quotidiana. A mortalidade infantil era suave e a longevidade notável.

Para as gerações nascidas entre 1790 e 1829, período para o qual não suspeitamos de sub-registo, seriam 143 os falecidos com menos de um ano para mil nascidos. No caso da Prainha, no mesmo período, os valores seriam mais favoráveis, com 102 óbitos em mil nascimentos, embora não se descarte possibilidade de algum sub-registo. Não temos, para o período, informação segura sobre o Corvo. Note-se que para Inglaterra, país de esperança de vida favorável, para a segunda metade do século XVIII, se calcularam 165 falecidos no primeiro ano de vida, em mil nascidos, enquanto em França, no mesmo período, os valores seriam de 273, em mil<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> LIVI BACCI, 1987: 119.

Em Santa Luzia, com registos de mortalidade infantil tendencialmente sistemáticos desde a década de 1720 foi possível calcular a esperança de vida das gerações nascidas entre 1720 e 1910, por acompanhamento de percursos vida, distinguindo quatro grupos de gerações. Com registos de mortalidade infantil sistemáticos mais tardios só em alguns desses períodos podemos colocar em paralelo o comportamento da Prainha e Corvo.

Apresentamos a esperança de vida à nascença, aos 15 anos, considerados como entrada na idade adulta, na plenitude dos 40 anos, e aos 75 anos, quando a velhice se impõe.

Tabela 5. Esperança de vida em diferentes períodos e a diferentes idades

	Santa Luzia			Prainha			Corvo		
	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF
<b>Gerações nascidas entre 1720-1789</b>									
E0	46,7	47,8	47,2						
E15	47,6	48,5	48,1						
E40	30,0	29,9	30,0						
E75	6,9	7,4	7,2						
<b>Gerações nascidas entre 1790-1829</b>									
E0	51,3	51,7	52,7	56,1	58,4	57,2			
E15	52,0	55,4	53,9	54,9	55,9	55,5			
E40	32,9	35,8	34,5	33,4	34,2	33,9			
E75	7,9	9,4	8,9	7,9	9,0	8,6			
<b>Gerações nascidas entre 1830-1869</b>									
E0	51,7	51,6	51,7	58,4	58,2	58,3	46,8 a)	49,5 a)	48,0 a)
E15	55,1	55,1	55,2	55,1	55,3	55,2	53,1 a)	51,3 a)	52,1 a)
E40	33,0	35,5	34,4	34,4	34,4	34,4	32,5 a)	34,3 a)	33,5 a)
E75	6,4	8,6	7,8	8,0	9,2	8,7	8,2 a)	9,7 a)	9 a)
<b>Gerações nascidas entre 1870-1910</b>									
E0	53,2	56,0	54,6				50,9b)	49,7 b)	50,1 b)
E15	54,4	54,6	54,5				54,4 b)	51,7 b)	52,8 b)
E40	33,9	34,1	34,0				33,2 b)	32,6 b)	32,9 b)
E75	8,3	8,4	8,3				8,3 b)	8,8 b)	8,6 b)

a) Gerações nascidas entre 1815 e 1869

b) Gerações nascidas entre 1870 e 1915

Como acontecia nas outras freguesias do Pico já estudadas, em Santa Luzia, e ainda mais na Prainha, a suavidade da morte é de molde a espantar os estudiosos de comportamentos demográficos de antigo regime demográfico. Uma esperança de

vida de 47 anos para gerações nascidas no século XVIII é absolutamente excepcional. Embora com metodologias diferentes, sem acompanhamento sistemático de percursos de vida, como é o nosso caso, estimou-se para Inglaterra valores entre os 33,5 e os 37 anos, valores bem mais favoráveis do que em França, no mesmo período, onde esses valores se situariam entre 24,8 e 31,1<sup>4</sup>.

Comparando com o Corvo, verificamos que esperança de vida à nascença foi bem mais favorável nas paróquias picoenses (gerações nascidas entre 1830 e 1910), mas o destaque vai para os valores da Prainha (gerações nascidas entre 1790 e 1870) embora não se possa descartar totalmente nesta paróquia algum sub-registo de mortalidade infantojuvenil. Quando chegamos às idades mais elevadas, reparamos que no Corvo, a esperança de vida se coloca muito alta no período de observação, o que, para gerações anteriores, a pirâmide de 1832 não parecia sugerir.

Focando-nos em Santa Luzia, verificamos depois o ganho de 5 anos na esperança de vida dos que nasceram entre 1790 e 1829 em relação ao período anterior. No período seguinte (nascidos entre 1830 e 1869), a esperança de vida baixa um ano, para tender depois, no último período (nascidos entre 1870 e 1910), para os 55 anos. Mortalidade excepcionalmente suave a exigir a mobilidade das gentes.

O registo tendencialmente sistemático de mortalidade infantil em Santa Luzia desde 1720 e o acompanhamento que fizemos, dentro da ilha do Pico e na cidade da Horta, dos percursos de vida dos indivíduos nascidos na freguesia entre essa data 1910, permite-nos estimar que mais de um terço dessas gerações emigraram para longa distância. As gerações mais afetadas terão sido as nascidas entre 1720 e 1739, o que está em relação com a crise de meados do século XVIII e as de 1840 a 1859, quando o excesso de população e a crise das vinhas se abatiam sobre a ilha.

Para a Prainha, só dispomos de registos de mortalidade infantil tendencialmente sistemáticos a partir de última década do século XVIII e não acompanhamos os percursos dentro da ilha e para a cidade da Horta, para as gerações que se seguiram, como já acontece para Santa Luzia. No entanto, os 45% de saídas definitivas do local de nascimento, se considerarmos as gerações nascidas entre 1806 e 1890, não deixam de ser expressivos, mesmo tendo que descontar os que se fixaram em outras freguesias do Pico ou se deslocaram para a cidade mais próxima.

No Corvo, acompanhando as gerações nascidas entre 1815 e 1869 e as nascidas entre 1870 e 1915, os valores encontrados para os que não chegaram a falecer na sua terra, foram de 44,3% no primeiro período e de 44,1% no segundo período, marcando-se a persistência das saídas.

---

<sup>4</sup> LIVI BACCI, 1987: 114.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas populações açorianas observadas, sobressai a vantagem da vida sobre a morte, exigindo soluções rápidas para que o equilíbrio com os recursos disponíveis não entrasse em rutura. Até à entrada no século XX, num quadro de fecundidade próxima à natural, o casamento tardio, o celibato definitivo frequente, associados à emigração, foram passíveis de baixar, em poucas décadas, altos níveis populacionais de partida. Aconteceu primeiro na Prainha, em que os máximos históricos na entrada do século XVIII foram dominados por comportamentos muito restritivos de acesso ao casamento e mobilidade diferencial acentuada. Aconteceu depois na generalidade das paróquias picoenses a partir das décadas de 30 ou 40 do século XIX, com elevação da idade média ao casamento e emigração massiva a afetar também o sexo feminino. Numa pequena comunidade como o Corvo, com maiores recursos naturais endógenos, em convívio frequente com tripulações vindas do *novo mundo*, nem sempre com intenções bélicas, as saídas foram desde cedo mais facilitadas, mantendo-se mais facilmente níveis estáveis de população.

A luta pela sobrevivência foi certamente mais difícil numa terra sem pão como Santa Luzia. Se na memória dos mais velhos (que viveram em períodos em que a população só rondava os 1000 habitantes) ainda hoje persiste a lembrança de tempos muito difíceis, em que não se olhava a sacrifícios para se poder comprar algum milho na ilha do Faial, desvalorizando-se a inexistência de outros complementos alimentares, que pensar das carências de períodos em que a população atingiu valores próximos dos 1400 habitantes?

Em que medida essa capacidade de sobrevivência das gentes dos Açores foi motor de progresso nas terras de acolhimento? Seria interessante aprofundar esse tema.

## BIBLIOGRAFIA

- AMORIM, Maria Norberta (1992) — *Evolução Demográfica de três paróquias do Sul do Pico (1680-1980)*. Braga: ICS, Universidade do Minho.
- \_\_\_\_ (2004a) — *O Pico. A Abordagem de Uma Ilha*. Lajes do Pico: Câmara Municipal das Lajes do Pico/NEPS. Vol. I. As Famílias. Tomo I. As Famílias de São João nos finais do século XIX.
- \_\_\_\_ (2004b) — *O Pico (séculos XVIII a XX). A Ilha açoriana mais poupada pela morte*. «Revista de Demografia Histórica», vol. 22, n.º 2, segunda época, p. 53-84.
- \_\_\_\_ (2009) — *O Pico. A Abordagem de Uma Ilha*. São Roque do Pico/Porto: Câmara Municipal de São Roque do Pico/CITCEM. Vol. I. As Famílias. Tomo VI. As Famílias da Prainha nos finais do século XIX.
- \_\_\_\_ (2015) — *O Pico. A Abordagem de Uma Ilha*. Porto/Horta: CITCEM/Desafios da Montanha CRL. Vol. I. As Famílias. Tomo IX. As Famílias de Santa Luzia nos finais do século XIX.
- AMORIM, Maria Norberta; LIMA, Luís (1986) — *Demografia Histórica e Micro-Informática. Uma experiência sobre uma paróquia açoriana*. «Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira», vol. XLIV. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira.

- AMORIM, Maria Norberta; MESQUITA, Maria Hermínia (1998) — *Uma perspectiva da população açoriana no século XVIII*. In AA. VV. — *O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XVI a XX*. Horta: Núcleo Cultural da Horta, p. 353-376.
- BANDEIRA, Mário Leston (1996) — *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- BARBOSA, Maria Hermínia Vieira; GODINHO, Anabela (2001) — *Crises de mortalidade em Portugal desde meados do século XVI até ao início do século XX*. Guimarães: Universidade do Minho, Núcleo de Estudos de População e Sociedade (NEPS). (GHP/CITCEM – Cadernos NEPS – Série A).
- DEL PANTA, L.; LIVI BACCI, M. (1977) — *Chronologie, intensité et diffusion des crises de mortalité en Italie: 1600-1850*. «Population», 32e année, n.º 1. Paris: I.N.E.D.
- FERREIRA, João Antero Gonçalves (2004) — *Sistemas informáticos para análise de dados demográficos: uma abordagem histórica*. Comunicação apresentada ao Congresso da ADEH, 7, Granada. Disponível em <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/894?mode=simple>>.
- LIVI BACCI, Massimo (1987) — *Poblacion y alimentacion*. Barcelona: Editorial Ariel.
- MACEDO, António Lourenço da Silveira (1981) — *História das Quatro Ilhas que formam o Distrito da Horta*. [Região Autónoma dos Açores]: SREC/DRAC, volume III. Reimpressão fac-similada da edição de 1871.
- REPOSITÓRIO GENEALÓGICO NACIONAL. Disponível em <[www.genealog.uminho.pt](http://www.genealog.uminho.pt)>.
- ROCHA, Gilberta (1991) — *Dinâmica Populacional dos Açores no século XX. Unidade. Permanência. Diversidade*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- SANTOS, Carlota (2008) — *Biodemografia do Concelho da Madalena: estrutura demográfica e genética de uma população açoriana da Ilha do Pico*. Madalena do Pico: Câmara Municipal da Madalena.



# OS MARÍTIMOS DO MUNICÍPIO DA MADALENA — ANÁLISE DEMOGRÁFICA DIFERENCIAL (SÉCULOS XVIII-XIX)\*

CARLOTA SANTOS\*\*

**Resumo:** O objetivo do presente estudo consiste em analisar, numa perspetiva histórica de longa duração, os comportamentos demográficos da população do município da Madalena (ilha do Pico), destacando a especificidade das suas comunidades marítimas. Esta observação tem como suporte uma base de dados demográfica e genealógica construída por aplicação da metodologia de «reconstituição de paróquias», implicando a recolha serial dos dados vitais fornecidos pelos registos de nascimentos, casamentos e óbitos produzidos entre 1670 e 1970 para as seis freguesias que integram o atual município. Nesta base de dados foram inseridas, por cruzamento nominativo, as informações relativas à atividade profissional dos homens em idade ativa facultadas por mapas e listagens da população produzidos durante os séculos XVIII e XIX. Estas fontes permitiram localizar ao longo do litoral a implantação de agregados familiares cuja sobrevivência dependia quase exclusivamente dos recursos oferecidos pelo mar. Adotando procedimentos microanalíticos, concluímos pela permanência de comportamentos demográficos que distinguiram a população marítima dos

---

\* Investigação iniciada no âmbito do Projeto POCI/HAR/60940/2004, cofinanciado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Portugal) e pelo FEDER, através do Programa Operacional Ciência e Inovação 2010. Resultados parcialmente publicados em SANTOS, 2008; SANTOS, 2009.

\*\* Universidade do Minho. csantos@ics.uminho.pt.

restantes setores de atividade laboral: diferenças acentuadas nas idades médias ao primeiro casamento, nas taxas de fecundidade legítima e nos níveis de esperança de vida.

**Palavras-chave:** Comunidades marítimas da Madalena (ilha do Pico); nupcialidade; fecundidade; mortalidade; análise diferencial.

**Abstract:** The objective of the present study is to analyze, from a long-term historical perspective, the demographic behavior of the population of the municipality of Madalena (Pico Island), highlighting the specificity of their maritime communities. This observation is supported by a demographic and genealogical database organized according to the «reconstitution of parishes» methodology, implying the serial collection of the vital data provided by the records of births, marriages and deaths produced between 1670 and 1970 for the six parishes that integrate the current municipality. In this database the information regarding the professional activity of men in active age, provided by maps and listings of the population produced during the eighteenth and nineteenth centuries, was inserted through nominative linkage. These sources allowed us to locate the implantation of households along the coast, whose survival depended almost exclusively on the resources offered by the sea. Adopting microanalytical procedures, we conclude that demographic behaviors differentiate the maritime population from other sectors of labor activity: significant differences in the mean ages of first marriage, in terms of legitimate fertility and life expectancy levels.

**Keywords:** Maritime communities of Madalena (Pico island); nuptiality; fertility; mortality; differential analysis.

## INTRODUÇÃO

*O Pico era aquilo: aquela Terra Santa aproada a sueste e carregada de vinhos, de baldios, de barcos-de-boca-aberta, de bofage e de iscalho de baleia, com gatinha ainda a pé, mães ainda firmes e belas para lá do oitavo filho, velhos com barba de metro, rapazes prontos para uma cana de leme ou para um báculo de bispo no Padroado do Oriente e felizes com qualquer destes destinos... — tudo isto debaixo de três mil metros de «mistério» coroados de uma agulha de neve...<sup>1</sup>*

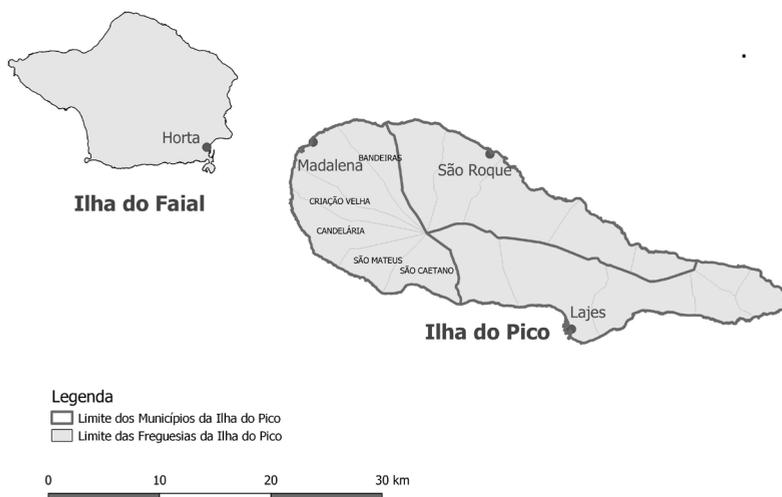
Esta estimulante descrição de Vitorino Nemésio, captando a luminosidade e as sombras que sintetizam o território, a paisagem e o pulsar dos habitantes da ilha do Pico, constituiu um inspirador ponto de partida para a investigação que iniciámos

---

<sup>1</sup> NEMÉSIO, 1986: 210.

há cerca de uma década e temos vindo a aprofundar ao longo dos últimos anos, visando a análise histórica e demográfica das populações que integram o município da Madalena, numa ótica de longa duração temporal.

Numa perspetiva geológica e tectónica, o Pico é um prolongamento da ilha do Faial, da qual dista apenas 6 km (Figura 1). O seu território é dominado pela montanha com o mesmo nome, que, elevando-se a 2351 m de altitude, condicionou a ocupação humana desde o início do povoamento. Em ambiente geográfico pouco favorável, marcado pela omnipresença do oceano, pela ameaça de erupções vulcânicas e por frequentes manifestações de atividade sísmica, as populações fixaram-se desde o início do povoamento nas partes baixas do litoral alicerçando a sua economia a partir da exploração da terra e dos recursos oferecidos pelo mar.



**Fig. 1.** Ilhas do Pico e do Faial

Fonte: Elaboração própria a partir da Carta Administrativa Oficial de Portugal – Versão 2009  
Disponível em <[http://www.dgterritorio.pt/cartografia\\_e\\_geodesia/cartografia/carta\\_administrativa\\_oficial\\_de\\_portugal\\_caop/caop\\_download\\_/](http://www.dgterritorio.pt/cartografia_e_geodesia/cartografia/carta_administrativa_oficial_de_portugal_caop/caop_download_/>)>.[Consulta realizada em 10/06/2018]

A agricultura, estreitamente relacionada com a diversidade geológica local e com as condições climáticas associadas às variações de altitude, exigiu dos habitantes um esforço físico permanente na conquista de terrenos improdutivos pela dureza do basalto e pelas descidas de lava (a que significativamente deram o nome de mistérios), traduzido numa paisagem única semeada de maroiços<sup>2</sup> e currais de vinha<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> Amontoados de pedras provenientes da limpeza dos campos.

<sup>3</sup> Conjunto de pequenos compartimentos separados por muros de resíduos vulcânicos, aptos para a plantação de videiras, protegendo-as do vento e da água do mar.

As melhores terras foram aproveitadas para a cultura de legumes, inhames, batata, batata-doce, árvores de fruto, cereais e tabaco. Os terrenos altos abrigam áreas de pastagens, que podem ultrapassar os 800 metros de altitude, matas de criptomérias, acácias e núcleos de floresta de laurissilva onde proliferam algumas espécies originárias dos Açores como o cedro-do-mato, o azevinho, o louro e a urze, que chega a expandir-se até aos 1700 metros.

Das amplas pastagens onde o gado apascentava em estado quase selvagem, sempre beneficiou a economia familiar, dependente da produção pecuária para a sua sobrevivência. Apesar da abundância de bovinos, caprinos, suínos e ovinos, a proporção do consumo de carne na dieta alimentar dos picoenses foi sempre muito reduzida relativamente à dos cereais, quando comparada com os consumos registados em 1884 nas quatro ilhas do ex-distrito da Horta<sup>4</sup>. Esta aparente contradição, já que o Pico sempre se ressentiu de uma produção cerealífera deficitária, determinando a sua regular importação, justifica-se pela complementaridade económica sempre estabelecida com a ilha do Faial que, em meados do século XVIII, acabaria por gerar uma política de intervencionismo económico direccionada para o controlo do comércio e simultaneamente para o fomento da produção<sup>5</sup>.

No município da Madalena, a suavidade do clima aliada às características do solo, fertilizado por lavas vulcânicas recentes, proporcionaram condições favoráveis ao desenvolvimento da vitivinicultura e permitiram assegurar, ao longo do tempo e através do porto da Horta, a exportação de um vinho de excelente qualidade (o *verdelho*) para os mercados do Norte da Europa, da Rússia, dos Estados Unidos da América e do Brasil. A partir de 1853, à semelhança do que ocorreu em território continental, a produção vinícola foi drasticamente reduzida por uma praga de oídio que, devastando grande parte dos vinhedos da região, determinou a replantação dos terrenos no início da década de 1870 com uma casta inferior (*Isabella*), selecionada pela sua maior resistência mas resultando num produto final de menor qualidade destinado ao consumo local<sup>6</sup>. Este cenário de crise provocou o abandono dos campos e o empobrecimento de um setor significativo da população que incluía não só os trabalhadores rurais mas também os artesãos, afetos ao fabrico e à preparação do vasilhame, ou ainda os marítimos e os portuários ocupados nas tarefas de embarque e distribuição.

A condição insular e a inaptidão das terras mais altas para a exploração agrícola sempre favoreceram as atividades marítimas, estimulando a pesca, a navegação de cabotagem e, a partir do século XIX, a indústria baleeira. Contudo, numa sociedade tipicamente rural e estruturada em função de uma economia de subsistência, viver

---

<sup>4</sup> AMORIM, 2004: 196.

<sup>5</sup> MENESES, 1995.

<sup>6</sup> JOÃO, 1991.

exclusivamente da pesca nem sempre era viável. A inconstância do mar e a sua inclemência no inverno impediam os pescadores de manterem uma atividade permanente e, neste contexto instável, alguns acabavam por se dedicar alternada ou simultaneamente ao trabalho agrícola, garantindo assim o sustento do agregado doméstico.

## OBJETIVOS E METODOLOGIA

O presente estudo visa apresentar os resultados de uma análise diferencial desenvolvida para as populações históricas do município da Madalena, evidenciando a especificidade de comportamentos demográficos observados nas suas comunidades marítimas.

Por aplicação da metodologia de «reconstituição de paróquias»<sup>7</sup> foram sucessivamente geradas bases de dados demográficas e genealógicas para as seis freguesias que correspondem à atual divisão administrativa do município, partindo do levantamento sistemático das informações facultadas pelos registos paroquiais de nascimentos, casamentos e óbitos<sup>8</sup>. A estas bases de dados, abertas ao cruzamento nominativo, têm sido progressivamente acrescentadas informações provenientes de diversas fontes de carácter social, económico e fiscal, viabilizando a observação de comportamentos diferenciados no interior da população.

No sentido de proceder a uma análise focada sobre as famílias chefiadas por homens afetos à atividade marítima, e uma vez que até à segunda década do século XIX os registos paroquiais nem sempre referem as profissões da população ativa, identificámos nas bases de dados a maior parte dos indivíduos registados em 1770 na *Lista de marítimos da ilha do Pico*<sup>9</sup>, cruzando a informação dos que foram recenseados nos principais portos da região da Madalena.

Para estimar a representatividade deste grupo ocupacional na população da paróquia onde se centram as suas atividades laborais, recuperámos os dados fornecidos pelo *Mapa da População da ilha do Pico em 1770*<sup>10</sup> e, com a mesma finalidade, os que constam nos *Mapas da População de 1838*<sup>11</sup>. Estas listagens, designando a ocupação profissional dos indivíduos de sexo masculino em idade ativa, permitiram localizar ao longo do litoral a implantação dos agregados familiares cuja sobrevivência dependia quase exclusivamente dos recursos oferecidos pelo mar. Classificados como «marítimos», os chefes destas famílias podiam ser pescadores, remadores, baleeiros ou navegantes, geralmente sem acesso à propriedade de embarcações.

<sup>7</sup> AMORIM, 1991.

<sup>8</sup> AMORIM, 1992; MESQUITA, 1998; SANTOS, 2008.

<sup>9</sup> AHU — Açores, *Lista de marítimos do Pico em 1770*, cx. 8, mç. 16.

<sup>10</sup> AHU — Açores, *Mapa da População da ilha do Pico em 1770*, cx. 8, mç. 6.

<sup>11</sup> AGCH — *Mapas da População das Freguesias da Madalena, Criação Velha, Bandeiras, Candelária e S. Mateus em 1838* (sem tratamento arquivístico).

## 1. REPRESENTAÇÃO DOS MARÍTIMOS NA POPULAÇÃO

Os valores apresentados na Tabela 1, permitidos pelas fontes disponíveis, resumem a distribuição dos homens do mar por freguesias nos anos de 1770 e de 1838. Excluindo dos cálculos a paróquia das Bandeiras, onde não existe porto de mar, verifica-se que, embora em números absolutos se tenha registado um acréscimo do primeiro para o segundo momento, a proporção de marítimos na população do município diminuiu de 1,8 % para 1,6 %.

Tabela 1. População marítima em 1770 e 1838

Freguesias	População total	Marítimos (N)	% Marítimos na população total	% Marítimos na população ativa masculina
<b>1770</b>				
Madalena/C. Velha	2606	52	2,0	**
Bandeiras	1001	0	0	**
Candelária	1298	8	0,6	**
S. Mateus/S. Caetano	2027	44	2,2	**
Município Madalena	6932	104	*1,8	**
<b>1838</b>				
Madalena/C. Velha	4396	63	1,4	6,1
Bandeiras	1238	0	0	0
Candelária	2039	23	1,1	3,9
S. Mateus/S. Caetano	3497	73	2,1	8,1
Município Madalena	11 170	159	*1,6	6,3

\* Excluída a freguesia das Bandeiras

\*\* Dados inexistentes

Neste intervalo temporal de aproximadamente 70 anos, as freguesias da Madalena e da Criação Velha acusaram o maior decréscimo (de 2 % para 1,4 %), enquanto as de S. Mateus e S. Caetano mantiveram a respetiva percentagem praticamente inalterada. A paróquia da Candelária foi a única a registar um aumento significativo de marítimos, tanto em termos absolutos (de 8 para 23) como em termos percentuais (de 0,6 % para 1,1 %).

Para uma avaliação do peso dos marítimos na população ativa masculina, e na impossibilidade de analisar a sua evolução dada a ausência de classificação etária dos indivíduos no *Mapa da População de 1770*, procedemos a uma comparação entre as várias paróquias no ano de 1838, constatando que a representação deste grupo ocupacional era mais significativa em S. Mateus/S. Caetano (8,1 %), seguindo-se o espaço da Madalena/Criação Velha, onde 6,1 % dos homens em idade ativa

viviam dos recursos do mar, e finalmente a Candelária, onde apenas 3,9 % se encontravam em idêntica situação.

As características da costa de S. Mateus, particularmente favoráveis na Prainha do Galeão (lugar central da atual freguesia de S. Caetano), onde a ligação ao mar é facilitada através da mais extensa e abrigada baía do Sul do Pico, contribuíram sem dúvida para o dinamismo da sua comunidade marítima. Por outro lado, a maior diversidade de atividades profissionais na sede administrativa e, sobretudo, a natural concentração das que se relacionavam com o setor terciário associado à função pública explicam a diluição dos marítimos no conjunto da população ativa, apesar do seu papel relevante para o desenvolvimento da economia da região, articulada a partir do porto da Madalena. No caso da Candelária, a sua ruralidade e a pequena dimensão do porto do Calhau constituem fatores explicativos para uma menor representação de marítimos nesta freguesia, apesar de o aumento de efetivos ter triplicado no ano de 1838, seguramente estimulado pelo intenso ritmo de crescimento populacional que aí se registou entre 1770 e 1819<sup>12</sup>.

## 2. ANÁLISE DIFERENCIAL DA NUPCIALIDADE E DA FECUNDIDADE LEGÍTIMA

Numa época de natalidade não controlada, a idade média ao primeiro casamento constitui um dos indicadores mais expressivos da nupcialidade, enquanto fator determinante nos níveis de fecundidade legítima e na dimensão familiar. Com efeito, num quadro de baixa incidência de nascimentos ilegítimos, a prática coletiva de uma idade precoce ao primeiro casamento tende a refletir-se em elevadas taxas de fecundidade, enquanto idades médias tardias, atuando como freio preventivo das conceções pela menor exposição das mulheres férteis ao risco de gravidez, tendem a reduzir esses valores. Acresce que a nupcialidade, enquanto variável sociológica, é particularmente influenciada pelas características regionais do sistema fundiário e pelos modelos de herança praticados<sup>13</sup>.

No sentido de avaliar estas interações numa perspetiva diferencial, procedemos ao cálculo das idades médias dos noivos ao primeiro casamento considerando apenas os matrimónios potencialmente «úteis» do ponto de vista da capacidade reprodutiva da mulher que, teoricamente, tem início aos 12 anos e raramente ultrapassa os 49 anos.

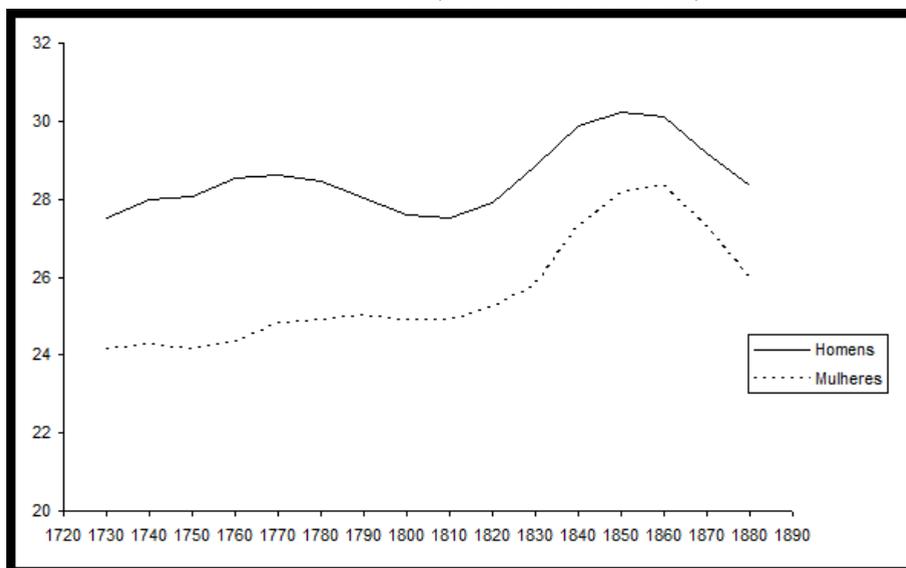
Considerando a evolução dos comportamentos nupciais entre 1720 e 1899 em toda a população, projetada em médias móveis de três décadas (Gráfico 1), observaram-se tendências comuns a uma grande parte das sociedades rurais europeias do antigo regime demográfico<sup>14</sup>.

<sup>12</sup> SANTOS, 2008: 58.

<sup>13</sup> LIVI BACCI, 1971; AMORIM & SANTOS, 2009.

<sup>14</sup> FLINN, 1981; HENRY & HOUDAILLE, 1979.

**Gráfico 1.** Idade média ao primeiro casamento (<50 anos)  
Período de 1720 a 1899 (médias móveis de 3 décadas)



Assim, num quadro de manifesta superioridade etária masculina, registaram-se idades médias elevadas em qualquer período e um aumento notório em ambos os sexos entre 1840 e 1870, com valores máximos em 1860 que rondam os 31 anos nos homens e ultrapassam os 29 anos nas mulheres. Considerando o papel preponderante da vitivinicultura na economia da região, será de admitir uma estreita associação entre este fenómeno e a perturbação económica conjuntural despoletada pela crise das vinhas que, alastrando a partir de 1853, pressionou a população masculina a emigrar, provocando uma acentuada desproporção entre sexos em idade reprodutiva<sup>15</sup>.

Ao longo do século XIX, a comparação das idades relativas aos casais cujos recursos provinham da atividade marítima com as que se referem à população em geral (Tabela 2) revela que os primeiros casaram sempre em idade menos tardia, variando entre 24,9-28,9 anos nos homens e 22,7-27,2 anos nas mulheres, relativamente ao conjunto da população cujas idades médias variaram entre 27,6-30,4 anos nos homens e 24,9-27,9 anos nas mulheres. Embora no caso dos marítimos as oscilações periódicas tenham sido mais acentuadas em qualquer dos sexos, as grandes diferenças verificadas sugerem uma menor vulnerabilidade deste grupo aos constrangimentos sociais relacionados com a posse ou a propriedade da terra cuja transmissão hereditária tende a gerar estruturas familiares menos flexíveis que induzem o adiamento do matrimónio<sup>16</sup>.

<sup>15</sup> SANTOS, 2008: 63.

<sup>16</sup> SANTOS & MESQUITA, 2011: 37-43.

**Tabela 2.** Idade média ao primeiro casamento (<50 anos)  
Período de 1800 a 1899

Períodos	Homens		Mulheres	
	N	Idade média	N	Idade média
<b>Marítimos</b>				
1800-1824	38	24,9	39	22,7
1825-1849	43	25,9	45	24,4
1850-1874	78	28,9	90	27,2
1875-1899	87	25,0	102	24,8
<b>Toda a população</b>				
1800-1824	1052	27,6	1131	24,9
1825-1849	997	28,1	1074	25,3
1850-1874	722	30,4	776	27,9
1875-1899	751	28,7	868	26,9

Procedendo a uma análise longitudinal desenvolvida a partir da história reprodutiva de sucessivas gerações femininas (Tabela 3), menos influenciada por efeitos colaterais produzidos em cada período histórico, constatamos que em qualquer geração as taxas de fecundidade calculadas para as mulheres casadas com marítimos foram mais elevadas em quase todos os grupos etários, o que resultou seguramente de uma menor duração dos respetivos intervalos médios entre nascimentos. Com efeito, os dados obtidos pelo cálculo dos sucessivos intervalos intergenésicos para as mulheres que geraram pelo menos 8 filhos indicaram que todos eles foram mais curtos em cerca de dois meses relativamente aos que se verificaram na população total, com exceção para o intervalo entre o segundo e o terceiro nascimentos, em que essa diferença é inferior a 30 dias<sup>17</sup>.

**Tabela 3.** Taxas de fecundidade legítima por gerações femininas (‰)

Gerações	Grupos de idade							
	N	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49
<b>Marítimos</b>								
1780-1839	99	0,476	0,443	0,338	0,381	0,302	0,173	0,024
1840-1899	175	0,494	0,439	0,401	0,354	0,256	0,135	0,019
<b>Toda a população</b>								
1780-1839	2137	0,343	0,410	0,373	0,342	0,291	0,179	0,020
1840-1899	1539	0,395	0,428	0,373	0,315	0,244	0,112	0,14

<sup>17</sup> SANTOS, 2009: 69.

Para a avaliação comparativa da dimensão média familiar, em grande medida determinada pelas tendências anteriormente descritas, selecionámos todos os casais para os quais se conhece a data de início e de fim da união conjugal, em função dos filhos nascidos vivos. A observação da Tabela 4 vem confirmar o que já seria previsível: o número médio de filhos por família atingiu um valor superior nos agregados chefiados por marítimos, quer se considerem todas as famílias (com média de 5,3 filhos) quer apenas as que geraram descendência (com média de 6 filhos), enquanto para toda a população esses valores se situaram em 4,3 e 5,1, respetivamente. Estes resultados refletem seguramente a interferência de menores idades médias ao casamento no primeiro caso que, de algum modo, contribuem para uma teórica expansão do período reprodutivo da mulher, diminuindo simultaneamente as probabilidades de esterilidade feminina associada à mortalidade intrauterina. A atuação conjunta destes fatores poderá explicar não só a mais baixa percentagem de casais inférteis nas famílias de marítimos (11 %) relativamente à que foi obtida para a população total (15,7 %), mas também o valor das frequências acumuladas de casais com 7 e mais filhos que ascende aos 38,6 % no grupo de marítimos, não ultrapassando os 27 % no conjunto populacional.

Tabela 4. Distribuição das famílias segundo o número de filhos

Número de Filhos	1800 – 1899			
	Marítimos		Toda a população	
	N (famílias)	%	N (famílias)	%
0	33	11,0	783	15,7
1	21	7,0	473	9,4
2	15	5,0	479	9,6
3	25	8,3	456	9,1
4	29	9,7	475	9,5
5	29	9,7	476	9,5
6	32	10,7	509	10,2
7	35	11,7	431	8,6
8	27	9,0	344	6,9
9	22	7,3	249	5,0
10	14	4,7	166	3,3
11	9	3,0	82	1,6
12	6	2,0	44	0,9
13 e +	3	1,0	34	0,7
Total	300	100	5001	100

<b>Média de filhos/família</b>		
	5,3	4,3
<b>Média de filhos/família fecunda</b>		
	6,0	5,1
<b>% de infertilidade</b>		
	11,0	15,7

### 3. APROXIMAÇÃO A UMA MORTALIDADE DIFERENCIAL

Sabemos que ao longo do antigo regime demográfico as taxas de mortalidade infantil e de mortalidade adulta na ilha do Pico, obtidas através de processos microanalíticos, foram sempre pouco penalizadoras, tendo sido também raras as crises de mortalidade observadas num período plurissecular<sup>18</sup>. Numa abordagem comparativa entre as várias ilhas do arquipélago dos Açores, foi igualmente encontrada para a população do Pico, em meados do século XIX, uma taxa bruta de mortalidade bastante inferior à das restantes ilhas do arquipélago, assumindo valores pouco comuns tanto no contexto português como no contexto europeu da mesma época<sup>19</sup>.

Partindo destes pressupostos, visamos proceder a uma aproximação da mortalidade diferencial no município da Madalena, observando a esperança de vida das gerações nascidas entre 1780 e 1870. Dada a intensa mobilidade que sempre afetou os seus habitantes, optámos por circunscrever a análise ao grupo presumivelmente mais estável, o dos adultos casados.

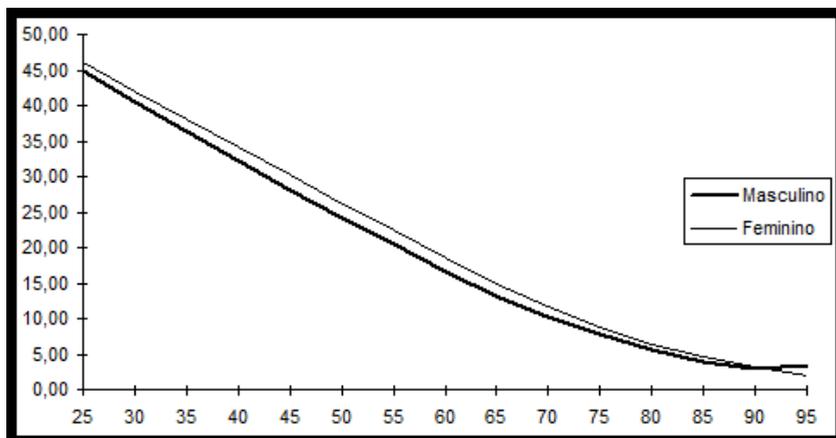
Com base em duas amostras, uma para toda a população e outra para as famílias chefiadas por marítimos, foi estimada para ambos os sexos a probabilidade de sobrevivência a partir dos 25 anos, ancorada no limite inferior de grupos de idades, com intervalos de 5 anos.

Considerando a generalidade da população (Gráfico 2 e Tabela A1), confirma-se a elevada expectativa de sobrevivência em ambos os sexos, mas particularmente nas mulheres. Com uma esperança média de vida que no primeiro grupo de idades atinge os 46 anos, estas sempre registaram valores superiores aos dos homens, com exceção para os dois últimos grupos etários onde a escassez de observações introduz uma variação aleatória não significativa. As diferenças mais acentuadas entre sexos verificam-se dos 35 aos 60 anos, correspondendo a uma amplitude que ronda os dois anos.

<sup>18</sup> AMORIM, 1992: 209-250; MESQUITA, 1998: 109-140; SANTOS, 2008:152.

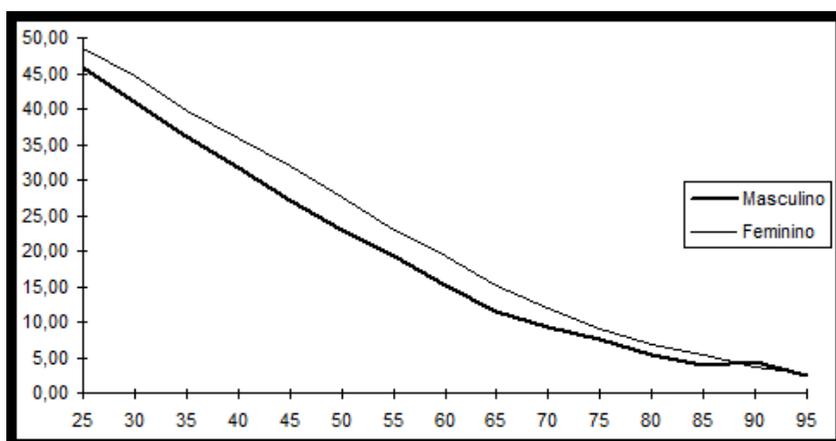
<sup>19</sup> ROCHA & RODRIGUES, 1983.

**Gráfico 2.** Esperança de vida dos indivíduos casados  
Gerações nascidas entre 1780 e 1870 (Toda a população)



Estes resultados globais apontam para a confluência de fatores favoráveis, provavelmente associados ao clima, à alimentação e ao isolamento geográfico que, numa época de frequente ocorrência de surtos epidêmicos, teria propiciado a redução da probabilidade de contração de doenças letais transmitidas por contágio. Por outro lado, a participação ativa da mulher picoense em tarefas agrícolas tradicionalmente realizadas por homens na maior parte das ilhas do arquipélago<sup>20</sup> poderia ter contribuído para otimizar a sua resistência física e diminuir a vulnerabilidade a eventuais acidentes de maternidade.

**Gráfico 3.** Esperança de vida dos indivíduos casados  
Gerações nascidas de 1780 a 1870 (Marítimos)



<sup>20</sup> ROCHA, 1991:189

No caso das famílias dependentes da atividade marítima (Gráfico 3 e Tabela A1), embora os indivíduos de sexo masculino apresentem inicialmente uma esperança de vida de aproximadamente 46 anos, superior à dos homens em geral, destacam-se por um acentuado declive de valores nos grupos etários seguintes, sobretudo entre os 40 e os 60 anos, onde os respetivos desvios rondam os 12 meses. Esta redução do tempo de vida esperado estará de algum modo relacionada com a dureza das tarefas desempenhadas por este setor socioprofissional, mas também com os frequentes naufrágios que, até finais do século XIX, ciclicamente vitimaram pescadores e tripulantes de barcos, muitos deles assegurando a travessia do porto da Madalena para o porto da Horta. Com efeito, a informação transmitida pelos párocos responsáveis pelos registos de óbito da Madalena, entre 1665 e 1875, permitiu contabilizar 146 mortes relacionadas com atividades marítimas ou, de algum modo, associadas à estreita proximidade do oceano<sup>21</sup>. A título de exemplo, citem-se as seguintes referências daí retiradas:

- Em 2 de outubro de 1709, naufragou junto à Areia Larga um barco vindo do Faial e propriedade do mestre Manuel da Silveira; morreram sete homens, naturais das Bandeiras, de S. João e do Faial, e uma mulher jovem natural da Madalena.
- Em 1 de outubro de 1735, naufragou um barco latino de que não houve notícia alguma e do qual era mestre António Gonçalves. Com ele, faleceram 11 marinhos com idades entre os 18 e os 50 anos.
- Em 21 de janeiro de 1795, um barco vindo do Faial perdeu-se diante dos olhos de muito povo que observou esta desgraça, tendo falecido 9 homens da Madalena com idades entre os 30 e os 69 anos.

Além destes desastres coletivos e aparatosos, frequentemente observados pela população, registaram-se mortes isoladas de indivíduos que ocasionalmente pescavam ao largo, ou foram vítimas de acidente junto à costa:

- Em 13 de agosto de 1721, Jacinto de Brum caiu ao mar junto ao porto da Areia Larga. Tinha 16 anos e a sua morte foi imediata.
- Em 4 de abril de 1812, Paulo da Silveira, casado e de 49 anos de idade, faleceu com seu filho Manuel, de 16 anos. Estavam pescando e caíram ao mar.

Contrastando com este cenário que penalizava claramente o tempo de vida dos marítimos, as respetivas mulheres sobressaíram pela sua teórica longevidade correspondendo a uma probabilidade de sobrevivência de 48,6 anos no grupo etário de partida e chegando a distanciar-se 4 anos dos valores registados para toda a população feminina.

---

<sup>21</sup> SANTOS, 2002: 1-3.

Estes comportamentos divergentes sendo dificilmente interpretáveis a partir das fontes disponíveis, apelam para um aprofundamento do fenómeno através do cruzamento de informações de carácter socioeconómico e antropológico. Neste sentido, a abordagem do quotidiano e dos hábitos alimentares nos diferentes estratos sociais poderá eventualmente contribuir para esclarecer os motivos da excecional longevidade das mulheres casadas com homens do mar relativamente aos comportamentos da globalidade da população onde, ainda assim, a longevidade também se situa num patamar de excecionalidade por referência à maior parte das populações da época.

## FONTES MANUSCRITAS

### Arquivo Distrital da Horta

ADH — Açores, *Registos Paroquiais das freguesias da Madalena, Criação Velha, Bandeiras, Candelária, S. Mateus e S. Caetano (1636-1970)* (sem tratamento arquivístico).

### Arquivo do Governo Civil da Horta

AGCH — *Mapa do Estado da População da Freguesia da Madalena em 1838* (sem tratamento arquivístico).

AGCH — *Mapa do Estado da População da Freguesia da Criação Velha em 1838* (sem tratamento arquivístico).

AGCH — *Mapa do Estado da População da Freguesia das Bandeiras em 1838* (sem tratamento arquivístico).

AGCH — *Mapa do Estado da População da Freguesia da Candelária em 1838* (sem tratamento arquivístico).

AGCH — *Mapa do Estado da População da Freguesia de S. Mateus em 1838* (sem tratamento arquivístico).

AGCH — *Mapas da População das Freguesias da Madalena, Criação Velha, Bandeiras, Candelária e S. Mateus em 1838* (sem tratamento arquivístico).

## FONTES IMPRESSAS

### Arquivo Histórico Ultramarino

AHU — Açores, *Lista de marítimos do Pico em 1770*, cx. 8, mç. 16.

AHU — Açores, *Mapa da População da ilha do Pico em 1770*, cx. 8, mç. 6.

## BIBLIOGRAFIA

AMORIM, Maria Norberta (1991) — *Uma metodologia de reconstituição de paróquias desenvolvida sobre registos portugueses*. «Boletín de la Asociación de Demografía Histórica», IX, 1, p. 7-25.

—— (1992) — *Evolução demográfica de três paróquias do Sul do Pico (1680-1980)*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

—— (2004) — *População e recursos básicos. As quatro ilhas do ex-distrito da Horta em finais do século XIX*. In *Atas do III Colóquio – O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX*. Horta: Núcleo Cultural da Horta, p. 175-205.

AMORIM, Maria Norberta; SANTOS, Carlota (2009) — *Marriage Strategies in Azorean Communities of Pico Island (19th Century) – Differentiated Female Behaviour in Choosing a Lifelong Partner*. In DURÃES, Margarida; FAUVE-CHAMOUX, Antoinette; FERRER, Llorenç; KOK, Jan, coord. — *The transmission of Well Being: Gendered Marriage Strategies and Inheritance Systems in Europe (17th-20th Centuries)*. Bern: Peter Lang AG – Internationaler Verlag der Wissenschaften, p. 143-199.

- FLINN, Michael W. (1981) — *The European Demographic System (1500-1820)*. Suffolk: The Harvester Press.
- HENRY, Louis; HOUDAILLE (1979) — *Célibat et age au mariage aux XVIIIe et XIXe siècles en France. Age au mariage*. «Population», 2, p. 403 - 442.
- JOÃO, Maria Isabel (1991) — *Os Açores no século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*. Lisboa: Edições Cosmos.
- LIVI BACCI, Massimo (1971) — *A Century of Portuguese Fertility*. Princeton: Princeton University Press.
- MENESES, Avelino Freitas (1995) — *Estudos de História dos Açores*. Ponta Delgada: Jornal de Cultura, 2.
- MESQUITA, Maria Hermínia (1998) — *Evolução demográfica na Criação Velha, paróquia do Sul do Pico (1801-1993)*. Ponta Delgada: Direção Regional da Cultura.
- NEMÉSIO, Vitorino (1986) — *Mau Tempo no Canal*. Lisboa: Círculo de Leitores. 1.ª edição: 1944.
- ROCHA, Gilberta (1991) — *Dinâmica Populacional dos Açores no Século XX - Unidade, Permanência, Diversidade*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- ROCHA, Gilberta; RODRIGUES, Vítor (1983) — *A população dos Açores no ano de 1849*. «Arquipélago», n.º especial. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- SANTOS, Carlota (2002) — *O mar, entre a vida e a morte - Apontamentos sobre desastres marítimos ocorridos ao largo da Madalena (ilha do Pico) entre 1665 e 1875*. «Boletim Informativo do NEPS», 28, XI. Guimarães: Universidade do Minho, p. 1-3.
- (2008) — *Biodemografia do concelho da Madalena - Estrutura demográfica e genética de uma população açoriana da Ilha do Pico*. Madalena: Município da Madalena do Pico.
- (2009) — *Comunidades marítimas da Ilha do Pico: comportamentos demográficos durante os séculos XVIII e XIX*. In DUBERT, Isidro; SOBRADO CORREA, Hortensio, coord. — *El Mar en los siglos modernos*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, p. 53-70.
- SANTOS, Carlota; MESQUITA, Maria Hermínia (2011) — *Proprietários da Madalena e Criação Velha (Ilha do Pico) em finais do século XIX. Família e Património (Estudo de casos)*. In SANTOS, Carlota, coord. — *Família, Espaço e Património*. Porto: CITCEM, p. 25-45.

## ANEXOS

Tabela A1. Esperança de vida de indivíduos casados  
Gerações nascidas de 1780 a 1870

Idades	Toda a População			Marítimos		
	Homens N = 2415	Mulheres N = 2639	Total N = 5054	Homens N = 157	Mulheres N = 191	Total N = 348
25	45,0	46,0	45,5	45,9	48,6	47,4
30	40,6	41,9	41,3	40,9	44,6	42,9
35	36,3	38,1	37,2	36,1	39,8	38,1
40	32,1	34,1	33,2	31,8	35,8	34,0
45	28,0	30,3	29,2	27,2	32,0	29,8
50	24,1	26,2	25,1	22,9	27,5	25,4
55	20,4	22,3	21,4	19,2	23,0	21,3
60	16,5	18,5	17,6	15,2	19,2	17,4
65	13,1	14,8	14,0	11,5	15,2	13,5
70	10,2	11,6	10,9	9,2	12,0	10,9
75	7,7	8,8	8,3	7,6	8,9	8,4
80	5,6	6,3	6,0	5,4	6,8	6,3
85	4,0	4,6	4,4	4,0	5,5	5,0
90	2,9	3,2	3,1	4,5	3,8	3,9
95	3,5	2,0	2,4	2,5	2,7	2,6

# ECOTURISMO NAS PAISAGENS CULTURAIS VINHATEIRAS DO PICO E ALTO DOURO, PATRIMÓNIO MUNDIAL: VALORIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

LÍDIA GONÇALVES AGUIAR\*

**Resumo:** Nesta comunicação, pretende-se identificar e avaliar potencialidades e limitações da evolução e desenvolvimento sustentável das paisagens numa comparação entre as duas áreas vinhateiras portuguesas reconhecidas pela UNESCO como Património Mundial: o Alto Douro Vinhateiro (paisagem cultural, evolutiva e viva desde 2001) e a Ilha do Pico (paisagem cultural desde 2004). Será especialmente abordado o Parque Natural da Ilha do Pico e o seu contributo para a manutenção da paisagem, bem como o incremento dado ao desenvolvimento turístico desta área, analisando-se as alterações verificadas na arquitetura, na fauna, na flora e, com particular interesse, nas populações locais. Por consequência, para obtenção de uma observação comparativa, idêntico estudo será feito para o Alto Douro Vinhateiro, sendo que, neste território, nos concentraremos muito em especial no turismo verde ou ecoturismo, observando-se de forma análoga os mesmos tópicos. Particular atenção será dada aos principais pilares da sustentabilidade verificando-se como estão presentes nestes territórios e de que forma se manifestam: a preservação ambiental, a preservação dos valores culturais e o desenvolvimento social e económico das populações locais. Dado o estudo se encontrar em zonas reconhecidas pela Unesco como Património Mundial, a sustentabilidade dos territórios e em particular a preservação das

---

\* ISCET – Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo/CITCEM-FLUP. [laguiar@iscet.pt](mailto:laguiar@iscet.pt).

suas paisagens são de primordial interesse. O reconhecimento pela UNESCO por si só acarreta obrigações de preservação, porém, em contrapartida as zonas reconhecidas veem aumentados os seus fluxos turísticos, pelo que a gestão assertiva e a implementação de medidas que preservem e apliquem o desenvolvimento sustentável devem ser uma constante de quem gere estes espaços, correndo o perigo de degradação da paisagem e perda de autenticidade do património imaterial essencial ao desenvolvimento do turismo verde e à manutenção de uma dinâmica de sustentabilidade turística.

**Palavras-chave:** Parques naturais; ecoturismo; desenvolvimento sustentável; Património Mundial; turismo.

**Abstract:** In this presentation, we aim to identify and evaluate possibilities and limitations associated with the evolution and sustainable development of the landscape using a comparison between the two Portuguese wine-growing areas recognised by UNESCO as World Heritage: the Alto Douro Vinhateiro (cultural landscape, evolutionary and alive since 2001) and Pico Island (cultural landscape since 2004). Pico Island Natural Park and its contribution to the maintenance of the landscape, as well as the increase in tourism development in this area, will be especially addressed, analysing the changes in architecture, fauna, flora and in particular of the local populations. Consequently, to obtain a comparative observation, the same study will be performed at Alto Douro Vinhateiro, and in this territory, we will concentrate on green tourism or ecotourism, observing the same topics in an analogous way. Particular attention will be given to the main pillars of sustainability, as they are present in these territories and how they manifest themselves: environmental preservation, preservation of cultural values and social and economic development of local populations. Since the study is located in areas recognised by Unesco as World Heritage, the sustainability of the territories and in particular the preservation of their landscapes are our prime interest. Recognition by UNESCO alone entails preservation obligations, but in contrast recognised areas are increasing their tourist flows. Therefore, assertive management and implementation of measures that preserve and implement sustainable development must be a constant of whoever manages these spaces given the risk of degradation of the landscape and loss of authenticity of the intangible heritage essential to the development of green tourism and maintenance of a dynamic of tourism sustainability.

**Keywords:** Natural parks; ecotourism; sustainable development; World Heritage; tourism.

## INTRODUÇÃO

Na presente comunicação é nossa intenção fazer a abordagem do desenvolvimento sustentável e como as duas áreas vinhateiras portuguesas Património Mundial, a Ilha do Pico e o Alto Douro Vinhateiro, se encontram a cumprir as regras da sustentabilidade e como o turismo sustentável pode em muito contribuir para este desígnio.

Para atingir este objetivo fez-se uma primeira abordagem teórica sobre o conceito de sustentabilidade turística, de forma a inserir o leitor no conceito em análise. Conclui-se que existem três pilares essenciais a ser cumpridos. A preservação dos recursos naturais e culturais, o desenvolvimento económico e o conceito do retorno/partilha, ou seja, se as populações oferecem o seu território e são cada vez mais solicitadas a colaborar com as atividades turísticas devem daí retirar algum benefício para elas próprias.

No tópico seguinte logo se dá início ao estudo e análise da área vinhateira da Ilha do Pico, património mundial. Verifica-se através do levantamento bibliográfico feito todo o trabalho de campo que tem vindo a ser desenvolvido quer pelo Parque Natural da Ilha do Pico quer pelo Governo Regional dos Açores e apresentam-se as conclusões.

De igual modo, realizou-se uma revisão de bibliografia para o Alto Douro Vinhateiro, onde se constatou as diferenças perante a Ilha do Pico. A maior dificuldade de gerir o ADV pela sua elevada dimensão quando comparada com a pequena ilha dos Açores. Entendeu-se que no ADV já muito foi feito, mas que ainda nichos de mercado podem ser acarinhados para alcançar um turismo sustentável com algum impacto.

## 1. SUSTENTABILIDADE NO TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO

O turismo tem vindo a ser uma ferramenta impulsionadora do desenvolvimento económico, bem como de transfigurações sociais em muitos países e regiões. Em variadíssimas situações tem suprido o lugar deixado vago por outras indústrias, outrora prósperas<sup>1</sup>.

Ainda segundo o mesmo autor, atualmente a atividade turística atingiu tão elevado nível que se, por um lado, é importante incentivá-la, por outro, é necessário colocar-lhe alguns limites, orientando-a para que propicie possibilidades cada vez mais interessantes e atrativas para o visitante, associando-a sempre à ideia de um desenvolvimento sustentado<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> FERREIRA, 2009.

<sup>2</sup> FERREIRA, 2009.

Em 1987, na Comissão Mundial sobre o Ambiente e Desenvolvimento, promovida pela ONU, discute-se pela primeira vez o conceito de desenvolvimento sustentado, conforme publicado no relatório O Nosso Futuro Comum ou Relatório *Brundtland*. Segundo este relatório, o desenvolvimento sustentado deveria ser «aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades»<sup>3</sup>.

Para o autor que vimos seguindo<sup>4</sup> estas linhas vão traduzir-se numa ideia de turismo sustentado, que obriga o sector turístico a funcionar com rentabilidades a longo prazo, mas não saturando os recursos dos quais depende, tais como os meios naturais, patrimoniais e culturais.

A importância do desenvolvimento sustentado foi de novo reforçada na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento, que se realizou no Rio de Janeiro em 1992, na qual se concluiu que toda a atividade económica, onde se destaca o turismo, deve orientar o seu crescimento sem que para isso ponha em causa as necessidades das gerações futuras<sup>5</sup>.

Segundo outros autores, o conceito de turismo sustentado só pode ser entendido como o veículo que conduz o processo de desenvolvimento centrado na igualdade social, na eficiência económica, na diversidade cultural e na preservação do meio ambiente. Neste contexto, os autores consideram que o desenvolvimento sustentado só é possível pela articulação sistemática de três fatores: o ambiental (preservação de recursos), o social (promoção cultural e preservação de tradições, bem como melhoria das condições de vida das populações) e o económico (gestão que propicie o desenvolvimento económico das regiões)<sup>6</sup>.

Por sua vez, há que considerar que o turismo sustentável deve estar bem presente em ambientes naturais, mas também os ambientes urbanos devem adotar esta postura, pois, para além do aumento da poluição, as construções inadequadas vêm alterando o urbanismo original dos locais<sup>7</sup>.

Assim, ainda para esta autora, o turismo sustentável deve assentar em 4 princípios base: 1) O perfeito respeito pelo meio ambiente onde se desenvolve, preservando sempre todos os seus recursos; 2) Uma perfeita relação entre a cultura e os espaços sociais das comunidades de acolhimento, respeitando as suas crenças e tradições; 3) Os benefícios económicos gerados pelo turismo devem reverter para os industriais do turismo e para a sociedade de acolhimento; 4) O turista deve ser mais responsável, respeitar o meio ambiente, o património cultural, material e imaterial, sabendo

---

<sup>3</sup> Relatório *Brundtland*, 1987.

<sup>4</sup> FERREIRA, 2009.

<sup>5</sup> FERREIRA, 2009.

<sup>6</sup> ALMEIDA & ABRANJA, 2009.

<sup>7</sup> FERREIRA, 2003.

interagir com a comunidade de acolhimento. Na mesma linha de pensamento se sustenta que outra das grandes vantagens do turismo sustentável são os benefícios que as comunidades de acolhimento podem recolher, na medida em que: 1) ao serem integradas em atividades turísticas sentirão maior respeito pela sua própria cultura e identidade; 2) o turismo passará a ser uma atividade complementar às já existentes, reforçando assim as tradicionais<sup>8</sup>.

O turismo sustentável trata-se de facto de uma realidade que implica que seja desenvolvido por todos, através de «ações socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas», atendendo assim a «necessidades económicas, sociais e ecológicas da sociedade», como é realçado pela OMT<sup>9</sup>.

As áreas do Património Mundial, em particular observação nesta comunicação, a Ilha do Pico e o Alto Douro Vinhateiro, à semelhança de todos os sítios com semelhante galardão, tornam-se destinos turísticos de grande atratividade pela sua alta qualidade em bens naturais e culturais. Esta capacidade faz com que a indústria turística evolua, proporcionando um paulatino crescimento das taxas de visitação. Este aumento de turistas pode trazer problemas de gestão aos sítios do Património Mundial se estes não forem devidamente planificados e geridos. Esta planificação deverá ter em conta o desenvolvimento sustentável, importante vetor para a conservação do património natural e cultural, considerado excecional pela UNESCO. Torna-se importante preservar o Espírito de Lugar, cuidando do bem-estar socio económico das comunidades locais, proporcionando-se uma melhor qualidade de vida. Desta forma, impõe-se qualificar os sítios do património mundial, como a Ilha do Pico e o Alto Douro Vinhateiro com experiências únicas para os visitantes, de forma a torná-los cada vez mais competitivos no mundo turístico. Para além de novas competências e produtos inovadores é absolutamente imprescindível garantir a sustentabilidade destes destinos pelo que os gestores devem incentivar a utilização de recursos originais, envolvendo as comunidades locais<sup>10</sup>.

## **2. O PARQUE NATURAL DA ILHA DO PICO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Este parque natural é o maior de todos os parques e zonas protegidas do arquipélago dos Açores, destacando-se pela diversidade do património natural e cultural. É aqui precisamente que se pode encontrar a montanha mais alta de Portugal, a Montanha do Pico, bem como o 3º maior vulcão do Oceano Atlântico. No que

---

<sup>8</sup> FERREIRA, 2009.

<sup>9</sup> *Código Mundial de Ética do Turismo*, Art.º 3.

<sup>10</sup> ALÇADA *et al.*, 2013.

importa para o nosso estudo, é ainda neste parque que se situa a paisagem cultural das vinhas da ilha do Pico consideradas pela UNESCO como Património Mundial<sup>11</sup>.

Diversos galardões têm sido atribuídos à Ilha do Pico, sendo o mais relevante o de Património Mundial em que a UNESCO reconheceu o valor excecional de uma determinada área da cultura — a vinha. Esta designação só terá interesse se beneficiar a preservação dos bens culturais inseridos na paisagem e em simultâneo contribuir para o desenvolvimento económico das populações locais. E para alcançar tal objetivo é opinião do Doutor Paulino Costa, diretor deste parque natural, que a marca do mesmo deve ser utilizada em unísono com a designação da UNESCO, de forma a reforçar a economia local, permitindo aos empresários reafirmarem-se nos mercados turísticos<sup>12</sup>.

## 2.1. O caminho para a sustentabilidade

Observa-se ser do maior interesse a Ilha do Pico estar sob proteção do seu Parque Natural. Este, de notável biodiversidade e com um património geológico e cultural de elevada grandeza e diversidade, encontra-se dividido em cinco áreas protegidas, cada uma das quais com uma categoria segundo o recurso a salvaguardar. No caso concreto da paisagem cultural da vinha, esta insere-se na Área de Paisagem Protegida que se subdivide em cinco pequenas áreas, das quais só duas possuem classificação da UNESCO como Património Mundial: a área da paisagem protegida da vinha da zona norte e da zona oeste. Estas duas zonas são o exemplo mais puro de como, desde o século XV, por via da força e da vontade do homem e em condições ambientais completamente adversas, foi possível criar-se um estilo de vida sustentado e um vinho que ultrapassou fronteiras. Na atualidade é imprescindível preservar todo este legado patrimonial de currais, canadas, casas solarengas, adegas, alambiques, ermidas, poços de maré, rola-pipas, portinhos e casas abrigo que caracterizam a paisagem cultural, sendo em simultâneo a sua identidade<sup>13</sup>.

A Ilha do Pico suportou várias vagas migratórias motivadas pelas duras condições de vida que a ilha apresentava. Destes emigrantes os regressados investiram na recuperação do património edificado, oferecendo às casas abandonadas um novo sentido, fruto da sua ascensão social e de uma certa identidade urbana absorvida pela aculturação aos países de acolhimento. Em particular na área do Património Mundial verificou-se uma intervenção concertada entre o Parque Natural e o Governo dos Açores de forma a sensibilizar as populações para a importância do desenvolvimento sustentado. Neste contexto, foi possível encetar um projeto de reabilitação do património material e de preservação da paisagem de forma a atingir dinâmicas

---

<sup>11</sup> AÇORES, 2011.

<sup>12</sup> MADALENA, 2011.

<sup>13</sup> AÇORES, 2011.

turísticas sustentáveis, através do turismo rural, do turismo de natureza e ainda do enoturismo. Atualmente, verifica-se que uma paisagem que tendia ao abandono funciona agora como polo dinamizador da economia local<sup>14</sup>.

Desta forma afigura-se que este Património Mundial se encontra com uma orientação focalizada no desenvolvimento sustentável, onde o turismo se torna um veículo propenso para a concretização desta tipologia de crescimento económico.

Conquanto a sustentabilidade turística esteja já demonstrada, impõe-se abordar os trilhos pedestres já criados, dos quais se destaca o trilho das «Vinhas da Criação Velha» que percorre toda a área do Património Mundial, tendo já sido referenciado pela revista *BootsnAll* em 2010, como um dos 8 trilhos mais singulares do mundo.

Para além dos Centros de Interpretação criados nas diferentes zonas de proteção, em particular o vocacionado para a paisagem protegida, o Centro de Interpretação da Cultura da Vinha, no Lajido de Santa Luzia, é responsável pela oferta ao turista de toda a informação sobre a Paisagem Cultural do Património Mundial. Este centro, de que é complemento o Museu do Vinho, na Vila da Madalena, com uma localização geográfica privilegiada e paisagem natural e arquitetónica secular, proporciona também provas de vinho e passeios guiados<sup>15</sup>.

Demonstrado o desenvolvimento sustentável da Ilha do Pico e por consequência do sítio do Património Mundial, cumpre ainda referir que o Governo dos Açores permanece atento às eventuais elevadas cargas turísticas que possam verificar-se. A 16 de Abril de 2018, em Angra do Heroísmo, no Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, abordaram-se questões como a urgência em criar nova legislação que regulamente os acessos a áreas protegidas, bem como a utilização de veículos motorizados em trilhos nestas mesmas zonas, entre outros assuntos ligados a problemáticas de sustentabilidade<sup>16</sup>.

### **3. O ALTO DOURO VINHATEIRO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

O Alto Douro Vinhateiro foi distinguido pela UNESCO como Património Mundial, na categoria de Paisagem Cultural, Evolutiva e Viva, no ano de 2001. Esta classificação pode não ser permanente, daí a necessidade de intervenções concertadas, tal como se verificou na Ilha do Pico.

Estando perante uma área significativamente maior do que a Ilha do Pico, tornou-se necessário que a gestão sustentável do ADV, com uma extensão de 24.600ha, incluindo 13 municípios, fosse oficialmente institucionalizada, tendo o Estado Português assumido a responsabilidade de proteger esta área considerada de valor

---

<sup>14</sup> ÁVILA, 2016; GOULART, 2013; AÇORES, 2011.

<sup>15</sup> AÇORES, 2011.

<sup>16</sup> AÇORES, 2018.

excepcional, o que implicou que em 2014 designasse a CCDRN como principal entidade gestora do sítio, através da Missão Douro, em colaboração com as autarquias<sup>17</sup>.

*Avaliar, com base num sistema de monitorização, a evolução do estado de conservação do Alto Douro Vinhateiro, os fatores que o afetam e as medidas de conservação do bem, de modo a contribuir para um modelo de gestão adaptativo que permita promover uma ação progressivamente integrada e sustentável sobre o território<sup>18</sup>.*

O ADV e os seus 13 concelhos constituem parte de uma das mais antigas e prestigiadas regiões vnicas portuguesas, enfrentando, mesmo assim, constrangimentos inerentes às zonas rurais do interior. O envelhecimento e a perda de população conduzem a problemas económicos, sociais e culturais e, conseqüentemente, a um baixo movimento associativo e a poucas oportunidades de emprego. Acresce, ainda, a falta de cooperação ao nível intermunicipal com as entidades gestoras do sítio do Património Mundial, prejudicando o desenvolvimento sustentável, numa região de elevado potencial e com condições excelentes para ser exemplo de sustentabilidade turística a nível nacional<sup>19</sup>.

A paisagem é provavelmente um dos pontos turísticos que mais potenciam a região. A sua definição é, no entanto, algo que se torna ambíguo de estabelecer. Esta noção banalizou-se pelo seu uso extremo nas mais diversas situações. Torna-se necessário compreender que a paisagem pode variar quer na distância quer no ponto de observação, mas sobretudo ela depende do sentimento de quem a olha. Segundo Almeida, considera-se paisagem um espaço alcançável pela visão humana, que no seu conjunto possua diversas componentes distribuídas no espaço oferecendo uma identidade ao local. Estes atributos devem ser constituídos pela morfologia do terreno, pela flora, pelas áreas hidrográficas, sempre vincados pelas transformações que o homem ao longo dos séculos lhe foi impondo. Deste modo, pode-se concluir que a paisagem é fruto do espaço e do tempo, pelo que através dela se podem ler as marcas da história do homem e por consequência as raízes das comunidades locais<sup>20</sup>.

É, pois, neste sentido que devemos entender as diferentes paisagens tipo identificadas no ADV e que a CCDRN tem vindo a monitorizar e a salvaguardar neste território com paisagens deslumbrantes e uma cultura ancestral propícia ao desenvolvimento do ecoturismo.

---

<sup>17</sup> CCDRN & MISSÃO DOURO, 2015.

<sup>18</sup> CCDRN & MISSÃO DOURO, 2015: 9.

<sup>19</sup> FERREIRA, 2012.

<sup>20</sup> ALMEIDA, 2006.

O ecoturista tem na sua generalidade características específicas que podem conduzir ao desenvolvimento económico das regiões que visita. É um segmento de mercado turístico que se preocupa com as questões da sustentabilidade, gostando de praticar atividades diversas ligadas com a natureza e com o meio social onde se instala. A aprendizagem é fundamental para o ecoturista, desde a observação da fauna ou da flora, até aos simples passeios a pé, desde que estes lhes proporcionem uma interpretação das paisagens moldadas secularmente pelo homem, permitindo desta forma aceder a novos conhecimentos. Por norma, são turistas com um grau de instrução superior e elevado rendimento. Apreciam viajar sem pressa já que a sua principal motivação é absorver o mais possível sobre a comunidade onde se inserem. Como alojamento preferem casas rurais que lhes permitem maior contacto com as comunidades locais<sup>21</sup>.

Como já se sugeriu anteriormente, as áreas do Património Mundial atraem um elevado número de turistas, onde se incluem os ecoturistas que procuram aperceber-se da sua história, através da interpretação do significado das diversas paisagens que sucessivamente se lhes apresentam. Aproveitando este nicho de mercado em franco crescimento, deveriam as autarquias e entidades gestoras do ADV Património Mundial unir esforços criando uma rede de rotas pedestres devidamente sinalizada. Nestas rotas o ecoturista deveria ter a possibilidade de poder ou não, segundo a sua vontade, usufruir de guias especializados que os informassem sobre as diversas componentes do trilho em questão. De igual forma, poderia ser adicionada a oferta de experiências únicas só possíveis através da colaboração das comunidades locais, guardiãs dos saberes ancestrais. Na realidade estes saberes, começam a extinguir-se, devido ao envelhecimento e desertificação populacional. As experiências turísticas podem atrair jovens com vontade de aprender estas práticas que agora se desvanecem, pois, desta forma, entram numa cadeia económica que lhes permite delas retirar algum rendimento pessoal e em simultâneo sentirem orgulho em reavivar as suas tradições.

Se rotas e itinerários são uma excelente forma de estruturação do território, não se pode ignorar que estando numa zona vínica o enoturismo possui características ligadas à ruralidade e, quando bem trabalhado, pode tornar-se a expressão viva da cultura local.

O enoturista, além de se interessar pela prova de vinhos, ele procura descobrir o local da sua origem, sendo que o ADV pela sua ancestralidade e pela classificação de Património Mundial tem grande atratividade nesta faixa de turistas. Ainda considerado um turismo de nicho, encontra-se em franco crescimento, apresentando oportunidades únicas face às já existentes, mas com alto valor acrescentado.

---

<sup>21</sup> DINIS, 2005.

Os enoturistas caracterizam-se pela elevada exigência das suas escolhas e por desenvolver em simultâneo o turismo gastronómico. São um público preocupado com as questões da sustentabilidade e em particular com a sua própria aprendizagem sobre o meio ambiente. Quando se deslocam para uma região vínica procuram tranquilidade e o contacto com as populações locais, agentes produtores de vinhos e trabalhadores intervenientes no processo produtivo do vinho, cujo conhecimento para eles é fundamental. Desta forma, pode-se concluir que os enoturistas partem à procura da degustação de um vinho, pretendendo uma experiência completa, como o enriquecimento cultural através da aprendizagem de hábitos e costumes da região e não somente da produção do vinho. Eles vão querer conhecer a cultura local, onde se incluem visitas a aldeias, igrejas, capelas, alminhas, tudo o que lhes possa dar novo sentido para se aperceberem da cultura regional onde o vinho é produzido<sup>22</sup>.

Para ser atrativo aos enoturistas o ADV deveria possuir uma rede de centros interpretativos da vinha e do vinho, com serviços que correspondam às expectativas desta tipologia de turistas. A ligação às Quintas com alojamento local apresenta-se como um excelente meio de envolver estes turistas no mundo rural, permitindo-lhes desfrutar do sossego do campo, de refeições típicas, aumentando os seus conhecimentos sobre a realidade sócio-cultural local, longe do turismo de massas, tipologia esta em que o enoturista não se insere.

O Enoturismo está a criar cada vez mais adeptos, pelo que o ADV se deve adaptar de forma a inseri-los na sua cadeia de valor económico, acrescentando benefícios a toda a comunidade e valorizando o seu setor cultural<sup>23</sup>.

## CONCLUSÃO

Feita a análise aos dois territórios vinhateiros Património da Humanidade, Ilha do Pico e Alto Douro Vinhateiro, pode-se concluir que a área da Ilha do Pico é largamente inferior à área do Alto Douro Vinhateiro, o que facilita a gestão de quem está incumbido desta missão. Com efeito, constatou-se que na Ilha do Pico a entidade gestora só tem que articular-se com duas autarquias, enquanto no Alto Douro Vinhateiro, que desde 2014 tem como principal entidade gestora a CCDRN, esta se vê obrigada a interagir com 13 municípios e seus respetivos programas diretores. Esta enorme diversificação de ideias que se verifica no ADV não tem facilitado o desenvolvimento sustentável, criando lacunas graves numa região que se pretende com um potencial turístico, mas sustentável em todas as vertentes.

Na apresentação da área do Património Mundial da Ilha do Pico, onde, através de fortes ações concertadas entre as autarquias e o Parque Natural da mesma ilha,

---

<sup>22</sup> INÁCIO, 2008.

<sup>23</sup> FERREIRA, 2012.

foi possível demonstrar como a recuperação do património é exequível quando as populações são sensibilizadas para tal. Com efeito, mesmo havendo ainda pequenos constrangimentos, a Ilha do Pico, no momento atual, possui a sua área protegida com um turismo sustentável e foi capaz de atrair jovens à região aumentando a sua capacidade de produção de vinho, que tinha decrescido drasticamente nas últimas décadas.

Analisando-se em seguida o ADV verificou-se que continua a perder população jovem, pelo que se deixou como sugestão o desenvolvimento de nichos de mercado em expansão e ainda pouco aproveitados nesta mesma região. Abordou-se em primeiro lugar o Ecoturismo que possui imensas variantes, mas que assenta por excelência em áreas com elevado potencial quer na natureza quer na cultura e em que o seu praticante gosta de se envolver com as comunidades locais retirando delas a maior aprendizagem possível. Assim, recomenda-se a estruturação da área através de rotas ou itinerários de forma a que o ecoturista possa fruir livremente pelo território.

Por último, abordou-se a tipologia das novas tendências do enoturismo. O ADV como importante zona vínica tem todas as capacidades para atrair estes turistas. Os enoturistas quando se deslocam à região procuram algo mais do que a prova do vinho e é exatamente nesse ponto que o ADV pode apostar dadas as suas características, tal como se acentuou na comunicação.

Finalmente, saliente-se que muito já foi feito no Alto Douro Vinhateiro e que só um trabalho interdisciplinar pode conduzir ao sucesso de um autêntico turismo cultural nesta zona vinhateira plena de tradições, cultura e arquitetura vernacular.

## BIBLIOGRAFIA

- AÇORES. Governo dos. Conselho Regional do desenvolvimento sustentável (2018) — Disponível em <parquesnaturais.azores.gov.pt/pt/pico/noticias/regionais/3156-conselho-regional-do-ambiente-e-do-desenvolvimento-sustentavel-debateu-alteracoes-relativas-a-12-areas-protetidas>. [Consulta realizada em 30/08/2018].
- AÇORES. Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente (2011) — *Parque Natural da Ilha do Pico*. Disponível em <parquesnaturais.azores.gov.pt/pt/pico/parque-natural>. [Consulta realizada em 03/09/2018].
- ALÇADA, Margarida, LISITZIN, Kahi; MAUZ, Kerstin (2013) — *Turismo e Património Mundial: seleção de abordagens e experiências de gestão em sítios do Património Mundial de origem e influência Portuguesa*. Lisboa: Turismo de Portugal/Unesco.
- ALMEIDA, António Campar (2006) — *Paisagem: um património e um recurso*. Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos da Universidade de Coimbra.
- ALMEIDA, Isabel Duarte; ABRANJA, Alexandre Nuno (2009) — *Turismo e Sustentabilidade*. «COGITUR, Journal of Tourism Studies», vol. 2, n.º 2. Disponível em <revistas.ululsofona.pt/index.php/jts/article/viewFile/506/409>. [Consulta realizada em 02/03/2014.]
- ÁVILA, João Xavier (2016) — *A adaptação funcional da adega na evolução cultural da paisagem vitícola da Ilha do Pico*. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa. Dissertação de Mestrado.
- CCDRN; MISSÃO DOURO (2015) — *Plano de Monitorização do Alto Douro Vinhateiro Património Mundial*. Vila Real: CCDRN.

- CÓDIGO *Mundial de Ética do Turismo*. Disponível em <<https://ethics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/portugal.pdf>>.
- DINIS, Sandrine Marques (2005) — *O Ecoturismo: Um instrumento para o desenvolvimento sustentável?* Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. Dissertação de Mestrado.
- FERREIRA, Ângela Maria Rodrigues (2003) — *Turismo e Sustentabilidade*. In MARTINS, Clerton, org. — *Turismo Cultura e Identidade*. São Paulo: Roca, p. 1-12.
- FERREIRA, José Carvalho (2012) — *A sustentabilidade do Alto Douro Vinhateiro: Realidade ou Utopia? Contributo para a avaliação e melhoria da sustentabilidade da região*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Tese de Doutoramento.
- FERREIRA, Luís (2009) — *Sustentabilidade, Competitividade e Planeamento*. In DIAS, Francisco; SOIFER, Jack; FERREIRA, Luís, coord. — *O Futuro do Turismo — Território, Património, Planeamento*. Porto: Estratégias Criativas, p. 58-85.
- GOULART, Monica (2013) — *Colóquio Paisagem Cultural da Vinha do Pico - Reabilitação do Património Edificado*. Madalena: Governo dos Açores.
- INÁCIO, Ana Isabel (2008) — *III Congresso de Estudos Rurais. O Enoturismo: da tradição à inovação uma forma de desenvolvimento rural: atas*. Faro: Universidade do Algarve.
- MADALENA. Câmara Municipal (2011) — *Ilha do Pico Tertúlia*. Disponível em <<https://www.cm-madalena.pt/.../camara-municipal/.../2154-parque-natural-da-ilha-do-pico>>. [Consulta realizada em 03/09/2018].
- RELATÓRIO Brundtland — *O Nosso Futuro Comum*. [S.l.]: ONU — Comissão Mundial sobre o Ambiente e Desenvolvimento, 1987.

# O DOURO E O PICO EM RAUL BRANDÃO: APROXIMAÇÃO DIALÓGICA

MARIA OTÍLIA PEREIRA LAGE\*

**Resumo:** Donde as águas do Douro se confundem com as do Atlântico, Raul Brandão (1867-1930), mestre da moderna literatura lusófona, natural da Foz do Douro, ancoragem biográfico-cultural que informa a sua escrita «universal»<sup>1</sup>, projeta em dinâmica pictoral e sensorial de «colorida visão»<sup>2</sup> e «paisagem sempre humana»<sup>3</sup> estas duas espácio-temporalidades, nos livros de entrelaçamento literário: *Portugal Pequeno* (coautoria com Maria Angelina, 1930), e *Ilhas Desconhecidas: Notas e Paisagens* (1926), duas obras ímpares da sua maturidade literária e fase solar<sup>4</sup>, pouco ou nada investigadas na perspetiva da paisagem, tema aí dominante. Relacionada com o caso das «paisagens-património», de múltiplas apropriações, a paisagem «representação de um sistema de relação entre natureza e cultura, portanto uma construção cultural sobre o território»<sup>5</sup> é aqui revisitada no sentido de que não há senão «híbridos de natureza-cultura que se escalonam entre os dois extremos... onde as relações humanas não são

---

\* Investigadora integrada do CITCEM. otialilage@sapo.pt.

<sup>1</sup> REYNAUD, 1995.

<sup>2</sup> TORGA, 1995.

<sup>3</sup> LOPES, 1990.

<sup>4</sup> CASTILHO, 2006.

<sup>5</sup> RIBEIRO & RAMALHO, 2011.

puramente sociais, nem as coisas são puramente naturais»<sup>6</sup>. Faz-se uma aproximação comparativa a Douro e Pico, inscrições espaço-temporais de traços e rastros de culturas da vinha e fabrico de vinhos de fama mundial, assente na análise dialógica de um *corpus* textual brandoniano recortado em dois capítulos das obras referidas, respetivamente: *Duas Gotas* e *O Pico*, textos onde opera o sentir iconográfico da «surpresa rediviva... de testemunhar a inesgotabilidade do real... de solidariedade com a pobre gente do litoral continental e açoriano... um testemunho da vida mais intensa...»<sup>7</sup>. Ensaia-se uma abordagem entre literatura e socio-história orientada pela noção de «cronotopo artístico» (metáfora do «espaço-tempo» da teoria da relatividade de Einstein), que se explicita: «Aqui o tempo condensa-se, comprime-se, torna-se artisticamente visível, o próprio espaço intensifica-se, penetra no movimento do tempo, do enredo e da história. [...] o processo de assimilação do cronotopo do tempo, do espaço e do indivíduo histórico real que se revela neles — têm fluido complexa e intermitentemente»<sup>8</sup>. **Palavras-chave:** Douro Vinhateiro; ilha do Pico; paisagens-património; Dialogia e Cronotopia; Raul Brandão; História e Literatura.

**Abstract:** Where the waters of the Douro are confused with those of the Atlantic, Raul Brandão (1867-1930), master of modern Portuguese literature, a native of Foz do Douro, biographical-cultural anchorage that informs his «universal» writing<sup>9</sup> projected in pictorial and sensorial dynamics of «colored vision»<sup>10</sup> and «always human landscape»<sup>11</sup> these two spatio-temporalities, in books of literary intertwining: *Portugal Pequeno* (co-authored with Maria Angelina, 1930), and *Ilhas Desconhecidas: Notas e Paisagens* (1926), two odd-numbered works of his literary maturity and solar phase<sup>12</sup>, little or nothing investigated from the perspective of the landscape. Related to the case of «landscapes-heritage», of multiple appropriations, the landscape «representation of a system of relation between nature and culture, therefore a cultural construction on the territory»<sup>13</sup> is revisited here in the sense that there are only «nature-culture hybrids that are staggered between the two extremes... where human relations are not purely social, nor are things purely natural»<sup>14</sup>. A comparative approach is made

---

<sup>6</sup> RHEINEBERGER, 2013.

<sup>7</sup> LOPES, 1990.

<sup>8</sup> BAKHTIN, 1988.

<sup>9</sup> REYNAUD, 1995.

<sup>10</sup> TORGA, 1995.

<sup>11</sup> LOPES, 1990.

<sup>12</sup> CASTILHO, 2006.

<sup>13</sup> RIBEIRO & RAMALHO, 2011.

<sup>14</sup> RHEINEBERGER, 2013.

to Douro and Pico, spatio-temporal inscriptions of traces and traces of vine cultures and world-famous winemaking, based on the dialogical analysis of a textual corpus of Brandão, cut out in two chapters of the mentioned works, respectively : *Duas Gotas* and *O Pico*, texts where the iconographic feel of the «renewed surprise ... of witnessing the inexhaustibility of the real ... of solidarity with the poor people of the continental and Azorean coast ... a testimony of the most intense life ...»<sup>15</sup>. An approach between literature and socio-history guided by the notion of «artistic chronotope» (Einstein's theory of relativity's «space-time» metaphor) is explored: «Here time condenses, compresses itself, becomes artistically visible, space itself intensifies, penetrates the movement of time, plot and history. [...] the process of assimilation of the chronotope of time, space and the real historical individual that is revealed in them - have flowing complex and intermittent»<sup>16</sup>.

**Keywords:** Douro Vinhateiro; Pico island; landscapes-heritage; Dialogue and Cronotope; Raul Brandão; History and Literature.

## INTRODUÇÃO

*mestre ainda hoje sensível em muito do que, desde a sua obra, se tem produzido de mais impressionante na literatura portuguesa [...] Brandão reage com o êxtase da surpresa de cada manhã ou de cada árvore que viceja, do milagre deslumbrante e quotidiano da natureza, aliás feroz, que nos rodeia, a surpresa sempre rediviva de se estar vivo a testemunhar a inesgotabilidade do real*<sup>17</sup>.

No âmbito de um estudo sobre *praxis* e cosmovisão histórica de Raul Brandão [1867-1930], «caso relevante da força indestrutível do génio que o torna de hoje»<sup>18</sup>, revisitamos aqui textos literários, mais conhecidos do que estudados, sobre o Douro e o Pico, deste escritor maior da Foz do Douro<sup>19</sup> a que a sua vida-obra sempre retornou, e o qual «com a sua colorida visão, animou algumas das paisagens mais profundamente humanas da nossa terra»<sup>20</sup>, tema a carecer de investigação.

A sua obra polifacetada, impregnada de questões sociais<sup>21</sup>, onde relevam desigualdades e justiça, pobres, humildes e injustiçados anónimos da história<sup>22</sup>, a força

<sup>15</sup> LOPES, 1990.

<sup>16</sup> BAKHTIN, 1988.

<sup>17</sup> LOPES, 1990: 119-120.

<sup>18</sup> SENA, 1978: 65.

<sup>19</sup> Intelectual entre-séculos e autor polifacetado, foi também jornalista, pintor, militar, memorialista e historiador.

<sup>20</sup> TORGA, 1995: IV, 378.

<sup>21</sup> SOUZA, 2014: 181-189.

<sup>22</sup> RIOS, 2012..

descomunal dos elementos naturais, a luta desproporcionada dos humanos em equilíbrio instável, interpelando forças e relações sociais em contraste, tem na performativa expressão estilístico-literária a maior singularidade que traz às letras portuguesas que influenciou por gerações sucessivas. A herança literária brandoniana marcou a moderna novelística nacional (Irene Lisboa, José Gomes Ferreira, Ferreira de Castro, Virgílio Ferreira, José Rodrigues Miguéis...), escritores consagrados do Douro (Miguel Torga, Domingos Monteiro, Agustina Bessa Luís...)<sup>23</sup> e dos Açores (Vitorino Nemésio...) para além de inúmeros estudiosos, aquém e além Atlântico.

A aproximação comparativa que se ensaia a singularidades e similitudes do Douro e do Pico incide, num enfoque sócio-histórico e literário, sobre duas obras da maturidade literária de Raul Brandão e sua «fase apolínea e solar»<sup>24</sup>: *Portugal Pequeno* (1930)<sup>25</sup>, em coautoria com Maria Angelina<sup>26</sup>, «uma obra prima da literatura infantojuvenil»<sup>27</sup> dedicada aos «filhos dos outros», «livro de ponte» que revela «uma maneira miúda e chã de ver Portugal, quotidianamente, que contrasta com o mítico Portugal... de Fernando Pessoa»<sup>28</sup>; e *As Ilhas Desconhecidas: Notas e paisagens* (1926)<sup>29</sup>, «um dos mais belos livros de viagens da literatura portuguesa»<sup>30</sup>, «hino à paisagem marítima e pobres gentes dos Açores»<sup>31</sup>, que dedicou «aos seus amigos açorianos», como Vitorino Nemésio, que o acompanhou na digressão marítima pelos Açores e Madeira<sup>32</sup>, sobre que escreveu em «...invenções da linguagem... conciliando 'antigo e moderno'»<sup>33</sup> através de contrastes em Portugal continental e insular, «do papel da luz e da paisagem no moldar das comunidades humanas»<sup>34</sup>.

Nestas obras «testemunho da vida mais intensa, ainda que trágica ou cruel»<sup>35</sup>, revela-se «um fio de sociabilidade construído entre os amigos-escretores»<sup>36</sup> e uma acentuada *dialogia*, marcas do processo criativo e escrita de Raul Brandão subjacentes ao *corpus* literário analisado: o capítulo *Dois gotas de água* (71- 86)<sup>37</sup>, de *Portugal Pequeno* (cujas personagens são dois pequenos, «ele, o Russo de Má Pelo, filho do

---

<sup>23</sup> MACHADO, 1984: 114-115.

<sup>24</sup> CASTILHO, 2006.

<sup>25</sup> BRANDÃO & BRANDÃO, 1930.

<sup>26</sup> CASTILHO, 2006: 467-473.

<sup>27</sup> REYNAUD, 2000: 55; REYNAUD, 1995: 233-243.

<sup>28</sup> MACHADO, 1984: 111.

<sup>29</sup> BRANDÃO, 2011.

<sup>30</sup> SILVEIRA, 1953.

<sup>31</sup> LOPES, 1990: 119-120.

<sup>32</sup> De 8 de Junho a 29 de agosto de 1924, no âmbito dos movimentos autonomistas da época. In *Roteiros culturais dos Açores. Personalidades: Raúl Brandão*.

<sup>33</sup> MACHADO, 1984: 107-109.

<sup>34</sup> MARTINS, 2018: 54-63.

<sup>35</sup> LOPES, 1990: 120.

<sup>36</sup> BRAGA, 2014: 249-261.

<sup>37</sup> ROSA, 2013.

amo onde ela, a Pisca, serve»), e o capítulo *O Pico* (p.93-111), de *Ilhas Esquecidas: Notas e paisagens*.

Escritas na década de 1920, época de profunda crise nacional e mundial, estas narrativas/descrições brandonianas constituem como que a «marca de água» do reconhecimento e classificação do Douro e do Pico, paisagens culturais vinhateiras nacionais, valores de Património da Humanidade, ou «bem comum»<sup>38</sup> (pessoas, comunidades e seres vivos) suposto pelo desenvolvimento sustentável<sup>39</sup> em «satisfazer necessidades das atuais gerações sem comprometer a capacidade para as gerações futuras satisfazerem as suas, salvaguardando a capacidade do planeta para abrigar a vida em toda a sua diversidade»<sup>40</sup>.

## 1. APROXIMAÇÃO A DOURO E PICO PELO DISCURSO LITERÁRIO DE RAUL BRANDÃO (1920)

O discurso literário de Raul Brandão, «poeta da prosa», no dizer de Jorge de Sena, que assinala «a sua visão arrebatadora da humanidade» e «a violência da sátira social directa e amarga», faz-se no cruzamento entrecortado de vários planos, de zonas descontínuas e de convecção que apelam assim a dimensões e conhecimentos múltiplos. Parecendo inicialmente saído de um sonho espraia-se por grandes extensões onde a luz impera sob sombras<sup>41</sup>. Não segue a lei da causalidade nem o operador do terceiro excluído, princípio de razão, o que o torna precursor da modernidade e do pensamento contemporâneo.

Como nenhum outro autor, Raul Brandão escreveu páginas únicas e memoráveis sobre os «espaços-tempos» do Douro e da ilha do Pico e «o indivíduo histórico real que se revela neles...»<sup>42</sup>, tendo-nos legado um património literário, cultural e histórico ímpar de suas ambiências socioculturais e ambientes ecofísicos (territórios, climas, solos, faunas, floras).

A escrita literária de Raul Brandão, embebida de outras formas de linguagem como a pintura, a fotografia e o cinema que então se popularizava, trabalha, em elementos naturalistas e simbolistas de que foi pioneiro e em linguagens impressionistas e expressionistas, «paisagens naturais, sociais e humanas», como as do Alto Douro Vinhateiro e as da Ilha do Pico. Possibilita entrever na costa marítima do Pico: o trabalho de arrumação da pedra partida das projeções de lava que o tempo petrificara. E no Douro: a prodigiosa ação em redes locais e efeitos globais do trabalho de homens,

<sup>38</sup> Noção potencialmente operativa em investigações participativas. A abordagem participativa envolve uma conduta federativa de atores diversificados, mobilizados por uma perspectiva comum que emana de um contínuo trabalho coletivo (SGARD, 2011: 236).

<sup>39</sup> ADAMS, 2006.

<sup>40</sup> PATO *et al.*, 2013: 334.

<sup>41</sup> VIÇOSO, 1999.

<sup>42</sup> BAKHTIN, 1988: 211.

mulheres e crianças em confronto com a geomorfologia de terrenos rochosos, refeitos, na longa diacronia, por mão humana.

O que distingue e surpreende na escrita de Brandão é a sua própria colocação no que descreve e narra, compondo as impressões que as coisas lhe dão, como sentimento, e dando-as a ver em composições de linguagem, ora intensamente estáticas ora em movimentos rápidos apreendendo as mutações no material impressionado. Não reproduz um real que sempre segue suas linhas de desenvolvimento, mas constrói, na linguagem, a realidade do que dá a ver. Chega a criar o efeito de que é a própria escrita que segue a sua linha de desenvolvimento, disseminando-se, sem que o autor a possa conter, nem aliás, o queira. Aí, é o movimento descontínuo, a fragmentação dos fenómenos, a incerteza e a imprevisibilidade do mundo que nos são espantosamente reveladas.

Exige então uma abordagem cronotópica onde se destacam «as relações dialógicas existentes nos enunciados concretos elaborados no processo da interação socio-histórica»<sup>43</sup> a qual permite uma análise comparativa entre as duas espácio-temporalidades que nos surgem ancoradas em «cronotopos artísticos» identificados no *corpus* literário.

### 1.1. Cronotopia e interação dialógica<sup>44</sup>

«Aqui o tempo condensa-se, comprime-se, torna-se artisticamente visível, o próprio espaço intensifica-se, penetra no movimento do tempo, do enredo e da história. [...] o processo de assimilação do cronotopo do tempo, do espaço e do indivíduo histórico real que se revela neles» — têm fluido complexa e intermitentemente. Os índices do tempo transparecem no espaço e o espaço reveste-se de sentido e é medido com o tempo. Esse cruzamento de séries e a fusão de sinais caracterizam o cronotopo artístico<sup>45</sup>.

Assim no cronotopo artístico-literário, categoria formal e de conteúdo, derivada do espaço-tempo da teoria da relatividade einsteiniana, ocorre, segundo M. Bakhtin (1895-1975), teórico do «formalismo russo», a fusão dos indícios espácio-temporais onde se revela o indivíduo histórico real, num todo compreensivo e concreto, tal como sucede no conhecimento histórico cujos pilares são tempo, espaço e ação humana.

Esta perspetiva histórico-filosófica de espaço-tempo aberto e coletivo, de liberdade e criação humana<sup>46</sup>, que acompanha «a inscrição e materialização do tempo no

---

<sup>43</sup> MACHADO, 1996: 89-105.

<sup>44</sup> BAKHTIN, 2010b: 307-335.

<sup>45</sup> BAKHTIN, 1988: 211-362.

<sup>46</sup> FIORIN, 2006: 210-215.

espaço da representação»<sup>47</sup> é caracterizada pela interdisciplinaridade, diversidade e heterogeneidade próprias do pensamento inovador de M. Bakhtin, para quem

*o escritor é aquele que sabe trabalhar a língua, estando fora dela, que tem o dom do falar indirecto; exprimir assim, significa fazer de si objecto para o outro e para si mesmo [e em que] as relações dialógicas [são] relações ‘semânticas’ entre toda a espécie de enunciados na comunicação discursiva*<sup>48</sup>.

Também em Raul Brandão «uma mesma língua é coabitada por falares diversos, linguagens sociais dinâmicas que se cruzam atravessadas pelo social e pela história»<sup>49</sup>. A estrutura da linguagem verbal pressupõe o diálogo entre diversos sujeitos, com a consciência de que a linguagem é sempre herdada, estando o escritor imerso numa língua de muitos falantes (vivos e/ou mortos, «fantasmas», antepassados e os ainda por vir). Daí que a dialogia seja a matriz do seu discurso literário que se revela por posições estruturadas contrastantes mediadas pelo «sonho que transforma o homem e que é, para Brandão, o essencial na vida»<sup>50</sup>.

O dialogismo brandoniano é frequentemente impregnado de cronotopos que dão a contextura espaço-temporal onde se movem sujeitos históricos, especialmente, os humildes, esforçados e anónimos — trabalhadores, mulheres em destaque, e crianças — que nele são os próprios desencadeadores do discurso literário. No caso concreto destas suas duas obras, o dialogismo atinge desde logo a própria autoria de *Portugal Pequeno* e capítulo «Duas gotas de água» sobre o Douro, enquanto nos capítulos «o Pico» e «Ilha Azul» (Faial) de *As Ilhas Desconhecidas...* se evidenciam manifestações polifónicas em que se verifica a plenitude da sua escrita que dá a ver o «o real» literariamente construído, sem o imitar.

## 2. ABORDAGEM CRONOTÓPICA AO DISCURSO LITERÁRIO BRANDONIANO SOBRE DOURO E PICO

A conceção de tempo-espaço presente na obra de Raul Brandão é a de um tempo-espaço não linear, ora cíclico ora sobreposto de várias temporalidades/espacialidades, com vozes emergentes que dialogam em diversos planos e cenas que compõem seu discurso literário.

O cronotopo organizador no Douro, é o ciclo da água figurando a fragilidade de duas gotas que engrossam até ao caudal do rio que rompe o pedregulho interposto na sua cavalgada para o mar, a do homem e da mulher que se obstinam em armar

<sup>47</sup> RODRIGUES, 2013.

<sup>48</sup> BAKHTIN, 2010b: 307-335.

<sup>49</sup> PIRES *et al.*, 2016: 119-126

<sup>50</sup> MARTINS, 2018: 62.

o terreno em socacos e subsistência duríssima, para que do esmagamento das uvas brote o vinho fino qual sangue bíblico: «Que diabo de figura é esta, para quem olho com respeito, que se atreveu com o pedregulho e o abriu a marreta e a ferro, e às vezes a dinamite, até pulverizar o chão para lhe meter os bacelos?»<sup>51</sup>.

Já sobre o Pico «eterno... estranho, suspenso no céu e pousado entre nuvens brancas, que projeta, ao raiar da primeira hora do dia, a sua sombra nas águas do Oceano Atlântico», o cronotopo organizador, a formação e inscrição geomorfológica, condensa o muito longo tempo geológico e sua ação, o tempo da vida emergente da lava e cinzas vulcânicas e da existência humana no espaço insular.

## 2.1. O Douro

Ainda sobre o Douro, identificam-se no texto literário brandoniano os seguintes cronotopos secundários: cultura vitivinícola; caminho/via fluvial; faina fluvial; metrópole/porto de chegada e de partida.

No cronotopo da cultura vitivinícola, «o Vale do Douro... de que o homem obstinado extrai a melhor fruta do mundo e o melhor vinho do mundo o líquido dourado que sabe a sol e é um extracto de sol»<sup>52</sup> surge-nos em:

*cenários sobre cenários nos dias soturnos em que o fraguado lhes parecia ainda mais trágico, com o rio esganado entre pedras e montanhas socalcadas pelo homem, para aguentarem alguns bocados de terra a esboroar-se. O Alto Douro, a terra do vinho fino, é também a terra dos panoramas tétricos dos sítios onde reina a febre das povoações concentradas, recozendo ao sol a fealdade*<sup>53</sup>.

*A dada altura, «as duas gotas de água» interrogam:*

*Qual foi o segredo que fez produzir uma terra só ossos? A gente olha para os bagos de âmbar transparente, para os moscatéis que fazem chegar a água à boca, para os cachos dourados com uma pele muito fina, e custa-lhe compreender que seja a dor que produziu tudo isto. E é a dor da videira torcida ao sol, gritando maldição porque não consegue naquele cascalho, por mais que penetre com as raízes, encontrar algum suco. E a dor deste homem, que se sujeita, lívido de febre e com a magra companheira ao lado, a viver preso à terra maldita e abençoada. Sujeta-se e range, obstina-se. Foi ele que a criou, pelo menos tanto como Deus, e*

<sup>51</sup> BRANDÃO & BRANDÃO, 1930: 72-73.

<sup>52</sup> BRANDÃO & BRANDÃO, 1930: 71-86.

<sup>53</sup> BRANDÃO & BRANDÃO, 1930: 74.

*que não encontrando água para regar, a substituiu pelo suor do seu rosto. Negra vida. Como resistiu à labareda? Como pôde viver dentro daquele forno? Amando a terra*<sup>54</sup>.

Na genial composição literária desta narrativa, os sujeitos de enunciação, duas gotas de água, transformam-se em contacto com ínfimos fios de água, lama, gelo, neveiro, riachos, pequenos ou grandes caudais do rio Douro e percolam os enunciados o mais dentro possível da materialidade que se descreve e narra. Isto sem nunca se perder a sua frágil e periclitante identidade nos avassaladores obstáculos até chegar ao mar largo, permitindo assim retrazar o trajeto da penosa e grandiosa produção do vinho até ao porto da sua exportação para o mundo.

*Deslizaram na água entre pedras, num rio de estanho fundido, que parecia correr sobre ossadas e destroços. Às vezes cachões, redemoinhos, dornas. Um dia estiveram para desaparecer abafados na água, perdido de todo um resto de individualidade. Saltaram na espuma, irizou-os o sol, e foram ter a um côncavo na areia onde repousaram. Livres de perigo? Uns pássaros vieram beber e por pouco os não engoliram. Eram os corricões que vivem na duna, da cor da areia, e que quando veem gente se deitam de pernas para o ar — dizem os barqueiros — sendo difícil distingui-los do chão. [...] Escaparam por milagre e lá voltaram a descer o Douro que ia alargando*<sup>55</sup>.

Outro cronotopo é o do caminho ou a via fluvial percorrida pelos barcos rabelos, etnograficamente descritos e que Raul Brandão acompanha «entre montanhas de bronze que põem a alma negra e que estão à espera que se passe uma tragédia», descrevendo como se estivesse a fotografar todas as componentes dos barcos rabelos, pipas, pedras e olhos de água e ao mesmo tempo a filmar gestos, movimentos, ventos dos vales, redemoinhos, equilíbrios de arrais e marinheiros «à escota arriscando a vida, remando agarrados às pás».

*São estes barcos estrambóticos que fazem todo o tráfego do Douro. Carregam pipas, cortiça, casca, madeira, gente; e quando vem o Inverno e «anda o rio grande», o movimento nunca se interrompe. Os homens intrépidos, de pé sobre a péga-da — o nome da gaiola onde vai o arrais — manobram com decisão a espadela, metendo a charroa na água e imprimindo direcção ao barco. É preciso fazê-lo sem um movimento falso, sem um segundo de hesitação, nos sítios perigosos, descendo*

<sup>54</sup> BRANDÃO & BRANDÃO, 1930: 72-73.

<sup>55</sup> BRANDÃO & BRANDÃO, 1930: 74.

*os galeiros como quem cai por uma corda abaixo [...]. Ali é que é vê-lo, ao barqueiro em ceroulas a manobrar a charroa na água como se quisesse lavar no campo! Quatro casqueiros, meia dúzia de cavernas, a gaiola em cima e o homem em equilíbrio na quitanda, tendo de descer lá do Alto até ao Porto com aquelas pipas todas, agarrado à espadela, olho na água, olho nas pedras agudas como dentes... O barco oscila, põe-se de pé — e ele lá vem, já desce. Como se aguenta? Arriscando a vida<sup>56</sup>.*

O quarto cronotopo que faz a ponte entre o Douro rural servido pela via férrea e o Porto urbano, comercial e industrial, exportador do vinho fino, define-se no movimento intenso e sonoro da faina fluvial duriense<sup>57</sup>, através de redes textuais cinéticas de diferentes planos e variadas cenas.

*À medida que o rabelo desce — agora com serenidade e ao fio de água — melhor se avalia o trabalho das mulheres, do rapazio nu, dos pescadores que lançam a rede à tainha ou a fiska à enguia (o sável e a lampreia sobem no seu tempo até à Barca de Alva), ou secam as redes nos varais; dos homens que carregam, atirando para os barcos o carvão, a chamiça, ou as maroixas de lenha rachada e amontoada nas margens. Tudo trabalha, e é para o Porto que sustenta o lavrador e o homem do rio. Arrastam-se os pesados carvoeiros em flotilha, todos negros como pretos da Guiné. Serra-se a madeira, vomitam fumo as chaminés das fábricas, e lado a lado o homem e a mulher esbelta remam no mesmo barco. Tudo consiste em aproveitar a maré e o vento favorável [...].*

*Estamos a dois passos da grande cidade. [...] Entre um rasgão do arvoredo avança para nós uma massa cinzenta e confusa com o recorte de uma igreja [...] numa miscelânea de casas de chaminés de fábricas, tudo enfumado e indeciso. Chega até ao barco o apito de um comboio. E pouco e pouco a cidade aproxima-se com uma auréola de cinza e prata e o rio empoado de roxo. Ao lado, em dois riscos, o arco da ponte de D. Maria e do outro lado, numa só tinta, o morro espesso de Gaia. Depois outra ponte. Da água um faiscar às chapadas onde arde lume dourado. Por fim, a Ribeira velha e carcomida, cheia de povo, de mulherio, de gritos... Um escadinhas, uma feira de fruta. Desembarcamos no Porto<sup>58</sup>.*

<sup>56</sup> BRANDÃO & BRANDÃO, 1930: 71-86. Ver também *Guia de Portugal*, (DIONÍSIO, 1985: 10-12).

<sup>57</sup> Contemporâneo deste livro é, *Faina Fluvial*, 1931 filme documentário mudo de Manoel de Oliveira, época do cinema sonoro em Portugal.

<sup>58</sup> BRANDÃO & BRANDÃO, 1930: 75-85. Cotejar texto original do escritor *Ao Porto pelo Rio Douro* in *Guia de Portugal* (PROENÇA, 1929: 532-533). Ver ROSA, 2013: 466-469.

Este cronotopo artístico é atravessado por uma condensada reflexão sobre o processo sócio-histórico e político impregnado de sátira social, culminando numa projeção de pendor messiânico, próprios do estilo literário inconfundível brandoniano

*as duas gotas de água saíram do rio com o nevoeiro e foram passear pela cidade. Viram a praça e aquelas ruas íngremes uma de cada lado — a dos Clérigos com um grande dedo apontado para o céu, como se esta cidade utilitária e prática fosse uma cidade franciscana, e na praça a estátua de um homem a cavalo que nunca consegue sair do mesmo sítio. Quem foi? Foi um ingénuo que quis dar ao seu país a liberdade, quando o seu país não se importava com a liberdade para nada. Então deu-lhe a força; deu-lhe a Carta que os homens trataram como um trapo. Rodeavam-no algumas figuras excepcionais, um Mouzinho da Silveira, um Herculano, um Garrett, que tentaram renovar o país com ideias, livros, leis, reformas, esquecendo-se do principal — de o ensinarem a ler. E é um problema cuja solução legamos ao futuro<sup>59</sup>.*

Um quinto cronotopo onde ressalta a presença do indivíduo histórico no tempo-espaço identifica-se num fragmento cenográfico em torno da metrópole comercial de aspiração mundial, escondendo-se e deixando-se vislumbrar entre contrastes.

*O nevoeiro sobe, ascende dá a esta cidade de trabalho, em que o burguês é rei, com a porta fechada e o dinheiro na burra – o seu verdadeiro carácter [...]. Há nesse Porto, filho do rio e do mar, poentes extraordinários apertados entre os paredões formidáveis das margens [...]. Outra vez a cerração desaparece. Poviléu. Ruelas. A Sé acastelada com varandas de granito e serpentes feitas pelos pedreiros. A Misericórdia com paredes monstruosas [...] subterrâneos onde se passam de certo coisas terríveis entre a doença e os doentes... [...] a noite procede por grandes massas confusas ascendendo dum lado desde o Barredo até ao Paço Episcopal; do outro desde o fundo até uma mescla assombrosa, que parece despenhar-se, picada de lumes, no rio cheio de grandes barcaças, de vapores ancorados, de confusão e riscos inexplicáveis. [...] constrói-se a essa hora uma cidade estranha e desmedida, sórdida e esplêndida, uma cidade [...] que, se não é a mais bela, é a mais pitoresca que conheço no mundo, só me recordando de outra que me tenha feito igual impressão — o Pequim alucinatório descrito por Fernão Mendes Pinto<sup>60</sup>.*

<sup>59</sup> BRANDÃO & BRANDÃO, 1930: 85.

<sup>60</sup> BRANDÃO & BRANDÃO, 1930: 85-86.

## 2.2. O Pico

*ninguém me tira dos olhos, este extraordinário Pico, a duas cores, cinzento e negro, e presidindo, como uma grande figura no meio do oceano, a todo o Arquipélago dos Açores*<sup>61</sup>.

O cronotopo organizador da escrita brandoniana sobre a ilha do Pico condensa a ação do muito longo tempo geológico, o tempo da vida emergente da lava e das cinzas vulcânicas, da existência humana na insularidade do espaço onde um gigantesco Pico projeta, ao raiar da primeira hora do dia, a sua sombra nas águas do Oceano Atlântico, cerca de 2.000 Km distante da costa portuguesa e de 4.000 km da costa americana.

*Isto que de longe era roxo e diáfano, violeta e rubro, conforme a luz e o tempo, aparece agora, à medida que o barco se aproxima, negro e disforme, requeimado e negro, devorado por todo o fogo do Inferno. É um torresmo. Nunca labareda mais forte derreteu a pedra até cair em pingos e desfazer-se em cisco. [...] Há por aí buracos e furnas onde a lava formou colonatas e estalactites azuladas, grandes cachos pendentes, derretidos pelo calor e solidificados pelo resfriamento. Esta ilha — a maior dos Açores — é negra até às entranhas, na própria terra, na bagacina das praias, no pó das estradas, nas casas, nos campos divididos e subdivididos por muros de lava, nas igrejinhas das aldeias, requeimadas e tristes. [...] A fuligem caiu sobre a vasta terra e só de quando em quando um grande plaino cinzento, os mistérios, sucede ao negrume como a lepra ao incêndio. Mas o azul é mais azul nos sítios em que um corredor de basalto tem uma saída para a amplidão do mar (sítio da Furna), O esguicho que entra por ali dentro tem uma vida extraordinária. [...] É o Pico na sua verdadeira expressão. [...]. É esta paisagem mineral que dá carácter à ilha magnética. [...] Absorvo-me na extraordinária paisagem mineral, no panorama que saiu intacto das entranhas do fogo*<sup>62</sup>.

Sob este cronotopo principal que transporta consigo a noção da descomunidade que se impõe às exíguas forças humanas, organizam-se, com essa marca estável, vários cronotopos de diferentes tipologias.

Em primeiro lugar, o da cultura da vinha e fabrico do vinho — granjeio da vinha rasteira de cepas retorcidas e raízes profundas nos interstícios da pedra mais antiga descoberta pela ação humana com o trabalho de decapagem da lava arrefecida pelo

---

<sup>61</sup> BRANDÃO, 2011: 108.

<sup>62</sup> BRANDÃO, 2011: 93, 105.

tempo, pedra vulcânica partida e «arrumada» em «currais», muros geométricos de retângulos e quadrados confinantes numa bordadura negra onde se destacam também os «currais» circulares de figueiras de baixo porte, ao abrigo da ventania. Nesta paisagem natural-humana socioculturalmente construída se produz um vinho secular e uma aguardente de figo refinada que configura o vinho do Pico de cor e travo especiais, o qual, pelos ciclos da sua exportação, a tradição popular picarota ainda hoje reclama de bebida de czares.

*A vinha tem fama no mundo. O vinho branco do Pico, feito de verdelho e criado na lava, é um líquido com um pique amargo, cor de âmbar e que parece fogo. Levantam uma pedra, atiram um punhado de terra para o buraco e a videira deita raízes como pode, abrigada no curral pelos muros e estendida no chão sobre calhaus. Só lhe levantam um pouco as varas quando o cacho está perto de amadurecer. O Pico já deu milhares de pipas de vinho, que exportava quase na totalidade para a Rússia. [...] a água parece inteligente e piedosa, e a vinha e o souto, neste grande deserto, entre a pedra devorada, representa o triunfo do homem sobre as forças brutas da natureza<sup>63</sup>.*

Na arreigada reverência de profunda devoção e religiosidade em torno do Espírito Santo, profusamente marcada no território picoense por ermidas e capelas encimadas por cruces e pombas, e materializada na confeção/partilha do pão nos «impérios» que sustentam procissões, evidencia-se a percepção e sentir humano do apelo ao sobre-humano, face ao descomunal desafio das condições de vida comum. O tempo assombrado pela eternidade define este terceiro cronotopo.

*Um rapaz no poleiro enxota os pássaros mais atrevidos com a funda. Emerge dum jacto, esguio, de pé, na atitude clássica, e a pedra que sai da funda vai como uma bala até ao bando, que levanta voo, enquanto ele, imóvel e de braço estendido, solta um grito rouco. Saúdam-nos os picarotos do chapéu de palha por cima do lenço e albarcas nos pés, e raparigas de pele acobreada que tiram água dos poços. Os casinhotos escuros são muito limpos por dentro. Nalgumas destas aldeias denegridas vive-se como há trezentos anos, com meia dúzia de ideias e um padre, com os sentimentos do passado e um padre<sup>64</sup>.*

Um outro cronotopo que se interliga dialogicamente com os dois anteriores, sob o princípio organizador do primeiro, é o da festa popular de S. Marcos<sup>65</sup>, a 25 de

<sup>63</sup> BRANDÃO, 2011: 94-95.

<sup>64</sup> BRANDÃO, 2011: 105.

<sup>65</sup> BRANDÃO, 2011: 101-102.

Abril, onde os valores que pautaram a vida ao longo do ano são alvo da irreverência popular absoluta, atingindo os limites do mais grotesco e chocante, nessa verdadeira «noite dos diabos», em que os homens casados apodados de «cornudos» se perdem no vinho e desafiam os valores de família e da moralidade instituída, apostrofando as mulheres que ripostam em defesa da honra.

*no dia de S. Marcos acabam os gestos pautados, as palavras medidas, e vem outro mundo cá para fora, mais grotesco que o entrudo, mais profundo..., porque a acção neste dia é representada pelos mortos — painel onde se veem as fisionomias gastas dos piteiros e atrás delas outras caras em osso que teimam em vir à superfície; folia estranha, onde além do homem há outro homem no tablado, onde os gritos e a chacota da malta pertencem mais aos fantasmas que aos vivos. A irmandade de S. Marcos, só de homens casados, armou um altar com coroa de cornos muito bem ornamentados e um corno maior em evidência no alto. À porta a malta espera e agarra-se ao primeiro que passa na rua lóbrega e que é obrigado a beijar o emblema retorcido.*

— Venha beijar o corno, que bem o merece!

— É da confraria este nosso compadre!

*Agora completem o quadro: a turba violenta e espessa a cair de bêbeda — porque um dos devotos mais ricos do Pico põe neste dia a adega à disposição da irmandade [...]»<sup>66</sup>.*

Um quinto cronotopo é o da caça à baleia, (a que o escritor dedica capítulo próprio<sup>67</sup>) atividade que se desenvolveu com maior intensidade a partir da freguesia das Lajes do Pico, depois que a filoxera (décadas de 1870-80), surgida no Pico em 1873, destruiu a vinha e o trabalho vitivinícola até então dominante e cujas exportações do vinho para os EUA decresceram drasticamente<sup>68</sup>.

*As duas estradas que partem da Madalena pelo litoral e abraçam a ilha, acabando uma um pouco adiante de S. Miguel Arcanjo e a outra nas Lajes, servem algumas das freguesias do Pico, quase todas à beira-mar, e todas elas com a sua especialidade: Santa Luzia é a freguesia das figueiras, S. Roque a dos vinhos, Prainha a do milho e do trigo, Santo Amaro, perita na construção de embarcações, trabalha também em esteiras, e o Cais do Pico e as Lajes passam por ser as duas grandes freguesias da pesca da baleia. Os picarotos são os mais destemidos homens do mar do arquipélago, tismados, secos, graves e leais. Nos altos, no mastro com*

<sup>66</sup> BRANDÃO, 2011: 98-101.

<sup>67</sup> BRANDÃO, 2011: 111-121.

<sup>68</sup> MENESES, 2010: 177-186.

*uma espécie de cesto de gávea, todo o dia um homem, de óculo em punho, vigia o mar e espera a baleia [...].*

*— Mas vocês não sentem isto? Este cheiro horrível?*

*— Este cheiro, cheira-nos sempre bem. É sinal de dinheiro<sup>69</sup>.*

Nestes cinco cronotopos artístico-literários de tipologias estáveis identificados nos textos brandonianos sobre o Douro e o Pico ocorre, num todo compreensivo e concreto, a inter-relação dialógica dos indícios temporais, espaciais e dos indivíduos históricos reais que neles se revelam, configurados numa sucessão dialógica em espelho de quadros, constelações e figurações.

### 3. ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE DOURO E PICO, PAISAGENS CULTURAIS VINHATEIRAS

A partir daí, na abordagem agora feita a estas duas espácio-temporalidades, em «correlação estrutural»<sup>70</sup> ou iluminação recíproca, onde o vinho se revela como «história, cultura e identidade...», privilegiam-se «posições» e «correspondências estruturais» que definem «jogos de similitude e diferença detectáveis, ilustrativos da complexidade das relações possíveis entre local e global no contexto contemporâneo»<sup>71</sup>.

O termo de comparação aqui usado supõe a «intertextualidade» e «hetero-referencialidade» destes textos brandonianos literário-cinematográficos e equivale aos «cronotopos» principais ou organizadores que supõem os cronotopos secundários e se traduzem no elevado grau de hibridez natureza-cultura em que o que é do domínio da cultura surge «paisagificado» como se fosse natural, qualidade comum a situações e objetos a comparar. A literatura possibilita o regresso à centralidade do tempo, funde passado e presente e pode trazer de volta toda uma vida no gosto de reviver momentos felizes e aprender com os tropeços; permite ainda o cotejo do espaço evidenciado pelo «eu poético», através da relação do homem com o espaço que ocupa, assim como a representação do espaço memória que impulsiona o fazer/sentir poético.

A partir deste enquadramento teórico-metodológico, podem estabelecer-se, para além de outros, os seguintes paralelismos entre Douro e Pico.

1. A primeira e fulcral comparação estabelecida a partir do cronotopo organizador de cada uma das duas regiões vinhateiras é a do aproveitamento do próprio território, de dimensão e características diferentes, com origens geológicas, fatores edafoclimáticos e morfológicos, e fisionomias paisagísticas que, embora diversas, apresentam, ao nível do processo de sua exploração económico-social, condições igualmente tornadas favoráveis à cultura vitivinícola.

<sup>69</sup> BRANDÃO, 2011: 94, 108-109.

<sup>70</sup> LAGE, 2018.

<sup>71</sup> RIBEIRO & RAMALHO, 2011: 412.

2. Semelhantes condições leva(ra)m a um idêntico esforço sobre-humano de armação dos terrenos: no Douro, as rochas xistosas com intrusões e afloramentos graníticos e a escassez de terra arável, «o pedregulho», e a acentuada *secura* do clima; no Pico, a rocha vulcânica e negra, «o torresmo», a maior humidade e um regime agreste de ventos acentuando a imprevisibilidade do *habitat*. Em ambos os casos, foi a ação humana, adequada às respetivas configurações, que criou as condições necessárias à frutificação das videiras do Douro (pelo enchimento de terra dos calços ou geios) e/ou das parreiras do Pico (pelo reticulado dos currais) e subsequente produção de vinhos de fama mundial.

3. A partir deste eixo ou cronotopo central, escalonam-se diferenças e similitudes, desde a formação e composição geológica dos terrenos ao regime climático a que estão expostos, passando pela ação do trabalho humano na armação dos terrenos e preparação para a cultura da vinha, até às penosas tarefas vitícolas culminando na colheita das uvas e subseqüentes operações de produção vinícola com produtos finais diferenciados, mas de qualidade superior.

4. Entre o cronotopo organizador de ambas as espácio-temporalidades e os cronotopos secundários, há implícito um conjunto de feixes de conformações económicas, sociais e culturais, desde as formas de escoamento do produto, à retenção e distribuição do valor produzido até as modalidades de suprimento de rendimentos em situações de escassez devidas a desastres naturais, doenças das vinhas, crises comerciais, etc. que podem e devem ser comparadas.

Os modos como as populações do Douro e do Pico têm procurado responder às características endógenas destes dois territórios, mobilizando os recursos a que têm acesso, constituem um outro feixe fundamental de comparação. É também no plano da vivência cultural e religiosa, de propensão ancestral para a fatalidade perante a descomunalidade das forças enfrentadas, que se encontram, a nível económico, sociocultural e simbólico, formas comparáveis de reação, por surtos migratórios, das comunidades das duas regiões vinhateiras.

5. Destaca-se ainda, a correlação económico-social entre Douro/cidade do Porto e Pico/Faial (cidade e porto da Horta), realidades imbricadas em similares condições históricas de retenção do valor auferido com a vinicultura, processo situado, em ambos os casos, fora do local da produção. Entre o Pico e o Faial, «vale dos flamengos» e de proprietários de terras e vinhas no Pico — o «ilhéu iluminado», como hoje, os picarotos designam o Faial, em comparação com mais dois ilhéus que do Pico se avistam, o «em pé» e o «deitado» —, sempre houve estreitas relações históricas inscritas na própria cultura da vinha, fabrico e exportação do vinho, como similarmente tem sucedido nas relações históricas entre o Vale do Douro e o Porto.

Esta correlação estrutural histórica entre as duas paisagens culturais vinhateiras deve ser compreendida em suas múltiplas dimensões, variáveis, tensões socioculturais e simbólicas, à luz da «intuição sincrética»<sup>72</sup>, conceito que opera na interpretação histórica do nível mais imediato para o intermédio e um superior, em três temporalidades: curta, média e longa duração. Esta noção adapta-se perfeitamente às potencialidades de análise do discurso literário brandoniano, impregnado das artes visuais, na medida em que:

*permite tratar a obra de arte como um sintoma de algo mais que se expressa numa variedade incontável de outros sintomas [...]. A descoberta e interpretação desses valores 'simbólicos' [...] é o objeto do que se poderia designar por 'iconologia' em oposição a 'iconografia'*<sup>73</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aproximação dialógica a Douro e Pico em Raul Brandão permitiu observar a inserção da história nos textos literários estudados, à luz de que «na literatura, a imagem representa os fenómenos espaciais e sensoriais no seu movimento e na sua transformação, introduzindo no plano artístico da ficção os momentos essenciais da realidade temporal e, até um certo limite histórico»<sup>74</sup>.

A análise transversal feita à projeção ficcional polifónica, artística e performativa da escrita universal de Raul Brandão possibilitou uma abordagem comparativa a estes dois territórios, a partir dos «cronotopos artísticos» que permite intuir e sublinhar alguns dos recursos próprios em transformação, a potenciar à escala glocal contemporânea.

Pretendeu-se, assim, contribuir para estudos comparativos mais aprofundados que possibilitarão, no seu conjunto, destacar potencialidades intrínsecas de valorização e sustentabilidade destas paisagens culturais vinhateiras nacionais património mundial, em processo contínuo de mudança, reconfiguradas enquanto «bem comum» da Humanidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMS, W. M. (2006) — *The Future of Sustainability: Re-thinking Environment and Development in the Twenty-first Century*. Gland: IUCN. Report of the IUCN Renowned Thinkers Meeting, 29-31 January 2006.
- BAKHTIN, Mikhail (1988) — *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. São Paulo: Ed. UNESP/Ucitec.
- \_\_\_\_ (2010a) — *Estética da criação verbal*. 4.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Martins Fontes.

<sup>72</sup> PANOFKY, 1970.

<sup>73</sup> PANOFKY, 1970: 53.

<sup>74</sup> BARBOSA, [s.d.].

- (2010b) — *O problema do texto na Linguística, na filologia e em outras Ciências Humanas*. In BAKHTIN, Mikhail — *Estética da criação verbal*. 4.ª ed. São Paulo: Martins Fontes, p. 307-335.
- BARBOSA, Márcia Helena Saldanha [s.d.] — *O Cronotopo e a inserção da história na narrativa de Dyonélio Machado*. Disponível em <[http://www.ufrgs.br/gthistoriaculturals/marcia\\_barbosa.html](http://www.ufrgs.br/gthistoriaculturals/marcia_barbosa.html)>. [Consulta realizada em 2/3/2018].
- BRAGA, Débora Renata de Freitas (2014) — *A Farsa e El-Rei Junot, subversão e decadência*. In RIOS, Otavio, org. — *Raúl Brandão: um intelectual no entre-séculos (Estudos para Luci Ruas)*. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, p. 249-261.
- BRANDÃO Raul (2011) — *Ilhas Desconhecidas: Notas e Paisagens*. Lisboa: Quetzal.
- BRANDÃO, Raul; BRANDÃO, Maria Angelina (1930) — *Portugal Pequeninno*. Lisboa: Edição dos Autores/Ática. Tip. da «Seara Nova». Desenhos de Carlos Carneiro.
- CASTILHO, Guilherme (2006) — *Vida e Obra de Raúl Brandão*. Lisboa: IN-CM.
- DIONÍSIO, Sant'Anna, dir. (1985) — *Guia de Portugal*. 2.ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 10-12. Vol. IV: Entre Douro e Minho, I. Douro Litoral.
- FIORIN, José Luiz de (2006) — *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática.
- LAGE, Maria Otilia Pereira (2018) — *História Comparada e método comparativo historiográfico: problemáticas e propostas*. In LAGE, Maria Otilia Pereira, coord. — *Alto Douro e Pico, paisagens culturais vinhateiras património mundial em perspectiva multifocal: experimentação comparada*. Porto: CITCEM, p. 62-73. Disponível em <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/16359.pdf>>. [Consulta realizada em 3/1/2018].
- LOPES, Óscar (1990) — *Cifras do tempo*. Lisboa: Editorial Caminho.
- MACHADO, Álvaro Manuel (1984) — *Raul Brandão entre o Romantismo e o Modernismo*. Lisboa: M.E./Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- MACHADO, Irene A. (1996) — *Texto como enunciação. A abordagem de Mikhail Bakhtin*. «Revista da Faculdade de Letras – Língua e Literatura», n.º 22, p. 89-105. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/lingueliteratura/article/viewFile/114125/112013>>. [Consulta realizada em 6/7/2017].
- MARTINS, Nuno Ornelas (2018) — *As Ilhas Desconhecidas de Raul Brandão: Para além das notas e paisagens*. In *Raul Brandão 150 anos*. Porto: Câmara Municipal, p. 54-63.
- MENESES, Avelino de Freitas de (2010) — *O Vinho na história dos Açores a introdução, a cultura e a exportação*. «ARQUIPÉLAGO. História – Revista da Universidade dos Açores», 2.ª série, XIV-XV, p. 177-186.
- PANOFSKY, Erwin (1970) — *Meaning in the Visual Arts*. New York: Peregrine Books.
- PATO, João, SCHMIDT, Luísa, GONÇALVES, Maria Eduarda, org. (2013) — *Bem Comum: Público e/ou privado?* Lisboa: ICS-UL, p. 334.
- PIRES, Vera Lúcia; KNOLL, Graziela Freiner; CABRAL, Ederson (2016) — *Dialogismos e polifonia: dos conceitos à análise de um artigo de opinião*. «Letras de Hoje», vol. 51, n.º 1, p. 119-126.
- PROENÇA, Raul, dir. (1929) — *Guia de Portugal*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, p. 532-533. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- REYNAUD, Maria João (1995) — *Raul Brandão: Ficção e infância*. «Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas», série II, vol. XII, p. 233-243.
- (2000) — *Metamorfoses da escrita: “Húmus”, de Raúl Brandão*. Porto: Campo das Letras.
- RHEINEBERGER, Hans-Jorg (2013) — *Iterations*. Paris: Diaphanes.
- RIBEIRO, António Sousa, RAMALHO, Maria Irene (2011) — *Identidade e Nação na(s) poética(s) da modernidade: Os casos de Fernando Pessoa e Hugo von Hofmannsthal*. In SANTOS, Boaventura (2011) — *Entre ser e estar: Raízes, percursos e discursos da identidade*. Porto: Edições Afrontamento, cap. 11, p. 411-435.

- RIOS, Octávio Portela (2012) — *De Trapeiros e Vencidos efabulação e história em Raul Brandão*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Disponível em <<http://www.letras.ufrj.br/posverna/doutorado/PortelaOR.pdf>>. [Consulta em realizada em 3/1/2018].
- RODRIGUES, Ernaldina Sousa Silva (2013) — *Cronotopo: algumas reflexões*. «Indícios», (4 jun.). Disponível em <<http://ernaldina.blogspot.pt/2013/06/cronotopo-algumas-reflexoes.html>>. [Consulta realizada em 14/8/2018].
- ROSA, Vasco, org. (2013) — *Raul Brandão: A pedra ainda espera dar flor-Dispersos 1891-1930*. Lisboa: Quetzal Editores.
- SENA, Jorge de (1978) — *Estudos de Literatura Portuguesa*. Lisboa: Edições 70.
- SGARD, Anne (2011) — *Le partage du paysage*. Géographie. Université de Grenoble, p. 236. Disponível em <<https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-00686995>>.
- SILVEIRA, Pedro (1953) — *Raul Brandão e as Ilhas*. «Comércio do Porto». (23 jun. 1953).
- SOUZA, Raquel Madanêlo (2014) — *Questões sociais e lirismo na prosa de Raul Brandão*. In RIOS, Otávio — *Raúl Brandão: um intelectual no entre-séculos (Estudos para Luci Ruas)*. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, p. 181-189.
- TORGA, Miguel (1995) — *Diários*, Vol. IV (1949). Coimbra: [Edição de Autor], 2 vols.
- VIÇOSO, Vítor (1999) — *A Máscara e o Sonho: Vozes, Imagens e Símbolos na Ficção de Raúl Brandão*. Lisboa: Cosmos.



# DOURO E PICO PAISAGENS CULTURAIS PATRIMÓNIO MUNDIAL

COORD.  
GASPAR MARTINS PEREIRA  
MARIA NORBERTA AMORIM  
MARIA OTÍLIA PEREIRA LAGE